



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1269

Sexta-feira - 28 de Junho de 2013

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antônio Carlos	2
Atalanta	6
Biguaçu	6
Bom Retiro	10
Braço do Trombudo	11
Caçador	11
Camboriú	15
Campo Alegre	22
Campos Novos	23
Canoinhas	24
Capinzal	25
Chapadão do Lageado	28
Concórdia	30
Cordilheira Alta	35
Coronel Freitas	39
Corupá	85
Curitibanos	86
Ermo	86
Faxinal dos Guedes	86
Forquilha	88
Fraiburgo	89
Garopaba	93
Garuva	94
Gaspar	95
Guaramirim	100
Herval d'Oeste	101
Ibiam	101
Ilhota	102
Imbituba	103
Iomerê	108
Irineópolis	108
Itapiranga	109
Itapoá	110
Joaçaba	111
Lages	129
Lauro Muller	130
Lebon Regis	131
Luzerna	132
Macieira	133
Mafra	134
Maracajá	134
Maravilha	137
Massaranduba	138
Navegantes	139
Novo Horizonte	145
Orleans	145
Palhoça	147
Palmitos	162
Pescaria Brava	162

Pinheiro Preto	162
Porto Belo	163
Porto União	166
Presidente Castello Branco	166
Rio do Sul	167
Salto Veloso	169
Santa Terezinha do Progresso	175
São Bento do Sul	175
São José	178
São Lourenço do Oeste	189
São Pedro de Alcântara	190
Schroeder	195
Serra Alta	201
Timbó	201
Três Barras	212
Tunápolis	214
Turvo	219
Vargem Bonita	219
Vidal Ramos	219
Videira	220
Vitor Meireles	228
Xavantina	230

Associações

EGEM	231
------------	-----

Consórcios

CINCO	233
-------------	-----

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, n° 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N° 308/2013

PORTARIA N° 308/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, RODRIGO KREISCHE, do cargo temporário de MEDICO - 20H, a partir de 28 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 309/2013

PORTARIA N° 309/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, CRISTIANNY MULLER GUESSER, do cargo temporário de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, a partir de 28 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 310/2013

PORTARIA N° 310/2013
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, a pedido, CARLOS ALBERTO DE JESUS NOGUEIRA GUESSER, do cargo temporário de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 28 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 311/2013

PORTARIA N° 311/2013
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo n° 004/2012,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, RAFAEL DE SOUZA SCHLISCHTING, para o cargo ENFERMEIRO, a partir de 01 de julho de 2013 a 30 de janeiro de 2014, em substituição a ANA CAROLINA DE SOUZA PETRY, de Licença Maternidade e Férias.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 312/2013

PORTARIA N° 312/2013
Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor, RAFAEL DE SOUZA SCHLISCHTING, ocupante do cargo ENFERMEIRO, a partir de 01 de julho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 313/2013

PORTARIA N° 313/2013
Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Processo Seletivo n° 002/2013,

RESOLVE:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, RODRIGO POSSENTI, para o cargo MEDICO PEDIATRA - 40H, a partir de 01 de julho de 2013 a 30 de junho de 2014, e/ou até a realização de Concurso Público.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 314/2013

PORTARIA N° 314/2013

Concede Insalubridade.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, INSALUBRIDADE, ao servidor RODRIGO POSSENTI, ocupante do cargo MEDICO PEDIATRA - 40H, a partir de 01 de julho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 315/2013

PORTARIA N° 315/2013

Concede Gratificação.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1318/2011,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, GRATIFICAÇÃO, ao servidor RODRIGO POSSENTI, ocupante do cargo MEDICO PEDIATRA - 40H, a partir de 01 de julho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 316/2013

PORTARIA N° 316/2013

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor EDNEIA PAULI BESEN, ocupante do cargo AUXILIAR DE ENFERMAGEM, a

partir de 01 de julho de 2013, referente ao período aquisitivo de 02/03/2012 a 01/03/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 317/2013

PORTARIA N° 317/2013

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder, FERIAS, por 30 dias, a servidor MARIA CAROLINA MANNES, ocupante do cargo TECNICO DE VIGILANCIA SANITARIA, a partir de 15 de julho de 2013, referente ao período aquisitivo de 13/07/2012 a 12/07/2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Portaria N° 318/2013

PORTARIA N° 318/2013

Cessa Portaria.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Cessar, a Portaria nº 261/2013 de 09 de maio de 2013, retornando as atividades laborais, a servidora efetiva MARIONE TEREZINHA TRIEVEILLER DOS SANTOS, ocupante do cargo de PROFESSOR COM POS GRADUAÇÃO ESPECIALISTA, a contar de 17 de junho de 2013.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 27 de junho de 2013.

ANTONIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 28 de junho de 2013.

Aviso de Errata**AVISO DE ERRATA****PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2013**

A Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, torna pública a errata, comunicando que o processo licitatório nº. 075/2013; modalidade Pregão Presencial nº. 055/2013, do tipo menor preço por item, será no sistema REGISTRO DE PREÇO.

Antônio Carlos, 27 de junho de 2013.
ELIANE NUNES DE OLIVEIRA FOLGANES
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 131/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 131/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 53.076,00 (cinquenta e três mil e setenta e seis reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 132/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 132/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: MAURO MARCIANO COM. DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 10.733,50 (dez mil setecentos e trinta e três reais e cinquenta centavos); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 133/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 133/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 60.577,10 (sessenta mil quinhentos e setenta e sete reais e dez centavos); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 134/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 134/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CENTERME-DI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 49.475,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e setenta e cinco reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 135/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 135/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 33.077,00 (trinta e três mil e setenta e sete reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 136/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 136/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 137/2013**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Ata de Registro de Preço nº.: 137/2013; Origem: Processo Licitatório nº. 063/2013 - Pregão Presencial nº. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CIRURGICA JAW COMÉRCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 7.848,00 (sete mil oitocentos e quarenta e oito reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 138/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 138/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: LICIMED DIST. DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 43.499,00 (quarenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 139/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 139/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 38.042,00 (trinta e oito mil e quarenta e dois reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 140/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 140/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 6.280,00 (seis mil duzentos e oitenta reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 141/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 141/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 38.994,20 (trinta e oito mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 142/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 142/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 13.726,00 (treze mil setecentos e vinte e seis reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 144/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 144/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 32.620,00 (trinta e dois mil seiscentos e vinte reais); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N° 145/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 145/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: DIMACI/MG MATERIAL CIRÚRGICA LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 85.004,70 (oitenta e cinco mil quatro reais e setenta centavos); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Extrato da Ata de Registro de Preço N°143/2013
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Ata de Registro de Preço n°. 143/2013; Origem: Processo Licitatório n°. 063/2013 - Pregão Presencial n°. 046/2013; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos; Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA; Objeto: aquisição parcelada de medicamentos para o posto de saúde dessa municipalidade; Valor: R\$ 5.201,90 (cinco mil duzentos e um reais e noventa centavos); Prazo: 17/06/2013 - 16/06/2014.

Antônio Carlos, 17 de Junho de 2013.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

Pregão Presencial N° 14/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 21/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2013

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial n° 14/2013, para o seguinte objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA RECAPEAMENTO DE PNEUS DOS VEÍCULOS DA SECRETARIAS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 10 de julho de 2013 às 15:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações ou no e-mail compras@atalanta.sc.gov.br, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 26 de junho de 2013.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 7/2013 - Registro de Preços

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 9/2013
PREGÃO PRESENCIAL N° 7/2013 - REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Atalanta, do Estado de Santa Catarina, torna público que realizará licitação na modalidade pregão Presencial n° 7/2013, para o seguinte objeto: AQUISIÇÃO DE FRAUDAS GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ATALANTA. Julgamento: Menor Preço Por Item. Abertura dia 11 de julho de 2013 às 09:00 horas. Informações e/ou copia na integra deste Edital junto ao departamento de Compras Licitações, no horário normal de expediente, à Av. XV de novembro 1030, na cidade de Atalanta, ou pelo fone (47)3535-0101.

Atalanta, 25 de junho de 2013.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

Decreto N° 086/2013

DECRETO N° 086 /2013 DE: 24 DE JUNHO DE 2013.
ALTERA O PARÁGRAFO 6º DO ARTIGO 1º DO DECRETO N° 18 DE 23 DE DEZEMBRO DE 1971.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, em exercício, Ramon Wollinger, usando de suas atribuições legais e em conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

Considerando que os exemplares da Bandeira do Município de Biguaçu têm sido confeccionados com erros nas datas inseridas no Brasão;

Considerando que a Lei Municipal n° 25, de 07 de dezembro de 1971, instituiu no município de Biguaçu o Brasão e o símbolo e que, no seu artigo 1º estabelece que: "Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a instituir, após pesquisas necessárias o Brasão e os Símbolos do Município de Biguaçu";

Considerando que o Decreto n° 18, de 23 de dezembro de 1971, instituiu o "Brasão de Armas do Município de Biguaçu" e a "Bandeira do Município de Biguaçu";

Considerando que o Brasão integra a Bandeira do Município, conforme descrito no item 3º do artigo 2º do Decreto n° 18, de 23 de dezembro de 1971: "Ao abismo ou coração, o Brasão de Armas do Município".

Considerando a pesquisa realizada, onde, extrai-se do livro do Professor Iaponan Soares, "História do Município de Biguaçu" que transcreve a ata de instalação do Município, sendo à 1º de março de 1833, a data de desmembramento da cidade de Desterro e, em 17 de maio de 1833 a instalação do Município;

Considerando a matéria publicada no Jornal República, de 21 de maio de 1933: "1833 Município de Biguassu 1933 Por ocasião da passagem do primeiro centenário da sua criação", que também registra o desmembramento em 1º de março de 1833 e instalação em 17 de maio de 1833;

Considerando que as inscrições dos atuais exemplares das bandeiras do município são, à direita 1º de março de 1883 e à esquerda, 16 de março de 1833, constituindo-se em evidente equívoco;

Considerando a necessidade de que sejam corrigidas estas inscrições por estarem incorretas e, haja vista os questionamentos por parte de estudantes e pessoas em geral;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo 6º do artigo 1º do Decreto n° 18 de 23 de dezembro de 1971, passando a vigorar com a seguinte redação:

"6º Na parte extrema inferior e externa do contra chefe um listel com o nome do Município e suas respectivas datas de criação da vila de São Miguel, desmembrada da antiga cidade de Desterro (1º de março de 1833), à esquerda e da instalação oficial do Município de Biguaçu, (17 de maio de 1833), à direita".

Art. 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração responsável pelas alterações ou substituições dos símbolos municipais.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 24 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. publ.n/data

MARIVALDE INÊZ KONS
Escriturária

Decreto N° 087/2013

DECRETO N° 087/2013 DE 24 DE JUNHO DE 2013.
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMED), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei

Municipal nº. 737, de 22 de setembro de 1992;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Educação - COMED/Biguaçu, para o mandato de 2013/2015, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Luciane Beatriz Claudino Garzo

Suplente: Kátia Bernadeth da Silva

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

Titular: Cheila Bion Jacques da Cruz

Suplente: Andréa Garcia de Souza

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS

Titular: Gilson Luiz Correa

Suplente: Maria Madalena da Cunha

REPRESENTANTES DO ENSINO SUPERIOR

Titular: Rafael Arlindo Rosa

Suplente: Jeane Cristina de Oliveira Cardoso

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E DOS CLUBES DE SERVIÇOS

Titular: Ivonete Catarina Vieira

Suplente: Sandra Sampaio Molinaro

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PARTICULARES DO ENSINO ESPECIAL E DO ENSINO LIVRE

Titular: Sandra Regina Moreira Simões dos Santos

Suplente: Ana Carolina Silva da Silva

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DA COMUNIDADE E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Titular: César Evandro Bouvier

Suplente: Bianca Alff Ramos

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 055, de 14 de maio de 2009.

Biguaçu, 24 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS

Escriturária

Portaria Nº 1997 de 24 de Junho de 2013

PORTARIA nº 1997 de 24 de junho de 2013

Demite o (a) Servidor (a) Janete Oliveira Rodrigues, ocupante do cargo temporário de Professor III (30hs - Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Demitir o (a) servidor (a) Janete Oliveira Rodrigues, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (30hs - Inglês), na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 28/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 28/07/2013.

Biguaçu, 24 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2000 de 26 de Junho de 2013

PORTARIA nº 2000 de 26 de junho de 2013

Nomeia Leda Regina Locks, para exercer o cargo eletivo de Conselheiro Tutelar, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Leda Regina Locks, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 21/06/2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 26/06/2013.

Biguaçu, 26 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2001 de 26 de Junho de 2013

PORTARIA nº 2001 de 26 de junho de 2013

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), OSCAR LUIS GHIDINI, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), Interesse OSCAR LUIS GHIDINI, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer e jornada de 40 horas semanais, no período de 01/07/2013 a 31/12/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 26 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2002 de 26 de Junho de 2013

PORTARIA nº 2002 de 26 de junho de 2013

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DAS SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar os servidores:

ADAILTON AMARO LINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Administrativo Regional de Três Riachos;
ALCIDES ADRIANO COSTA, ocupante do Cargo efetivo de Vigia;
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional;
ALINE MARIA VENANCIO DE SIMAS, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;
BRUNO CELIO DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente da Saúde Bucal;
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Transito da Secretaria de Transportes;
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Obras e Infra-estrutura;
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar,
DANIEL BARBI DA SILVA, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
DANIEL FRANCISCO GASPARG FILHO, ocupante do Cargo Temporário de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;

DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Administração;
EDUARDO MARQUES, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;
EDUARDO PINTO GUILHERME, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Sorocaba;
EMERSON JOSE PAULI, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
EUNICE ESTEFANINI ROCHA MULLER, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - Servente;
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Jardineiro,
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Topógrafo;
FRANCISCO DE SOUZA PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Jardineiro;
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral do Orçamento Participativo;
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
GABRIELA SCHMITZ DO AMARAL, ocupante do Cargo Temporário de Técnica em Enfermagem;
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);
GILNEI GOMES GARCEZ, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
HERON FELÍCIO PEREIRA, ocupante do Cargo de Superintendente de Saúde;
IRINEU DAVI KUHNEN, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;
JERUSA CELI MARTINS, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
JOÃO ANTONIO ROMEU DE CASTRO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
JOÃO PEREIRA FILHO, ocupante do cargo Efetivo de Operário Braçal;
JOEL FRANCISCO PINHEIRO, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calceiteiro;

JONATHAN JUNKES DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Assistente de Educação Infantil;
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
JOSÉ ANTONIO CUNHA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Manutenção da Secretaria Municipal de Obras;
JOSÉ VALDEMAR DA SILVEIRA, ocupante do Cargo em Comissão de Secretário Municipal;
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;
JUCÉLIO LOURENÇO DA COSTA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Cachoeiras;
KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;
LEANDRO MARCILIO RODRIGUES, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Exatoria;
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;
LIDIANE PERGHER MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;
LUIZ FERNANDO BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;
LUIZ HENRIQUE DALPRÁ, ocupante do Cargo Temporário de Operário Braçal;
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;
MARCO ANTONIO PARO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer;
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;
MARILU GONZAGA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
MATIAS ARLINDO NAU, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;
NATHAN LUZ BELRAND, ocupante do Cargo Temporário de Psicólogo;
NELSON ANTONIO DE LIMA, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do cargo temporário de Calceiteiro;
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Máquina;
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
PAULO PRIM, ocupante do Cargo Temporário de Carpinteiro;
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Endemias;
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura;
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calceiteiro;
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos

II;
PRISCILA HOFFMANN, ocupante do Cargo Temporário de Enfermeira da Família;
RAFAEL RUDIGER, ocupante do Cargo Comissionado Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito;
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO ALEXANDRE PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;
UÉLITON ROMEU DOS SANTOS, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente Operacional de Cachoeiras;
VALDIR MANOEL DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;
VANESSA CARELLO GALLIANI, ocupante do Cargo Temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquina;
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;
WILLIAM HABYEUTTER KALESKI, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente;
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da citada Secretaria e em situações considerações especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 26 de junho de 2013.
RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal em Exercício

Portaria N° 2003 de 26 de Junho de 2013

PORTARIA nº 2003 de 26 de junho de 2013

Concede exoneração ao Servidor João Antônio Romeu de Castro, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao servidor João Antônio Romeu de Castro, detentor do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, inscrito na matrícula funcional nº

8028, a partir de 01/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 01/07/2013.

Biguaçu, 26 de junho de 2013.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação - Chamada Pública N°. 72/2013 - FMS

AVISO

CHAMADA PÚBLICA Nº 72/2013 - FMS

1.1. A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, nº 114, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA, com a finalidade de selecionar propostas objetivando SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA O GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA; SUB GRUPO 02 - DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO E GRUPO 02 - PROCEDIMENTOS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA; SUB GRUPO 03 - DIAGNÓSTICO POR ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGIA, DISCRIMINADOS NA "TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES E PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS (OPM), DISPONÍVEL ATRAVÉS DO SIGTAP - SISTEMA DE GERENCIAMENTO DA TABELA DE PROCEDIMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS", QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO SEGUINTE ENDEREÇO ELETRÔNICO: [HTTP://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR](http://SIGTAP.DATASUS.GOV.BR), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I).

Rege a presente licitação, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, Lei Federal nº. 8.080/93 e Portaria nº. 1.034/2010 do Ministério da Saúde e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: de 01/07/2013 até 31/07/2013, no horário compreendido das 13h30min às 18h30min, na Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/ nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa - Biguaçu - SC - CEP: 88160-000.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 01.07.2013.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas da seguinte através do e-mail: comprasaudbigua@gmail.com.

Biguaçu, SC, 26 de junho de 2013.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

Prefeito Municipal

Por delegação

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário de Saúde

Bom Retiro

PREFEITURA

46.13 - L. C. Advogado

Lei Complementar Nº 46/2013 de 26.06.13

cria o cargo de provimento efetivo de advogado do Município de Bom Retiro e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC;

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou, e eu, sanciono a seguinte LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica criado o cargo de provimento efetivo de advogado no Município de Bom Retiro e fixado seu vencimento conforme quadro abaixo:

Cargo	Vaga	Nível	Vencimento
Advogado	01	10	R\$ 2.526,44

Art. 2º As atribuições do cargo de Advogado são aquelas constantes do anexo único desta Lei Complementar e que passa a integrar o anexo V da Lei Complementar nº 03 de 31/03/2004.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 26 de junho de 2013.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na Data Supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. Administração e Fazenda

ANEXO ÚNICO

Denominação do Cargo: ADVOGADO

Atribuições:

Síntese das Atribuições: Supervisionar e coordenar as atividades e competências da procuradoria Jurídica do Município, prestando serviço técnico e representá-lo judicial e extrajudicialmente.

Descrição das Atribuições: Compatibilizar e integrar as atividades da Procuradoria Jurídica, nos termos da legislação vigente, analisando projetos que envolvem matéria de natureza jurídica ou legislativa: manter relacionamento com órgãos nacionais, necessário ao desenvolvimento de suas atribuições; analisar ou elaborar contratos e convênios celebrados por diversos órgãos do Município; exarar parecer sobre licitações, exercer outras funções que lhe forem delegadas pela Administração, afeito as atribuições do cargo.

Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais ou 04 (quatro) horas diárias, podendo ser convocado por razões especiais.

Requisitos para Provimento do Cargo:

Instrução - bacharel em direito com inscrição definitiva junto a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina.

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 139/2013

PORTARIA Nº 139/2013

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais etc

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Dr. Yamamoto Massaji, portador do CRM nº 1068/SC e CPF nº 467.375.458-15 para ser o médico autorizador das AIHs (Autorização de Internações Hospitalares e das APACs (Autorizações de Procedimentos de Alto Custo do Município de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 26 de junho de 2013.

CHARLES RAFAEL SCHWAMBACH

Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

Decreto N° 5.603

DECRETO N° 5.603, de 25 de junho de 2013.

Suplementa e anula dotações orçamentárias no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.009, de 20/06/2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias abaixo descritas, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.1.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

3.1.91.00.0052 - Aplicações Diretas - Operações Intra-Orçamentárias R\$ 20.000,00

4.4.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Total R\$ 160.000,00

Art. 2º Para atender as suplementações dispostas no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):

05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0052 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.604

DECRETO N° 5.604, de 25 de junho de 2013.

Abre crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Secretaria de Infraestrutura.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.004, de 19/06/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 196.400,00 (cento e noventa e seis mil e quatrocentos reais), conforme segue:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0020.2.072 - Manutenção de Vias Urbanas

4.4.90.00.00.00.00.0024 - Aplicações Diretas

R\$ 196.400,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito especial especificado no art. 1º, os recursos advirão do Contrato de Repasse nº 759823/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Gestão da Política de Desenvolvimento - pavimentação asfáltica em vias urbanas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.605

DECRETO N° 5.605, de 25 de junho de 2013.

Abre créditos especiais no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, em favor da Secretaria de Educação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei nº 3.005, de 19/06/2013,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos créditos especiais no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2013, na importância total de R\$ 2.224.028,00 (dois milhões, duzentos e vinte e quatro mil e vinte e oito reais), conforme segue:

02.05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.361.0011.1.031 - Construção e Reformas de Quadras de Esportes

4.4.90.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas

R\$ 2.020.000,00

12.361.0011.2.045 - Manutenção da Secretaria de Educação

4.4.90.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas

R\$ 204.028,00

Total R\$ 2.224.028,00

Art. 2º Para atender a abertura dos créditos especiais especificados no art. 1º, os recursos advirão do Termo de Compromisso nº 0363513-64/2011, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a execução de Construção da Praça dos Esportes e da Cultura - PEC modelo 3.000m2 (três mil metros quadrados), no valor de R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais); e do Convênio Siconv nº 748759/2010, celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério da Cultura, representado pela Caixa Econômica Federal e este Município, objetivando a aquisição de equipamentos e construção da Escola de Artes Circo do Cidadão, para realização de atividades como oficinas da arte circense, iniciação e formação de profissionais à arte circense, entre outras manifestações culturais, no Programa de Trabalho 13.392.1142.4796.0001 - Fomento e Projetos em Arte e Cultura, no valor de R\$ 204.028,00 (duzentos e quatro mil e vinte e oito reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.606

DECRETO N° 5.606, de 25 de junho de 2013.

Declara de interesse social área de terras para fins de implantação do Distrito Industrial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de interesse social, uma área de terreno rural com superfície de 90.111,00 m2 (noventa mil, cento e onze metros quadrados), matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1947, de propriedade de Sodoce - Doces e Conservas Ltda., para fins de implantação de Distrito Industrial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.607

DECRETO nº 5.607, de 25 de junho de 2013.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, JAIME JUNG e ALCIR IRINEU BAZZANELLA, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação da seguinte área de terreno rural, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I - área de terreno rural com superfície de 90.111,00 m2 (noventa mil, cento e onze metros quadrados), matriculada no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 1947, de propriedade de Sodoce - Doces e Conservas Ltda..

Parágrafo único. A avaliação se faz necessária para fins de implantação de Distrito Industrial.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 25 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto N° 5.611

DECRETO nº 5.611, de 26 de junho de 2013.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área de 1.876,51m² (um mil, oitocentos e setenta e seis metros e cinquenta e um decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 30267, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Marechal Hermes, Bairro Paraíso, de propriedade de Ovidio Alberto Conte, Maria do Carmo Conte, Delise Maria Busato Benetti e Hugo Fernando Benetti, resultando após o desmembramento em dois lotes urbanos, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto, com as seguintes medidas e confrontações:

I - lote "A" com área de 1.213,34m² (um mil, duzentos e treze metros e trinta e quatro decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com a Rua Olavo Bilac, medindo 20,32m; ao Noroeste, com a Rua Marechal Hermes, medindo 63,20m; ao Sudeste, com os imóveis constantes nas matrículas nºs 16.753, 16.754 e 16.755, medindo 60,89m; e, ao Sudoeste, com o lote nº 2, medindo 18,91m.

II - lote "B" com área de 663,17m² (seiscentos e sessenta e três metros e dezessete decímetros quadrados), confrontando: ao Nordeste, com o Lote nº 1, medindo 18,91m; ao Noroeste, com a Rua Marechal Hermes, medindo 34,70m; ao Sudeste, com os imóveis constantes nas matrículas nºs 16.755, 16.756 e 16.757, medindo 36,85m; e, ao Sudoeste, com o imóvel constante da matrícula nº 26.369, medindo 18,27m.

Parágrafo único. A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria N° 22.771

PORTARIA N° 22.771, de 24 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, e art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências,

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal EVANDRO CARLOS FRITSCHE, ocupante do cargo de Procurador Municipal, lotado na Procuradoria Geral do Município de Caçador, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, para exercer a Função Gratificada - FGR- 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos, por atender encargos de maior responsabilidade, a contar de 01 de junho de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 24 de junho de 2013.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

ROSELAINE DE ALMEIDA PÉRICO
PROCURADORA GERAL.

Portaria N° 22.772

PORTARIA n° 22.772, de 24 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 179, da Lei Complementar nº 056/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, abaixo relacionada, em serviço na Secretaria de Fazenda, o pagamento do serviço extraordinário, HORAS EXTRAS, prestadas durante o mês de junho de 2013, especificando código, nome da servidora e quantidade de horas, conforme segue:

Cód.	Nome	Nº horas
7680	LENITA THIBES STEFAN	30,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,

em 24 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
SECRETÁRIO DA FAZENDA.

Portaria N° 22.773

PORTARIA n° 22.773, de 26 de junho de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 231 e seguintes, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar a fim de apurar a falta de aptidão e capacidade do Servidor Público Municipal GILMAR ALVES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Públicas, com carga horária de 44 horas semanais, lotado na Secretaria de Infraestrutura, atualmente atuando junto à Fundação Municipal de Meio Ambiente, nomeado através da Portaria n°. 19.393, de 22/02/2010, o qual, de acordo com a denúncia, não alcançou a pontuação mínima na avaliação de estágio probatório, sendo reprovado na avaliação datada de 02/08/2013, porque frequentemente precisa refazer seus trabalhos; tem um ritmo de trabalho lento, em comparação com o esperado; desperdiça material; não é colaborador; não acata as ordens disciplinares com facilidade, sempre procurando um modo de escapar delas; conhece as tarefas, mas nem sempre as exerce satisfatoriamente; não tem interesse no desenvolvimento de seu trabalho; eventualmente falta ou sai; o comportamento público do funcionário compromete a imagem do serviço público; não cumpre com seus deveres funcionais, tudo conforme consta na denúncia protocolizada sob o n°. 923/13 e documentos que as instrui.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos artigos 185, I, II, III, V, VII, X, XIV, XV e art. 186 I, XIII, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador), e por reprovação do estágio probatório, de acordo com o art. 29 do mesmo Estatuto, sujeito à penalidade prevista no § 4º do art. 29 e/ou art. 197, IV e/ou 209, V, da Lei Complementar nº 56/2004.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira, ocupante do cargo de Professora e Coordenadora da Comissão de Sindicâncias e Processos Administrativos, lotada na Secretaria de Educação, ELIANE FÁTIMA ESTANISLAWISKI SCHAITEI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria de Educação, atualmente atuando junto à Secretaria de Administração, LENITA THIBES STEFAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria de Bem Estar Social, atualmente atuando junto à Secretaria de Fazenda, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Processo Administrativo nº. 04/2013, atuando como membros, e serem secretariados por Jéssica de Fátima Menel, estagiária, que prestará o compromisso de bem fielmente desempenhar a função de secretária, não atuando como membro.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos a contar da publicação da referida portaria no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º - Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de junho de 2013.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Aviso de Licitação - PR 18 - 2013 - FUNDEMA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FUNDEMA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2013
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONFECÇÃO DE CARTILHA, FOLDER E BANNER INFORMATIVOS DO PROJETO: "RECUPERAÇÃO, PRESERVAÇÃO FLORESTAL DE NASCENTES E ÁREAS QUE MARGEIAM O MANANCIAL DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC - CONVÊNIO:AC FSA CAIXA 0066.058/2012

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 22/07/2013.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 22/07/2013.

Maiores Informações e o Edital Completo poderão ser obtidos na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e-mail:licitacao@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 26 de Junho de 2013.

LUIZ GUSTAVO PAVELSKI

Presidente da FUNDEMA

Marcas Aprovadas PR 24-2013 Saúde

Marcas aprovadas na pré-qualificação técnica do PR 24/2013 do Fundo Municipal de Saúde de Caçador, SC, para AQUISIÇÃO DE BRINDES - KIT MANICURE, CANETA, MOCHILA E CAMISETA - PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA EM CAMPANHAS PREVENTIVAS DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

ITEM	UN	DESCRIÇÃO	MARCA
1	Kit	Kit Manicure personalizado (01 cor) com estojo em couro ecológico, contendo no mínimo 5 peças em aço inoxidável: 01 cortador, 01 lixa, 01 tesoura, 01 espátula e 01 pinça. Medidas aproximadas do estojo 11 X 7 X 1,5 cm, conforme desenho - Anexo V	ON LINE - BELI JIA GIFT OVAL COM 07 ITENS - IMPORTADORA SIENA- APROVADA WANDERLEI MASSANEIRO - BELI JIA GIFT RETANGULAR COM 05 ITENS - IMPORTADORA SIENA- APROVADA
2	Unid.	Caneta plástica com escrita azul, ponta de tungstênio e apoio emborrachado, marca texto em diversas cores na outra extremidade com tampa, personalizada em silk 01 cor, conforme desenho - Anexo V	ON LINE - APROVADA WANDERLEI MASSANEIRO - APROVADA

3	Unid.	Mochila infantil em material poliéster 600, abertura em zíper, com duas alças nas costas, tamanho L18cm X A24cm X P10cm, personalizada com estampa 01 cor, conforme desenho - Anexo V	GIOVANELLA - APROVADA CACO & DÉIA - APROVADA WANDERLEI MASSANEIRO, ON LINE E JW, E & E CONFECÇÕES - APROVADA COM RESTRIÇÕES (reforçar a alça com o mesmo tecido da mochila, e formato arredondado na parte superior) ZOZ SOETHE - APROVADA COM RESTRIÇÕES (reforçar a alça com o mesmo tecido da mochila)
4	Frasco	Camiseta na cor branca; manga curta; personalização com aplicação em silk 4 cores; decote redondo tradicional; na grade de tamanhos P, M, G e GG; tecido em meia malha, 100% algodão, conforme desenho - Anexo V	GIOVANELLA - APROVADA E & E CONFECÇÕES - APROVADA COR URBANA, FRAIVEST, FS, WANDERLEI MASSANEIRO, HARMONIZE, JW, ON LINE E ZOZ SOETHE - APROVADA COM RESTRIÇÕES (malha deve ser 100% algodão contendo tal descrição na etiqueta) HARMONIZE - 50% algodão e 50% poliéster - REPROVADA

COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE PRÉ QUALIFICAÇÃO

PAULA BRUSTOLIN XAVIER

ANGELLY CRISTINA BITTENCOURT DE CAMPOS

RUTTE KLAVA DA SILVA

Resumo Ata Propostas TP 01-2013 Saúde

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS TP 01-2013 - FMS

Após análise das propostas de preços a Comissão constatou que os valores cotados pela empresa Lajetec que teve o menor preço ficaram dentro ou abaixo dos valores máximos estabelecidos no Edital e a proposta atende os requisitos do capítulo 4 do Edital, desta forma, a empresa Lajetec foi considerada vencedora com R\$ 161.252,64. A Comissão encaminha o presente processo para homologação da autoridade competente após decorrido o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos.



Camboriú

PREFEITURA

PR 30/13 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 030/2013-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS COM CALÇAMENTO COM PARALELEPÍPEDOS E/OU LAJOTAS EM TODO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 10 (Dez) de Julho de 2013, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 27 de Junho de 2013.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Editais de Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito N° 194 - 688, 697/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 688/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE Infração	Código dA Infração / DEsdobrAmEnto	DAtA dA Infração	EnquAdrAmEnto
ABH2414	55373248C	6920/0	14/12/2010	233
ABV4339	55959355B	6920/0	25/01/2011	233
AED3680	55949333C	5193/0	18/01/2011	168
AHB6384	55949397C	5550/0	09/12/2010	181 * XVIII
BTF1025	55374422C	6920/0	14/12/2010	233
DAB8969	55374432C	6920/0	14/12/2010	233
DRG5949	55949259C	6599/2	08/01/2011	230 * V
GUY4644	55949133C	7366/2	15/12/2010	252 * VI
GZO2444	55373118C	5452/3	21/01/2011	181 * VIII
LXZ5652	55959371B	6920/0	25/01/2011	233
MAE3637	55959365B	6920/0	25/01/2011	233
MAH1600	55949521C	6599/2	23/01/2011	230 * V
MAH1600	55949521C	6653/1	23/01/2011	230 * XI
MAP4789	55950115C	6920/0	05/01/2011	233
MAR6603	55948781C	5010/0	20/12/2010	162 * I
MBE7685	55949716C	6599/2	02/01/2011	230 * V
MBE7685	55949717C	5010/0	02/01/2011	162 * I
MBE7685	55949718C	5118/0	02/01/2011	164 c/c 162 * I
MBE7685	55949719C	7030/1	02/01/2011	244 * I
MBE7685	55949720C	6653/1	02/01/2011	230 * XI
MBL1986	55959366B	6920/0	25/01/2011	233
MBR8927	55949438C	6599/2	08/12/2010	230 * V
MBR8927	55949439C	5010/0	08/12/2010	162 * I
MBT2647	55949454C	6599/2	09/12/2010	230 * V
MBX7905	55948505C	6599/2	21/10/2010	230 * V
MBX7905	55948506C	5010/0	21/10/2010	162 * I

MCA9382	55950168C	6653/1	25/01/2011	230 * XI
MCL6562	55950100C	7285/0	24/01/2011	250 * III
MCP0398	55949524C	5010/0	25/01/2011	162 * I
MCP0398	55949524C	6912/0	25/01/2011	232
MCV6204	55949076C	6041/2	14/01/2011	207
MDF4994	55372739C	5835/0	11/01/2011	195
MDF4994	55372740C	6599/2	11/01/2011	230 * V
MDF9367	55949804C	6599/2	30/12/2010	230 * V
MDL9893	55950044C	6041/2	12/01/2011	207
MDO2048	55374326C	6599/2	21/01/2011	230 * V
MDO2048	55374327C	6912/0	21/01/2011	232
MDO2048	55374328C	6408/0	21/01/2011	221
MDT6141	55948816C	6041/2	10/01/2011	207
MDW9087	55373239C	6920/0	14/12/2010	233
MEB3507	55950011C	5010/0	28/12/2010	162 * I
MEC7161	55949129C	6599/2	07/12/2010	230 * V
MED1168	55959360B	6920/0	25/01/2011	233
MED1168	55959361B	6920/0	25/01/2011	233
MEF4111	55949711C	6599/2	31/12/2010	230 * V
MEH3910	55950114C	6920/0	05/01/2011	233
MEH5619	55949383C	7366/2	03/12/2010	252 * VI
MEJ8329	55371532C	5010/0	16/01/2011	162 * I
MEM4367	55373237C	6920/0	13/12/2010	233
MER7596	55950055C	6599/2	05/01/2011	230 * V
MEX7155	55949243C	5541/5	10/12/2010	181 * XVII
MFF4859	55949518C	6408/0	20/01/2011	221
MFF4859	55949519C	6610/2	20/01/2011	230 * VII
MFI5795	55949671C	6599/2	25/01/2011	230 * V
MFN9628	55374181C	6599/2	16/10/2010	230 * V
MFP6918	55950089C	7056/1	22/01/2011	244 * III
MFP6918	55950090C	6637/2	22/01/2011	230 * IX
MFP6918	55950091C	6653/2	22/01/2011	230 * XI
MFP8594	55949815C	5045/0	09/01/2011	162 * V
MFV1253	55949314C	5010/0	12/12/2010	162 * I
MGN8878	55948853C	7056/1	09/12/2010	244 * III
MGN9691	55948854C	6122/0	14/01/2011	214 * I
MGR0488	55373949C	5169/1	24/12/2010	165

MHD6807	55949244C	7366/2	10/12/2010	252 * VI
MHL2730	55369797C	6700/2	22/01/2011	230 * XVI
MHL6037	55949130C	6653/2	08/12/2010	230 * XI
MHL6037	55949131C	5835/0	08/12/2010	195
MHL6037	55949132C	6912/0	08/12/2010	232
MHO9151	55950163C	7366/2	20/01/2011	252 * VI
MHP8246	55949015C	5525/0	03/12/2010	181 * XV
MIC8188	55949606C	6041/2	13/12/2010	207
MIS0411	55949607C	6041/2	13/12/2010	207
MJJ0840	55374441C	5010/0	31/12/2010	162 * I
MUV4678	55950210C	6599/2	22/01/2011	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
 DE TRÂNSITO Nº 194 697/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

PIAcA	Auto dE InfrAção	Código dA InfrAção / DEsdobrAmEnto	DAtA dA InfrAção	EnquAdrAmEnto
AAD9140	55369894C	6548/2	21/04/2010	229
AFE0033	55950610C	6920/0	09/02/2011	233
AHW8696	55950290C	5185/1	10/03/2011	167
AOA0666	55949636C	5452/1	28/02/2011	181 * VIII
ASM5000	55374340C	6920/0	03/03/2011	233
CIM9557	55950607C	6920/0	09/02/2011	233
CZL6210	55950523C	6726/1	07/02/2011	230 * XVIII
CZL6210	55950526C	6700/1	07/02/2011	230 * XVI
DIA5105	55951151C	7366/2	04/03/2011	252 * VI
DRI3077	55950836C	5185/1	02/03/2011	167
IJX3113	55950609C	6920/0	09/02/2011	233
IKZ2610	55949592C	6580/0	06/03/2011	230 * IV
IKZ2610	55949593C	6610/2	06/03/2011	230 * VII
KAF0420	55372514C	5169/1	31/07/2010	165
LOK2582	55950298C	6050/1	13/03/2011	208
LWX3148	55950705C	5010/0	13/02/2011	162 * I
LWX3148	55950706C	6599/2	13/02/2011	230 * V
LXC1610	55950601C	6920/0	09/02/2011	233
LXR1532	55950323C	5185/1	12/02/2011	167
LXS3351	55950314C	5045/0	11/02/2011	162 * V
LYM7443	55370047C	6920/0	23/04/2010	233
MAV6196	55372483C	6548/2	21/04/2010	229
MBB4537	55949595C	7056/1	09/03/2011	244 * III
MBV7737	55948829C	7056/1	07/02/2011	244 * III
MCL4876	55950227C	6068/1	09/02/2011	209
MCX5602	55949590C	5665/0	26/02/2011	182 * X

MDL1349	55948695C	6653/2	04/03/2011	230 * XI
MDN6922	55950769C	5010/0	28/02/2011	162 * I
MDN6922	55950770C	6599/2	28/02/2011	230 * V
MED2756	55950331C	5541/6	16/02/2011	181 * XVII
MED7144	55951101C	6920/0	04/03/2011	233
MEH5199	55949639C	5878/0	04/03/2011	199
MER9169	55949640C	5045/0	04/03/2011	162 * V
MER9169	55950278C	5185/1	04/03/2011	167
MEV8197	55959762B	5010/0	10/05/2010	162 * I
MEZ0818	55948696C	6653/2	04/03/2011	230 * XI
MFG6426	55951108C	6920/0	04/03/2011	233
MFJ3615	55950707C	6041/2	14/02/2011	207
MFO2724	55950716C	7048/1	02/03/2011	244 * II
MFO2724	55951056C	5045/0	02/03/2011	162 * V
MFY9609	55951112C	6122/0	09/03/2011	214 * I
MGA0256	55950960C	5819/2	10/03/2011	193
MGC6882	55950279C	5185/1	04/03/2011	167
MGI5505	55950773C	7030/2	28/02/2011	244 * I
MGL3407	55950280C	5185/1	04/03/2011	167
MGR2709	55951154C	7366/2	10/03/2011	252 * VI
MGR7867	55949579C	5452/1	30/01/2011	181 * VIII
MHD4513	55950328C	5541/6	15/02/2011	181 * XVII
MHH5044	55948496C	6653/2	08/02/2011	230 * XI
MHL6370	55948688C	6602/0	15/02/2011	230 * VI
MHP3433	55949883C	7366/2	17/02/2011	252 * VI
MHP3433	55949884C	7030/2	17/02/2011	244 * I
MHR0987	55949049C	6068/1	09/02/2011	209
MHX5340	55950554C	6599/2	11/02/2011	230 * V
MHY4768	55950230C	6068/1	09/02/2011	209
MIU6371	55950775C	6580/0	28/02/2011	230 * IV
MIU6371	55950776C	6912/0	28/02/2011	232
MIV2341	55948839C	5045/0	05/03/2011	162 * V
MIX2848	55950850C	5541/1	11/03/2011	181 * XVII
MRE0910	55949095C	6041/2	17/02/2011	207
MYS6333	55959763B	6610/2	10/05/2010	230 * VII
MYS6333	55959764B	6700/2	10/05/2010	230 * XVI

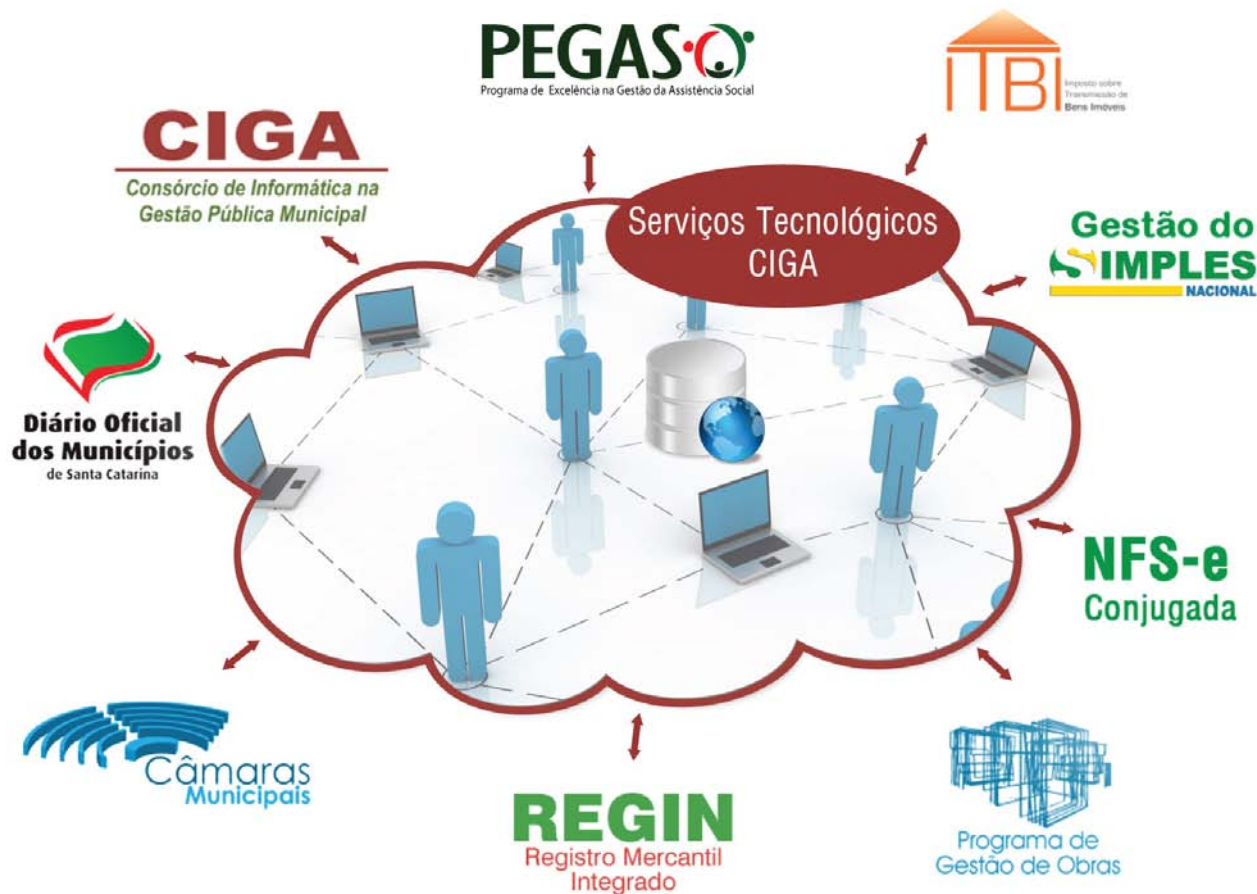
TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 20 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA



www.ciga.sc.gov.br

Campo Alegre

PREFEITURA

Decreto N° 7.833 de 26 de Junho de 2013

Gabinete do Prefeito

DECRETO N° 7.833 DE 26 DE JUNHO DE 2013

ABRE CRÉDITO ESPECIAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPÉRÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 3.980 de 26 de junho de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre crédito Especial Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cinquenta centavos), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

08.00 - Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.

08.03 - Serviços de Obras e Serviços Públicos

15.452.0045.2.023 - Vias Públicas e Logradouros

300000.00.117 - Despesas Correntes

330000.00.117 - Outras Despesas Correntes

339000.00.117 - Aplicações Diretas

339039.00.117 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Superávit Financeiro apurado no Balanço do Município do exercício de 2012, relativo as seguintes recursos: 0117 Conta Trânsito no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais),

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 26 de junho de 2013.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 26/06/2013

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

Decisão de Revogação - Processo Licitatório N° 36/2013

DECISÃO DE REVOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 36/2013, modalidade Pregão, na forma presencial

Em 14 de fevereiro de 2013 o Serviço de Suprimentos recebeu a Requisição nº 0769 que solicita a contratação de empresa para conserto do painel da viatura ASU 7883 do Corpo de Bombeiros desta cidade;

Foi iniciado o processo licitatório nº 24/2013, na modalidade Convite para contratação do objeto, tendo em vista que houve somente uma proposta válida, sendo modalidade Convite, declarou-se o processo "fracassado", conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, através do Prejulgado 1850;

Iniciou-se novo processo de licitação, agora na modalidade Pregão,

para a contratação do mesmo objeto. No dia 09 de abril de 2013 deu-se a abertura das propostas, tendo como empresa vencedora da licitação a empresa Veronezi e Cia Ltda;

Verbalmente o Sargento Antônio Zauri Corrêa Vilmiz havia informado (ao Serviço de Suprimentos) que o veículo que foi objeto da licitação seria recolhido (transferido para outra cidade), sendo informado que o mesmo deveria encaminhar documento com esta informação para juntar ao processo;

No dia 26/04/2013 recebeu-se o Ofício nº 009-1º/1º/2ª/9ºBBM, do Corpo de Bombeiros desta cidade com as informações solicitadas e então a Autoridade Superior solicitou parecer jurídico quanto ao procedimento a ser adotado;

No dia 22/05/2013 recebeu-se o Parecer Jurídico onde a orientação foi de solicitar maiores informações quanto ao recolhimento do veículo. No dia 24/05/2013 solicitou-se as informações complementares e no dia 27/05/2013 recebeu-se novo ofício com as informações e com cópia do documento do veículo.

No ofício o Corpo de Bombeiros diz que a viatura é de propriedade do Estado de Santa Catarina (Fundo Estadual de Defesa Civil), que o Estado utilizará o veículo para outras finalidades e encaminhará nova viatura para o Município de Campo Alegre.

Atendendo ainda o Parecer Jurídico, a Comissão intimou a única empresa licitante Veronezi & Cia Ltda, no dia 12/06/2013, da intenção de revogação de licitação, concedendo-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar contraditório e ampla defesa, com fulcro no §3º, art. 24, da Lei Federal 8.666/93.

Não houve manifestação de contraditório e ampla defesa quanto a intenção de revogação.

Sendo assim,

RESOLVE,

REVOGAR o processo licitatório nº 36/2013, modalidade Pregão.

Publique-se,

Intime-se a empresa Veronezi & Cia Ltda do prazo recursal que trata o art. 109 da Lei Federal 8.666/93 (5 dias úteis).

Campo Alegre, 26 de junho de 2013.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

INTIMAÇÃO

(Processo Licitatório n.º 36/2013)

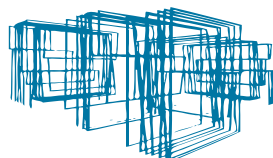
Licitante: Veronezi & Cia Ltda

INTIMO a empresa Veronezi & Cia Ltda quanto a Decisão de Revogação do processo licitatório em epígrafe, conforme segue; INTIMO ainda quanto ao prazo recursal que trata o art. 109 da Lei Federal 8.666/93 e alterações.

Campo Alegre/SC, 26 de junho de 2013.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira



Programa de
Gestão de Obras



Classificação Processo Seletivo Simplificado Edital 006/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - ESTADO DE SANTA CATARINA
CLASSIFICAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 006/2013

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
01	RAFAEL NEGHERBON	1º
02	OSMAR DONIZETE CAETANO DA LUZ	2º
03	MIGUEL HIRT	DESCCLASSIFICADO
04	MÁRCIO KRUGER	3º

CAMPO ALEGRE/SC, 26 DE JUNHO DE 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 006/2013

Homologa Inscrição do Processo Seletivo Simplificado Edital 008/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - ESTADO DE SANTA CATARINA
HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 008/2013

MÉDICO IV

INSCRIÇÃO
01

CAMPO ALEGRE/SC, 26 DE JUNHO DE 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 008/2013

Homologa Inscrições do Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 007/2013

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - ESTADO DE SANTA CATARINA
HOMOLOGA INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 007/2013

TÉCNICO EM PROCESSAMENTO DE DADOS

INSCRIÇÃO	
02	
INDEFERIDA	
INSCRIÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
01	NÃO ATENDEU O ITEM 2.3 INCISO IV

CAMPO ALEGRE/SC, 27 DE JUNHO DE 2013.

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 007/2013

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria Nº 13/2013**

Portaria nº 13, de 27 de Junho de 2013.

CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E AUTORIZA CONVERSÃO EM PECÚNIA.

O Presidente da Mesa Diretora, da Câmara municipal de Campo Alegre no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno, em especial ao artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006 e Lei Complementar Municipal nº 99 de 19 de junho de 2013; resolve:

Art. 1º) Autorizar o pagamento de Licença Premio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional Legislativo - Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, matricula nº 001, lotada nesta Câmara Municipal de Campo Alegre, referente ao período aquisitivo de 04 de Abril de 2010 a 03 de Abril de 2013.

Art. 2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 27 de Junho de 2013.

RAUL JOHANSON

Presidente da Mesa

Campos Novos**PREFEITURA****Aviso de Dispensa de Licitação Nº 16/2013**

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 121/2013 Dispensa 16/2013

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE TERRENO PARA EXPLORAÇÃO E RETIRADA DE CASCALHO, PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS DA LINHA RIO PARDO, CONFORME ARTIGO 24 DA LEI 8.666/93.

Valor R\$ 2.300,00(dois mil e trezentos reais).

De acordo com a lei 8.666/93, artigo 24 inciso X.

Campos Novos, 25 de Junho de 2013.

NELSON CRUZ

Prefeito



Programa de Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

SAMAE**Ext Pp102013**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA 49 35410844
AVISO LICITAÇÃO

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE de Campos Novos -SC leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com o que preceitua a Lei 10.520/2002, Decreto 5.411/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/1993, fará realizar o procedimento licitatório abaixo:

1-LICITAÇÃO Nº 20/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2013, tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

2-OBJETO: Registro de preços para futura aquisição de materiais de higiene, limpeza copa e cozinha estimativo para o período de 12 (doze) meses.

3-DATA/HORÁRIO DE ABERTURA: As 14:00hs do dia 12/07/2013, para recebimento e abertura de invólucros. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Material e Transporte do SAMAE, sito a rua: Caetano Carlos, 466 - Centro em Campos Novos -SC, nos seguintes horários das 09:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas e nos sites www.samaecn.com.br e www.camposnovos.sc.gov.br

JOEL FRANCISCO FAGUNDES
DIRETOR DO SAMAE

Canoinhas**PREFEITURA****Publicação da Alteração do Edital de Pregão Presencial Nº 42/2013**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 75/2013
PREGÃO PRESENCIAL N.º 42/2013
ALTERAÇÃO DE EDITAL

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, com sede na Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, Canoinhas-SC, torna público, que alterou o edital de Pregão acima. Diante disto, a data de entrega e abertura dos envelopes contendo a documentação e propostas, foi transferida para o dia 11/07/2013, ficando estipulado os seguintes horários: às 10h00min (entrega) e 10h05min. (abertura). Informações (047) 3621 7705. O edital alterado está disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link governo/licitações.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Edital Nº. 030/2013

EDITAL Nº. 030/2013
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO
PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2012.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do Decreto nº 85 de 18 de maio 2012; Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos relacionados no Anexo I do

presente Edital;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos a seguir relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2012, para comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Número de inscrição no PIS/PASEP;
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário.

2. O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os concursados apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo

que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 26 de junho de 2013.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 030/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

CARGO: SERVENTE FEMININO

CARLA ADRIANA STECH DOS SANTOS

Capinzal

PREFEITURA

Decreto 067/2013

DECRETO Nº 067, DE 5 DE JUNHO DE 2013

Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 297.410,46 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e seis centavos).

Prefeito Municipal DE CAPINZAL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, inciso V, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 3.046, de 28 de novembro de 2012,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Capinzal, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 297.410,46 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e seis centavos), para reforço da dotação orçamentária vigente, na forma do quadro a seguir:

0601	SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15	URBANISMO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452	SERVIÇOS URBANOS	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120	DESENVOLVIMENTO URBANO	FTE	DR	R\$	0,00
0601.15.452.0120.1092	PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS PÚBLICAS	FTE	DR	R\$	0,00
44905100-557	Obras e instalações	0183	0000	R\$	297.410,46
Total R\$ 297.410,46					

Art. 2º Servirá de recursos para abertura do crédito de que trata o art. 1º do presente Decreto, na forma do disposto no inciso IV, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a receita proveniente da operação de crédito contrata na Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. BADESC, contrato nº 2011024101, autorizada pela Lei nº 2.955, de 6 de abril de 2011, no valor de R\$ 297.410,46 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e seis centavos).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 5 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMANN

Secretário da Administração e Finanças

Decreto 074/2013

DECRETO Nº 074, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Aprova desmembramento na forma que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, em consonância com a Lei Complementar nº 140, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre o Código de Parcelamento de Solo Urbano do Município de Capinzal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento em que é requerente Ireno Vilarino inscrito no CPF sob o nº 386.248.779-20, relativo ao imóvel com área documental de 1.250,00 m² (mil duzentos e cinquenta metros quadrados), situado no lado ímpar da Rua Adelmo Biavatti, sendo parte da chácara nº 18, atual lote nº 01, quadra nº 102, registrado no Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, sob o nº 7.777, Livro nº 2 AE, Fls. 230, de propriedade do requerente.

Art. 2º O imóvel citado no caput do art. 1º, fica desmembrado nos termos da Planta Topográfica, Memorial Descritivo e demais documentos anexos, que fazem parte integrante do presente Decreto, mantidos os ônus eventualmente existentes e/ou constantes nas certidões representadas, na forma a seguir especificada:

I - Área Total. 1.250,00 m²:

a) Área do Lote nº 01 da Quadra nº102 850,00 m²
b) Área do Lote nº 02 da Quadra nº102 400,00 m²

Art.3º Toda a área, dividida em lotes, após a publicação do presente Decreto, será computada no Cadastro de Contribuintes do Município e o recolhimento de tributos, será de inteira responsabilidade do proprietário, enquanto não se proceder a baixa e a transferência em nome do comprador, mediante a apresentação da Escritura Pública, mantidos os ônus que eventualmente incidirem sobre o imóvel desmembrado.

Art. 4º Dentro do prazo de cento e oitenta (180) dias, a contar desta data, os requerentes/proprietários, pela via legal, submeterão o desmembramento para registro no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal, na forma da legislação vigente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal - SC, 27 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

MARCO ANTÔNIO HACHMMAN
Secretário da Administração e Finanças

Resolução 021/2013

RESOLUÇÃO Nº 021, DE 27 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre a concessão de diárias na forma que especifica.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17 do estatuto social e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor integrante do quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar (CIALAR) que se deslocar para outro ponto do território nacional em caráter temporário, a serviço ou para participar de eventos de interesse do órgão, tais como cursos, estágios ou outra modalidade de aperfeiçoamento ou de representação da entidade diretamente relacionada ao cargo ou função, terá direito à percepção de diárias, consoante às disposições estabelecidas nesta Resolução.

Parágrafo único. Excepcionalmente, quando em missões internacionais de representação do Consórcio no exterior, também será devido o pagamento de diárias, nos termos deste regulamento.

Art. 2º O pagamento de diárias destina-se a indenizar despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, sendo concedidas proporcionalmente à quantidade de dias de afastamento da sede do Consórcio.

Art. 3º As autorizações para deslocamento e concessão de diárias serão deferidas pelo dirigente do órgão ou autoridade delegada, a qual está vinculado o servidor, após a formalização do pedido, nos termos do Anexo I, parte integrante desta Resolução, onde constará:

- I - nome, cargo, emprego ou função e a matrícula do servidor;
- II - a justificativa do deslocamento;
- III - a indicação dos locais, período e horários de deslocamento;
- IV - meio de transporte utilizado para deslocamento.

Art. 4º Os valores das diárias serão fixados por cargos, empregos e funções e corresponderão aos valores estabelecidos no Anexo II, parte integrante desta Resolução.

Art. 5º Aplicam-se as disposições constantes do art. 4º, observada à equivalência hierárquica do cargo, função ou emprego de que é detentor no órgão de origem, aos servidores:

- I - admitidos em caráter temporário no âmbito da administração do Consórcio;
- II - convocados, colocados à disposição ou cedidos a qualquer título para prestar serviços ao Consórcio.

Art. 6º Entende-se por diária o período compreendido de vinte e quatro (24) horas, em viagem, contado da partida do servidor.

§ 1º O servidor terá direito somente a metade do valor da diária quando o deslocamento for igual ou superior a doze (12) e inferior a vinte e quatro (24) horas, desde que o afastamento não exija pernoite fora da sede;

§ 2º O pagamento de meia diária só será devido se o servidor apresentar o comprovante de despesas com alimentação ou locomoção referentes ao período de fração de diária.

Art. 7º Em qualquer hipótese não será devido o pagamento de diárias quando o deslocamento não exigir do servidor a realização de gastos com deslocamento, alimentação e pernoite.

Parágrafo único. Nos casos de deslocamento fora da sede, em período de viagem inferior a doze (12) horas em que exigir do

servidor a realização de despesas com alimentação será convertido em espécie o valor correspondente à despesa realizada.

Art. 8º As diárias serão pagas antes do início da viagem, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade competente:

I - em casos de emergência, hipótese em que poderão ser processadas no decorrer do deslocamento;

II - quando o deslocamento compreender período superior a quinze (15) dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 1º Quando o período de deslocamento se estender até o exercício financeiro seguinte, a despesa será considerada como realizada integralmente no exercício em que teve início a viagem.

§ 2º Os requerimentos de diárias, quando o deslocamento tiver início a partir de sexta-feira, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando, à autorização de pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 3º Nos casos em que o deslocamento se estender por tempo superior ao previsto, desde que autorizada sua prorrogação, o servidor terá direito a diárias complementares correspondentes ao período prorrogado.

Art. 9º O servidor deverá prestar contas e apresentar relatório, por escrito, anexando os documentos comprobatórios das despesas, em até três (03) dias do seu retorno.

Art. 10. Quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento, o servidor restituirá as diárias em sua totalidade ao erário no prazo máximo de dois (02) dias, a contar da data em que deveria ter viajado.

Art. 11. Responderão solidariamente, a autoridade proponente, o ordenador da despesa e o servidor que tenha recebido diárias, pelos atos praticados com infração a qualquer dispositivo desta Resolução.

Art. 12. Os valores pecuniários das diárias estabelecidos no Anexo II deste Resolução, serão reajustados por ato do Presidente do Consórcio, sempre que ocorrer variação nos vencimentos dos servidores e nos mesmos índices.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 27 de junho de 2013.

ANDEVIR ISGANZELLA
Presidente do CIALAR

ANEXO I

FORMULÁRIO DE REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS E RELATÓRIO DE VIAGEM

CONSÓCIO INTERMUNICIPAL ABRIGO CASA LAR (CIALAR)			
Unidade Gestora:			
REQUISIÇÃO DE DIÁRIAS E RELATÓRIO DE VIAGEM			
DATA DE SAÍDA	HORÁRIO DE SAÍDA	DATA DE RETORNO	HORÁRIO DE RETORNO
MEIO DE TRANSPORTE	PLACA	KM DE SAÍDA	
NÚMERO DE DIÁRIAS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	
NOME DO SERVIDOR	CARGO	ASSINATURA	

ORDENADOR DA DESPESA	CARGO	ASSINATURA
HISTÓRICO DO DESLOCAMENTO / JUSTIFICATIVA		
LOCAL		DATA

ANEXO II**TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO NO TERRITÓRIO NACIONAL, EXCETO À CAPITAL FEDERAL**

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Coordenador Social	R\$ 180,00
Monitor Social	R\$ 180,00
Assistente Social	R\$ 180,00
Psicólogo	R\$ 180,00
Servidores	R\$ 180,00

TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO À CAPITAL FEDERAL

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Coordenador Social	R\$ 270,00
Monitor Social	R\$ 270,00
Assistente Social	R\$ 270,00
Psicólogo	R\$ 270,00
Servidores	R\$ 270,00

TABELA DE DIÁRIAS PARA DESLOCAMENTO AO EXTERIOR

GRUPO DE CARGOS OU FUNÇÃO	VALOR
Coordenador Social	R\$ 365,00
Monitor Social	R\$ 365,00
Assistente Social	R\$ 365,00
Psicólogo	R\$ 365,00
Servidores	R\$ 365,00

FMS - Termo de Resilição**TERMO DE RESILIÇÃO**

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Capinzal

CONTRATADA: BONATO CLÍNICA DE ODONTOLOGIA LTDA

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0030/2013 oriundo do Processo Licitatório nº 0012/2013, do Pregão Presencial nº 004/2013 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes. Conforme justificativa e pareceres em anexo.

VIGÊNCIA: 16/05/2013 até 31/12/2013

PMC - Termo de Resilição**TERMO RESILIÇÃO**

CONTRATO Nº 0128/2013

Pregão Eletrônico Nº 15/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: COMERCIO E TRANSPORTES CAPINZAL LTDA

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0128/2013 oriundo do Processo Licitatório nº 0060/2013, do Pregão Eletrônico nº 0015/2013 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 27/06/2013 ate 31/12/2013

PMC - Termo de Resilição**TERMO RESILIÇÃO**

CONTRATO Nº 0127/2013

Pregão Eletrônico Nº 15/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: TRANSPORTES LAVINIA LTDA -ME

OBJETO: Pelo presente instrumento, as partes contratantes acima identificadas e qualificadas, por seus representantes legais ao final assinados, promovem a resilição do contrato 0127/2013 oriundo do Processo Licitatório nº 0060/2013, do Pregão Eletrônico nº 0015/2013 conforme Art. 78 inciso X da lei 8.666/93, extinguindo-se com o contrato as obrigações e deveres nele transcritos, sem indenização a qualquer título às partes.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 27/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/02-13**EXTRATO DE CONTRATO**

TERMO ADITIVO Nº TA 01-13/02-13

CONTRATO Nº 002/2013

Pregão Presencial Nº 001/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ITACIR FALAVIGNA ME

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 33.041,07, para R\$ 31.959,45, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 1.081,62

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/05-13**EXTRATO DE CONTRATO**

TERMO ADITIVO Nº TA 01-13/05-13

CONTRATO Nº 0005/2013

Pregão Presencial Nº 002/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 4.109,65, para R\$ 3.968,68, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 140,97

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/01-13

TEMPO ADITIVO 001/2013

Processo Licitatório N° 001/2013

Pregão Presencial N° 001/2013

CONTRATO 001/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: SE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 61.383,11, para R\$ 59.513,59, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 1.869,52

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/03-13

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO N° TA 01-13/03-13

CONTRATO N° 0003/2013

Pregão Presencial N° 001/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 19.473,32, para R\$ 18.678,28, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 795,04

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/04-13

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO N° TA 01-13/04-13

CONTRATO N° 0004/2013

Pregão Presencial N° 001/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 10.964,81, para R\$ 10.506,81, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 458,00

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/06-13

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO N° TA 01-13/06-13

CONTRATO N° 0006/2013

Pregão Presencial N° 2/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: DORVALINO DAMBROS & FILHOS LTDA ME

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 23.103,04, para R\$ 21.742,36, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios

VALOR R\$: 1.360,68

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/07-13

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO N° TA 01-13/07-13

CONTRATO N° 0007/2013

Pregão Presencial N° 2/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: ALF MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 15.791,90, para R\$ 15.401,65, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 390,25

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Termo Aditivo 01-13/08-13

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO N° TA 01-13/08-13

CONTRATO N° 0008/2013

Pregão Presencial N° 2/2013

CONTRATANTE: Município de Capinzal

CONTRATADA: GHIGGI MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a supressão de valores do contrato original, passando de R\$ 3.892,15, para R\$ 3.838,00, cujo objeto trata da aquisição fracionada de materiais para construção de 10 unidades habitacionais localizados em diversos pontos do município de Capinzal, recursos próprios.

VALOR R\$: 54,15

VIGÊNCIA: 25/06/2013 ate 31/12/2013

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Portaria N° 226/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA N° 226/2013

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 15 (quinze) dias, período de 22.03.2013 a 05.04.2013, pagos pelo município;

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 90 (noventa) dias, período de 11.04.2013 a 09.07.2013;

- CONSIDERANDO, o deferimento pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS do pedido de auxílio-doença apresentado pela Servidora - NB 601.555.879-6 (Requerimento n. 149045690);

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art. 64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora pública LENIR PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matriculada sob o nº. 2267/01, até 22.09.2013, que será remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado-SC,
27 de junho de 2013.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Decreto Legislativo N°068-2013.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO N°068 de 25 de junho de 2013.

"APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Câmara Municipal RESOLVE:

Art. 1º Ficam APROVADAS as contas do Exercício de 2011, do Município de Chapadão do Lageado, atendendo recomendação e parecer exarado pelo Tribunal de Contas, no Processo n°. PCP - 12/00099432.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 26 de junho de 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Resolução N°043-2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N°043 de 26 de junho de 2013.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA DE VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal resolve:

Art. 1º Fica o Vereador Ivam Carlos Pereira, licenciado pelo período de trinta dias, (30) dias, a partir do dia 01 (primeiro) de julho do corrente ano, para tratar de assuntos de interesses particulares conforme o estabelecido no Artigo 27, Inciso VIII parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 18 Inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2013 e término ao final da licença do Vereador titular do cargo.

SALA DAS SESSÕES 26 DE JUNHO DE 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Resolução N°044-2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N°044 de 26 de junho de 2013.

"DISPÕE SOBRE LICENÇA DE VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal resolve:

Art. 1º Fica o Vereador Marcos Aurélio Jasper, licenciado pelo período de trinta dias, (30) dias, a partir do dia 01 (primeiro) de julho do corrente ano, para tratar de assuntos de interesses particulares conforme o estabelecido no Artigo 27, Inciso VIII parágrafo 3º da Lei Orgânica Municipal, e Artigo 18 Inciso II, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Resolução, correrão por conta de dotações próprias do Orçamento Vigente.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01/07/2013 e término ao final da licença do Vereador titular do cargo.

SALA DAS SESSÕES 26 DE JUNHO DE 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Resolução N°045-2013.

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

ANDRÉ SEBOLD, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes desse Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte:

RESOLUÇÃO N°045 de 26 de junho de 2013.

"REVOGA, E ALTERA DISPOSITIVOS DA RESOLUÇÃO N°006/2007 REGIMENTO INTERNO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal resolve:

Art. 1º Fica revogado o Art. 20º da Resolução n°006/1997 de 10.12.1997, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

Art. 2º O Art. 15º, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 15º Em caso de vaga, investidura e licença previstos nos artigos 18º e 19º do Regimento Interno, o Presidente convocará imediatamente o suplente, que deverá tomar posse dentro do prazo de cinco dias, salvo motivo justo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES 26 DE JUNHO DE 2013.

ANDRÉ SEBOLD

Presidente

Concórdia

PREFEITURA

Portaria Fmc N° 25/2013

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC N° 25/2013, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

A Superintendente da Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n° 2.288, de 20 de janeiro de 1989 e pelo Decreto n° 2.383, de 4 de abril de 1989 e alteração, c/c o disposto nas Leis Complementares n°s. 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações, e 90, de 27 de junho de 1994 art. 116 e seguintes.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de julho de 2013, ao servidor NERY DICK, ocupante do cargo de Auxiliar Artístico, o gozo de 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 03 de junho de 2007 a 02 de junho de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

SANDRA MARA ROMAN

Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

Adendo 01 ao Edital Pregão Presencial N° 76/2013 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2013 PMC

O Município Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Locação de painel de LED, Locação de sinalizadores de céu, Locação de geradores de energia, Locação de banheiros químicos, Locação de equipamentos para sonorização, iluminação e estruturas metálicas, durante a realização da Expo Concórdia 2013, que ocorrerá de 20 a 29 de julho de 2013, no Parque de Exposições Senador Atilio Fontana, com recursos oriundos de convenio com o Governo Estadual, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital, foi alterado.

Os prazos para protocolo dos envelopes de propostas de preços e de habilitação fica alterado para dia 11 de julho de 2013, até as 16:00 horas. Sendo que a sessão de abertura da licitação, fica marcada para o dia 12 de Julho de 2013 às 09:30 horas.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 27 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Ob N° 9/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL N° 9/2013- PMC

Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresas do ramo de construção civil para execução de serviços em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), para instalação de revestimento cerâmico e para pintura, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Recebimento das propostas: até as 09h do dia 10/07/2013.

Abertura: dia 10/07/2013 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 27 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial SRP N° 78/2013- PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 78/2013- PMC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para possível aquisição durante o ano de 2013 de produtos para realização de coffee break, para atender as necessidades de diversas secretarias, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 11/07/2013.

Abertura: dia 12/07/ 2013 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, n° 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 26 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Edital de Convite N° 1/2013 - PMC

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONVITE N° 1/2013 - PMC

Compras e Serviços

Objeto: Aquisição de peças para concerto do conversor de torque, transmissão e parte rodante do Trator Esteira Fiat Allis PMC 121, de acordo com as especificações constantes no Anexo "C" do Edital.

O recebimento dos Envelopes 01 - DOCUMENTAÇÃO e 02 - PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma, no Setor de Protocolo Geral deste Município.

Recebimento dos Envelopes: dia 08/07/2013 até as 16h00min

Abertura: dia 09/07/2013, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 27 de junho de 2013.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Extrato Rescisão Contrato N° 24/2013 - Fumas

Contrato N° : 24/2013/2013

Aditivo N° : Rescisão/2013

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDO DE ASSISTENCIA AO SERVIDOR - FUMAS

Contratada : COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO

Licitação : Inexigibilidade 1/2013

Objeto : CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS INTERESSADAS NA PRESTACAO DE SERVICO MEDICO, HOSPITALAR, LABORATORIAL E DE FISIOTERAPIA, NUTRICAO, FONOAUDIOLOGIA E PSICOLOGIA, EXAMES COMPLEMENTARES PARA DIAGNOSTICO E TRATAMENTO AOS SEGURADOS NOMINADOS PELA LEI COMPLEMENTAR N 163. DE 26 07 99 E DECRE TO N 4.155 DE 16 09 99.

Vigência : Início: 02/01/2013 Término: 18/06/2013

Assinatura : 18/06/2013

Extrato 1º TA Contrato N° 173/2013 - PMC

Contrato N° : 173/2013

Aditivo N° : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CORDIAL - DISTRIBUIDORA DE AUTOMÓVEIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 54/2013

Objeto : Aquisição de veículos novos, para atender ao Projeto ?Fiscalização de Resíduos? do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente, com recursos oriundos do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos ? FMDD, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 21/07/2014

Assinatura : 11/06/2013

Dotação : 325 - 04.002.2045.344905252000000.03000000

Dotação : 278 - 16.001.2251.344905252000000.01000000

Extrato 1º TA Contrato N° 34/2013 - PMC

Contrato N° : 34/2013/2013

Aditivo N° : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Valor(Equilíbrio)

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ODILA GRANDO - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2012

Objeto : Aquisição de gêneros alimentícios em atendimento às necessidades dos alunos dos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEI e dos alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal, com recursos oriundos do convênio PNAC/PNAE e contrapartida municipal, em atendimento às crianças e adolescentes institucionalizadas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, e também aos Centros Educacionais de Bem Estar Social, Centros de Referências de

Assistência Social, Centros de Referência Especializada de Assistência Social, ambos para o exercício de 2013.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 11/06/2013

Valor R\$: 1.656,95 (Um Mil, Seiscentos e Cinquenta e Seis Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 31 - 06.002.2014.333903007000000.01000000

Dotação : 32 - 06.002.2014.333903007000000.01600000

Dotação : 59 - 06.004.2019.333903007000000.01000000

Dotação : 60 - 06.004.2019.333903007000000.01600000

Dotação : 249 - 15.001.2202.333903007000000.01000000

Extrato 1º TA Contrato N° 369/2012 - PMC

Contrato N° : 369/2012/2012

Aditivo N° : 1ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONSTRUTORA CONCORDIA LTDA - EPP

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2012

Objeto : Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção, no Bairro Imigrantes, do novo Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, neste Município

Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 20/03/2014

Assinatura : 18/06/2013

Dotação : 62 - 06.004.1007.344905198000000.01190000

Extrato 2º TA Contrato N° 108/2013 - PMC

Contrato N° : 108/2013

Aditivo N° : 2ºTA/2013

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ZANDONAI E ZAMPRONIO LTDA ME

Licitação : Convite para Obras e Serviços de Engenharia 2/2013

Objeto : contratação de empresa no ramo de instalação e manutenção elétrica em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de novo padrão de entrada de energia elétrica com construção de abrigo para grupo gerador e instalação de mesmo para o Estádio Municipal, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 20/06/2013 Término: 31/07/2013

Assinatura : 20/06/2013

Valor R\$: 15.086,89 (Quinze Mil, Oitenta e Seis Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação : 334 - 08.001.1009.344905198000000.03170000

Extrato 2º TA Contrato N° 125/2013 - PMC

Contrato N° : 125/2013

Aditivo N° : 2ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SALETE KAPP E CIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 13/2013

Objeto : Prestação dos serviços de limpeza em geral na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, em caráter emergencial

Vigência : Início: 13/06/2013 Término: 15/07/2013

Assinatura : 13/06/2013

Valor R\$: 1.067,00 (Um Mil e Sessenta e Sete Reais)

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903401000000.01000000

Extrato 2º TA Contrato N° 9/2013 - PMC

Contrato N° : 9/2013/2013

Aditivo N° : 2ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CROMILUX TECNOLOGIA LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 64/2012

Objeto : EXECUÇÃO DE OBRA EM REGIME EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO (MATE RIAL, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS).

Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 26/02/2014

Assinatura : 18/06/2013

Dotação : 94 - 08.001.1009.344905199000000.01170000

Extrato 3º TA Contrato N° 197/2010 - PMC

Contrato N° : 197/2010/2010

Aditivo N° : 3ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : BERTA CORRETORA DE SEGUROS E IMOVEIS LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 15/2010

Objeto : LOCACAO DE IMOVEL, NA RUA DO COMERCIO, N 408, 1 ANDAR, CENTRO, NESTE MUNICIPIO, PARA ABRIGAR AS INSTALACOES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE - SEMADRA. DL 15 2010

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 19/06/2014

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 32.946,00 (Trinta e Dois Mil e Novecentos e Quarenta e Seis Reais)

Dotação : 71 - 07.001.2022.333903910000000.01000000

Extrato 3º TA Contrato N° 201/2010 - PMC

Contrato N° : 201/2010/2010

Aditivo N° : 3ºTA/2013

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TURBONET PROVEDOR LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2010

Objeto : INSTALAR, OPERAR E MANTER O SERVICO DE INTERNET NO CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS, EM CONFORMIDADE COM OS REQUISITOS TECNICOS ESTIPULADOS. PR 62 2010

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 21/06/2014

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 9.374,28 (Nove Mil, Trezentos e Setenta e Quatro Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903997000000.01000000

Extrato Rescisão Termo de Permissão e Uso N° 1/2009 - Fmc

Contrato N° : TPU 1/2009/2009

Aditivo N° : Rescisão/2013

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : CONCORDIA PROJECCOES LTDA ME

Licitação : Concorrência para Concessão 1/2009

Objeto : PERMISSAO DE USO DAS INSTALACOES DO TEATRO MUNICIPAL MARIA LUIZA DE MATOS, COM A FINALIDADE DE EXPLO-RACAO DO MESMO COMO SALA DE PROJECCOES CINEMATOGRAFICAS, RESGUARDANDO A NECESSIDADE DE USO ALTERNADO ENTRE A EMPRESA PERMISSIONARIA E A FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA.

Vigência : Início: 30/06/2009 Término: 12/06/2013

Assinatura : 12/06/2013

Extratos Contrato N° 191/2013 a 210/2013 - PMC

Contrato N° : 191/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HODIERNIA TRANSPORTES LTDA - EPP

Licitação : Inexigibilidade 24/2013

Objeto : Aquisição de passes de transporte coletivo urbano, visando atender o Projeto com as famílias beneficiadas com o Programa Minha Casa Minha Vida, Residencial Frei Lency II, com recursos oriundos do Projeto Social, Contrato CAIXA nº 0329.937.72.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 30/09/2013

Assinatura : 11/06/2013

Valor R\$: 6.280,00 (Seis Mil e Duzentos e Oitenta Reais)

Dotação : 322 - 09.001.2035.333903301000000.01240000

Contrato N° : 192/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : LÍDER MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 4/2013

Objeto : contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou instalações elétricas, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de instalações e adequações da rede de distribuição de energia elétrica no Parque de Exposições Atílio Francisco Xavier Fontana, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 11/06/2013 Término: 09/10/2013

Assinatura : 11/06/2013

Valor R\$: 150.676,68 (Cento e Cinquenta Mil, Seiscentos e Setenta e Seis Reais e Sessenta e Oito Centavos)

Dotação : 334 - 08.001.1009.344905198000000.03170000

Contrato N° : 193/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : FS TERRAPLANAGEM LTDA

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas maquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 13/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 13/06/2013

Valor R\$: 2.940,00 (Dois Mil e Novecentos e Quarenta Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Contrato Nº : 194/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : HIDROMONTEKX MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 2/2013

Objeto : Contratação de empresa para execução de obra comum, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para a confecção e instalação de guarda-corpos, corrimões e escora de árvores, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 15/10/2013

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 32.000,00 (Trinta e Dois Mil Reais)

Dotação : 307 - 08.001.1009.344905198000000.03450000

Contrato Nº : 195/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DDS COMERCIO DE LIXEIRAS E PLACAS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 62/2013

Objeto : Aquisição de containers e lixeiras para instalação em diversos pontos da cidade, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 16/08/2013

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 6.000,00 (Seis Mil Reais)

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903022000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905234000000.01000000

Contrato Nº : 196/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DISBRAPLAC LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 62/2013

Objeto : Aquisição de containers e lixeiras para instalação em diversos pontos da cidade, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 16/08/2013

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 12.792,00 (Doze Mil e Setecentos e Noventa e Dois Reais)

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903022000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905234000000.01000000

Contrato Nº : 197/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : SULMACRO LIXEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP

Licitação : Pregão Presencial 62/2013

Objeto : Aquisição de containers e lixeiras para instalação em diversos pontos da cidade, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 17/06/2013 Término: 16/08/2013

Assinatura : 17/06/2013

Valor R\$: 8.975,00 (Oito Mil e Novecentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903022000000.01000000

Dotação : 92 - 08.001.1009.344905234000000.01000000

Contrato Nº : 198/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GENTE SEGURADORA S A

Licitação : Pregão Presencial 60/2013

Objeto : Seleção de empresa do ramo de seguros para firmar contrato de seguro para máquinas, veículos e motocicletas, da frota da Prefeitura Municipal de Concórdia conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 18/06/2013 Término: 30/06/2014

Assinatura : 18/06/2013

Valor R\$: 23.500,00 (Vinte e Três Mil e Quinhentos Reais)

Dotação : 13 - 03.001.2006.333903969000000.01000000

Dotação : 26 - 05.001.2010.333903969000000.01000000

Dotação : 30 - 06.001.2012.333903969000000.01010000

Dotação : 46 - 06.002.2017.333903969000000.01010000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903969000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903969000000.01000000

Dotação : 102 - 09.001.2032.333903969000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903969000000.01000000

Dotação : 246 - 15.001.2201.333903969000000.01000000

Dotação : 336 - 04.001.2009.333903969000000.03240000

Dotação : 5 - 02.001.2002.333903969000000.01000000

Contrato Nº : 199/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CERVY LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 20/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 20/06/2013

Valor R\$: 6.450,00 (Seis Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Contrato Nº : 200/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : NACIONAL ASFALTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 64/2013

Objeto : Aquisição de recompositor de pista usinada à quente para reparação de diversas ruas deste município, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 23/08/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 6.400,00 (Seis Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903051000000.01000000

Contrato Nº : 201/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DIMÁQUINAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 63/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos agrícola novos, para repasse às associações de moradores do interior do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 24/09/2014

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 20.400,00 (Vinte Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905240000000.01000000

Contrato Nº : 202/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : GEVAL TRATORES E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 63/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos agrícola novos, para repasse às associações de moradores do interior do município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 24/09/2014

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 38.297,00 (Trinta e Oito Mil e Duzentos e Noventa e Sete Reais)

Dotação : 77 - 07.001.2026.344905240000000.01000000

Contrato Nº : 203/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE PINHAL

Licitação :

Objeto : Chamada Pública: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 14.334,35 (Quatorze Mil, Trezentos e Trinta e Quatro Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Contrato Nº : 204/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CENTRAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Licitação :

Objeto : Chamada Pública: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 114.568,94 (Cento e Quatorze Mil, Quinhentos e Sessenta e Oito Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Contrato Nº : 205/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Licitação :

Objeto : Chamada Pública: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa Nacional de Alimentação de Creches - PNAC.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 44.800,00 (Quarenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Contrato Nº : 206/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MARCOLIN ENGENHARIA E OBRAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 5/2013

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por custo unitário (material e mão de obra) para a execução de reforma na Praça do Bairro Santa Cruz, neste Município.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 22/10/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 66.983,54 (Sessenta e Seis Mil, Novecentos e Oitenta e Três Reais e Cinquenta e Quatro Centavos)

Dotação : 97 - 08.001.1009.344905107000000.01450000

Contrato Nº : 207/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES FACCIN LTDA ME

Licitação : Pregão Presencial 66/2013

Objeto : Aquisição de maravalha e serragem secas para a feira agropecuária a ser realizada durante a Expo Concórdia 2013 no período de 20 a 29 de julho de 2013, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 23/08/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 13.200,00 (Treze Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 73 - 07.001.2023.333903099000000.01000000

Contrato Nº : 208/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 68/2013

Objeto : Aquisição de equipamentos diversos, para atendimento de projetos direcionados ao Fundo Municipal de Direitos Difusos - FMDD, a serem adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Direitos Difusos ? FMDD.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 24/08/2014

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 7.810,00 (Sete Mil e Oitocentos e Dez Reais)

Dotação : 325 - 04.002.2045.344905233000000.03000000

Dotação : 325 - 04.002.2045.344905235000000.03000000

Contrato Nº : 209/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ARISTEU ANTONIO PIMENTEL - ME

Licitação : Pregão Presencial 14/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas e transporte de cascalho e calcário para atender os trabalhos das Secretarias, durante o exercício de 2013.

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 31/12/2013

Assinatura : 24/06/2013

Valor R\$: 1.568,00 (Um Mil e Quinhentos e Sessenta e Oito Reais)

Dotação : 121 - 10.001.2038.333903999000000.01000000

Dotação : 76 - 07.001.2026.333903999000000.01000000

Dotação : 85 - 08.001.2029.333903999000000.01000000

Dotação : 132 - 11.001.2041.333903999000000.01000000

Contrato N° : 210/2013

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : MATRAM MADEIRAS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 71/2013

Objeto : contratação de empresa para prestação de serviços, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra), para fornecimento e instalação de baias e mangueiras, em madeira, para feira agropecuária a ser realizada durante a Expo Concórdia 2013.

Vigência : Início: 25/06/2013 Término: 23/09/2013

Assinatura : 25/06/2013

Valor R\$: 29.000,00 (Vinte e Nove Mil Reais)

Dotação : 74 - 07.001.2024.333903099000000.01000000

Dotação : 74 - 07.001.2024.333903999000000.01000000

Convocação Para Assinatura de Ata de Registro de Preços - Pregão Presencial N° 66/2013 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PREGÃO PRESENCIAL N° 66/2013 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa TRANSPORTES FACCIN LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 05.621.734/0001-01, com sede na Rua Dom Pedro II, Centro, Ipumirim, SC, 89.790-000, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 18 do Edital.

Concórdia, SC, 27 de junho de 2013.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei 1034/2013 - Autoriza o Executivo a Liquidar Despesas do Exercício Anterior

Lei N° 1034 /2013

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EMPENHAR, LIQUIDAR E PAGAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR A BETHA SISTEMAS LTDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a empenhar, liquidar e pagar, enfim praticar os atos necessários para

quitação do débito do exercício de 2012, pendente, referente ao pagamento do atendimento do sistema Betha (tributos), que tem como credor Betha Sistemas Ltda, no valor de R\$ 706,22 (setecentos e seis reais e vinte e dois centavos).

Art.2º Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação da presente lei serão utilizados recursos do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 25 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

Lei 1035/2013 - Dispõe Sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial

LEI N° 1035/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 347.500,00 (trezentos e quarenta e sete mil, e quinhentos reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Agric. Ind. E Comércio.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 82

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios da União.

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: : 20.606.2510.2.009- Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio

Modalidade de Aplicação: 449000 - 83

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$65.500,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2012.

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 65.600,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.012 - Reforma e Ampliação Unidade de Saúde " Francimar Severino Tozzo - Bairro Rosa Linda"

Modalidade de Aplicação: 449000 - 28

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 17.500,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 5º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2515.2.003 - Aniversário do Município e Realização de Eventos e Feiras

Modalidade de Aplicação: 339000 - 32

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 17.500,00

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

LEI Nº 1035/2013

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 347.500,00 (trezentos e quarenta e sete mil, e quinhentos reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Agric. Ind. E Comércio.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 82

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios da União.

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: : 20.606.2510.2.009- Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio

Modalidade de Aplicação: 449000 - 83

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$65.500,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2012.

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 65.600,00

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.012 - Reforma e Ampliação

Unidade de Saúde " Francismar Severino Tozzo - Bairro Rosa Linda"

Modalidade de Aplicação: 449000 - 28

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 17.500,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 5º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2515.2.003 - Aniversário do Município e Realização de Eventos e Feiras

Modalidade de Aplicação: 339000 - 32

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 17.500,00

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 474/2013

DECRETO Nº 474/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. MARCIA DALAGASPERINA BOFF, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo para 21 de junho de 2013.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 475/2013

DECRETO Nº 475/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL, CONCEDE TRIÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, o Art. 20 da Lei Complementar Nº 018/2001 e disposto no Art. 19,§ 1º da Lei Complementar 93/2013,

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 24 de junho de 2013, a servidora Municipal Sra. FERNANDA MICHELLE MULLER NICHEL, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20 h, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o

período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Atribui Trênis por Tempo de Serviço, no percentual de 3% (três por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a Servidora Municipal mencionada no Art. 1º.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 070/2012.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 476/2013

DECRETO N° 476/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar N° 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 24 de junho de 2013, a servidora Municipal Sra. KATIANE ORTOLAN, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria 073/2012.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 477/2013

DECRETO N° 477/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar N° 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 24 de junho de 2013, a servidora Municipal Sra. ANA MARIA ZANCHET, ocupante do cargo de Psicólogo, 20 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria N° 071/2012.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 478/2013

DECRETO N° 478/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e o Art. 20 da Lei Complementar N° 018/2001

DECRETA

Art. 1º Declara estável, a partir de 24 de junho de 2013, a servidora Municipal Sra. ALINE TECCHIO BORSOI, ocupante do cargo de Nutricionista, 12 horas semanal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no art. 20 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n° 380/2011.

Cordilheira Alta, SC, 24 de junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 479/2013

DECRETO N° 479/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto N° 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, à Servidora Municipal, Sra. SYDIANE MARIA DEBASTIANE ZAMIANI ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 480/2013

DECRETO N° 480/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto N° 067/2010,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal, Sr. VALDEMAR NECKER DE MOURA, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 481/2013

DECRETO N° 481/2013, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA PORTARIA N° 072/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70- IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado a Portaria N° 072/2012 que dispõe sobre a alteração de carga horária, da servidora municipal, Sra. FRANCIELI CRISTINA MAGGIONI, ocupante do cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registra-se, comunica-se e publica-se.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Junho de 2013

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 482/2013

DECRETO N° 482/2013, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal, Art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal n° 1035/2013,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 347.500,00 (trezentos e quarenta e sete mil, e quinhentos reais), os quais serão utilizados para abertura de crédito especial na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 - Manutenção das Ações e projetos da Secretaria da Agric. Ind. E Comércio.

Modalidade de Aplicação: 449000 - 82

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos de Transferências de Convênios da União.

Fonte de Recursos: 01.24 - Transferências de Convênios Outros - R\$ 347.500,00

Art. 3º. Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: : 20.606.2510.2.009- Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Industria e Comércio

Modalidade de Aplicação: 449000 - 83

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$65.500,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício 2012.

Fonte de Recursos: 03 - Ordinários - R\$ 65.600,00

Art. 5º Fica aberto no corrente exercício, Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.012 - Reforma e Ampliação Unidade de Saúde " Francismar Severino Tozzo - Bairro Rosa Linda"

Modalidade de Aplicação: 449000 - 28

Fonte de Recursos: 01.02 - Saúde - R\$ 17.500,00

Art. 6º. Para abertura do Crédito Adicional Especial de que trata o art. 5º será anulada parte da seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 04.122.2515.2.003 - Aniversário do Município e Realização de Eventos e Feiras

Modalidade de Aplicação: 339000 - 32

Fonte de Recursos: 01.02 - Recursos Ordinários - R\$ 17.500,00

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 25 de junho de 2013.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.



Coronel Freitas

PREFEITURA

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.903, 12 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre a Revisão Geral de Vencimentos dos Servidores e Dá Outras Providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica concedida a revisão geral a todos os servidores públicos, a partir de 1º de janeiro de 2013, em 6,0% (seis virgula zero por cento), com base do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor da Fundação Getúlio Vargas, acumulado de novembro de 2011 a outubro de 2012.

Art. 2º. O menor piso salarial do município, referente à Lei Municipal nº. 1.733/2011, fica corrigido de acordo com o artigo 1º da presente lei, correspondendo à importância de R\$ 528,68 (quinhentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), a partir de 01 de janeiro de 2013.

Art. 3º. Os vencimentos dos servidores contratados por prazo determinado regulados pela Lei 1.188/01, ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2013.

Art. 4º. Os proventos dos servidores inativos e pensionistas ficam corrigidos de acordo com o artigo 1º da presente lei, a partir de 01 de janeiro de 2013.

Art. 5º. Os quadros de vencimentos deverão ser atualizados de acordo com os percentuais determinados no artigo 1º da presente lei.

Art. 6º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação da presente Lei, serão utilizados recursos consignados no orçamento municipal vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de dezembro de 2012.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO

Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

Lei Municipal Nº. 1.904, 17 de dezembro de 2012.

Dispõe sobre o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal e na Lei Federal 12.527 de 18 de novembro de 2011, cria o serviço de informações ao cidadão no âmbito municipal e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Bruno Antonio Vivian, no uso das atribuições legais;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do artigo 45 § 7º. da Lei Orgânica do Município:

Art. 1º. O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Coronel Freitas, segundo o disposto nesta lei e na Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 2º. Fica criado o Serviço de Informações ao Cidadão, SIC, no Município de Coronel Freitas, garantindo o direito de acesso à informação, que será proporcionado mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º. O SIC funcionará junto a Prefeitura Municipal localizado na sede administrativa do Município de Coronel Freitas, no endereço Avenida Santa Catarina, 1022 - Centro, e será constituído por servidor público municipal.

§ 2º. A Controladoria Interna Municipal compete orientar e fiscalizar a prestação do SIC, bem como, divulgar ao cidadão os procedimentos para acesso às informações.

Art. 3º. O Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, terá o objetivo de:

- I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e
- III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Parágrafo único - Compete ao SIC:

- I - o recebimento do pedido de acesso e, sempre que possível, o fornecimento imediato da informação;
- II - o encaminhamento do pedido recebido e registrado à unidade responsável pelo fornecimento da informação ao SIC, quando couber.

Art. 4º. Qualquer pessoa, natural ou jurídica, poderá formular pedido de acesso à informação.

§ 1º. O pedido será apresentado em formulário padrão, disponibilizado em meio eletrônico e físico, no sítio na Internet e no SIC.

§ 2º. O prazo de resposta será contado a partir da data de apresentação do pedido ao SIC.

§ 3º. É facultado ao SIC o recebimento de pedidos de acesso à informação por qualquer outro meio legítimo, como correspondência eletrônica ou física, desde que atendidos os requisitos do art. 6º.

§ 4º. Na hipótese do § 3º, será enviada ao requerente comunicação com o número de protocolo e a data do recebimento do pedido pelo SIC, a partir da qual se inicia o prazo de resposta.

Art. 5º. O pedido de acesso à informação deverá conter:

- I - nome do requerente;
- II - número de documento de identificação válido;

III - especificação, de forma clara e precisa, da informação requerida; e

IV - endereço físico e eletrônico do requerente, para recebimento de comunicações ou da informação requerida.

Art. 6º. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação:

I - genéricos;

II - desproporcionais ou desarrazoados; ou

III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do SIC.

Parágrafo único - Na hipótese do inciso III do caput, o SIC deverá, caso tenha conhecimento, indicar o local onde se encontram as informações a partir das quais o requerente poderá realizar a interpretação, consolidação ou tratamento de dados.

Art. 7º. São vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação.

Art. 8º. Recebido o pedido e estando a informação disponível, o acesso será imediato.

§ 1º. Caso não seja possível o acesso imediato, o SIC deverá, no prazo de até vinte dias:

I - enviar a informação ao endereço informado;

II - comunicar data, local e modo para realizar consulta à informação, efetuar reprodução ou obter certidão relativa à informação;

III - comunicar que não possui a informação ou que não tem conhecimento de sua existência;

IV - indicar, caso tenha conhecimento, o responsável pela informação ou que a detenha; ou

V - indicar as razões da negativa, total ou parcial, do acesso.

§ 2º. Nas hipóteses em que o pedido de acesso demandar manuseio de grande volume de documentos, ou a movimentação do documento puder comprometer sua regular tramitação, será adotada a medida prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º. Quando a manipulação puder prejudicar a integridade da informação ou do documento, o SIC deverá indicar data, local e modo para consulta, ou disponibilizar cópia, com certificação de que confere com o original.

§ 4º. Na impossibilidade de obtenção de cópia de que trata o § 3º, o requerente poderá solicitar que, às suas expensas e sob supervisão de servidor público, a reprodução seja feita por outro meio que não ponha em risco a integridade do documento original.

Art. 9º. O prazo para resposta do pedido poderá ser prorrogado por dez dias, mediante justificativa encaminhada ao requerente antes do término do prazo inicial de vinte dias.

Art. 10. Caso a informação esteja disponível ao público em formato impresso, eletrônico ou em outro meio de acesso universal, o SIC deverá orientar o requerente quanto ao local e modo para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Parágrafo único - Na hipótese do caput o SIC desobriga-se do fornecimento direto da informação, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para consultar, obter ou reproduzir a informação.

Art. 11. A busca e o fornecimento da informação são gratuitos, ressalvada a cobrança do valor referente ao custo dos serviços e dos materiais utilizados, tais como reprodução de documentos, mídias digitais e postagem.

§ 1º. Quando o fornecimento da informação implicar reprodução de documentos, o SIC observado o prazo de resposta ao pedido, disponibilizará ao requerente Guia de Recolhimento da Municipal - GRM ou documento equivalente, para pagamento dos custos dos serviços e dos materiais utilizados.

§ 2º. A reprodução de documentos ocorrerá no prazo de dez dias, contado da comprovação do pagamento pelo requerente.

§ 3º. Está isento de ressarcir os custos dos serviços e dos materiais utilizados aquele cuja situação econômica não lhe permita fazê-lo sem prejuízo do sustento próprio ou da família, declarada nos termos da Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983.

Art. 12. Negado o pedido de acesso à informação, será enviada ao requerente, no prazo de resposta, comunicação com:

I - razões da negativa de acesso e seu fundamento legal;

II - possibilidade e prazo de recurso, com indicação da autoridade hierarquicamente superior ao SIC que o apreciará; e

Parágrafo único - O SIC disponibilizará formulário padrão para apresentação de recurso.

Art. 13. A divulgação de informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo Município, serão divulgadas, independente de requerimento, no site oficial da Prefeitura, devendo atender o disposto na Lei Federal de acesso a informações ao cidadão.

§ 1º. Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Art. 14. No caso de negativa de acesso à informação ou de não fornecimento das razões da negativa do acesso, poderá o requerente apresentar recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade hierarquicamente superior ao SIC, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

§ 1º. Verificada a procedência das razões do recurso, a autoridade hierarquicamente superior ao SIC, determinará ao mesmo que adote as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto nesta LEI.

§ 2º. Negado o acesso à informação pela autoridade hierarquicamente superior ao SIC, poderá o requerente interpor recurso no prazo de dez dias, contado da ciência da decisão, à autoridade máxima do município, que deverá apreciá-lo no prazo de cinco dias, contado da sua apresentação.

Art. 15. A autoridade hierarquicamente superior ao SIC no âmbito municipal será representada pelo Secretário de Administração.

Art. 16. A autoridade máxima do município será representada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 17. Constituem condutas ilícitas que ensejam responsabilidade

do agente público:

I - recusar-se a fornecer informação requerida nos termos desta Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa;

II - utilizar indevidamente, subtrair, destruir, inutilizar, desfigurar, alterar ou ocultar, total ou parcialmente, informação que se encontra sob sua guarda, a que tenha acesso ou sobre que tenha conhecimento em razão do exercício das atribuições de cargo, emprego ou função pública;

III - agir com dolo ou má-fé na análise dos pedidos de acesso à informação;

IV - divulgar, permitir a divulgação, acessar ou permitir acesso indevido a informação classificada em grau de sigilo ou a informação pessoal;

V - impor sigilo à informação para obter proveito pessoal ou de terceiro, ou para fins de ocultação de ato ilegal cometido por si ou por outrem;

VI - ocultar da revisão de autoridade superior competente informação classificada em grau de sigilo para beneficiar a si ou a outrem, ou em prejuízo de terceiros; e

VII - destruir ou subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado.

§ 1º. Atendido o princípio do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, as condutas descritas no caput serão consideradas, para fins do disposto no Estatuto dos Servidores Público Municipais, infrações administrativas.

§ 2º. Pelas condutas descritas no caput, poderá o agente público responder, também, por improbidade administrativa.

Art. 18. A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto nesta Lei estará sujeita às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - rescisão do vínculo com o poder público;

IV - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

§ 1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, assegurado o direito de defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º. A reabilitação referida no inciso V será autorizada somente quando o interessado efetivar o ressarcimento dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso IV.

§ 3º. A aplicação da sanção prevista no inciso V é de competência exclusiva da autoridade máxima do município, facultada a defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2012.

BRUNO ANTONIO VIVIAN

Vice-Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.905, 17 de dezembro de 2012.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2012, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município por excesso de arrecadação no exercício de 2012, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.19 - Transferências do FUNDEB - 40% R\$ 115.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2012 da fonte de recursos 01.19 - Transferências do FUNDEB - 40%.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2012.

MAURI JOSÉ ZUCCO

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO

Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.905, 17 de dezembro de 2012.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2012, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município por excesso de arrecadação no exercício de 2012, no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.007 - Manutenção do Transporte Escolar

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.19 - Transferências do FUNDEB - 40% R\$ 115.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2012 da fonte de recursos 01.19 - Transferências do FUNDEB - 40%.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2012.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO
Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.906, 17 de dezembro de 2012.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2012 NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município por excesso de arrecadação no exercício de 2012, no fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.054 - Manutenção do Programa Estratégia Saúde da Família

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica
R\$ 72.000,00.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 0019 - Saúde para Todos

Ação: 2.058 - Manutenção do CAPS e do NASF

Elemento: 3.1.90.0000000000.01.64 - Atenção Básica -
R\$ 14.000,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2012 da fonte de recursos 01.64 - Atenção Básica.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2012.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO
Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

Lei Municipal Nº. 1.907, 17 de dezembro de 2012.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Coronel Freitas para o Exercício de 2013.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber -Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei;

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Coronel Freitas para o exercício de 2013 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 21.546.714,00 (Vinte e um milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e quatorze reais), sendo R\$15.385.665,00 (quinze milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) do Orçamento Fiscal e R\$6.161.049,00 (seis milhões, cento e sessenta e um mil e quarenta e nove reais) do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 19.266.420,00 (Dezenove milhões, duzentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e vinte reais), fixa a Despesa em R\$ 15.238.026,70 (quinze milhões, duzentos e trinta e oito mil, vinte e seis reais e setenta centavos), sendo R\$ 776.441,25 (setecentos e setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e vinte e cinco centavos) para o Poder Legislativo e R\$ 14.461.585,45 (quatorze milhões, quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) para o Poder Executivo.

O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 1.440.742,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta mil, setecentos e quarenta e dois reais) fixa a Despesa em R\$ 4.563.899,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais).

O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 189.538,00 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais) fixa a Despesa em R\$ 1.161.700,00 (um milhão, cento e sessenta e um mil e setecentos reais).

O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Médica - FMA para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 635.450,00 (seiscentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais) e fixa a despesa em R\$ 435.450,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais).

O Orçamento do Fundo Rotativo Habitacional para o exercício de 2013 estima a Receita em R\$ 14.564,00 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e quatro reais), e fixa a Despesa em R\$ 147.638,30 (cento e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta centavos).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

PREFEITURA MUNICIPAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	21.913.239,00
1.1. Receita Tributária	1.954.750,00
1.2. Receita de Contribuições	179.850,00
1.3. Receita Patrimonial	148.095,00
1.4. Receita de Serviços	37.480,00
1.5. Transferências Correntes	19.330.350,00
1.6. Outras Receitas Correntes	262.714,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	712.000,00
2.1. Operações de Crédito	700.000,00
2.2. Alienação de Bens	0,00
2.3. Transferências de Capital	12.000,00
Deduções da receita formação do FUNDEB	(3.358.819,00)
TOTAL	19.266.420,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.440.742,00
1.1. Receita Tributária	20.000,00
1.2. Receita Patrimonial	30.000,00
1.3. Receita de Serviços	1.000,00
1.4. Transferências Correntes	1.388.556,00
1.5. Outras Receitas Correntes	1.186,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	0,00
2.1. Transferências de Capital	0,00
TOTAL	1.440.742,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	189.538,00
1.1. Receita Patrimonial	50.000,00
1.2. Transferências Correntes	133.350,00
1.3. Outras Receitas Correntes	6.188,00
TOTAL	189.538,00

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	635.450,00
1.1. Receita de Contribuições	575.000,00
1.2. Receita Patrimonial	60.450,00
TOTAL	635.450,00

FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	12.376,00
1.1. Receita Patrimonial	1.188,00
1.2. Outras Receitas Correntes	11.188,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	2.188,00
2.1. Amortização de Empréstimo	1.188,00
2.1. Transferências de Capital	1.000,00
TOTAL	14.564,00

§ 2º. As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara Municipal	776.441,25
02. Secretaria Municipal de Administração e Finanças	3.152.214,25
03. Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	377.190,00
04. Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes	6.276.195,50
05. Secretaria Municipal de Agricultura	893.000,00
06. Secretaria Municipal de Transp. Obras e Serv. Urbanos	3.383.535,70
07. Secretaria Municipal de Saúde	4.563.899,00
08. Fundo Municipal de Assistência Médica - FMA	435.450,00
09. Fundo Rotativo Habitacional	147.638,30
10. Fundo Municipal de Assistência Social	1.161.700,00
11. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	22.000,00
12. Secretaria Municipal de Meio Ambiente	307.450,00
99. Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	21.546.714,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. LEGISLATIVA	776.441,25
04. ADMINISTRAÇÃO	3.529.404,25
08. ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.161.700,00
10. SAÚDE	4.999.349,00
12. EDUCAÇÃO	5.691.195,50
13. CULTURA	220.000,00
15. URBANISMO	1.895.285,70
16. HABITAÇÃO	147.638,30
18. GESTÃO AMBIENTAL	2.000,00
20. AGRICULTURA	891.000,00
22. INDÚSTRIA	329.450,00
26. TRANSPORTE	1.488.250,00
27. DESPORTO E LAZER	365.000,00
99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	21.546.714,00

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001. PROCESSO LEGISLATIVO	776.441,25
0002. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	377.190,00
0003. ADMINISTRAÇÃO	3.152.214,25
0004. ORGANIZAÇÃO E MODER. ADMINISTRATIVA	
0005. TODAS AS CRIANÇA E ADOLESCENTE NA ESCOLA APRENDENDO	5.603.755,50
0006. CULTURA - ARTE ATRAVÉS DA HISTÓRIA, EMOÇÃO E TALENTO	290.000,00
0007. ESPORTE E LAZER PARA TODOS	365.000,00
0008. CRECHES - AUXILIANDO AS FAMÍLIAS	
0009. ABRIGO PARA PASSAGEIROS	17.440,00
0010. AGRICULTURA	22.000,00
0011. APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGROPECUÁRIO	826.000,00
0012. ÁGUA FONTE DE VIDA	43.000,00
0013. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS DE RODAGEM (DMER)	1.442.050,00
0014. PAVIMENTAÇÃO RURAL E ILUMINAÇÃO PÚBLICA	46.200,00
0015. URBANIZAÇÃO DA CIDADE	61.000,00

0016. EMBELEZAMENTO DA CIDADE	730.000,00
0017. TRANSITO SEGURO.	78.975,14
0018. SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	1.025.310,56
0019. SAÚDE PARA TODOS	4.219.199,00
0020. PREVENÇÃO A DOENÇAS (VIG.SANIT. EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL)	64.000,00
0021. SAÚDE BUCAL	280.700,00
0022. CONTROLE E AVALIAÇÃO (PACTO PELA SAÚDE)	
0023. PROTEÇÃO SOCIAL BASICA	715.000,00
0024. PROTEÇÃO SOCIAL, ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	45.350,00
0025. PROTEÇÃO SOCIAL, ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	111.800,00
0026. ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF	139.200,00
0027. CONSELHO TUTELAR	125.350,00
0028. MORADIAS POPULARES	147.638,30
0029. RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
0030. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA MÉDICA DOS SERVIDORES	435.450,00
0031. INCENTIVO A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	22.000,00
0032. MEIO AMBIENTE	2.000,00
0033. PRESERVAR, RECUPERAR E MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA	307.450,00
0034. FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE	25.000,00
TOTAL	21.546.714,00

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 - DESPESAS CORRENTES	19.337.318,56
3.1.00.00. - Pessoal e Encargos Sociais	9.757.533,00
3.2.00.00. - Juros e Encargos da Dívida	388.150,00
3.3.00.00. - Outras Despesas Correntes	9.191.635,56
4.0.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL	2.159.395,44
4.4.00.00 - Investimentos	1.838.009,64
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	-
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	321.385,80
9.9.99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
TOTAL	21.546.714,00

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. Intempéries	40.000,00
2. Frustração na Cobrança de Dívida Ativa	10.000,00
SOMA	50.000,00

§ 1º. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º. Não se efetivando até o dia 10/12/2013 os riscos fiscais relacionados aos eventos: Intempéries; Fatos não Previstos em Execução de Obras e Serviços e Campanhas de Saúde; ou se efetivando a cobrança da dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da Receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados

por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2013 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

§ 3º. Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 4º. O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;
- II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos e;
- III - O remanejamento de dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício;

Art. 5º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRº 219/2004F e Portaria STN.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42º e 50º, I da LRF e Portaria STN nº 219/2004.

Art. 6º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2013, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito, 17 de dezembro de 2012.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO
Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL N. 1.908, 31 de dezembro de 2012.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 40.000,00(quarenta mil reais), conforme a seguir discriminado.

Órgão: 06.00 -Sec. De transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 -Urbanismo

Sub-função: 452 -Serviços Urbanos

Programa: 18 - Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.052 - Manutenção do departamento de serviços urbanos

Classificação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Órgão: 06.00 - Sec. De transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 -Transporte

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 13 - Obras, Serviços Urbanos e estradas vicinais

Ação: 2.043 - Manutenção, abertura, conservação e recuperação de estradas

Classificação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 2º. A fonte de recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente de anulação de dotação orçamentária, a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 - Sec. De transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura urbana

Programa: 17 - Trânsito Seguro

Ação: 2.049 - Manutenção do convênio com o trânsito

Classificação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Órgão: 04.00 - Sec. De Educação, Cultura e esportes

Unidade: 04.03 - Departamento de Cultura

Função: 13 - Cultura

Sub-função: 392 -Difusão cultural

Programa: 0006 - Cultura - Arte através da história, emoção

Ação: 2.021 - Manutenção do departamento de cultura

Classificação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 10.000,00

Órgão: 03.00 - Sec. De Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração financeira

Programa: 0003 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das atividades de administração do município

Classificação: 3.3.90.00.00.00.00.0.1.00 - Recursos Ordinários
R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2012.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

NILVO JOSÉ BAGIO

Secretário de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº 1.909, 20 de fevereiro de 2013.

Autoriza o ingresso do Município de Coronel Freitas no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica autorizado o ingresso do Município de Coronel Freitas no Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA, nos termos do Contrato de Consórcio Público em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº 1.910, 20 de fevereiro de 2013.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS A CONTRIBUIR PARA O SAGA - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E DÁ OUTAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a contribuir mensalmente para o Instituto de Desenvolvimento Regional - SAGA, com recursos financeiros na ordem de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da Ação: 2.003 - Manutenção das atividades de Administração do Município - Elemento: 3.3.50.4102000000.0.1.00 - Despesas com Manutenção de Outras Entidades de Direito Privado.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº 1.911, 20 de fevereiro de 2013
QUE INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Coronel Freitas - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos tributários e não-tributários do Município de Coronel Freitas, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2012.

Parágrafo Único - O REFIS abrange créditos tributários e não-tributários de qualquer natureza, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo que questionados judicialmente em ação proposta pelo sujeito passivo ou em fase de execução fiscal já ajuizada, e ainda os créditos decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, e os créditos que tenham sido objeto de parcelamentos anteriores, não integralmente quitados, mesmo que cancelados por falta de pagamento.

Art. 2º. A adesão ao REFIS dar-se-á por opção do sujeito passivo, pessoa física ou jurídica, através de requerimento, dispensado do pagamento de taxa de protocolo.

§ 1º. O prazo de adesão ao REFIS será de até o dia 30 de setembro de 2013.

§ 2º. Caberá ao Poder Executivo promover ampla divulgação e publicidade desta Lei Complementar.

Art. 3º. O REFIS somente alcançará créditos que se encontrarem com a exigibilidade suspensa por força dos incisos III a VI do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, no caso de o sujeito passivo desistir expressamente e de forma irrevogável da impugnação ou do recurso interposto, ou da ação judicial proposta, e cumulativamente renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundam os referidos processos administrativos e/ou ações judiciais.

§ 1º. A inclusão dos créditos para os quais se encontrem presentes as hipóteses dos incisos IV ou V do artigo 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional, fica condicionada à comprovação de que o sujeito passivo protocolou requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do inciso V do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

Art. 4º. Ao aderir ao REFIS, o sujeito passivo poderá optar por liquidar os créditos tributários ou não tributários à vista, ou mediante parcelamento em até 24 parcelas mensais e sucessivas dos créditos tributários, ou 240 parcelas mensais e sucessivas dos créditos não tributários.

§ 1º. Em caso de opção pelo parcelamento, os créditos nele incluídos serão objeto de consolidação no mês do requerimento, para fins de definição do valor inicial das parcelas.

§ 2º. O valor mínimo de cada parcela será de 25 UFRM (unidade

fiscal de referência municipal).

§ 3º. O valor de cada parcela será atualizado na mesma periodicidade e segundo a variação da Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM ou qualquer outro indicador que venha a substituí-la, a partir do mês subsequente ao da consolidação, até o mês do pagamento.

§ 4º. O vencimento da parcela única, ou da primeira parcela, conforme o caso, dar-se-á dentro do mês do requerimento da adesão, e as demais parcelas a cada 30 (trinta) dias.

§ 5º. Não produzirá efeitos o requerimento de adesão formulado sem o correspondente pagamento tempestivo da parcela única ou da primeira parcela, conforme o caso.

Art. 5º. A adesão ao REFIS observará os seguintes critérios:

I - os créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário e econômico do Município serão distribuídos da seguinte forma:

- a) Contribuição de Melhoria e as correspondentes Multas Acessórias; e
- b) Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano, Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Segurança contra Incêndios e as correspondentes Multas Acessórias;
- c) Receitas diversas (contraprestação).
- d) Taxa de Licença para Localização e Permanência, Taxas dos Atos da Vigilância Sanitária e as correspondentes Multas Acessórias;
- e) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza e as correspondentes Multas Acessórias;

II - os créditos não-tributários, provenientes dos contratos de habitação e vinculados ao cadastro econômico do Município serão distribuídos da seguinte forma:

- a) receitas correspondentes a financiamentos habitacionais.

§ 1º. A adesão ao REFIS abrangerá, observados os agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, todos os créditos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos a multa, juros e atualização monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores, os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os parcelamentos em curso relativos às parcelas vincendas, e os créditos inscritos em dívida ativa, mesmo que em cobrança judicial.

§ 2º. A adesão ao REFIS, em relação aos créditos tributários e não-tributários vinculados ao cadastro imobiliário, poderá ser individualizada para cada imóvel.

§ 3º. Nos casos em que o contribuinte possuir débito relativo a mais de um dos agrupamentos referidos nas alíneas dos incisos I e II do caput, será emitido parcelamento próprio para cada grupo, ficando cada um deles sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, sobre cada parcela arrecadada.

§ 4º. A requerimento do sujeito passivo, poderá ser deferido parcelamento incluindo os diversos créditos conforme o agrupamento estabelecido nas alíneas dos incisos I e II do caput, ficando sujeito ao recolhimento da taxa do Documento de Arrecadação Municipal - DAM única sobre cada parcela arrecadada.

§ 5º. A pessoa jurídica que suceder a outra será responsável pelos tributos devidos pela sucedida nas hipóteses do artigo 132 e 133 do Código Tributário Nacional e deverá solicitar convalidação da opção feita pela sucedida.

§ 6º. Quando se tratar de impostos cujo fato gerador seja a

propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhorias, o respectivo adquirente deverá solicitar convalidação da opção feita pelo transmitente.

Art. 6º. Para os créditos que estejam em fase de execução fiscal, são condições indispensáveis ao deferimento da adesão ao REFIS:

I - a renúncia a eventuais embargos opostos à execução fiscal;
II - prévio recolhimento de todas as despesas cartorárias nos casos de cobranças bancárias da dívida ativa;

§ 1º. Os processos de execução fiscal permanecerão suspensos enquanto estiverem em dia os pagamentos do parcelamento, e retomarão seu curso normal tão logo se verifique qualquer hipótese de rescisão do parcelamento.

§ 2º. Será de responsabilidade exclusiva do beneficiário do parcelamento o recolhimento das custas processuais, na forma estabelecida pelo Poder Judiciário.

§ 3º. O beneficiário do parcelamento, ao final do recolhimento das parcelas deverá pagar os honorários advocatícios na forma estabelecida em juízo.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 24 meses e conceder a anistia e/ou remissão dos encargos previstos na legislação tributária, incidentes sobre os créditos tributários decorrentes de obrigações tributárias principais e acessórias, e obrigações não tributárias e acessórias, inscritos em dívida ativa até o dia 31 de dezembro de 2012, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato;
II - 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 6 (seis) parcelas;
III - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 12 (doze) parcelas;
IV - 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 24 (vinte e quatro) parcelas;

Art. 8º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a parcelar em até 240 meses, e conceder a anistia e/ou remissão dos encargos não tributários provenientes dos contratos de habitação constituídos em decorrência do seu descumprimento, inscritos em dívida ativa até o dia 31 de dezembro de 2012, observados os seguintes percentuais:

I - 100% (cem por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em parcela única no ato;
II - 90% (noventa por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 36 (trinta e seis) parcelas;
III - 80% (oitenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 100 (cem) parcelas;
IV - 70% (setenta por cento) dos juros e multas moratórias, para o sujeito passivo que aderir ao REFIS e optar pelo pagamento em até 240 (duzentos e quarenta) parcelas;

Art. 9º. A opção pelo REFIS obriga o sujeito passivo a:

I - confissão irrevogável e irretroatável dos créditos referidos no art.

1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 10. No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, em que não houver lançamento de crédito tributário formalizado, o contribuinte poderá realizar denúncia espontânea, e aderir ao REFIS segundo os valores por ele apurados.

Parágrafo Único - A denúncia espontânea referida no caput não inibe posterior fiscalização por parte da Administração Municipal, hipótese em que eventuais diferenças apuradas serão lançadas de ofício, acrescidas dos encargos legais.

Art. 11. As parcelas do REFIS não recolhidas até o vencimento perderão os benefícios concedidos, restabelecendo-se, em relação a cada parcela vencida e não paga, os acréscimos legais calculados na forma da legislação aplicável.

Art. 12. O parcelamento de que trata esta Lei Complementar será rescindido quando:

I - verificada a inadimplência de três parcelas mensais consecutivas;
II - constatada a manutenção de discussão administrativa ou judicial, provocada pelo sujeito passivo, relativa aos créditos tributários incluídos no REFIS;
III - decretada a falência ou insolvência civil do sujeito passivo.

§ 1º. A rescisão com base no inciso I do caput ocorrerá no trigésimo dia após o vencimento da terceira parcela inadimplida.

§ 2º. A rescisão referida no caput implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso.

§ 3º. A rescisão do parcelamento independe de notificação prévia e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com o restabelecimento proporcional dos juros, multas moratórias e correção monetária.

Art. 13. Os prazos para recolhimento das parcelas, objeto do REFIS, somente se vencem em dia de expediente normal da repartição competente e da rede bancária, prorrogando-se, se necessário, até o primeiro dia útil subsequente.

Art. 14. O Poder Executivo poderá firmar convênio com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina para a realização do Programa de Mutirão de Audiências de Conciliação Fiscal destinado à aplicação dos comandos desta Lei Complementar.

Art. 15. O Poder Executivo fica autorizado a firmar acordos judiciais concedendo os benefícios fiscais estabelecidos na presente Lei Complementar.

Art. 16. O Poder Executivo Municipal regulamentará, por Decreto, esta Lei Complementar.

Art. 17. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº 1.912, 20 de fevereiro de 2013.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 E POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2013, NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 87.315,66 (oitenta e sete mil, trezentos e quinze reais e sessenta e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.04 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 05 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.006 - Manutenção do Ensino Fundamental

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.18 - Recurso exercício anterior - R\$ 17.965,96.

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.19 - Recurso exercício anterior - R\$ 11.977,31.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 05 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 1.011 - Ampliação e reformas da Rede Física do Ensino Infantil e Fundamental

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.58 - Recurso exercício anterior - R\$ 30.000,00.

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.58 - Recurso exercício anterior - R\$ 27.372,39.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado suplementar verba no orçamento vigente do município por excesso de arrecadação no exercício de 2013, no valor de R\$ 7.548,06 sete mil, quinhentos e quarenta e oito reais e seis centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12- Educação

Sub-função: 365 - Educação Infantil

Programa: 0005 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.005 - Manutenção do Ensino Infantil

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.62 - Outros recursos do fundo nacional de desenvolvimento da

educação - FNDE - R\$ 7.548,06.

Art. 4º. A fonte de recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente do excesso de arrecadação do exercício financeiro de 2013 da fonte de recursos 01.62 - recursos do fundo nacional de desenvolvimento da educação - FNDE .

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº 1.913, 20 de fevereiro de 2013.
DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 153.679,81 (cento e cinquenta e três mil, seiscentos e setenta e nove reais e oitenta e um centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.126 - Aquisição de Medicamentos

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.67 - Recurso exercício anterior - R\$ 24.267,48.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.64 - Recurso exercício anterior - R\$ 100.312,82.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.65 - Recurso exercício anterior - R\$ 5.397,25.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub-função: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 20 - Prevenção a Doenças

Ação: 2.063 - Manutenção da Vigilância em Saúde

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.66 - Recurso exercício anterior - R\$ 15,08.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde
Função: 10- Saúde
Sub-função: 301 - Atenção Básica
Programa: 21 - Saúde Bucal
Ação: 2.067 - Manutenção do Programa Saúde Bucal
Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.64 - Recurso exercício anterior
- R\$ 24.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR, POR SUPERAVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 24.569,17 (vinte e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e dezessete centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, obras e serviços Urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de Transportes e Obras

Função: 26 - Transporte

Sub-função: 782 - Transporte Rodoviário

Programa: 13 - Obras, Serviços Urbanos e Estradas Vicinais

Ação: 2.043 - Manutenção, Abertura, Conservação e Recuperação de Estradas.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.16 - Recurso exercício anterior
- R\$ 4,72.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.44 - Recurso exercício anterior
- R\$ 12.744,59.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, obras e serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 17 - Trânsito Seguro

Ação: 2.049 - Manutenção do Convênio com o Trânsito.

Elemento: 4.4.90.0000000000.0.3.54 - Recurso exercício anterior
- R\$ 7.579,49.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.55 - Recurso exercício anterior
- R\$ 1.799,02.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.56 - Recurso exercício anterior
- R\$ 2.104,22.

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, obras e serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Sub-função: 752 - Energia Elétrica

Programa: 18 - Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.051 - Manutenção e melhoria da Iluminação Pública..

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.17 - Recurso exercício anterior
- R\$ 337,13.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.915, 26 de fevereiro de 2013.

Autoriza o Prefeito Municipal a Conceder Subvenção Social, ao Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas, para os Fins que Menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social, ao Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 75.437.954/0001-65, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Art. 2º. A subvenção, prevista no art. 1º desta Lei, destina-se à cooperação financeira do Poder Público para dar suporte nas despesas da realização do XVI Rodeio Crioulo Interestadual do Centro de Tradições Gaúchas.

Art. 3º. A presente subvenção tem como finalidade o incentivo para o desenvolvimento de projetos culturais de interesse do Município.

Art. 4º. O Centro de Tradições Gaúchas Mate Amargo de Coronel Freitas deverá prestar contas ao Município da efetiva aplicação da subvenção no objeto mencionado no art. 2º desta Lei, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - o não cumprimento do disposto neste artigo importará na devolução integral da subvenção, com valor atualizado, ao Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

Autoriza o Prefeito Municipal a conceder subvenção social a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, para fins que menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal autorizado a realizar repasse financeiro, a título de subvenção social, a Associação Hospitalar Lenoir Vargas Ferreira, entidade sem fins lucrativos, CNPJ n. 01122913/0002-97, no valor de até R\$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais) por mês, pelo período de 12 meses, de janeiro a Dezembro de 2013, conforme rege o art. 16 da lei 4.320/1964.

Art. 2º. A subvenção prevista no art. 1º deve ser utilizada para pagamento dos serviços essenciais de assistência médica na forma de plantões, sobreavisos de médicos, suturas e despesas de custeio e manutenção da instituição, objetivando que a população tenha acesso a médicos para atendimentos urgentes durante 24hrs por dia, no único hospital da cidade.

Art. 3º. A entidade subvencionada deve prestar contas ao Município na forma contábil, conforme exige o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, obedecendo-se a Lei Federal n. 4.320/64.

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente projeto de Lei correção por conta da dotação orçamentária vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2013.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de fevereiro de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.917, 12 de março de 2013.

Institui o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina como órgão de publicação oficial.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luís Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos administrativos.

Parágrafo único. O Diário Oficial dos Municípios de que trata esta Lei substitui a publicação impressa e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º. A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Art. 3º. Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a implantação do Diário Oficial dos Municípios e indicará a data em que iniciará sua veiculação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.918, 12 de março de 2013.

Altera o artigo 104 da Lei Orgânica Municipal, que trata da publicação dos atos municipais.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luís Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Artigo 1º. O Artigo 104 da Lei Orgânica Municipal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo XX - Os atos municipais que produzam efeitos externos serão publicados no órgão oficial do Município definido em lei ou, na falta deste, em diário da respectiva associação municipal ou em jornal local ou da microrregião a que pertencer.

§ 1º. A lei poderá instituir diário oficial eletrônico do Município, disponibilizado em sítio da rede mundial de computadores, para publicação dos atos municipais

§ 2º. O sítio e o conteúdo das publicações de que trata § 1º deverão ser assinados digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

§ 3º. A publicação eletrônica na forma do § 1º substitui qualquer outro meio e publicação oficial, para quaisquer efeitos legais, à exceção dos casos que, por lei especial, exijam outro meio de publicação."

Artigo 2º. Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.919, de 12 de março de 2013.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL A ASSOCIAÇÃO DOS UNIVERSITÁRIOS DE CORONEL FREITAS - PARA OS FINS QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luís Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social a Associação dos Universitários de Coronel Freitas, CNPJ nº 07.649.115/0001-50, no valor de R\$ 5.775,00 (cinco mil, setecentos e setenta e cinco reais), mensais a partir do mês de março até dezembro de 2013.

§ 1º. O valor expresso no "caput" deste artigo destina-se a auxiliar no pagamento do transporte aos estudantes.

§ 2º. Compete a Associação fornecer a lista de estudantes a Administração, cuja condição deverá ser comprovada semestralmente através de atestado de frequência, fornecido pela instituição de ensino.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lei municipal nº 1.650/2009.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.920, 12 de março de 2013.

Dispõe sobre a alteração a Lei Municipal Nº. 1.678, de 01/09/2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013, a Lei Municipal Nº. 1.898/2012 DE 18/10/2012 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, alteração da Lei Municipal Nº.1.907/2012, de 17 de dezembro de 2012 - Lei Orçamentária Anual de 2013, Abre Crédito Adicional Especial no orçamento vigente e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luís Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.018 - Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.018	Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas	01	2	240.000,00	240.000,00

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 222.000,00 (duzentos e vinte e dois mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 - Secretaria de educação, cultura e esporte

Unidade: 04.03 - Departamento de cultura

Função: 12 - Educação

Subfunção: 122- Administração Geral

Programa: 6 - Cultura - arte através da história, emoção e talento

Ação: 1.018 - Conclusão da construção do centro de eventos culturais adequando todos os programas

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 - Superávit Exercício Anterior - R\$ 6.570,51

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios outros - R\$ 215.429,49

Art. 3º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recurso conforme contratos de repasse nºs. 0305.207-49/2009 e 0305.394-17/2009 do Ministério do Turismo no valor de R\$ 215.429,49 (duzentos e quinze mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quarenta e nove centavos) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 6.570,51 (seis mil, quinhentos e setenta reais e cinquenta e um centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	215.429,49
Superávit do exercício anterior	1.018	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	6.570,51

Art. 4º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.072 - Infraestrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias, pontes, passarelas), fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.072	Infraestrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias, pontes, passarelas)	01	1	2.260.000,00	2.260.000,00

Art. 5º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizando a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 2.243.000,00 (dois milhões, duzentos e quarenta e três mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos
Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451- Infra-estrutura urbana

Programa: 15 - Urbanização da cidade

Ação: 1.072 - Infra-estrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias, pontes, passarelas)

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.00 - Superávit do exercício anterior - R\$ 121.500,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 -Superávit do exercício anterior - R\$ 127.783,88

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios outros - R\$ 1.993.716,12

Art. 6º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contratos de repasses nºs.0322.084-11/2010, 0331.705-12/2010, 1002.525-27/2012, 1002.800-58/2012 e 0364.940-58/2011 Ministério do Turismo e Ministérios das Cidades no valor de R\$1.993.716,12 (hum milhão, novecentos e noventa e três mil, setecentos e dezesseis reais e doze centavos) do superávit do exercício anterior no valor de R\$249.283,88 (duzentos e quarenta e nove mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.072	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	121.500,00
Superávit do exercício anterior	1.072	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	127.783,88
Convênio (excesso de arrecadação)	1.072	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	1.993.716,12

Art. 7º. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.081 - Construção de passarelas, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2013	TOTAL
1.081	Construção de passarelas	01	1	186.000,00	186.000,00

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizando a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos
Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção:451- Infra-estrutura urbana

Programa: 15 - Urbanização da cidade

Ação: 1.081 - Construção de passarelas

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios outros - R\$ 180.000,00

Art. 9º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contrato de repasse nº.0334.562-59/2010 - Ministérios das Cidades no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.081	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	180.000,00

Art. 10. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.060 - Pavimentação asfáltica da cidade de Coronel Freitas até o município de União do Oeste, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2013	TOTAL
1.060	Pavimentação asfáltica da cidade de Coronel Freitas até o município de União do Oeste	01	1	364.000,00	364.000,00

Art. 11. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizando a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 341.000,00 (trezentos e quarenta e um mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos
Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos

Função: 26 - Transporte

Subfunção:782- Transporte rodoviário

Programa: 13 - Obras, serviços urbanos e estradas vicinais

Ação: 1.060 - Pavimentação asfáltica da cidade de Coronel Freitas até o município de União do Oeste

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios outros - R\$336.238,99

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 -Superávit do exercício anterior - R\$ 4.761,01

Art. 12. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contrato de repasse nº.0337.412-03/2010 - Ministério do Turismo no valor de R\$336.238,99 (trezentos e trinta e seis mil, duzentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos) e do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 4.761,01 (quatro mil, setecentos e sessenta e um reais e um centavo) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	336.238,99
Superávit do exercício anterior	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	4.761,01

Art. 13. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.113 - Infra-estrutura para área habitacional, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos

para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.113	Infra-estrutura para área habitacional	01	1	726.400,00	726.400,00

Art. 14. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$684.400,00 (seiscentos e oitenta e quatro mil e quatrocentos reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 09.00 - Fundo Municipal de Habitação

Unidade: 09.01 - Fundo municipal de habitação

Função: 16 - Habitação

Subfunção: 451- Infra-estrutura urbana

Programa: 28 - Moradias populares

Ação: 1.113 - Infra-estrutura para área habitacional

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios ou outros - R\$668.000,00

Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.00 - Recursos ordinários - R\$16.400,00

Art. 15. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação na referida destinação de recursos conforme contrato de repasse nº. 0342.879-48/2010 - Ministério das Cidades no valor de R\$668.000,00 (seiscentos e sessenta e oito mil reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.113	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	668.000,00
Anulação de dotação	1.113	4.4.90.00.00.00.00.00	01.00	16.400,00

Art. 16. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.063 - Calçamento na comunidade de Linha Cairu, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.063	Calçamento na comunidade de Linha Cairu	01	1	120.686,12	120.686,12

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 98.086,12 (noventa e oito mil, oitenta e seis reais e doze centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de transportes e obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782- Transporte rodoviário

Programa: 14 - Pavimentação rural e iluminação pública

Ação: 1.063 - Calçamento na comunidade de Linha Cairu

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.24 - Superávit do exercício anterior - R\$

98.086,12

Art. 18. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do superávit do exercício anterior conforme contrato de repasse nº. 0371.421-29/2011 - MDA no valor de R\$98.086,12 (noventa e oito mil, oitenta e seis reais e doze centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.063	4.4.90.00.00.00.00.00	03.24	98.086,12

Art. 19. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.055 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.055	Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos	02	2	700.000,00	700.000,00

Art. 20. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 677.000,00 (seiscentos e setenta e sete mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos

Unidade: 06.02 - Departamento de transportes e obras

Função: 26 - Transporte

Subfunção: 782- Transporte rodoviário

Programa: 13 - Obras, serviços urbanos e estradas vicinais

Ação: 1.055 - Aquisição de máquinas, veículos e equipamentos

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios ou outros - R\$ 649.000,00

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 28.000,00

Art. 21. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme contratos de repasse nºs. 0399.417-50/2012 e 1001.346-04/2012 - MDA no valor de R\$649.000,00 (seiscentos e quarenta e nove mil reais) e da anulação de doação conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.055	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	649.000,00
Anulação de dotação	1.060	4.4.90.00.00.00.00.00	01.00	28.000,00

Art. 22. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.026 - Centro de inclusão digital, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.026	Centro de inclusão digital	01	1	604.650,00	604.650,00

Art. 23. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 600.350,00 (seiscentos mil, trezentos e cinquenta reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 Unidade: 04.03 - Departamento de Cultura
 Função: 12 - Educação
 Subfunção: 122 - Administração geral
 Programa: 6 - Cultura - arte através da história, emoção e talento
 Ação: 1.026 - Centro de inclusão digital
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios ou outros - R\$ 499.000,00
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.00 - Recursos Ordinários - R\$ 79.700,00
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 03.00 - Superávit do exercício anterior - R\$ 21.650,00

Art. 24. Os recursos para cobertura do crédito especial suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme contrato de repasse nº.01.0034.00/2012 - MCT no valor de R\$499.000,00 (quatrocentos e noventa e nove mil reais), do superávit do exercício anterior no valor de R\$ 21.650,00 (vinte e um mil, seiscentos e cinquenta reais) e da anulação de doação conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/ Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.026	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	499.000,00
Anulação de dotação	1.026	3.3.90.00.00.00.00.00	01.00	46.700,00
Anulação de dotação	1.076	4.4.90.00.00.00.00.00	01.00	33.000,00
Superávit do exercício anterior	1.026	4.4.90.00.00.00.00.00	03.00	21.650,00

Art. 25. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 2.043 - Manutenção, abertura, conservação e recuperação de estradas vicinais, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
2.043	Manutenção, abertura, conservação e recuperação de estradas vicinais	1	1	2.618.050,00	2.618.050,00

Art. 26. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir

discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos
 Unidade: 06.02 - Departamento de transportes e obras
 Função: 26 - Transporte
 Subfunção: 782 - Transporte rodoviário
 Programa: 13 - Obras, serviços urbanos e estradas vicinais
 Ação: 2.043 - Manutenção, abertura, conservação e recuperação de estradas vicinais
 Classificação da Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios ou outros - R\$ 1.250.000,00

Art. 27. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme Termo de Compromisso nº.TC0553 - Integração Defesa Civil no valor de R\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/ Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	2.043	3.3.90.00.00.00.00.00	01.24	1.250.000,00

Art. 28. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.076 - Sistema de esgoto sanitário, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA		
				2013	TOTAL
1.076	Sistema de esgoto sanitário	1	1	9.082.675,00	9.082.675,00

Art. 29. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$9.081.675,00 (nove milhões, oitenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 06.00 - Secretaria de transportes, obras e serviços urbanos
 Unidade: 06.01 - Departamento de serviços urbanos
 Função: 15 - Urbanismo
 Subfunção: 451 - Infra-estrutura Urbana
 Programa: 15 - Urbanização da cidade
 Ação: 1.076 - Sistema de esgoto sanitário
 Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00
 Destinação de Recurso: 01.24 - Transferências de convênios ou outros - R\$ 9.081.675,00

Art. 30. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme Termo de Compromisso nº.SC1207114040 - FUNASA no valor de R\$9.081.675,00 (nove milhões, oitenta e um mil, seiscentos e setenta e cinco reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/ Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.076	4.4.90.00.00.00.00.00	01.24	9.081.675,00

Art. 31. Fica criada a ação 1.015 - Aquisição de terrenos, veículos e equipamentos para a Educação com metas físicas e financeiras fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2013	TOTAL
1.015	Aquisição de terrenos, veículos e equipamentos para a Educação	1	1	227.780,00	227.780,00

Art. 32. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta reais), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.01 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Subfunção:361- Ensino Fundamental

Programa: 5 - Todas as crianças e adolescentes na escola, aprendendo

Ação: 1.015 - Aquisição de terrenos, veículos e equipamentos para a Educação

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.22 - Transferências de convênios educação - R\$ 227.780,00

Art. 33. Os recursos para cobertura do crédito especial suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do excesso de arrecadação da referida destinação de recurso conforme Termo de Compromisso nº.TC7337/2012 - MEC/FNDE no valor de R\$227.780,00 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta reais) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Convênio (excesso de arrecadação)	1.015	4.4.90.00.00.00.00.00	01.22	227.780,00

Art. 34. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 1.092 - Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário em geral, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2013	TOTAL
1.092	Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário	75	75	130.594,42	130.594,42

Art. 35. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.094,42 (cem mil, noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção:301- Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 1.092 - Aquisição de veículos, equipamentos e mobiliário

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.64 - Atenção Básica - R\$ 100.094,42

Art. 36. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do Superávit do exercício anterior da referida destinação de recurso conforme Repasse Fundo a Fundo nº.83021.824000/1120-01- Ministério da Saúde no valor de R\$100.094,42 (cem, noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	1.092	4.4.90.00.00.00.00.00	03.64	100.094,42

Art. 37. As metas físicas e financeiras fixadas para a ação nº 2.056 - Reforma e ampliação das unidades de saúde, fixadas na Lei Nº. 1.678 de 01/09/2009 que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o quadriênio 2010/2013 na Lei Nº. 1.898/2012 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013, passam a vigorar conforme valores abaixo:

CÓD	DESCRIÇÃO	UN. MED	META FÍSICA	2013	TOTAL
2.056	Reforma e ampliação das unidades de saúde	1	1	141.163,98	141.163,98

Art. 38. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente, no valor de R\$ 100.663,98 (cem mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), conforme dotação orçamentária e classificação da despesa a seguir discriminada.

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção:301- Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.056 - Reforma e ampliação das unidades de saúde

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 03.64 - Atenção Básica - R\$ 20.407,59

Classificação da Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00

Destinação de Recurso: 01.64 - Atenção Básica - R\$ 80.256,39

Art. 39. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata os artigos anteriores são provenientes do Superávit do exercício anterior da referida destinação de recurso no valor de R\$20.407,59 (vinte mil, quatrocentos e sete reais e cinquenta e nove centavos) e do excesso de arrecadação na destinação de recurso conforme Repasse Fundo a Fundo nº.2538512/11566-Ministério da Saúde no valor de R\$80.256,39 (oitenta mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e nove centavos) conforme a seguir discriminado:

Fonte	Projeto/Atividade	Modalidade de Aplicação	D.R.	VALOR R\$
Superávit do exercício anterior	2.056	4.4.90.00.00.00.00.00	03.64	20.407,59
Convênio (excesso de arrecadação)	2.056	4.4.90.00.00.00.00.00	01.64	80.256,39

Art. 40. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.921, 12 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBA NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verba do orçamento vigente do município, no valor de R\$ 7.750,00 (sete mil, setecentos e cinquenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 364 - Ensino Superior

Programa: 05 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola Aprendendo

Ação: 2.013 - Atendimento Alunos do 2º e 3º Graus

Elemento: 3.3.50.0000000000.0.1.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos - R\$ 7.750,00.

Art. 2º. A fonte de recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior é proveniente de anulação de dotação orçamentária, a seguir discriminada:

Órgão: 04.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

Unidade: 04.05 - Departamento de Educação

Função: 12 - Educação

Sub-função: 364 - Ensino Superior

Programa: 05 - Todas as Crianças e Adolescentes na Escola

Ação: 2.013 - Atendimento Alunos do 2º e 3º Graus

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.1.00 - Recurso Ordinários - R\$ 7.750,00.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.922, 12 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do fundo municipal de saúde, no valor de R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.00 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 07.01 - Departamento de Saúde

Função: 10- Saúde

Sub-função: 301 - Atenção Básica

Programa: 19 - Saúde para Todos

Ação: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.50.0000000000.0.3.02 - Recurso exercício anterior - R\$ 126.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL N. 1.923, 21 de março de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 E CRIA FONTE DE RECURSOS, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FMAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012 e cria fonte de recursos, no orçamento vigente do fundo municipal de assistência social, no valor de R\$ 44.437,28 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 23 - Proteção Social Básica

Ação: 2.071 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.53 - Recursos Ordinários
R\$ 1.702,76.

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade

Ação: 2.077 - Serviços de Habilitação e Reabilitação das Pessoas com Deficiência

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.49 - Recursos Ordinários
R\$ 22.376,21.

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 24 - Proteção Social Especial de Média Complexidade

Ação: 2.080 - Manutenção do Programa PETI.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.50 - Recursos Ordinários
R\$ 4.593,92.

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 25 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Ação: 2.081 - Manutenção da Casa de Abrigo

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.53 - Recursos Ordinários
R\$ 187,16.

Elemento: 4.4.90.0000000000.0.3.53 - Recursos Ordinários
R\$ 2.474,23.

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 26 - Atenção Integral a Família

Ação: 2.127 - Gestão Cadiúnico - IGDM.

Elemento: 3.3.90.0000000000.0.3.52 - Recursos Ordinários
R\$ 6.119,61.

Elemento: 4.4.90.0000000000.0.3.52 - Recursos Ordinários
R\$ 5.000,00.

Órgão: 10.00 -Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 10.01 - Departamento de Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 122 - Administração Geral

Programa: 26 - Atenção Integral a Família

Ação: 2.128 - Gestão SUAS IGDE - SUAS.

Elemento: 4.4.90.0000000000.0.3.52 - Recursos Ordinários
R\$ 1.983,39.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do

centro administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.924, 21 de março de 2013.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1245/2001 e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. O anexo I da Lei Complementar N 1.245/2001, passa a vigorar com nova redação:

"ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	VAGAS
I-SERVIÇOS GERAIS (SEG)	01.01	Auxiliar de serviços gerais	1	44
	01.02	Auxiliar de serviços externos	1	10
	01.03	Auxiliar Administrativo	2	02
	01.04	Auxiliar de manutenção e conservação	3	15
	01.05	Agente Comunitário de Saúde	3	26
	01.06	Merendeira	1	06
	01.07	Monitor	32	05
II-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.01	Telefonista	4	04
	02.02	Agente Administrativo	5	06
	02.03	Agente de saúde pública	6	02
	02.04	Agente de manutenção e conservação	6	04
	02.05	Motorista	7	25
II-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)	02.06	Operador de máquinas I	7	08
	02.07	Operador de máquinas II	8	15
	02.08	Mecânico	9	01
	02.09	Marceneiro	8	05
	02.10	Atendente de consultório dentário	5	03
	02.11	Técnico manutenção de equip. de informática	8	01
	02.12	Zelador Escolar	8	03

III-SERVIÇOS AUXILIARES (SAU)				
	03.01	Monitor Social I	10	07
	03.02	Auxiliar de enfermagem	10	07
	03.03	Assistente administrativo	11	06
	03.04	Fiscal de tributos, obras e vig. Sanitária	12	04
IV-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)				
	04.01	Monitor social II	13	03
	04.02	Técnico em tributação	14	02
	04.03	Técnico em agropecuária	14	04
	04.04	Técnico em administração	14	02
	04.05	Técnico em enfermagem	14	06
	04.06	Técnico em contabilidade	15	02
	04.07	Tesoureiro	15	01
V-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)				
	05.01	Nutricionista	16	02
	05.02	Fisioterapeuta	16	03
	05.03	Fonoaudiólogo	16	02
	05.04	Assistente social	17	03
	05.05	Engenheiro agrônomo	17	02
	05.06	Farmacêutico	17	01
	05.08	Psicólogo	18	02
	05.07	Engenheiro civil	19	01
	05.09	Médico veterinário	19	01
	05.11	Enfermeiro	19	04
	05.12	Contador	19	01
	05.10	Odontólogo	20	03
	05.13	Controle interno	21	01
	05.14	Assessor jurídico	22	02
	05.15	Médico clínico geral (20h)	22	03
	05.16	Médico clínico geral (40h)	23	04
	05.17	Médico comunitário	23	03
VI- MAGISTÉRIO - MAG NÍVEL MÉDIO 20 - HS	07.01	Professor de educação infantil	26	01
	07.02	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	26	06
	07.03	Professor de educ. jovens e adultos	26	01

VI- MAGISTÉRIO - MAG NÍVEL MÉDIO 40 - HS	07.04	Professor de educação infantil	27	04
	07.05	Professor ensino fundamental - 1º ao 5º ano	27	06
	07.06	Professor de educ. jovens e adultos	27	01
VII-MAGISTÉRIO - MAG-NÍVEL SUPERIOR 10 HORAS	07.07	Professor de educação física	28	01
	07.08	Professor de língua estrangeira	28	01
	07.09	Professor de artes	28	01
VII-MAGISTÉRIO - MAG - NÍVEL SUPERIOR 20 - HS	07.10	Professor de educação infantil	29	10
	07.11	Prof. ensino fundamental - 1º ao 5º ano	29	10
	07.12	Professor de educ. jovens e adultos	29	01
	07.13	Professor de educação física	29	05
	07.14	Professor de língua estrangeira	29	02
	07.15	Prof. De Informática Básica e Educativa	29	02
	07.16	Professor de artes	29	02
	07.17	Professor de Educação Especial	29	01
	07.18	Prof. disciplina específica - 6º ao 9º Ano	29	01

VII-MAGIS-TÉRIO - MAG - NÍVEL SUPERIOR 40 HS	07.19	Professor de educação infantil	30	14
	07.20	Prof. ensino fundamental - 1º ao 5º ano	30	20
	07.21	Professor de educ. jovens e adultos	30	01
	07.22	Professor de educação física	30	08
	07.23	Professor de língua estrangeira	30	04
	07.24	Prof. De Informática Básica e Educativa	30	02
	07.25	Professor de artes	30	04
	07.26	Professor de Educação Especial	30	01
VIII-ESPECIALISTAS EM ASSUNTOS EDUC.- EAE	07.27	Prof. de Disciplina Específica-6º ao 9º Ano	30	01
	08.01	Orientador Educacional	31	03
	08.02	Psicopedagogo (40h)	31	02

." (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente5

Gabinete do Prefeito, 21 de março de 2013.

CESAR LUÍS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.925, 28 de março de 2013.

ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL N. 1.233/2001, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal em exercício de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Cesar Luis Martinelli, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. O anexo único da Lei Municipal N. 1.233, de 12/12/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO ÚNICO

DESCRIÇÃO	PREÇO PÚBLICO
TRATOR DE PNEU	13 UFRM hora/serviço
MOTONIVELADORA	34 UFRM hora/serviço
CARREGADEIRA	24 UFRM hora/serviço
ROLO COMPACTADOR	20 UFRM hora/serviço
TRATOR DE ESTEIRA	28 UFRM hora/serviço
CARREGAMENTO DE ENTULHO	12 UFRM carga/unitária
RETRO ESCAVADEIRA	20 UFRM hora/serviço
CAMINHÃO BASCULANTE	20 UFRM hora/serviço
TRATOR TANQUE	08 UFRM hora/serviço
CAMINHÃO TANQUE (ADUBO)	12 UFRM hora/serviço

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2013.

CESAR LUIS MARTINELLI

Prefeito em Exercício

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.926, 19 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 19.740,00 (dezenove mil, setecentos e quarenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 05.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 05.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.3.71.0000000000.0.3.00 - Recurso exercício anterior - R\$ 19.740,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.927, 25 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CORONEL FREITAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural para captação e aplicação de recursos orçamentários e extra orçamentários, que terá como objetivo promover o desenvolvimento da agropecuária no Município de Coronel Freitas.

Art. 2º. Constituirão receitas do fundo municipal de desenvolvimento rural:

- I - As dotações anuais, constantes do Orçamento do Município e as verbas adicionais estabelecidas no decorrer de cada Exercício;
- II - os recursos captados através de convênios, acordos e contratos celebrados com instituições públicas e privadas;
- III - recursos de doações, auxílios, contribuições, subvenções de entidades governamentais e privadas;
- IV - os recursos oriundos de Operações de Crédito e de Aplicações no Mercado Financeiro;
- V - o pagamento dos financiamentos concedidos com recursos do Fundo Municipal e/ou de serviços prestados pelos órgãos municipais destinados a melhoramentos da atividade agropecuária do município;
- VI - recursos decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do Fundo Municipal;
- VII - Outros recursos, de qualquer origem, que lhe sejam transferidos.

§ 1º. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural obedecerá as normas prescritas nos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2º. Fica o Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural autorizado a efetuar aplicações financeiras no sistema oficial, dos recursos que trata este artigo, desde que não venha a interferir ou prejudicar as atividades do mesmo.

§ 3º. É vedada a utilização a qualquer título dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural em despesas com pagamento de pessoal.

Art. 3º. As receitas que compõem o fundo serão depositadas em conta especial sob a denominação Prefeitura Municipal de Coronel Freitas - Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Coronel Freitas.

Art. 4º. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural de Coronel Freitas será administrado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Coronel Freitas - COMDERCF.

Art. 5º. A aplicação de recursos provenientes do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural obedecerá aos programas, projetos, e planos de trabalho da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente constantes do Plano Plurianual de Desenvolvimento

Rural.

Art. 6º. Constituem aplicações financeiras do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural:

- I - aquisição de material de consumo previsto nos projetos, planos e programas da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- II - aquisição de materiais permanentes necessários ao desenvolvimento dos projetos, programas e planos da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- III - aquisição de materiais de construção para reforma e ampliação das instalações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- IV - pagamento de serviços terceirizados.

Art. 7º O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural será administrado por um Conselho de Desenvolvimento Rural, com função normativa e deliberativa, composto pelos seguintes membros.

- I - Secretário Municipal de Agricultura;
- II - Secretário Municipal de Administração;
- III - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais;
- IV - Representante das Cooperativas Rurais localizadas no Município de Coronel Freitas;
- V- Gerente local do escritório da EPAGRI/CIDASC

Art. 8º. A administração do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural será exercido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, a quem cabe:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do Fundo;
- II - Baixar normas, resoluções e instruções complementares, disciplinando a aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - Aprovar os Planos de Aplicação dos recursos financeiros;
- IV - Executar as atividades referentes ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, nos seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros;
- V - Aprovar os programas, projetos e contratos de financiamentos concedidos pelo Fundo;
- VI - Elaborar a Proposta Orçamentária;
- VII - Movimentar e aplicar os recursos do Fundo;
- VIII - Prestar contas da gestão financeira do Fundo;
- IX - Desenvolver outras atividades indispensáveis à execução das finalidades do Fundo;
- X - Elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou pela maioria dos seus membros.

Art. 9º - O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural contará com uma Secretaria Executiva, a quem cabe:

- I - Executar as atividades técnicas, administrativas, financeira e contábeis do Fundo;
- II - Analisar as propostas de programas e/ou projetos encaminhados ao Fundo;
- III - Elaborar proposta do Plano Anual de Aplicação dos recursos financeiros do Fundo;
- IV - Apresentar conforme os padrões, normas e prazos, os relatórios técnicos e financeiros sobre a execução do Fundo;
- V - Receber, analisar, dar Parecer e encaminhar ao Conselho de Administração, para aprovação ou não, as propostas de financiamento;
- VI - Acompanhar junto aos agentes financeiros, a movimentação das contas do Fundo;
- VII - Propor ao Conselho de Agricultura formas de ressarcimento, prazos e carências compatíveis;

VIII - Propor medidas visando o aperfeiçoamento do Fundo;
IX - Assessorar o Presidente e membros do Conselho de Administração;

X - Realizar outras tarefas de sua competência.

Art. 10. O Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural é dotado de autonomia contábil e financeira e seguirá as normas estabelecidas pelo Conselho de Desenvolvimento Rural, na forma que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, e nas normas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado, atendendo às exigências legais, inclusive, quanto à prestação de contas.

Art. 11. A prestação de contas da gestão financeira do Fundo cabe ao Conselho de Desenvolvimento Rural, e será feita, em cada exercício, por meio de Balancetes, Demonstrativos e Balanços.

Art. 12. Os recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural serão depositados em conta bancária própria, ressalvados os recursos estaduais ou federais, quando a legislação própria estabelecer o modo diverso.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.928, 25 de abril de 2013.

AUTORIZA O PREFEITO MUNICIPAL A CONCEDER SUBVENÇÃO À ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CORONEL FREITAS - AECF, PARA OS FINS QUE MENCIONA.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção à Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 78.495.421/0001-28, sediada na rua Marechal Floriano Peixoto, nº. 259, na cidade de Coronel Freitas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único - O valor expresso no "caput" deste artigo destina-se ao auxílio financeiro para o pagamento de despesas com execução de melhorias do acesso ao prédio da AECF.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.929, 25 de abril de 2013.

Autoriza o Prefeito Municipal a Conceder Subvenção Social, a Associação Coral Municipal São José de Coronel Freitas, para os Fins que Menciona.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Prefeito Municipal expressamente autorizado a conceder subvenção social, a Associação Coral Municipal São José de Coronel Freitas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, CNPJ n. 01.194.081/0001-70, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 2º. A subvenção, prevista no art. 1º desta Lei, destina-se ao suporte financeiro do poder público para pagamento de maestrina.

Art. 3º. A presente subvenção tem como finalidade o incentivo para o desenvolvimento de projetos culturais de interesse do Município.

Art. 4º. A Associação Coral Municipal São José de Coronel Freitas deverá prestar contas ao Município da efetiva aplicação da subvenção no objeto mencionado no art. 2º desta Lei, na forma exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único - o não cumprimento do disposto neste artigo importará na devolução integral da subvenção, com valor atualizado, ao Município.

Art. 5º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei, correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.930, 25 de abril de 2013.

Dispõe sobre a Extinção do Cargo de Técnico de manutenção de Equipamentos de informática, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica extinto o cargo de Técnico de Manutenção de

Equipamentos de Informática - código - 02.11 do anexo I da Lei Complementar N 1.245/2001 - Quadro de Cargos Permanentes, bem como do anexo X - que traz sua descrição sumária.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.931, 25 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 0015 - Urbanização da Cidade

Ação: 1.072- Infra-estrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias)

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários

R\$ 21.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.052- Manutenção do Departamento de serviços Urbanos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários

R\$ 21.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.932, 10 de maio de 2013.

Dispõe sobre a política pública de concessão de incentivos fiscais e estruturais, visando incrementar e fomentar atividades para o desenvolvimento do Município de Coronel Freitas e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei estabelece a política de Incentivos Fiscais e Estruturais às empresas industriais, comerciais, prestadoras de serviços e cooperativas que estabeleçam suas atividades no Município de Coronel Freitas, bem como às empresas já existentes que ampliem de forma expressiva sua capacidade de produção e demanda de mão-de-obra, visando o desenvolvimento econômico-social.

§ 1º. O Município de Coronel Freitas incentivará prioritariamente as micro e pequenas empresas, o cooperativismo e o associativismo.

§ 2º. Para a concessão dos incentivos serão analisados processos relativos às solicitações de pessoas jurídicas, constituídas sob qualquer forma, que desenvolvam qualquer atividade econômica com fins lucrativos, instaladas ou que venham a se instalar no Município de Coronel Freitas.

§ 3º. A defesa, recuperação, preservação e a não agressão do meio ambiente, constituem-se condições indispensáveis a qualquer atividade econômica do município de Coronel Freitas.

CAPÍTULO II

DOS INCENTIVOS

Art. 2º. Os incentivos fiscais e estruturais de que trata a presente lei, constituir-se-ão isolada ou cumulativamente em:

I - Isenção de Taxa de Alvará de Construção das instalações da empresa;

II - Isenção do ISSQN relativamente à construção das instalações da empresa;

III - Isenção da Taxa de Licença para Localização, Funcionamento e Permanência;

IV - Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, relativamente ao imóvel em que estiver instalada a empresa;

V - Execução total ou parcial dos serviços de terraplenagem, aterramento e de infra-estrutura do terreno, necessário à implantação ou ampliação da empresa;

VI - Concessão ou permissão para o uso de imóveis públicos, não utilizados pela Administração ou para esta finalidade adquiridos ou construídos, sem cobrança de aluguel por período definido pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

VIII - Custeio total ou parcial do valor do aluguel, quando o interessado estabelecer suas atividades em imóveis locados.

IX - Construção e pavimentação de acessos ao local destinado à implantação da empresa;

X - Outros incentivos estruturais, na forma que estabelecer a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 1º. Os incentivos não poderão atingir valor superior a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total das imobilizações previstas no empreendimento.

§ 2º. As isenções de que tratam os incisos III e IV, serão concedidas pelo prazo de até 05 (cinco) anos, para as empresas que venham a estabelecer suas atividades no Município e pelo prazo de até 01 (um) ano, para as empresas já estabelecidas no Município e que venham a ampliar a capacidade de produção e demanda de mão-de-obra.

§ 3º. A infra-estrutura de que trata o inciso V, deste artigo, poderá abranger rede de energia elétrica, de telefonia e de água.

§ 4º. A concessão dos incentivos fiscais de que trata o inciso IV deste artigo, será formalizada no prazo máximo de sessenta dias a contar da data do parecer expedido pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico.

§ 5º. O prazo máximo da concessão de uso de bens públicos é de até 05 (cinco) anos e a permissão de uso de bens públicos será também de no máximo 05 (cinco) anos, sendo vedada a construção de moradia na área de terra concedida, por tratar-se de área industrial, salvo o abrigo do vigia da empresa.

§ 6º. A concessão dos incentivos de que tratam os incisos I a IV, deverão estar acompanhadas de estimativa de impacto financeiro-orçamentário, elaborada pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, no exercício em que deva se iniciar a sua vigência e nos 02 (dois) seguintes, atendido o disposto no art.14, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE CONCESSÃO DOS INCENTIVOS

Art. 3º. Após edital de chamamento de interessados, as empresas interessadas na obtenção dos incentivos instituídos pela presente Lei, deverão encaminhar requerimento à Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, instruído com os seguintes documentos:

- I - Atos constitutivos da Empresa, com as devidas alterações se houver;
- II - Descrição sumária dos objetivos da empresa, incluindo repercussões econômico-sociais para a economia local.
- III - Estimativa de geração de empregos diretos e indiretos.
- IV - Matéria prima a ser utilizada e sua origem.
- V - Origem e aplicação dos recursos financeiros.
- VI - Projeção de produção e vendas, vendas físicas e faturamento para os três primeiros anos.
- VII - Informações gerais que a empresa julgar necessárias, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais decorrentes da realização do projeto.
- VIII - Certidões negativas de débitos municipais, estaduais e federais, FGTS e INSS.
- IX - Projeto de engenharia adequada às exigências do Código de Edificações (Lei 1063/99) e alterações posteriores.
- X - Demonstrativo do Movimento Econômico, tocante as empresas já existentes.

§ 1º. O Poder Executivo Municipal e/ou a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico poderão solicitar outras informações que julgarem necessárias para instrução do requerimento e posterior emissão do parecer.

§ 2º. A concessão dos incentivos de que trata o "caput" deste artigo, será formalizada através de Decreto do Poder Executivo Municipal, com base em parecer exarado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico - CMDE, especificamente constituída para essa finalidade.

Art. 4º. Para fins de concessão dos incentivos de que trata a presente Lei terão preferência às empresas que atendam as seguintes condições:

- I - Geração de maior número de empregos diretos.
- II - Utilização de matéria prima local.
- III - Ramo de atividade pioneiro no Município.
- IV - Destinação correta dos resíduos industriais.
- V - Movimento econômico positivo, tocante às empresas já existentes.

Art. 5º. O procedimento para concessão dos incentivos de que trata a presente lei, obedecerá ao disposto na Lei 8.666/93 e em especial às regras previstas nesta lei.

CAPÍTULO IV

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 6º. A Empresa beneficiada com os incentivos de que trata a presente Lei estará obrigada a:

- I - Utilizar o imóvel objeto da permissão e/ou concessão, de acordo com os objetivos descritos no requerimento de habilitação.
- II - Dar início à execução das obras de instalação da Empresa, no prazo máximo de seis meses a contar da celebração do contrato de permissão e/ou concessão.
- III - Apresentar anualmente relatório sobre os empregos mantidos pela Empresa, igualmente relatório demonstrativo do movimento econômico da empresa;
- IV - Manter suas atividades no Município por mais 05(cinco) anos após ter recebido o último benefício.
- V - Ressarcir aos cofres públicos o valor do bem concedido antes de findar-se o prazo da concessão.
- VI - Dar destino adequado aos resíduos industriais.
- VII - Apresentar um projeto de reflorestamento próprio ou em parceria com outras empresas beneficiadas, em se tratando de empresas que utilizam preponderantemente a madeira como matéria prima.
- VIII - Apresentar e executar um projeto de ajardinamento do pátio da empresa.

§ 1º. As empresas beneficiadas com os incentivos de que trata a presente lei, que apresentarem movimento econômico negativo, por dois anos consecutivos, estarão sujeitas ao disposto no art.7º, da presente lei.

CAPÍTULO V

DA CESSAÇÃO DOS INCENTIVOS, DAS INDENIZAÇÕES E DAS REVERSÕES.

Art. 7º. As Empresas que deixarem de cumprir o disposto na presente Lei estarão sujeitas a:

- I - Cessação dos incentivos concedidos.
- II - Recolher aos cofres municipais os tributos de que estavam dispensados devidamente corrigidos.
- III - Indenizar o Poder Municipal das despesas relativas ao pagamento de aluguéis, serviços de terraplenagem e infra-estrutura necessária à implantação da empresa.

Parágrafo único - O recolhimento de que trata o presente artigo deverá ser realizado em até dez prestações mensais sucessivas, a critério da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, devidamente corrigidas pelo IGPM ou outro índice oficial que o venha substituir.

Art. 8º. Reverterão de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de qualquer ônus ou indenização, os imóveis objeto de permissões e/ou concessões, quando:

- I - Decorridos seis meses da permissão e/ou concessão, não tenha sido iniciada a execução do projeto de engenharia.
- II - Paralisadas as obras de engenharia por mais de seis meses, salvo motivo de força maior ou alteração do projeto inicial.
- III - Não instalação da empresa, decorridos doze meses da data

da permissão e/ou concessão.

IV - Falência ou encerramento das atividades da Empresa.

V - A Empresa que der ao imóvel objeto da concessão, permissão e ou permuta, destino diverso daquele declarado por ocasião da habilitação.

VI - Não efetuar o pagamento do imóvel objeto da concessão no prazo estabelecido no Art.17, da presente lei.

VII - Má fé na utilização dos incentivos previstos nesta LEI.

Parágrafo único - Para fins do disposto neste artigo, a empresa será notificada para em seis meses retirar as benfeitorias por ela edificadas, após o que passarão a pertencer ao Município.

CAPÍTULO VI

COMISSÃO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Art. 9º. Fica instituída a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico, composta de:

I - Prefeito Municipal.

II - Secretário(a) de Desenvolvimento Econômico, ou na ausência de ocupante desta função, o(a) Diretor(a) do Departamento de Obras.

III - Secretário(a) de Administração e Finanças, ou na falta de ocupante desta função, o(a) Diretor(a) do Departamento de Finanças e Administração.

IV - Dois Vereadores.

V - Dois membros da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF.

§ 1º. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico observado seu caráter deliberativo, fica vinculada ao gabinete do Prefeito.

§ 2º. O Presidente da CDME será eleito pelos seus membros para um mandato de dois anos, permitida a recondução uma única vez por igual período.

Art. 10. São atribuições da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico:

I - Estudar, debater, propor ações e diretrizes que visem o desenvolvimento econômico e industrial do Município.

II - Disponibilizar dados relativos à mão-de-obra disponível no Município.

III - Prestar informações acerca dos aspectos sociais, culturais, geográficos e econômicos do Município de Coronel Freitas.

IV - Dar ampla divulgação aos incentivos fiscais, econômicos e estruturais oferecidos pelo Município.

V - Oferecer diagnóstico e propor medidas que visem a melhoria das empresas locais.

VI - Analisar os pedidos de incentivo instituídos por esta Lei, emitindo parecer.

VII - Fiscalizar o cumprimento desta Lei, inclusive através de diligências junto às empresas beneficiadas.

VIII - Dar ciência ao Chefe do Poder Executivo, do descumprimento das metas e obrigações fixadas nesta Lei, mediante apresentação de relatório.

IX - Atribuir valores aos bens imóveis concedidos e benfeitorias.

Art. 11. As deliberações da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico serão tomadas em reuniões ordinárias ou extraordinárias, com aprovação da maioria simples dos seus membros e consignadas em ata.

Art. 12. A Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico elaborará seu regimento interno, dele fazendo constar sua forma de funcionamento.

Art. 13. Os serviços prestados pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico serão considerados de caráter relevante,

não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem se caracterizado qualquer vínculo de emprego entre seus membros e o Município.

CAPÍTULO VII

DO INCUBATÓRIO MUNICIPAL

Art. 14. O município poderá construir em terreno próprio ou mesmo adquirir imóveis para serem utilizados como incubatório industrial, como forma de incentivo à criação e funcionamento de novas empresas ou alocação de empresas já existentes no município e que estejam exercendo atividades em imóvel locado.

§ 1º. O espaço público destinado ao incubatório receberá somente empresas do ramo industrial e de prestação de serviços.

§ 2º. O município deverá construir as instalações e o barracão ou adquiri-los em local apropriado e estrategicamente pensado para o desenvolvimento industrial em consonância com o Plano Diretor em vigor.

§ 3º. A empresa interessada em instalar-se em um box do incubatório será selecionada na forma do Art. 4º da presente lei e estará livre de despesas de aluguel, água e luz pelo período em que fizer uso do espaço, exceto as despesas com internet e telefone, as quais serão de responsabilidade dos empreendedores.

§ 4º. O prazo da outorga do Uso do Bem Público será de até 05 (cinco) anos, incumbindo a Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico definir exatamente a duração da outorga, concessão ou permissão de uso, de acordo com a capacidade financeira da empresa e a necessidade de apoio.

Art. 15. A seleção dos interessados se dará mediante processo licitatório, lei 8.666-93, que outorgará o uso do espaço público mediante concessão ou permissão, dentro da atividade definida pelo Poder Público Municipal, que seja de interesse local a fomentação da atividade em sua área territorial.

CAPÍTULO VIII

DA ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Art. 16. Poderá o Município fomentar a instalação de empresas em sua sede territorial mediante a venda de imóveis próprios ou adquiridos para essa finalidade.

Art. 17. A venda de imóveis pelo Poder Público Municipal a particulares poderá ter o valor parcelado em até 12 (doze) prestações mensais consecutivas, com a carência de 04 (quatro) anos que iniciará da assinatura do contrato, devendo o pagamento iniciar após o término da carência, prevalecendo a reserva de domínio até a quitação da última parcela, oportunidade que se será transferida a propriedade ao comprador, com a transcrição imobiliária, se pago totalmente o preço.

§ 1º. A título de incentivo, além da carência, não será cobrado juros, e tão somente será cobrada a correção monetária, que será apurada transformando-se o valor dos bens imóveis em Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM, no momento do contrato, e convertido em reais no momento do pagamento.

§ 2º. A venda dar-se-á de acordo com os critérios da Lei Federal n. 8.666/93 e prevalecerá o interesse público configurado no fomento das micro e pequenas empresas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Os incentivos de que trata a presente Lei, deverão constar no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei

Orçamentária Anual.

Art. 19. Fica vedado às empresas beneficiadas alienarem os direitos relativos ao contrato de concessão e/ou permissão de uso, bem como, oferecê-los em garantia, subestabelecer a terceiros, permutar total ou parcialmente, dar finalidade ou utilização diversa ao empreendimento enquadrado nos benefícios previstos na presente LEI.

Art. 20. Os recursos oriundos das reversões e indenizações de que trata o art.7º, igualmente do pagamento de que trata o art.19, da presente lei, serão depositados em conta especial e aplicados na concessão de novos incentivos, compra de outros imóveis públicos, construção, reforma e ampliação de imóveis públicos para atender às finalidades desta lei.

Art. 21. Os benefícios pleiteados, concedidos ou não, deverão ser arquivados individualmente no Departamento de Desenvolvimento Econômico, resguardado a terceiros interessados o direito de petição, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município de Coronel Freitas.

Art. 22. Esta lei será regulamentada por Decreto.

Art. 23. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais Nº. 1.232 de 12/12/2001 e 1.584 de 21.02.2008.

Gabinete do Prefeito, 10 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.933, 14 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 18.260,00 (dezoito mil, duzentos e sessenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças

Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-função: 123 - Administração Financeira

Programa: 03 - Administração

Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município

Elemento: 3.3.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 5.000,00.

Elemento: 3.1.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 1.000,00

Elemento: 4.4.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício

Anterior - R\$ 260,00

Órgão: 05.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 05.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.3.71.0000000000.03.00 - Recurso exercício anterior - R\$ 12.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL N. 1.934, 14 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE OS RECURSOS FINANCEIROS ORIUNDOS DE VENDAS DE IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos oriundos das vendas ou de locação de imóveis do Município de Coronel Freitas, relacionados a Lei de concessão de incentivos as empresas exclusivamente para as finalidades que trata a mesma lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.935, 16 de maio de 2013.

Dá Nova redação ao "caput" do artigo 3º, e ao inciso III do Artigo 3º da Lei Municipal N. 1.691/2009, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Egrégia Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. O "caput" do artigo 3º da Lei Municipal 1.691/2009, passa a vigorar com nova redação:

"Art. 3º. O Conselho Municipal de Saúde será composto por representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários, de entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, do governo e de entidades representativas de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu presidente eleito entre os membros do Conselho, em reunião plenária."

Art. 2º. O inciso III do artigo 3º da Lei Municipal 1.691/2009, passa a vigorar com a seguinte:

III - representantes de órgãos, entidades e movimentos sociais com (08) membros, escolhidos dentre as seguintes representações:

- a) Associação de pessoas com patologias;
- b) Associação de pessoas com deficiência;
- c) Movimentos sociais e populares, organizados (movimento negro, LGBT, clubes de serviço);
- d) Movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- e) Entidades de aposentados e pensionistas;
- f) Entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- g) Organização de moradores;
- h) Entidades ambientalistas;
- i) Entidade de defesa do consumidor;
- j) Organizações religiosas;
- k) Comunidade científica;
- l) Entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- m) Entidades patronais;

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

DENOMINA NOME DE RUAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. A rua projetada, localizada entre as chácaras n. 42 e 51, que tem início a partir da Rua Paraná, passará a chamar-se Rua Ofélia Masetto Gollo, conforme anexo 1 desta LEI.

Art. 2º. O trecho da estrada municipal a partir do início do loteamento Realiza 1, até o limite do perímetro urbano do município,

passará a chamar-se Rua José Pegoraro, conforme anexo 2 desta LEI.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Lei

LEI MUNICIPAL Nº. 1.937, 23 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

Faz Saber - Que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI;

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento econômico

Unidade: 11.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Função: 22 - Indústria

Sub-função: 334 - Fomento ao Trabalho

Programa: 31 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviços

Ação: 2.099 - Implantação de Incubadora e Condomínios Empresariais

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.89 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 408.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.451, 17 de abril de 2013.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PASSÍVEIS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, regulamenta o Art. 12 da Lei 1.351/2003 e de conformidade o que prevê o Edital Prévio para Lançamento de Contribuição de Melhoria e,

Considerando, a pavimentação asfáltica de algumas Ruas do Município;

Considerando, a necessidade de se apurar a eventual valorização dos imóveis contemplados por tais obras;

DECRETA

Art. 1o. Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Apoio a Avaliação dos imóveis pertencentes as áreas contempladas por obras públicas, sujeitos, em tese, a cobrança de Contribuição de Melhoria, especialmente a pavimentação asfáltica das Ruas: Almirante Barroso, Rua Iguassú, Rua Pará, Rua Amapá e Rua São Paulo.

I - Bernardo Ibagy Pacheco.

II - Luis Carlos Oss.

III - Nilvo José bagio.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.452, 19 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.926/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 19.740,00 (dezenove mil, setecentos e quarenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 05.00 - Secretaria de Agricultura

Unidade: 05.01 - Departamento de Agricultura

Função: 20 - Agricultura

Sub-função: 606 - Extensão Rural

Programa: 011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural

Elemento: 3.3.71.0000000000.0.3.00 - Recurso exercício anterior - R\$ 19.740,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.452-A, 23 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 04/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 04/2013 - Pregão Presencial Nº. 02/2013 - FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Global Net Comércio e Representações Ltda-Me, com os itens 2, 3, no valor de R\$ 3.490,00 (três mil, quatrocentos e noventa reais); MB Catarinense Ltda-Me, com o item 4, no valor de R\$ 248,00 (duzentos e quarenta e oito reais); Zeus Equipamentos Ltda, com o item 1, no valor de R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.454, 25 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA SUPLEMENTAR VERBAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.931/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar verbas no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) conforme a seguir discriminado:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 451 - Infra-estrutura Urbana

Programa: 0015 - Urbanização da Cidade

Ação: 1.072- Infra-estrutura e urbanização (asfalto, calçamento, ciclovias)

Elemento: 4.4.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários

R\$ 21.000,00

Art. 2º. As fontes de recursos para cobertura dos créditos suplementares de que trata o artigo anterior são provenientes da anulação de dotação orçamentária a seguir discriminada:

Órgão: 06.00 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 06.01 - Departamento de Serviços Urbanos

Função: 15- Urbanismo

Sub-função: 452 - Serviços Urbanos

Programa: 0018 - Serviço de Utilidade Pública

Ação: 2.052- Manutenção do Departamento de serviços Urbanos

Elemento: 3.3.90.0000000000.01.00 - Recursos Ordinários

R\$ 21.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.455, 25 de abril de 2013.

Dispõe sobre a nomeação dos representantes e seus respectivos suplentes do Fórum Municipal de Educação do Município de Coronel Freitas e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com art. 206, inciso VI da Constituição Federal e no art. 3º, inciso VIII da lei nº 9.394/96, portaria nº 1.407/10 do Ministério da educação, e demais disposições legais;

DECRETA

Art. 1º. Institui o FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME, nomeando os vinte (20) membros titulares e seus suplentes conforme a representatividade determinada pelo Decreto nº 6.426 de 25 de Março de 2013.

I - Representantes da Secretaria Municipal de Educação;

Claci de Fátima Glanert Mazetto - Titular

Fernanda Graciani - Suplente

II - Representantes dos Diretores de Escolas Municipais;

Lediane Catarina Martarello Giachini - Titular

Lucy Maria Vicentini - Suplente

III - Representantes dos Diretores de Escolas Estaduais;

Mary Teresinha Rafaeli - Titular

Jandir Brás Favaretto - Suplente

IV - Representantes do Conselho Municipal de Educação - CME;

Silvana Teresinha Bernieri - Titular

Eli Guaragni Daloma - Suplente

V - Representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB;

Vanuza Janete Moura dos Santos - Titular

Nelcy Teresinha Bernieri

VI - Representantes do Conselho de Alimentação Escolar - CAE;

Magali Terezinha Battistella - Titular

Marivone Zortea Flores - Suplente

VII - Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;

Eliane Bee Farias Bento - Titular

Izabel Rossi Cavazotto - Suplente

VIII - Representantes do Conselho Tutelar;

Marlei de Souza Graff - Titular

Sidiane Lunardi Marafon - Suplente

IX - Representantes da Instituição de Ensino Superior ;

Juliana Chemin - Titular

Karine Werner - Suplente

X - Representantes dos professores Municipais de Educação Infantil;

Elizete Maria Bombassaro Pedersetti - Titular

Cristiane Mattei - Suplente.

XI - Representante dos Professores Municipais de Ensino fundamental;

João Carlos Bernieri - Titular

Valdecir Gollo - Suplente.

XII - Representantes dos professores estaduais de Ensino Médio;

Fabiano Azevedo Velho - Titular

Wagner Rols Bencke - Suplente

XIII - Representantes dos professores estaduais de Ensino fundamental;

Nádia Robetti Bedin - Titular

Marilete Aparecida Pedroso Tibolla

XIV - Representantes dos pais escolas municipais ;

Idiana Milani - Titular

César Barella - Suplente

XV - Representante dos pais escolas estaduais;

Deise Mara Fávero Vivian - Titular

Joceli Carvalho - Suplente

XVI - Representantes dos Conselhos Escolares municipais;

Zulmir Pozzebom - Titular

Leandro Rogério Ferreira - Titular

XVII - Representantes dos Conselhos Escolares estaduais;

Irinei da Cruz - Titular

Sílvio Rodrigues - Suplente

XVIII - Representantes dos estudantes municipais;

Gabriela Paulini

Brenda Soares

XIX - Representantes dos estudantes estaduais;

Danusa Palharini - Titular

Kauane Tosetto Souza - Suplente

XX - Representantes dos estudantes de Educação de Jovens e Adultos;

Marinês Costa Martelli - Titular

Juritânia Teresinha Ferreira

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.456, 25 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 42/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 42/2013 - Pregão Presencial N°. 08/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: DLG Livraria e Bazar Ltda-Me, com os itens 4, 6 a 8, 12, 15, 26, 32, 38, 40, 45 46, 47, 57, 58, 65, 68, 70, 76, no valor de R\$ 1.977,60 (mil, novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos); L.B.C. Livraria e Bazar Ltda, com os itens 2, 14, 23, 37, 39, 49, 67, no valor de R\$ 984,50 (novecentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos); Pegasus Atacadista Ltda, com os itens 1, 3, 5, 9 10, 11, 13, 18, 19, 21, 22, 24, 28 a 31, 34 a 36, 41 a 44, 48, 52, 53, 55, 61 a 64, 69, 71, 72, 74, no valor de R\$ 9.527,15 (nove mil, quinhentos e vinte e sete reais e quinze centavos); RB Papelaria e Bazar Ltda-Me, com os itens 16, 17, 20, 27, 50, 51, 54, 56, 59, 60, 66, 73, 75, no valor de R\$ 3.965,80 (três mil, novecentos e sessenta e cinco reais e oitenta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.457, 26 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 41/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 41/2013 - Pregão Presencial N°. 07/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Romac Técnica de Máquinas e Equipamentos Ltda, no valor de R\$ 319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.458, 26 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 40/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 40/2013 - Convite N°. 19/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Auto Mecânica Brugalli Ltda-Me, no valor de R\$ 12.398,59 (doze mil, trezentos e noventa e oito reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 26 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.459, 29 de abril de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 05/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 05/2013 - Pregão Presencial N°. 03/2013-FMAS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: L.B.C. Livraria e Bazar Ltda, com os itens 7, 22, 42, 43, no valor de R\$ 10.572,30 (dez mil, quinhentos e setenta e dois reais e trinta centavos); Pegasus Atacadista Ltda, com os itens 1 a 5, 8 a 21, 24 a 33, 35, 36, no valor de R\$ 4.101,12 (quatro mil, cento e um reais e doze centavos); SCS Comércio Ltda, com os itens 6, 23, 34, no valor de R\$ 3.834,50 (três mil, oitocentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos); Telecopy Equipamentos Ltda, com os itens 37 a 41, no valor de R\$ 13.622,50 (treze mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e dois centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 29 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.460, 30 de abril de 2013.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Naica Queli Cortina, ocupante do cargo de auxiliar administrativo, lotada na secretaria municipal de saúde, nomeada pelo decreto nº. 4.563/2008, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 03 de maio de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.461, 30 de abril de 2013.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Neiva Rossi, do cargo de agente comunitária de saúde, lotada na secretaria municipal de saúde, nomeada pelo decreto nº. 5.090/2009, edital de concurso público N. 001/2009, a partir de 30 de abril de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 30 de abril de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.462, 02 de maio de 2013.

DESIGNA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL RESPONSÁVEL PELOS ADIANTAMENTOS DESTINADOS A CUSTEAR DESPESA MIÚDAS DE PRONTO PAGAMENTO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal N°. 807 de 15/07/1994, combinado com art. 4º e 5º Da Instrução Normativa N°. TC-14/2012.

DECRETA

Art. 1º. Conceder adiantamento em nome da servidora publica municipal Graciana Fonini Zuffo, ocupante do cargo de Agente administrativo, matrícula n. 1003, para o exercício de 2013 nos termos do artigo 19 da Lei Municipal N°. 807 de 15/07/1994, no valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), destinado a custear a despesas miúdas e pronto pagamento da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. A referida despesa devera ser realizada, no programa administrativo, onde os recursos serão utilizados para serviço de terceiros e material de consumo.

Art. 3º. Os recursos para suprir as despesas correrão através das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto Atividade: 2.055

Elemento de Despesa: 3390000

Fonte de Recurso: 01.02

Projeto Atividade: 2.055
Elemento de Despesa: 3390000
Fonte de Recurso: 01.02

Art. 4º. O adiantamento devera ser aplicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento dos recursos.

Art. 5º. O responsável pelo adiantamento devera apresentar prestação de contas a administração, em até 10 (dez) dias após o encerramento do prazo para a aplicação dos recursos.

Art. 6º. O responsável pela prestação de contas fica sujeito a atender todas as exigências da Instrução Normativa TC-14/2012.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos concedidos será organizada nas fases de concessão, aplicação, exame da legalidade do uso do recurso público pela concedente, e o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas para julgamento.

Art. 8º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.463, 02 de maio de 2013.

NOMEIA OS CONSELHEIROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL - CMDR.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto no art. 3º da Lei Municipal Nº. 1.442/2005.

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR do município de Coronel Freitas passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê a Lei Municipal Nº. 1.442/05, de 10/08/2005, período de 2012 a 2014.

Representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Valdecir Giachini - titular.

Amarildo João Magri - suplente.

Representante da Secretaria do Desenvolvimento Econômico.

Nilvo José Bagio - titular.

Fabiane Dal Chiavon Tressoldi - suplente.

Representante da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Junior Batisti - titular.

Vilmar Zucco - suplente.

Representante da EPAGRI.

Caroline Moller Scholz - titular.

Carla Tumelero - suplente.

Representante da CIDASC.

Fabiana Pessin - titular.

Benício Balensiefer - suplente.

Representante do SINTRAF.

Marcelino Siqueira - titular.

Gilberto Cordazzo - suplente.

Representante da Associação dos Suinocultores.

Luis Pompelli - titular.

Vanderlei Borsoi - suplente.

Representante da Associação dos Avicultores.

Paulo Bernardi - titular.

Alex Sandro Masolini - suplente.

Representante do Programa Leiteiro.

Moacir Mistirini - titular.

Ivete Ebeli Lima - suplente.

Representante da Cooper Sabor.

Vanderlei Dambros - titular.

Ivanir Rama - suplente.

Representante da COOPERLFA.

Clair Inácio Barp - titular.

Vilmar Rossi - suplente.

Representante do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC.

Enólia De Lucca - titular.

Neide Marchioro - suplente.

Representante da Associação do Leite.

Adaiano Machado - titular.

Claudio Corsazzo - suplente.

Representante das MICROBACIAS.

Arroio Tarumã:

Roque Bollis - titular.

Luis Foresti - suplente.

Rio Xaxim:

Camila Zanella - titular.

Neli Defiltro - suplente.

Rio Xaxim II:

Onorino Lorensato - titular.

Gilberto Scaratti - suplente.

Córrego Esperança:

Vilson Zeni - titular.

Nadir Zanetti - suplente.

Córrego Tateto:

Valdomiro Bachi - titular.

Cezar Antonio Vicentini - suplente.

Córrego Santo Antonio:

Vilmar Vedana - titular.

Tiago Rizzoto - suplente.

Julio de Castilho:

Domingos Milani - titular.

Egídio Nespolo - suplente.

Sanga das Antinhas:

Gilson Manica - titular.

Jair Nogueira - suplente.

Rio Florentino:

Irineu Pedroso - titular.

Natal Quirino dos Santos - suplente.

Córrego Roncador:

Mauro Nisola - titular.

Alveri De Carli - suplente.

Rio Taquarussú:

Amauri Alberton - titular

Santin Zortéa - suplente.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.464, 02 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 44/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 44/2013 - Pregão Presencial N°. 09/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Comercial Automotiva Ltda, com os itens 2, 7, 8, no valor de R\$ 37.992,00 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e dois reais); JK Pneus Ltda, com o item 9, no valor de R\$ 17.580,00 (dezessete mil, quinhentos e oitenta reais); Joaçaba Pneus Ltda, com os itens 1, 3 a 6, 10 a 13, no valor de R\$ 179.476,00 (cento e setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.465, 03 de maio de 2013.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Analice Coradin Rossoni, do cargo de agente comunitária de saúde, lotada na secretaria municipal de saúde, nomeada pelo decreto nº. 5.879/2011, edital de concurso público N. 001/2009, a partir de 03 de maio de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 03 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.466, 06 de maio de 2013.

REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 43/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei nº. 8.666/93.

Considerando - que nenhum proponente apresentou proposta para o certame - pavimentação com pedra basalto irregular;

DECRETA

Art. 1º. Fica reconhecida a deserção no processo administrativo N°. 43/2013 - modalidade Tomada de Preços N°. 01/2013.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 06 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.467, 08 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 45/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 45/2013 - Convite N°. 20/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Embriosemem-Equipamentos Agropecuários Ltda _me, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 08 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.468, 09 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 15/2013 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 15/2013 - Pregão Presencial N°. 03/2013-FMS, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda, com os itens 22, 37, 40, no valor de R\$ 1.365,68 (mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e oito centavos); Atual Informática e Assistência Técnica Ltda-Me, com os itens 2, 3, 30, 44, 48, no valor de R\$ 6.554,00 (seis mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais); Casa Cirúrgica Chapecó Ltda, com os itens 12, 13, 19, 24, 27, 31, 38, 39, 42, 43, no valor de R\$ 12.130,40 (doze mil, cento e trinta reais e quarenta centavos); Gambatto Veículos Ltda, com o item 49, no valor de R\$ 30.300,00 (trinta mil e trezentos reais); Gnatus Equipamentos Médico-odontológicos Ltda, com os itens 23 e 29, no valor de R\$ 1.155,00 (mil, cento e cinquenta e cinco reais); Jair Moreschi & Cia Ltda-Me, com os itens 1 e 18, no valor de R\$ 1.110,00 (mil, cento e dez reais); Limed Comercio de Equipamentos Hospitalares Ltda-Me, com os itens 10, 14, 16, 33, no valor de R\$ 3.102,00 (três mil, cento e dois reais); MB Catarinense Ltda-Me, com os itens 6 a 8, 20, 35, 46, no valor de R\$ 8.402,00 (oito mil, quatrocentos e dois reais); Medicato Comércio de Equipamentos Hospitalares Ltda _Me, com os itens 5, 9, 11, 15, 21, 26, 45, no valor de R\$ 5.384,89 (cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos); Verlin & Piontkoski Ltda, com o item 4, no valor de R\$ 1.644,74 (mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 09 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.469, 13 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital N°. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada Suelem Paula Cecchini, para o cargo de monitor, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 32, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Leis Municipais N°. 1.245/2001 e 1.844/2012.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 13 de maio e 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.470, 14 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO EM 2012 NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.933/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por superávit financeiro do exercício de 2012, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 18.260,00 (dezoito mil, duzentos e sessenta reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 03.00 - Secretaria de Administração e Finanças
Unidade: 03.02 - Departamento de Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-função: 123 - Administração Financeira
Programa: 03 - Administração
Ação: 2.003 - Manutenção das Atividades de Administração do Município
Elemento: 3.3.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 5.000,00.
Elemento: 3.1.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 1.000,00
Elemento: 4.4.71.0000000000.03.00 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 260,00

Órgão: 05.00 - Secretaria de Agricultura
Unidade: 05.01 - Departamento de Agricultura
Função: 20 - Agricultura
Sub-função: 606 - Extensão Rural
Programa: 011 - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário
Ação: 2.029 - Manutenção e Assistência ao Produtor Rural
Elemento: 3.3.71.0000000000.03.00 - Recurso exercício anterior - R\$ 12.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que

trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto n°. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 14 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.471, 16 de maio de 2013.

A PEDIDO EXONERA SERVIDORA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Exonerar a pedido a servidora pública municipal Sonia Teresinha Zuffo Dedeia, do cargo de auxiliar de serviços gerais, lotada na secretaria municipal de educação, nomeada pelo decreto n°. 5.777/2011, edital de concurso público N. 001/2007, a partir de 15 de maio de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.472, 16 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital N°. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada Carmem Battaglia Matiello, para o cargo de auxiliar de serviços gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 1, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal N°.

1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.473, 20 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Roque Zanon, para o cargo de Diretor do Departamento de Transportes, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 20 de maio de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.474, 20 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 46/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 46/2013 - Pregão Presencial N°. 10/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Lysing Comércio Atacadista de materiais Elétricos, com o lote 1, no valor de R\$ 75.400,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais); Elétrica Cavalli Ltda-EPP, com o lote 2, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais); Favaretto Materiais de Construção Ltda, com o lote 3, no valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais); Favaretto Materiais de Construção Ltda, com o lote 4, no valor de R\$ 13.900,00 (treze mil e novecentos reais); Elétrica Cavalli Ltda-EPP, com o lote 5, no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.475, 20 de maio de 2013.
DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital N°. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado Alcimar Zucco, para o cargo de motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 7, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Lei Municipal N°. 1.245/2001 e suas alterações.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.476, 20 de maio de 2013.
DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO - CMP - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Planejamento - CMP, terá a composição a seguir especificada, com a representatividade, conforme prevê o artigo 46 da Lei Municipal N° 1.389/04, de 11/11/2004 - Plano Diretor.

I - Dois representantes de Entidade Governamental Municipal:
Nilvo José Bagio.
Luiz Carlos Oss.

II - Um representante dos Engenheiros e Arquitetos de Coronel Freitas:
Alexandre Buffon.

III - Dois representantes de Entidades não Governamentais:
Bruno Antonio Vivian.
Geraldo Pereira de Andrade.

IV - Um representante da Associação de Moradores de Cada Bairro:
Centro - Guerino Silvestrin.
Ouro Verde - Jaci Piva.
Três Palmeiras - Luiz Daivo Gasparin.
Passo da Areia - Eloir Severo da Silva.
Grambel - Darci Camargo.
Ciarini - Gilberto Guaragni.
São Sebastião - Alécio Strais.
Irmã Colonata - Sebastião dos Santos.
Floresta Dois - Adão Pageski.

V - Dois representantes da Câmara Municipal:
Rudimar Matheus Bernardi.
Edinilson José Piva.

VI - Um representante da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC.
Marcelo Cardoso dos Santos.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.349/2013.

Gabinete do Prefeito, 20 de maio de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N° 6.477, 21 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - CMH DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Habitação - CMH, passa a ter a composição a seguir especificada, com a representatividade conforme prevê o Art. 8º da Lei Municipal N° 1.645, de 16/04/2009, período 2013/2015.

Governo Municipal:**Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social:**

Nilvo José Bagio - titular.

Jaime Antonio Favareto - suplente.

Ivone Sordi Figueiredo - titular.

Rudimar Antonio Lanfredi - suplente.

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Danice Cheila Sirtuli - titular.

Joraci Pagnussat - suplente.

Bernardo Ibagy Pacheco - titular.

Luiz Carlos Oss - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Junior Batisti - titular.

Valdecir José Giachini - suplente.

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Jorge Augusto Brittes Ortolann - titular.

Camar Fatima Valandro Tofoli - suplente

Representante do Poder Legislativo

Edenilson José Piva - titular.

Gilberto Cordazzo - suplente

Representante da Associação Comunitária

Milton Peretto - titular.

Adão Pageski - suplente.

Representante dos Clubes de Idosos:

Antonio Conrado - titular.

Elza Forestti - suplente.

Representantes dos Clubes de Mães:

Mari Aschidamini - titular.

Eloide Grando - suplente.

Representante da Associação Empresarial de Coronel Freitas - AECF:

Karla Zatti Conte - titular.

Ieda Luiza Gasparin - suplente.

Representante da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL

Roberto Carlos Cordazzo - titular.

Lisandro Sacardo - suplente.

Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF:

Adriana Maria Antunes de Souza - titular.

Adaiano Machado - suplente.

Representante de Entidades Religiosas:

Pedro da Silva - titular.

Nilvo José Bagio - suplente

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Habitação - CMH é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Habitação - CMH prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de maio 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N° 6.478, 23 de maio de 2013.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecido Ponto Facultativo, nas repartições públicas do município de Coronel Freitas, no dia 31 de maio de 2013.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de maio 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N° 6.479, 23 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri José Zucco, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal N. 1.937/2013.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial e suplementar por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 408.000,00 (quatrocentos e oito mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 11.00 - Secretaria de Desenvolvimento econômico

Unidade: 11.01 - Departamento de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Função: 22 - Indústria

Sub-função: 334 - Fomento ao Trabalho

Programa: 31 - Incentivo a Indústria, Comércio e Prestação de Serviços

Ação: 2.099 - Implantação de Incubadora e Condomínios Empresarial

Elemento: 4.4.90.0000000000.03.89 - Recurso do Exercício Anterior - R\$ 408.000,00.

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012, conforme decreto nº. 6.313/2013.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de maio 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.480, 23 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 48/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 48/2013 - Pregão Presencial Nº. 12/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Global net Comercio e Representações Ltda-Me, com os itens 1 a 4, 6, no valor de R\$ 5.529,00 (cinco mil, quinhentos e vinte e nove reais); MB Catarinense Ltda-Me, com os itens 7, 9, 11, 15, 18, 19, 22 a 24, no valor de R\$ 6.695,00 (seis mil, seiscentos e vinte e cinco reais); Pereti Eletro-Móveis Ltda Me, com os itens 5, 8, 10, 12, 13, 16, 17, 20, 21, no valor de R\$ 9.030,30 (nove mil, trinta reais e trinta centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.481, 23 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS/SC.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e de acordo com o art. 206, inciso VI da Constituição Federal e no art. 3º, inciso VIII da Lei N. 9.394/96, Portaria N. 1.407/2010 do Ministério da Educação, e demais disposições legais;

DECRETA

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento do Fórum Municipal de Educação - FME do Município de Coronel Freitas/SC.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 23 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.482, 27 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 49/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 49/2013 - Convite Nº. 21/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Mauri Antonio Cambuzzi, no valor de R\$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.483, 27 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 50/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 50/2013 - Convite Nº. 22/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Maravi-máquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda - Me, no valor de R\$ 21.933,59 (vinte e um mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.484, 27 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital N°. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada Santina Antunes M. Amaro, para o cargo de auxiliar de serviços gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 1, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Leis Municipais N°. 1.245/2001 e 1.757/2010.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.484, 27 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o resultado do Concurso Público - Edital N°. 001/2012.

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeada Santina Antunes M. Amaro, para o cargo de auxiliar de serviços gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo vencimento constante no nível 1, do Anexo I - Quadro de Cargos Permanentes, Leis Municipais N°. 1.245/2001 e 1.757/2010.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.485, 28 de maio de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 52/2013, DISPENSA DE LICITAÇÃO, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 52/2013 - Dispensa de Licitação N°. 16/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da dispensa de licitação referida a: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e meio Ambiente - CIDEMA, no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.486, 28 de maio de 2013.
DISPÕE SOBRE O CRONOGRAMA DE AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PADRONIZADOS E CONSOLIDADOS COM O PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, o uso de suas atribuições privativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal:

DECRETA

Art. 1º. Em atendimento a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 753, de 21 de dezembro de 2012, os Procedimentos Contábeis serão adotados, no que couber, a partir dos seguintes prazos:

CRONOGRAMA	PRAZO
I - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS CRÉDITOS, TRIBUTÁRIOS OU NÃO, POR COMPETÊNCIA E A DÍVIDA ATIVA	2013
II - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS DA DÍVIDA ATIVA	2013
III - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS AJUSTES PARA PERDAS REFERENTES AOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO	2014
IV - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES POR COMPETÊNCIA	2014
V - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS	2014
VI - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - DEPRECIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS	2014
VII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - DEPRECIAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS	2014
VIII - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - AMORTIZAÇÃO	2014
IX - REGISTRO DE FENÔMENOS ECONÔMICOS - EXAUSTÃO	2014
X - RECONHECIMENTO, MENSURAÇÃO E EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS DE INFRAESTRUTURA	2014
XI - IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMA DE CUSTOS	2014
XII - ADOÇÃO DO PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP), CONFORME O MCASP, DETALHADO NO NÍVEL EXIGIDO PARA A CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS NACIONAIS	2014
XIII - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (DCASP), CONFORME O MCASP	2014

Art. 2º. Os Procedimentos Contábeis referidos neste decreto serão adotados, com base no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público da Secretaria do Tesouro Nacional e orientações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de maio de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.487, 04 de Junho de 2013.
DESIGNA SERVIDORES PARA INTEGRAR COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO QUADRO DE BENS DOMINIAIS DO MUNICÍPIO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI.

DECRETA

Art. 1º. Ficam designados os Servidores: Emanuela Cristina Grando, Flavia Rolim de Moura, José Mohr, Junior Batisti, Nilvo José Bagio e Sidnei Rosalen, que sob a presidência do primeiro integram a Comissão de Avaliação dos bens móveis considerados inservíveis para a Administração.

Art. 2º. As deliberações da Comissão e as avaliações efetivadas deverão constar em ata própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.488, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE A NOVA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. O Conselho Municipal de Saúde - CMS, passa a ter nova composição conforme a seguir especificada, com a representatividade nos termos previstos no Art. 3º da Lei Municipal Nº 1.691/2009 e 1.935/2013 com duração de 2 (dois) anos.

I - Governo Municipal e Prestadores de Serviço:

a) Representantes do Governo Municipal:

Sandra Veloso - titular.

Telma C. Vailatti - suplente.

Silvana F. G. Favaretto - titular

Guiomar Alberto Silvestrin - suplente.

b) Representantes Prestadores de Serviços Privados Conveniados

ou sem fins lucrativos:

Hospital Local:

Fatima Vailatti Tonini - titular.
Diane Tres - suplente.
Laboratório Biocenter:
Adalberto Ciarini - Titular.
Francieli Paulini - Suplente.

II - Trabalhadores da Saúde:

Representantes das Entidades dos Trabalhadores da Saúde;
Eliana Grasel - titular.
Matheus Mezzomo - suplente.
Izabel Rossi Cavasotto - titular.
Aldori Luiz Feliciani - suplente.
Thais Gollo - titular.
Camila A. Tressoldi - suplente.
Margaret. T. C. Grando - titular.
Cinira Martelli - suplente.

III - Representantes das Entidades dos Usuários:

a) Sindicato dos Trabalhadores Na Agricultura Familiar - SINTRAF:
Sidnei Terribille - TITULAR
Rosane Sabadin - suplente.

b) Representante da Associação Empresareial de Coronel Freitas - AECF:
Iraci Maria Piaia Bazzi - titular.
Eliane Tecchio Gasparin - suplente.

c) Representante do Clube de Idosos:
Clesi Ferrari Silvestrin - titular.
Elide Citadella - suplente.

d) Representante do Coral Municipal de Coronel Freitas:
Helena Giachini - titular.
Terezinha Bagatini - suplente.

e) Representante da Pastoral da Saúde:
Loreni Pendon - titular.
Marli Fornari - suplente.

F) Representante da Igreja Evangélica:
Iliozi dos Santos - titular.
José Setembrino - suplente.

G) Representante do Grupo de Alcolicos Anônimos Novo Dia:
Itacir Schenatto titular.
Sebastião dos Santos - suplente.

H) Representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE:
Loriane Enderle - titular.
Ana Cátia Girardi - suplente.

Art. 2º. A participação no Conselho Municipal de Saúde - CMS é considerado de relevante interesse.

Art. 3º. Os membros do Conselho Municipal de Saúde - CMS prestarão seus serviços gratuitamente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 6.437/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.489, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Clarice Ana Tessaro Zucco, para o cargo de Secretária de Administração e Finanças, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.417/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO Nº. 6.490, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Claci de Fatima Glanert Mazetto, para o cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, conforme anexo da Lei Municipal Nº. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.420/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.
MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.491, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Nilvo José Bagio, para o cargo de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.418/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.492, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Valdecir José Giachini, para o cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.421/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do

centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.493, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Fabiane Dal Chiavon Tressoldi, para o cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.416/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.494, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Roque Zanon, para o cargo de Secretário Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.473/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO
Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.495, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Jaime Antonio Favareto, para o cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.422/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.496, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeado Nelcir João Zardo, para o cargo de Diretor do Departamento de Esportes, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.424/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.497, 04 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Simone Sonise Zuffo, para o cargo de Diretora do Departamento de Educação, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.419/2013.

Gabinete do Prefeito, 04 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.498, 11 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 53/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 53/2013 - Convite Nº. 23/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Global Net Comércio e Representações Ltda-Me, no valor de R\$ 12.390,00 (doze mil, trezentos e noventa reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO
Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.499, 11 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 51/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 51/2013 - Tomada de Preço N°. 02/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Planaterra Terraplanagem e Pavimentação Ltda, no valor de R\$ 20.623,18 (vinte mil, seiscentos e vinte e três reais e dezoito centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Diretora de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.500, 11 de junho de 2013.

INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE JULGAMENTO DE CONVITES, TOMADAS DE PREÇOS, CONCORRENCIAS E LEILÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal N°. 8.666/93, de 21/06/93 e alterações posteriores;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Permanente de Julgamento de Convites, Tomadas de Preços, Concorrências e Leilão, da Prefeitura Municipal, do Fundo Municipal de Saúde e da Câmara Municipal de Vereadores, para o ano de 2013.

Art. 2º. A comissão criada por este Decreto será regida pelo disposto neste ato e pelas normas previstas na Lei N°. 8.666/93.

Art. 3º. A referida Comissão é formada pelos seguintes membros: Flavia Rolim de Moura, Junior batisti, Domingas N. Sirtuli, Luis Carlos Oss, Paulo Cesar Strada, que sob a presidência do primeiro, designados pelo Chefe do Executivo Municipal.

Parágrafo 1º. A designação de que trata o caput deste artigo será pelo prazo de 01 (um) ano, vedada à recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subsequente.
Parágrafo 2º. As decisões da Comissão serão tomadas por maioria simples de votos.

Art. 4º. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

I - Autuar o processo licitatório quando da sua instauração;

II - registrar os procedimentos nos livros próprios conforme prevê a Lei Federal N° 8.666/93, de 21/06/93 e 8.883/94, de 08/06/94;
III - elaborar o ato convocatório e a minuta do contrato;
IV - enviar o ato convocatório e a minuta do contrato para apreciação pela assessoria jurídica do Município;
V - providenciar a publicação do ato convocatório;
VI - receber a documentação de habilitação;
VII - julgar a documentação de habilitação;
VIII - julgar as propostas;
IX - após a conclusão do processo licitatório, encaminhar ao Executivo Municipal para homologação.

Art. 5º. A autenticação dos documentos dos processos licitatórios ficam restritos aos membros: Flávia Rolim de Moura e Danice Cheila Sirtuli.

Art. 6º. As sessões da Comissão Permanente de Licitação serão realizadas na sala de reuniões no paço municipal, sito à Avenida Santa Catarina, 1022, nos dias e horários previstos no ato convocatório do processo licitatório, podendo a Comissão funcionar com somente 03 (três) membros permanentes.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto N. 6.434/2013.

Gabinete do Prefeito, 11 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.501, 17 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Lucila Maria Ferrari Favareto, para o cargo de Secretária Municipal de Saúde, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 17 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.502, 17 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

DECRETA

Art. 1º. Fica - nomeada Sandra Andréa Veloso, para o cargo de Diretora do Departamento de Cultura, conforme anexo da Lei Municipal N°. 1245/2001 e suas alterações, a partir de 17 de junho de 2013.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto N. 6.359/2013.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.503, 17 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 53/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 55/2013 - Convite Nº. 24/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Deoclécio Paludo & Cia Ltda-Me, no valor de R\$ 12.700,00 (doze mil e setecentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.504, 17 de junho de 2013.

Designa Pregoeiro e equipe de apoio para atuarem no âmbito do Município de Coronel Freitas em 2013, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso IV, art. 3º da Lei 10.520/2002.

DECRETA

Art. 1º. Designar a servidora Municipal Flavia Rolim de Moura, matrícula nº. 1173, CPF nº. 074.954.869-02, ocupante do cargo de chefe de gabinete, para atuar como Pregoeira Titular da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC, para o ano de 2013.

Art. 2º. Designar a servidora Danice Cheila Sirtuli, matrícula municipal sob o nº. 782, CPF nº. 868.921.939-00, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Compras para atuar como Pregoeira Substituto da Prefeitura Municipal de Coronel Freitas/SC.

Art. 3º. Designar os servidores abaixo para comporem a Equipe de Apoio a Pregoeira:

I - Alan Fabio Favaretto, matrícula municipal sob o nº. 1104, CPF nº. 041.660.089-19, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, Obras e Vigilância Sanitária.

II - Fabiane Dalchiavon - matrícula municipal sob o nº. 848, CPF nº. 049.346.179-57, ocupante do cargo de Diretora do Departamento de Administração e Finanças.

III - Luis Carlos Oss - matrícula municipal sob o nº. 538, CPF nº. 674.359.989-15, ocupante do cargo de Engenheiro.

IV - Paulo Cesar Strda, matrícula municipal sob o nº. 337, CPF nº. 682.622.489-53, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade.

Art. 4º. O Pregoeiro titular será substituído em sua ausência e em seus impedimentos legais previstos no Código de Processo Civil e Código Penal, pelo Pregoeiro Substituto designado no art. 2º do presente decreto.

Art. 5º. Aplica-se ao presente decreto o disposto nas leis federais 10.520/2002 e 8.666/93.

Art. 6º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficando revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto N. 6.333/2013.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.505, 17 de junho de 2013.

Dispõe sobre a convocação da Conferencia Municipal de Assistência Social.

O Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Sr. Mauri Jose Zucco, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sra. Gelci Dal Chiavon, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no município,

DECRETA

Art. 1º. - Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 27 de junho de 2013, no Clube do Idoso Frei Elvico Mayer, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento do SUAS".

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste decreto correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Decreto

DECRETO N°. 6.506, 20 de junho de 2013.

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 56/2013, PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Mauri José Zucco, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente o disposto na Lei nº 8.666/93.

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no processo administrativo nº. 56/2013 - Pregão Presencial N°. 14/2013, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida a: Cesar Augusto Barella, no valor de R\$ 12.200,00 (doze mil e duzentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de junho de 2013.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

CLARICE ANA TESSARO ZUCCO

Secretária de Administração e Finanças.

Publicação Pregão Presencial R.P N° 15/2013

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial N° 15/2013

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E JOGOS PEGAGÓGICOS

Tipo: Menor Valor /Item

Entrega dos envelope: até as 09:00 h do dia 11/07/2013

Abertura dos envelopes: na sequência às 09:00 horas do dia 11/07/2013

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 hrs ou pelo fone 3347.0322.

Coronel Freitas (SC) 26 de Junho de 2013

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

I Errata de Edital - Pregão Presencial N° 036/2013

I ERRATA DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N° 036/2013

PROCESSO N° 075/2013

O Pregoeiro no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao GARANTIA DA PROPOSTA do Edital de Pregão Presencial, ficando assim determinado: DA GARANTIA DA PROPOSTA.

Leia-se:

Fica excluído do Edital essa exigência, sendo que se algum licitante já o tenha feito, poderá a partir de hoje requerer a devolução da mesma.

Corupá, 28 de Junho de 2013.

JOSIMAR CALDEIRA

Pregoeiro

I Errata de Edital - Contrato N° 132/2013

I ERRATA DE EDITAL

CONTRATO N° 132/2013

Processo de licitação nº 073/13

Dispensa de Licitação N° 024/13

O Presidente da Comissão no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados Errata referente ao Contrato nº 132/2013, por motivo de erro de digitação.

Onde se lê:

Data da Vigência: 30/04/2014

Leia-se:

Data da Vigência: 31/12/2016

Corupá, 27 de junho de 2013.

JOSIMAR CALDEIRA

Presidente da Comissão

Curitibanos

PREFEITURA

Edital de Pregão Presencial N° 155/2013

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 155/2013

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a aquisição de Equipamento de Informática para Manutenção da Polícia Militar de Curitibanos-SC, conforme anexo I deste edital. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 12/07/2013, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 .

A partir das 14:00 horas do dia 12/07/2013, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 25 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

DIEGO SEBEM WORDELL

Pregoeiro

Edital de Convocação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL - PPA PARA OS EXERCÍCIOS DE 2014 A 2017 DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS.

A Administração Municipal, em atenção às disposições previstas na Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, CONVOCA a população em geral, instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais dos vários segmentos da sociedade e demais interessados para participarem de AUDIÊNCIA PÚBLICA, a ser realizada no dia 03 de Julho de 2013 às 19:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Curitibanos para apresentação da PROPOSTA DE PLANO PLURIANUAL - PPA para os exercícios de 2014 à 2017 do Município de Curitibanos.

Curitibanos, 26 de Junho de 2013.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

Ermo

PREFEITURA

Decreto N.º 025, de 24 de Junho de 2013.

DECRETO N.º 025, de 24 de junho de 2013.

Suplementa Dotação Orçamentária e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4, inciso I, da Lei nº 307, de 21/11/2012 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica suplementada a dotação orçamentária do Orçamento Vigente da Prefeitura Municipal de Ermo no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a saber:

07.01 - SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

08.244.0039.2.020 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.0110 (62) - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá por conta do excesso de arrecadação de recursos recebidos da fonte 0110 (Outras Transf. de Rec. do Fundo Nac. de Assist. Social).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 24 de junho de 2013.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CLAUDIONOR DE SOUZA

Secretário de Administração e Finanças

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Contrato. Contrato N°. 0108/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EXTRATO DE CONTRATO. Contrato nº. 0108/2013. Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes. Contratado: Irmãos Zanatta & Cia Ltda. Objeto: Contratação de empresa para construção de quadra coberta para ampliar o espaço físico da escola Alexandre Antonioli, em Faxinal dos Guedes, incluindo materiais e mão de obra. Valor: R\$ 889.808,56 (oitocentos e oitenta e nove mil oitocentos e oito reais e cinquenta e seis centavos). Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0054/2013, na Modalidade de Tomada de Preços nº 0006/2013.

Faxinal dos Guedes, SC, em 27 de junho de 2013.

EDEGAR GIORDANI

PREFEITO MUNICIPAL.

Edital de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Edital 002/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA. MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES. EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO EDITAL 002/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EDEGAR GIORDANI, Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DIVULGA através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Edital n° 002/2013, cuja relação segue abaixo:

Art. 1º. - Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Processo Seletivo Edital n° 002/2013.

Cargo - Professor de Artes - HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112618	SANDRA A. DOS SANTOS MINETTO	3990102 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 001

Cargo - Professor de Artes - NÃO HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112644	DIANETE SGANZERLA OGLIARI	2423919 - SC	DEFERIDA
112619	DIRCÉIA SIQUEIRA	4165794 - SC	DEFERIDA
112598	JHENYFER BERTÉ IOP	5.075.443- SC	DEFERIDA
112624	JULIANA LOPES	5060486684-RS	DEFERIDA
112629	NEUSA FIORIN	3.764.472 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 005

Cargo - Professor de Ciências - HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112713	ADRIANA CARLA CECCATTO	3867458 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 001

Cargo - Professor de Ciências - NÃO HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112606	DAIANA ANA SANTOS MARQUES	3955964 - SC	DEFERIDA
112638	DAIANE LUCIA GAZZOLA VERDI	4.384.580 - SC	DEFERIDA
112621	JÉSSICA TAIZE SPRICIGO	5.716.991 - SC	DEFERIDA
112649	JULIANE REGINA TESSMANN	4849830 - SC	DEFERIDA
112660	KELLEN DALVANA BRUCHEZ	4.413.978 - SC	DEFERIDA
112650	MARITANE DE RAMOS	4.692399 - SC	DEFERIDA
112662	MIRIAN ROSA LOSS	50729071 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 007

Cargo - Professor de Educação Física - HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112604	CARLOS EDUARDO MARIANI	4165405 - SC	DEFERIDA

112665	PÂMELA CONCEIÇÃO ZENI	4525643 - SC	DEFERIDA
--------	-----------------------	--------------	----------

Total de deferidos: 002

Cargo - Professor de Educação Física - NÃO HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112647	GESSICA FERNANDA LERSCH	47571209 - SC	DEFERIDA
112607	LÉO CARLOS TOMAZI	49508920 - SC	DEFERIDA
112597	PATRICIA A. D. DOS SANTOS TIBES	5327971 - SC	DEFERIDA
112685	RODRIGO SAMUEL KNOENER	4738062 - SC	DEFERIDA
112645	VITOR RICARDO ROSSI DAMO	5003275 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 005

Cargo - Professor de Ensino Religioso - HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112609	SUELI RODRIGUES FERRO	001346893- MS	DEFERIDA

Total de deferidos: 001

Cargo - Professor de Ensino Religioso - NÃO HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112639	ANA ALICE DE SOUZA FERNANDES	2723129 - SC	DEFERIDA
112622	BIASSAIDER A. DA SILVA BATISTA	5540097-3- SC	DEFERIDA
112661	DELCEI EDI BRUCHEZ	2875662 - SC	DEFERIDA
112673	MARCIANE DE RAMOS	5129679-9- SC	DEFERIDA
112714	ROSICLER SALETE DEQUIGIO-VANI	1787830 - SC	DEFERIDA
112659	TAISA MARA DA SILVA KARLING	5519103 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 006

Cargo - Professor de Geografia - NÃO HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112642	LUCAS H. CAMBRUSSI DE LIMA	4.950.355 - SC	DEFERIDA
112599	MARICELIA ROSSI DE OLIVEIRA	40368530 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 002

Cargo - Professor de Geografia - HABILITADO

N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112610	FRANCIELI CAMPANHARO DE PAULA	45250251 - SC	DEFERIDA

Total de deferidos: 001

Cargo - Professor de Língua Estrangeira Espanhol - HABILITADO



NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			
Cargo - Professor de Língua Estrangeira Espanhol - NÃO HABILITADO			
NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			
Cargo - Professor de Língua Estrangeira Inglês - HABILITADO			
NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			
Cargo - Professor de Língua Estrangeira Inglês - NÃO HABILITADO			
N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112605	ALINE DE OLIVEIRA SCARIOT	4.081.424 - SC	DEFERIDA
112640	MARINA SERPA	2104862764-RS	DEFERIDA
112641	TAISA TARSO	5583339 - SC	DEFERIDA
Total de deferidos: 003			
Cargo - Professor de Língua Portuguesa - HABILITADO			
NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			
Cargo - Professor de Língua Portuguesa - NÃO HABILITADO			
N° da Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	RG	Situação
112646	CARLA CECILIA TESSMANN	4092817156-RS	DEFERIDA
112612	JULIANA A. G. WESTENDORFF	7071683531-RS	DEFERIDA
112611	MATEUS MELLER DE OLIVEIRA	4075298762-RS	DEFERIDA
Total de deferidos: 003			
Cargo - Professor de Matemática - HABILITADO			
NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			
Cargo - Professor de Matemática - NÃO HABILITADO			
NÃO HOUVE INSCRITOS			
Total de deferidos: 000			

Art. 2º. - As inscrições homologadas totalizam 37 (trinta e sete), candidatos que se inscreveram durante o período destinado para as inscrições e preenchem os requisitos constantes no Edital de Processo Seletivo n° 002/2013 do Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), sendo que a relação encontra-se em ordem de inscrição por cargo.

Art. 3º. - Entra em vigor na data de sua publicação.

Poder Executivo do Município de Faxinal dos Guedes (SC), em 26 de junho de 2013.

EDEGAR GIORDANI

Prefeito Municipal. Registrado e Publicado em data supra.

PEGASO
Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

Forquilha

PREFEITURA

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 104/PMF/2013.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a Aquisição, de forma parcelada, de água mineral para atendimento em diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, durante o exercício corrente.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de julho de 2013 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 27 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial N°. 105/PMF/2013.

OBJETIVO: O presente edital tem por objetivo a aquisição de abrigos para passageiros de ônibus, modelo tipo concha, conforme padrão estabelecido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsitos - DENIT, para colocação em pontos específicos do município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 10 de julho de 2013 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha/SC, 27 de junho de 2013.

VALDECIR TISCOSKI

Pregoeiro

Extrato de Contrato PMF N°. 122/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 122/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO - PAULINEIA LOTTERMANN REIS

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos padronizados para o Centro de Educação Infantil Monteiro Lobato, construída por meio de convênio junto ao FNDE, Bairro Santa Ana, através do Termo de Compromisso n°. PAC200279/2011 firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional e o Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 210 (duzentos e dez) dias corridos (prazo de entrega prazo da garantia).

DOTAÇÃO - 0501.2011.4490 (62).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n°. 68/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 27 de maio de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N° 136/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 136/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de gêneros alimentícios, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e creches da Rede Municipal de Ensino, de FORQUILHINHA - SC.

VALOR - R\$ 30.263,80 (trinta mil duzentos e sessenta e três reais e oitenta centavos).

VIGÊNCIA - 31/10/2013

DOTAÇÃO - 0501.2012.3390 (30), (31).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial n° 85/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 18 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato PMF N° 150/2013

EXTRATO DE CONTRATO PMF N° 150/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ALVARO BERTI & CIA LTDA - EPP

OBJETO - Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de enxoval, através de empresas do ramo pertinente, para atender as necessidades dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC

VALOR - R\$ 505,00 (quinhentos e cinco reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2013

DOTAÇÃO - 0501.2011.3390 (69).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Carta Convite n° 95/PMF/2013.

DATA DA ASSINATURA - 24 de junho de 2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Extrato do Termo Aditivo PMF N° 37/2013

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF N° 37/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF N° 68/2013

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BARFE COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA EPP

DO OBJETO - O presente termo tem por objeto o aditamento do contrato PMF 68/2013 especificamente do item 28 (leite longa vida), passando de R\$ 1,99 para R\$ 2,40 . Portando o contrato será acrescido em R\$ 1.394,00 (hum mil trezentos e noventa e quatro reais) para maior, conforme comprovação através das Notas Fiscais .

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei n° 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 14/06/2013.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

Decreto N° 0212/2013

DECRETO N° 0212, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

CONVOCA A ETAPA PREPARATÓRIA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o Decreto Estadual n.º 6231, de 16 de outubro de 2012 e a Resolução Normativa n° 14 de 06 de junho de 2012, do Conselho Nacional das Cidades,

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, a ser realizada na data de 29 de junho de 2013, sob a coordenação de ORÉLIO LUIZ BEAL.

Art. 2º. A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades terá como tema: "Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!"

Art. 3º. A Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades será presidida pelo Prefeito Municipal IVO BIAZZOLO e no seu impedimento, pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico do município, Sr. ORÉLIO LUIZ BEAL.

Art. 4º. O Coordenador da Conferência expedirá resolução, definindo e aprovando o Regimento da Etapa Municipal elaborado pelas entidades componentes do Conselho Municipal da Cidade. Parágrafo Único. O regimento disporá sobre a organização e funcionamento da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades, inclusive sobre o processo democrático de escolha dos seus delegados, devendo conter data, local e pauta.

Art. 5º. As despesas com a realização da Etapa Preparatória Municipal da 5ª Conferência Nacional das Cidades correrão por conta de recursos orçamentários do próprio Município.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito

FRAIBURGO, SC., 27 DE JUNHO DE 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto N° 0213/2013

DECRETO N° 0213, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei N° 2189, de 26 de junho de 2013.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo, para o exercício de 2013 crédito adicional suplementar até o limite de R\$ 1.228.510,43 (um milhão, duzentos e vinte e oito mil, quinhentos e dez reais e quarenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02.00 - Gabinete do Prefeito
 02.01 - Gabinete do Prefeito
 04.122.0002.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (7)
 R\$ 40.000,00

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01 - Educação Geral
 12.361.0006.2.011 - Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (59)
 R\$ 100.000,00

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (83)
 R\$ 160.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
 10.01 - Secretaria de Infraestrutura
 15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (137)
 R\$ 600.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde
 08.01 - Fundo Municipal de Saúde
 10.301.0016.2.032 - Manutenção da Atenção Básica
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (1)
 R\$ 328.510,43

Total R\$ 1.228.510,43

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta da anulação das seguintes dotações:

03.00 - Procuradoria Geral do Município
 03.01 - Procuradoria Geral do Município
 04.122.0002.2.003 - Manutenção da Procuradoria Geral do Município
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (10)
 R\$ 20.000,00

04.00 - Controladoria Interna
 04.01 - Controladoria Interna
 04.124.0002.2.004 - Manutenção da Controladoria Geral do Município
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (15)
 R\$ 10.000,00

05.00 - Secretaria de Administração e Planejamento
 05.01 - Secretaria de Administração e Planejamento
 04.122.0002.1.005 - Aquisição de Veículo para Secretaria de Administração
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (16)
 R\$ 50.000,00

04.122.0002.2.005 - Manutenção da Secretaria de Administração
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (21)
 R\$ 100.000,00

05.02 - Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
 16.482.0004.1.008 - Construção e Reformas de Unidades Habitacionais
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (29)
 R\$ 10.000,00

16.482.0004.1.009 - Aquisição de Imóveis Urbanos
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (30)
 R\$ 10.000,00

16.482.0004.2.008 - Manutenção do Programa de Habitação Popular Urbana
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (32)
 R\$ 10.000,00

16.482.0004.2.009 - Regularização de Imóveis e Loteamento Urbano
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (34)
 R\$ 20.000,00

06.00 - Secretaria de Finanças
 06.01 - Secretaria de Finanças
 04.123.0005.1.010 - Aquisição de Veículo para Secretaria de Finanças
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (35)
 R\$ 5.010,00

06.02 - Encargos Gerais do Município
 28.846.0000.0.400 - Indenizações e Restituições
 3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (44)
 R\$ 10.000,00
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (45)
 R\$ 8.500,43

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
 07.01 - Educação Geral
 12.361.0006.1.012 - Construção, Ampliação e Reformas de Centros Educacionais
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (56)
 R\$ 200.000,00

12.362.0008.2.016 - Manutenção do Ensino Médio
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (77)
 R\$ 5.000,00

12.365.0010.1.015 - Construção, Reformas de Centros de Educação Infantil
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (81)
 R\$ 50.000,00

12.366.0012.2.026 - Manutenção da Educação de Jovens e Adultos
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0300 (97)
 R\$ 10.000,00

07.02 - Cultura
 13.392.0013.2.028 - Manutenção do Patrimônio Histórico e Artístico
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (98)
 R\$ 10.000,00

09.00 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 09.01 - Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente
 17.511.0019.1.027 - Sistema Comunitário de Abastecimento de Água no Meio Rural
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (109)
 R\$ 10.000,00

20.605.0021.1.029 - Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos Agropecuários
 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (113)
 R\$ 50.000,00

20.606.0021.2.044 - Abertura de Açudes e Reservatórios de Água
 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (116)
 R\$ 40.000,00

20.606.0021.2.045 - Manutenção da Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente

3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (119)
R\$ 50.000,00

26.782.0022.1.031 - Construção e Recuperação de Pontes, Pontilhões e Bueiros
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (125)
R\$ 30.000,00

26.782.0022.2.047 - Manutenção da Malha Rodoviária Municipal
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (128)
R\$ 50.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura
10.01 - Secretaria de Infraestrutura
15.451.0023.1.032 - Construção de Terminais de Passageiros
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (129)
R\$ 20.000,00

10.02 - Segurança Pública
06.181.0024.1.039 - Sinalização Viária Horizontal e Vertical
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (146)
R\$ 20.000,00

11.00 - Secretaria de Ação Social
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social
08.241.0025.2.053 - Manutenção das Atividades com a Melhor Idade
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (161)
R\$ 30.000,00

08.244.0025.2.057 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (175)
R\$ 100.000,00

12.00 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
12.01 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico
22.661.0026.1.043 - Estruturação dos Distritos Industriais
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (195)
R\$ 80.000,00

23.695.0028.1.044 - Sinalização Turística
4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0200 (200)
R\$ 20.000,00

08.00 - Secretaria de Saúde
08.01 - Fundo Municipal de Saúde
10.301.0016.2.034 - Agentes Comunitários de Saúde
3.1.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.1.0400 (18)
R\$ 200.000,00
Total R\$ 1.228.510,43

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 27 DE JUNHO DE 2013.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1666/2013

PORTARIA N.º 1.666, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Nomeia Servidor Público Municipal

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 0110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear GERCEU PEREIRA DIAS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 614.081.409-00, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de julho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1667/2013

PORTARIA N.º 1.667, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0012 de 30 de janeiro de 2013 e Contrato Administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DOLISETE DOMINGUES DOS SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 646.843.939-68, contratado em caráter temporário na função de GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de julho de 2013 até 30 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria N° 1668/2013

PORTARIA N.º 1.668, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

APROVA O REGIMENTO DA 5ª CONFERÊNCIA REGIONAL DA CIDADE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto n° 1.190 de 30 de outubro de 2009, aprova o regimento da 5ª Conferência Regional da Cidade e dá outras providências;

Art. 1º Aprovar o Regimento da 5ª Conferência Regional da Cidade, cujo inteiro teor constitui anexo desta portaria.

Art. 2º Constituir a Comissão Preparatória Municipal da 5ª

Conferência Regional da Cidade, com o objetivo de propor medidas e ações necessárias à realização da referida Conferência.

Art. 3º A Comissão Preparatória Municipal será composta por representantes dos diversos segmentos da sociedade civil, indicados, 12 (doze) representantes titulares e 12 (doze) representantes suplentes para o exercício dessa representação, como segue:

I - PODER LEGISLATIVO

CÂMARA DE VEREADORES

Titular : JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA

Suplente: GERSON DE MATIA

II - PODER EXECUTIVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Titular: ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Suplente: MOISES AMADEU PATRICIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Titular: ORÉLIO LUIZ BEAL

Suplente: LETICIA FONTANELLA SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA

Titular: JOAQUIM TADEU BORGES

Suplente: SIGHARD EGON SEIDEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA URBANA

Titular: FIORINDO DE OLIVEIRA

Suplente: IDENIR SAVIAN

III - ENTIDADES MUNICIPAIS

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES

Titular: FRANCISCO CLAUDIO DE OLIVEIRA

Suplente: EDEMAR PEREIRA

SINDICATOS DOS PRODUTORES RURAIS DE FRAIBURGO

Titular: ÂNGELO BENINCÁ

Suplente: ALCEU BALDISSERA

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FRAIBURGO

Titular: OSENIR RIBEIRO

Suplente: JOSE GUILHERME KRAIMER

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE FRAIBURGO

Titular: DANIEL DRESCH

Suplente: WILSON RIBEIRO CARDOSO JUNIOR

UNIARP - UNIVERSIDADE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE

Titular: ANGELITA RIBEIRO FADANI

Suplente: VANI MARION ROCHA BERNARDES

SANEFRAI

Titular: ELOI REGALIN

Suplente: ELVITO COLDEBELLA

LIONS CLUB

Titular: SANDRO KASBURG

Suplente: AMARILDO ANTONIO KÜSTER

ASSEAF - ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS, AGRONOMOS E ARQUITETOS DE FRAIBURGO

Titular: JEFERSSON ARGENTON

Suplente: ADAIR P. GRIGOLO

Art. 4º Fica designado para o exercício das atividades de Coordenador Geral, responsável pelo melhor desenvolvimento das atividades da Comissão Preparatória Municipal, o Sr. IVO BIAZZOLO, Prefeito Municipal e na ausência dele o Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ou Secretário de Administração.

Art. 5º As atividades da Comissão, instituída por esta Portaria, terão duração de até o mês de julho de 2013.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 27 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Aviso de Retificação Pregão Presencial Nº 0093/2013-PMF

Aviso de Retificação do Pregão Presencial Nº 0093/2013 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

Objeto: Aquisição de instrumentos musicais e materiais afins para uso da fanfarra do Centro de Educação Municipal do bairro das Nações. Fica alterado o horário de abertura da Licitação, mantendo-se a mesma data, ou seja: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 10:15 horas do dia 08.07.2013. Abertura: Às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 27 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

2º Aditivo ao Edital de Seleção Para Admissão Em Caráter Temporário - Act Nº 0028/2013

2º ADITIVO AO EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028, DE 28 DE MAIO DE 2013.
PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA INSCRIÇÕES

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

FAZ SABER:

Encontram-se prorrogadas as inscrições do Edital de Seleção para Admissão em Caráter Temporário - ACT, n. 0028, de 28 de maio de 2013, para a função pública de Médico ESF e Fisioterapeuta, até o dia 12 de julho de 2013, na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizada na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Centro, município de Fraiburgo, SC. Permanecem inalteradas as demais disposições do edital

referido, que poderá se encontrado na íntegra na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente aditivo.

Fraiburgo, SC, 27 de junho de 2013.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Portaria N.º 532/2013.

PORTARIA N.º 532, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata MARLENE SOUZA DE CAMPOS, CPF n.º 888.349.569-15, aprovada e classificada como 14º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 28 de janeiro de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de MERENDEIRA.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Executar atividades de limpeza e higiene na cozinha e no preparo e distribuição da merenda escolar, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 533/2013.

PORTARIA N.º 533, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO E CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 0001/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 20, da Lei Municipal n.º 1000/2005, a candidata GISLEINE SILVA TEIXEIRA, CPF n.º 000.248.200-24, aprovada e classificada como 35º colocada, no Concurso Público 0001/2009, Etapa homologada em 30 de junho de 2010, para exercer em caráter efetivo o cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HORAS.

Art. 2º. O candidato nomeado ocupará vaga dos quadros permanentes, criada através da Lei n.º 655, 24 de agosto de 1999 e alterações, com atribuições de Ministar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes, com vencimento previsto na Lei de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 3º. A investidura do servidor no respectivo cargo público terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da presente Portaria, em conformidade com o disposto no §1º, do art. 18, da Lei 1.000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Portaria N.º 537/2013.

PORTARIA N.º 537, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, EM CARÁTER INTEGRAL, NOS TERMOS DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº. 41/2003, E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO PÚBLICO DA SERVIDORA ODETE MARIA DE MOURA VIEIRA.

PAULO SERGIO DE ARAUJO, Prefeito do Município de Garopaba em Exercício, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1º Conceder aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº. 41/2003, à servidora ODETE MARIA DE MOURA VIEIRA, portadora do CPF nº. 343.982.959-68 e do PASEP nº. 108.2713197-3, detentora da matrícula funcional nº. 0749, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível III, Classe I, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria

por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o montante de R\$ 2.053,39 (dois mil e cinquenta e três reais e trinta e nove centavos) que será pago mensalmente pelo IPREGOBA.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso III da Lei municipal nº. 1000/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e estabelece seus efeitos a partir de 01/07/2013.

Art. 5º Revogar as disposições em contrário.

Garopaba, 25 de junho de 2013.

PAULO SERGIO DE ARAUJO

Prefeito Municipal em Exercício

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 28/06/2013, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Extrato de Ata de Registro de Preço N° 44/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 44/2013

FMS

Ata nº. 44/2013; Processo nº. 124/2013; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Contratada: CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA; DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA. Valor: R\$60.999,00; Data da Assinatura: 28/06/2013.

Garuva

PREFEITURA

Aviso de Licitação PMG N° 021/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial PMG nº021/2013

Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de consumo e produtos de limpeza, com entrega de acordo com as necessidades das Secretarias de Educação, Administração, Saúde e Assistência Social.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 10/07/2013 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 27 de junho de 2013.

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal

Edital de Convocação N° 002/2013

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA N° 002/2013

O Prefeito Municipal de Garuva, Sr. José Chaves, atendendo o disposto nos artigos 170 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº. 31/2006, torna público que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA para demonstração e discussão de projeto de Lei Complementar, que busca aprovar a Alteração no Macrozoneamento do Município de Garuva (Plano Diretor). A referida Audiência ocorrerá no dia 12 de Julho de 2013, às 16 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, situada na Rua Castro Alves, nº 44, e para ela CONVIDA a população em geral, os representantes de entidades governamentais, não governamentais, setoriais, comunitárias e outras devidamente instituídas, nos seguintes termos:

1) As diretrizes a serem discutidas na Audiência Pública e o formulário de perguntas estarão disponíveis na Sala do Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Garuva, a partir do dia 27 de junho de 2013, e poderão ser retirados de segunda a sexta-feira, em horário de expediente, entre 8 horas e 12 horas, e entre 13h30min e 17 horas.

2) Os interessados deverão registrar sua intenção de manifestação oral na audiência pública, até às 15 horas do dia 12 de julho de 2013, as quais seguirão a ordem de inscrição. As inscrições serão recebidas na data e local da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a partir das 15h30min.

3) As manifestações orais serão limitadas a 5 (cinco) minutos cada uma e ocorrerão no período das 16h15min até 17 horas, na referida audiência.

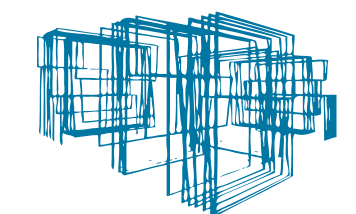
4) Apenas poderão se manifestar os interessados que obedecerem as prescrições previstas neste Edital de Convocação.

5) Até às 15 horas do dia 12 de julho de 2013 serão recebidas contribuições, por escrito, as quais deverão ser entregues na Sala do Setor de Planejamento da Prefeitura Municipal de Garuva (em horário de expediente, entre 8 horas e 12 horas, e entre 13h30min e 17 horas)

Garuva, 26 de junho de 2013

JOSÉ CHAVES

Prefeito Municipal



**Programa de
Gestão de Obras**



**Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil**

www.ciga.sc.gov.br

Gaspar

PREFEITURA

Decreto N° 5.519, de 20 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.519, DE 20 DE JUNHO DE 2013.

DETERMINA A NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E DO CHEFE DE GABINETE DO PREFEITO PARA A PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EM CURSOS DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado, a partir desta data, que a participação de qualquer servidor público municipal em cursos de capacitação e aperfeiçoamento depende de autorização prévia do Secretário Municipal de Administração e Finanças e do Chefe de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 20 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.522, de 21 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.522, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

CRIA CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA FIGUEIRA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Conselho Local de Saúde da Estratégia de Saúde da Família Figueira, composto pelos seguintes membros:

I - Usuários:

NOME	CARGO
Zenito Gilberto Nunes	Presidente
Maria Santinha Zimmermann	Vice-Presidente
Solange Aparecida Zimmermann	Titular
Domingos Cândido	Suplente
Ruth Theiss	Suplente
Rubens Reimer	Suplente

II - Profissionais da Saúde:

NOME	CARGO
Aline Cadena dos Santos	1ª Secretária
Ester Ern	2ª Secretária
Vilma Júlia Pereira	Titular
Evanir Reimer	Suplente
Denise Weignnant	Suplente
Patrícia Gubler	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto N° 5.523, de 21 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.523, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

CRIA CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BARRACÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Conselho Local de Saúde da Estratégia de Saúde da Família do Barracão, composto pelos seguintes membros:

I - Usuários:

NOME	CARGO
Osnildo Moreira	Presidente-Titular
Zita Goedert	Vice-Vice-Presidente-Titular
Moser Nunes	Titular
Alexandre Duarte	Suplente
Daniela da Silva	Suplente
Pedro Marques dos Santos	Suplente

II - Profissionais da Saúde:

NOME	CARGO
Tássila Moura	Titular
Edeltraud Cunha	Titular
Bernadete Odisi Gomes	Titular
Eleide Cruz	Suplente
Irene Schiminelli	Suplente
Clarisse Nascimento Silva	Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto N° 5.524, de 21 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.524, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

CRIA CONSELHO LOCAL DE SAÚDE DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA DO BELCHIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Conselho Local de Saúde da Estratégia de Saúde da Família do Barracão, composto pelos seguintes membros:

I - Usuários:

NOME	CARGO
Liziani Stüpp	Presidente-Titular
Alaíde Bonatti	Vice-Presidente-Titular
Aquiles Floriano Barbosa	Titular
Maria de Fátima Vasconcellos	Suplente
Márcio Luís de Souza	Suplente

Olinda de Souza	Suplente
-----------------	----------

II - Profissionais da Saúde:

NOME	CARGO
Maria de Lurdes Hostert Hammes	Suplente
Silvana Silveira de Oliveira	2ª Secretária Titular
Lucinda Batista Schmitt	Suplente
Sônia Maria Petry	Suplente
Iracema Petry	1º Secretário Titular
Mônica Márcia Campos de Menezes	Titular

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto N° 5.525, de 24 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.525, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR AQUILES SABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a determinação imposta ao Município de Gaspar pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no sentido de anular o Decreto n° 073/1996, que concedeu aposentadoria ao servidor Aquiles Sabel,

Considerando a determinação contida no Decreto n° 2.080/2007 que resultou no retorno do referido servidor às atividades inerentes ao seu cargo, e tendo em vista que o mesmo completou 70 anos de idade.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria compulsória ao servidor Aquiles Sabel, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 14 (quatorze) anos, 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.526, de 24 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.526, DE 24 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AO SERVIDOR JOSÉ HOLSTEIN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

Considerando a determinação imposta ao Município de Gaspar pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no sentido de anular o Decreto n° 133/1994, que concedeu aposentadoria ao servidor José Holstein,

Considerando a determinação contida no Decreto n° 2.209/2007, que resultou no retorno do referido servidor às atividades inerentes ao seu cargo, e tendo em vista que o mesmo completou 70 anos de idade.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria compulsória ao servidor José Holstein, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição de 19 (dezenove) anos e 07 (sete) meses.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 24 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Decreto N° 5.527, de 25 de Junho de 2013.

DECRETO N° 5.527, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

NOMEIA MEMBROS DA ÁREA NÃO-GOVERNAMENTAL E DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO DE GASPAR - CMDIG PARA A GESTÃO 2013-2015.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros abaixo indicados, para integrar o CMDIG - Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Gaspar, para compor a Gestão 2013-2015, conforme segue:

I - Secretaria Municipal de Saúde:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Raquel Mafioletti	Elisabeth Cecília de Souza

II - Grupos de Idosos:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Orlando Witt Pamplona	Maria Catarina Trindade

III - Fundação Municipal de Esportes:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Marina Andréia Seidel	Susan Theiss

IV - Secretaria Municipal de Educação:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Valéria Terezinha Schmitt da Cruz	Simara Emilia Dalgastegné Capistrano

V - Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Rafael Isaías Ossoski	Camila Matteuci Bitencourt

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Nicole Dias	Alcinda de Jesus Nogueira Muller

VII - Assessoria da Melhor Idade:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Cleonice Henrique da Silva	Rosana Nicollete

VIII - Sindicato Rural:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Idalina da Silva	Lizete Berti

IX - Grupos de Idosos:

MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
João Carlos Rafael	Maria de Lurdes Silveira

XI - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar:

MEMBRO TITULAR

Carlos Eduardo Junkes

MEMBRO SUPLENTE

Luizita Maria Pamplona Schneider

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 25 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Conselho Municipal de Assistência Social

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GASPAR - CMAS

RESOLUÇÃO Nº 18, DE 14 DE JUNHO DE 2013.

Dispõe sobre o cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social para Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS no município de Gaspar/SC.

CONSIDERANDO a Resolução nº 06, de 27 de fevereiro de 2012, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/SC, que aprova os critérios de partilha de recursos do FEAS/SC, para cofinanciamento de construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS para o exercício de 2012;

CONSIDERANDO a Resolução nº 07, de 27 de fevereiro de 2012, do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/SC, que aprova os critérios de partilha de recursos do FEAS/SC, para cofinanciamento de construção, reforma e ampliação de equipamentos de Proteção Social Especial de Média Complexidade, para o exercício de 2012;

CONSIDERANDO a Resolução nº 26, de 09 de outubro de 2012, do Conselho Estadual de Assistência Social, que aprova novos procedimentos para Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, ou Centro de Referência Especializado para pessoa em situação de rua - CENTRO POP;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério de Desenvolvimento Social, nº 141, de 03 de julho de 2013, que dispõe sobre os procedimentos relativos à apresentação e análise das propostas destinadas à construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Referência Especializado para População em situação de Rua - Centro POP, em conformidade com os critérios de partilha dos recursos aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, por meio da Resolução nº 10, de 24 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a pactuação do Município de Gaspar e a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, para cofinanciado estadual da construção de 01 Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, e 01 Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, no município de Gaspar/SC.

Art. 2º - O território de localização para a construção do novo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e do Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social, considerando a localização do território e área de abrangência de maior concentração de vulnerabilidade e risco social.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 14 de junho de 2013.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97 e em reunião extraordinária realizada no dia 14 de junho de 2013 e,

CONSIDERANDO a Resolução nº 01, de 15 de fevereiro de 2012, da Comissão Intergestora Bipartite de Santa Catarina - CIB/SC, que pactua os critérios de distribuição de recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC 2012, para cofinanciamento estadual de construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, n âmbito de Serviços de Proteção Social Básica;

CONSIDERANDO a Resolução nº 03, de 15 de fevereiro de 2012, da Comissão Intergestora Bipartite de Santa Catarina - CIB/SC, que pactua os critérios de distribuição de recursos alocados no Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS/SC 2012, para cofinanciamento estadual de construção, reforma e ampliação de equipamentos de Proteção Social Especial de Média Complexidade;

CONSIDERANDO a Resolução nº 14, de 27 de agosto de 2012, da Comissão Intergestora Bipartite de Santa Catarina - CIB/SC, que pactua novos procedimentos para construção de Centros de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, ou Centro de Referência Especializado para pessoa em situação de rua - CENTRO POP;

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS nº 10, de 24 de abril de 2012, que aprova os critérios da partilha de recursos para a Construção de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Centro Especializado de Referência de Assistência Social - CREAS, ou Centro de Referência Especializado para pessoa em situação de rua - CENTRO POP;

Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE GASPAR

RESOLUÇÃO Nº. 19, DE 27 DE JUNHO DE 2013

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Gaspar.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal nº. 1648/97.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social no valor de R\$ 8.126,50;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 27 de junho de 2012.

JOSIANE DOS SANTOS HOEPERS

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Portaria N° 3.125, de 21 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.125, DE 21 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA N° 02/2013, INSTAURADA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE UM NOTEBOOK NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 28 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2013, instaurada para apurar o desaparecimento de um notebook na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.129, de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.129, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA N° 03/2013, INSTAURADA PARA APURAR O DESAPARECIMENTO DE DOCUMENTOS REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO QUE ORIGINOU O CONTRATO N° FMS-14/2009.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 03/2013, instaurada para apurar o desaparecimento de documentos referentes ao processo licitatório que originou o contrato nº FMS-14/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria N° 3.130, de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.130, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 06/2013, INSTAURADO PARA APURAR

A RESPONSABILIDADE DE WILLIAM MACEDO PINTO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 06/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de William Macedo Pinto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.131, de 26 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.131, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 07/2011, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR MUNICIPAL ANTÔNIO MAURÍCIO DE CAMPOS FILHO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 29 de junho de 2013, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 07/2011, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor municipal Antônio Maurício de Campos Filho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 26 de junho de 2013.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria N° 3.119, de 18 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.119, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA DENUSA LOSEY SABEL GARCIA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DENUSA LOSEY SABEL GARCIA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Professora Doc. III - 4, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 10/06/2013 a 19/09/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 10/06/2013.

Gaspar, 18 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.126, de 21 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.126, DE 21 DE JUNHO DE 2013.
ALTERA LOTAÇÃO DA SERVIDORA MARIA KRUMMERNACKER.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com base no art. 31 da Lei 1.305/91,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a lotação da servidora MARIA KRUMMERNACKER, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados III, nível ASE III, Ref. 28, da Secretaria Municipal de Agricultura para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, sem prejuízo de sua remuneração, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 3.127, de 24 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 3.127, DE 24 DE JUNHO DE 2013.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA MARGARETE RIBEIRO DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARGARETE RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 17/06/2013 a 16/07/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17/06/2013.

Gaspar, 24 de junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Aviso do Pregão Presencial N° 126/2013

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC
Aviso do Pregão Presencial nº 126/2013

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de medicamentos para dispensação gratuita na Farmácia Básica. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta comercial deverá ocorrer até às 13h30min. do dia 11/07/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 11/07/2013, às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 27/06/2013.
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

Aviso do Pregão Presencial N° 128/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 128/2013

O OBJETO é contratação de empresa para prestação de serviço de Mobilização Social visando a gestão da Praça dos Esportes e da Cultura- Repete. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 13h30min do dia 10/07/2013, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 10/07/2013 às 14h, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 27/06/2013
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Extrato do Contrato N° SAF-50/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO N° SAF-50/2013

Vigência: 01/07/2013 Vencdo.: 01/07/2014 Dispensa nº.: 113/2013. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). Objeto: Locação de bem imóvel, para as instalações da Secretaria Municipal de Educação, situado na Rua São Pedro, 250, Centro, Gaspar/SC, com um total de 2.400m² de terreno e 479m² de área construída. Contratado: Celso Nicoletti (642.328.759-72). Valor total do contrato: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Gaspar/SC, 26 de Junho de 2013.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - CM 002/2013.
Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.
Contratado: Duraline Tecnologia Ltda - EPP,
CNPJ nº 05.690.638/0001-15.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática conforme Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, em especial: Item 1 - Microcomputador com processador de dois núcleos, cache de 3Mb e 3.3GHz de clock; 4Gb de RAM, pelo valor unitário de R\$ 1.915,00 (um mil novecentos e quinze reais), quantidade 06 (seis), e valor total de R\$ 11.490,00 (onze mil, quatrocentos e noventa reais). Valor do Contrato: R\$ 11.490,00 (onze mil, quatrocentos e noventa reais).

Dotação: Órgão: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 Legislativa; Subfunção: 031 Ação Legislativa; Programa: 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto: 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data: 24 de junho de 2013.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Extrato de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato - CM 003/2013.

Origem: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Gaspar.

Contratado: Marcelo Weinrich ME, CNPJ nº 13.984.763/0001-66.

Objeto: Aquisição de equipamentos de informática conforme Licitação nº 004/2013, Convite nº 004/2013, em especial: Item 2 - Monitor de LED LCD 18,5", pelo valor unitário de R\$ 348,00 (trezentos e quarenta e oito reais), quantidade 04 (quatro), totalizando R\$ 1.392,00 (um mil, trezentos e noventa e dois reais); Item 3 - No-break - Potência 800VA, pelo valor unitário de R\$ 272,00 (duzentos e setenta e dois reais), quantidade 04 (quatro), totalizando R\$ 1.088,00 (um mil e oitenta e oito reais). Item 4 - Estabilizador 430VA, pelo valor unitário de R\$ 109,00 (cento e nove reais), quantidade 04 (quatro), totalizando R\$ 436,00 (quatrocentos e trinta e seis reais).

Valor do Contrato: R\$ 2.916,00 (dois mil, novecentos e dezesseis reais).

Dotação: Órgão: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Unidade: 01 Câmara Municipal de Gaspar; Função: 01 Legislativa; Subfunção: 031 Ação Legislativa; Programa: 0001 Manutenção do Legislativo; Projeto: 1.100001 Compra de Mobiliário e Atualização da Biblioteca.

Prazo: Inicia-se com as necessárias assinaturas e terá vigência até o prazo final da última garantia do equipamento cotado pela contratada e adquirido pela contratante.

Data: 24 de junho de 2013.
JOSÉ HILÁRIO MELATO
Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

SAMAE**Extrato do Contrato N° 16/2013 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 16/2013

Data vigência: 26/06/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 22/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BOM MOTOR COM. BOMBAS E MOTORES LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 85.155.703/0001-41

Objeto: Aquisição de bombas dosadoras e inversor de frequência para o SAMAE.

Valor: R\$ 19.830,00 (dezenove mil oitocentos e trinta reais).

Gaspar (SC), em 26 de junho de 2013.
LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI
Diretor Presidente

Extrato do Contrato N° 17/2013 - SAMAE

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

EXTRATO CONTRATOS / 2013

Número do contrato: 17/2013

Data vigência: 26/06/2013

Data vencimento: 31/12/2013

Número da Licitação: 22/2013 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: NETZSCH DO BRASIL IN E COM LTDA. - CNPJ/CPF do contratado: 82.749.987/0001-06

Objeto: Aquisição de bombas dosadoras para o SAMAE.

Valor: R\$ 5.120,00 (cinco mil cento e vinte reais).

Gaspar (SC), em 26 de junho de 2013.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

Guaramirim**PREFEITURA****Aviso de Licitação N°52/2013 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 52/2013

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MOLERO (MOLAS, PINOS, JUELOS, BUCHAS, ABRAÇADEIRAS, ARREBITES, GRAMPÓS, PARAFUSOS E OUTROS)

Entrega dos Envelopes: 10/07/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 10/07/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 27/06/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Rp N°55/2013 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 55/2013

Tipo : Menor Preco - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS, ELETROPORTÁTEIS, LAVATÓRIOS E MÓVEIS PARA AS UNIDADES ESCOLARES E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Entrega dos Envelopes: 11/07/2013 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 11/07/2013 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 27/06/2013.

LAURO FROHLICH

Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Decreto N° 3.161/2013.

DECRETO N° 3.161/2013.

CONVOCA A IX CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e considerando a necessidade de avaliação da situação atual do Sistema Único e Assistência Social - SUAS, assim como a propositura de diretrizes visando ao aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto no inciso VI, do artigo 18, da Lei nº 8.742/1993, DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, que terá como tema central "A Gestão e o Financiamento na efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS".

Art. 2º. A IX Conferência Municipal de Assistência Social será realizada no dia 23 de julho de 2013, das 08h00min. às 17h00min., nas dependências do Auditório Municipal da Secretaria de Saúde.

Art. 3º. Estão convidados a participar da IX Conferência Municipal de Assistência Social os Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social, os Usuários da Política de Assistência Social, os Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social, e a População em Geral.

Art. 4º. Ficam convocados todos os funcionários ativos pertencentes ao Quadro de Pessoal da Secretaria de Assistência Social, a participarem da IX Conferência de Assistência Social do Município de Herval d'Oeste (SC).

Art. 5º. Em virtude da IX Conferência Municipal de Assistência Social, no dia 23 de julho de 2013, não haverá expediente para o atendimento ao público em todos os serviços dos Centros de Assistência Social, pertencentes à Secretaria de Assistência Social. Parágrafo único. As atividades do Abrigo Municipal Anjos da Luz no dia 23 de julho de 2013, prosseguem normalmente.

Art. 6º. As despesas com a organização e realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, correrão por conta de recursos orçamentários consignados ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste(SC), 21 de junho de 2013.

NELSON GUINDANI
Prefeito

LOVANE OSTROWSKI SIMON
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Ibiam

PREFEITURA

Portaria N° 210/2013

PORTARIA N° 210, DE 19 DE JUNHO DE 2013

"REVOGA PORTARIA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com amparo no artigo 88, incisos VII e XII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria nº 054, de 04 de janeiro de 2013, que determinou conceder o pagamento da Função Gratificada FG-3 para a servidora CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 19 DE JUNHO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 211/2013

PORTARIA N° 211, DE 19 DE JUNHO DE 2013

"DISPENSA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o requerimento da servidora protocolado em 19.06.2013, RESOLVE:

Art. 1º. Dispensar, a pedido, das funções do cargo de Professor II - ACT, a Sra. LUCILA DALMOLIN CIARNOSCHI, admitida por tempo determinado através do Contrato nº 002, de 01 de março de 2013.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 19 DE JUNHO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria N° 212/2013

PORTARIA N° 212, DE 20 DE JUNHO DE 2013

"ATRIBUI TEMPORARIAMENTE CARGA HORÁRIA A SERVIDOR E DESIGNA PARA DESEMPENHAR FUNÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; mais o que consta no § 1º, do art. 8º e ss da Lei Complementar n° 003, de 09 de janeiro de 2002, RESOLVE:

Art. 1º. Fica atribuída temporariamente a carga horária de mais 20 (vinte) horas semanais a servidora do quadro efetivo LUCILA DALMOLIN CIARNOSCHI, Professor II.

Art. 2º. Fica designada para exercer a função de Diretora do Centro Educacional Eliziane Titon, a servidora mencionada no artigo 1º, recebendo a Gratificação prevista no art. 8º - Anexo XII, da Lei Complementar n° 003, de 09 de janeiro de 2002, correspondente a 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 20 DE JUNHO DE 2013.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota**PREFEITURA****Decreto N° 023/2013**

Decreto n° 023/2013

DISPÕE SOBRE ADOÇÃO DE MEDIDAS VISANDO A REDUÇÃO DE DESPESAS DE PESSOAL, EM ATENÇÃO A PRESERVAÇÃO DA MANUTENÇÃO DE LIMITE PRUDENCIAL, E FIEL CUMPRIMENTO AO ART. 19 DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LEI COMPLEMENTAR N. 101/2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de ILHOTA/SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, IV, da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o art. 169 da Constituição Federal estabelece que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites fixados na Lei Complementar n. 101/2000;

Considerando que o artigo. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal fixa em 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, em cada período de apuração, os limites da despesa total com pessoal, nos Municípios;

Considerando a crise econômica atual e as medidas adotadas pelo Governo Federal relacionadas à redução de impostos e seu impacto nas receitas, reduzindo o repasse do FPM - Fundo de Participação dos Municípios;

Considerando os reflexos da redução do repasse do FPM, e da queda na arrecadação do próprio Município, impactando diretamente na sua receita, e na preservação do índice de limite prudencial;

Considerando a necessidade de adoção de medidas administrativas imediatas visando a redução da despesa com pessoal, conforme poder-dever do administrador público, inclusive de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos, com qualidade e eficiência;

E finalmente, considerando a previsão contida no artigo 169º, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, que determinam as medidas a serem tomadas pelo gestor público para adequação das despesas com pessoal nos parâmetros estabelecidos.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam reduzidos em 20% (vinte por cento) os salários dos agentes políticos, incluindo o Prefeito e o Vice Prefeito;

Art. 2º. Ficam suspensos os pagamentos de gratificação pelo exercício de funções de confiança por servidores ocupantes de cargo efetivo, de que trata o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

Art. 3º. Fica suspenso o exercício de jornada extraordinária, no âmbito de toda a rede pública municipal, com exceção dos serviços essenciais.

Art. 4º. Fica proibida a admissão de servidores para o exercício de qualquer cargo público, ainda que para preencher vagas remanescentes de concurso.

Art. 5º. As medidas terão aplicação imediata, a partir da data de publicação do presente Decreto.

Art. 6º. O presente Decreto vigorará pelo prazo de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado ou reeditado, com eventuais adequações necessárias, por igual período.

Art. 7º. Este Decreto entrará em vigor na presente data, revoga as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 26 de junho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

Decreto N° 027/2013

DECRETO N. 027/2013

Convoca a VIII Conferência Municipal de Assistência Social

O Prefeito Municipal de Ilhota Daniel Christian Bosi, em conjunto com a Presidente Municipal de Assistência Social Fernanda Walquíria Miranda da Silva, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município, DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 05 de julho de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 26 de junho de 2013.

DANIEL CHRISTIAN BOSI

Prefeito Municipal

FERNANDA WALQUÍRIA MIRANDA DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhota

Imbituba

PREFEITURA

Publicação de Extrato da 3ª Reunião Pública da Tomada de Preços Nº 01/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2013

PROCESSO Nº 29/2013

Resultado de julgamento da Proposta Técnica e de Preços
Comunicamos aos interessados que a CPL procedeu a abertura dos envelopes nº 02 e nº 04 da Empresa OMEGA COMUNICAÇÃO LTDA ME única empresa classificada após o julgamento da proposta técnica. Verificou-se também que a empresa concedeu desconto de (30%) da tabela SINAPRO/SC, recebendo 100 pontos referente ao item 10.2.1 do edital totalizando uma pontuação de 186,60 pontos. A Comissão Permanente de Licitação comunica ainda todos os interessados que realizará dia 01/07/2013 às 14:00 na sede da Diretoria de Licitações da Prefeitura Municipal de Imbituba, na Av. Dr. João Rimsa, 531, a Quarta Reunião Pública, para recebimento e abertura do envelope nº 05 (documentos de habilitação).

Imbituba, 28 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Presidente da Comissão de Licitação

Publicação de Extrato de Cancela de Pregão Presencial Nº 12/2013 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 14/2013, na modalidade de Pregão Presencial nº 12/2013, por solicitação da Secretária Municipal de Educação.

Imbituba, 28 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

Reabertura de Prazo Edital 61/2013 - PMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013

PROCESSO Nº 61/2013

COMUNICADO

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba, torna público o fim da suspensão do processo licitatório nº 61/2013 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇO para possível AQUISIÇÃO DE MICROCOMPUTADORES, NOTEBOOKS E THIN CLIENTS COM GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, FUNREBOM, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E DMUTRAN pois, fica deferido o recurso apresentado pela Empresa DAYANE LUIZ EIRELI - ME, CNPJ: 15.812.676/0001-57.

A sessão pública para recebimento de envelopes do objeto já citado, se realizará em 10 de julho de 2013, às 14:00 horas na Diretoria de Licitações.

A íntegra do Edital poderá ser retirada somente na Diretoria de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 28 de junho de 2013.

DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/76F - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2013/76F - A/00

Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 09.178.926/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 9.478,96 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

NIVALDO MARQUES GABRIEL

Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte

Contratante

Enkor Comercio de Materiais para Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2013/76F - A/00

Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 09.178.926/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 9.478,96 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

NIVALDO MARQUES GABRIEL

Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte

Contratante

Enkor Comercio de Materiais para Construção Ltda

Representante Legal

Contratada

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SDR NORTE 2013/76F - A/00

Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 09.178.926/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 9.478,96 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

NIVALDO MARQUES GABRIEL

Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte

Contratante

ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/76G - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2013/76G - A/00
Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 9.526,42 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.
NIVALDO MARQUES GABRIEL
Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte
Contratante

VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Norte 2013/76H - a/00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR NORTE 2013/76H - A/00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 17.322,95 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.
NIVALDO MARQUES GABRIEL
Secretário Municipal De Desenvolvimento Regional Norte
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/76 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/76 A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 8.524,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal da Sdr/Sul
Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/76A A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/76A A00
Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 4.582,20 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal da Sdr/Sul
Contratante

VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Sdr Sul 2013/76B A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SDR SUL 2013/76B A00
Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CNSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 09.178.926/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 5.910,00 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal da Sdr/Sul
Contratante

ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/76C A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: PMI SEINFRA 2013/76C A00
Contratada: VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
C.N.P.J: 08.397.388/0001-18

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS

SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 43.783,75 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

VILA NOVA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/76D A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/76D A00

Contratada: VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 75.831.867/0001-98

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 11.212,39 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

VILA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI SEINFRA 2013/76E A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEINFRA 2013/76E A00

Contratada: ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

C.N.P.J: 09.178.926/0001-46

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUL (SDR SUL), REGIONAL NORTE (SDR - NORTE) E DE INFRA-ESTRUTURA (SEINFRA).

Valor: R\$ 25.424,48 Prazo: 31/12/2013

Fundamento: Processo nº. 37/2013 Pregão nº30/2013

Imbituba, 18 de junho de 2013.

JOSÉ AFONSO DE CARVALHO

Secretário Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Contratante

ENKOR COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

Representante Legal

Contratada

Edital SEAGP N° 054/2013

EDITAL SEAGP N° 054/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerencia de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 20 de Junho a 19 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 20 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 054/2013

Motorista

LUPERCIO BORGES

Edital SEAGP N° 055/2013

EDITAL SEAGP N° 055/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 25 de Junho a 24 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 25 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 055/2013

Motorista

MATEUS VIEIRA PEREIRA

Editais SEAGP Nº 056/2013

EDITAL SEAGP Nº 056/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2011, divulgado através do Edital nº 001/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2011, de 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido Concurso.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Junho a 25 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão,

independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Fica definido o prazo de até 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Edital de Convocação Individual, para apresentação dos documentos necessários ao processo pré admissional.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de Junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 056/2013

Anexo I

CANDIDATOS CONVOCADOS

Técnico em Agrimensura

DIEGO VIDAL LIMA MARCELINO

Editais SEAGP Nº 057/2013

EDITAL SEAGP Nº 057/2013

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, divulgado através do Edital nº 02/2011, de 28 de outubro de 2011, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2011, 08 de Fevereiro de 2012, que homologou os resultados do referido processo.

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2011, para comparecer a Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública - GGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 26 de Junho a 25 de Julho de 2013, no horário das 14h às 18h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Processo Seletivo Simplificado.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a assinatura do Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o

candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao GGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 26 de junho de 2013.

ZELI PIRES

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP N° 057/2013

Motorista

IVALDO BRAZ DA CRZ

Extrato de Termo de Convênio N° 002.2013 Z.13

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 002/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, e a Colônia de Pescadores Z-13. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.154, de 31 de janeiro de 2013. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município visando à manutenção de material e pedagógica da Creche Angela Amim. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) a serem repassados pelo Município em treze parcelas, sendo a primeira e a segunda na data de assinatura do Termo e as demais, conforme valor informado pela Colônia de Pescadores Z-13 ao Município, em planilha mensal. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, e Esporte, conforme funcional programática 12.365.0009.2.008.3.3.50.00.00.00.00.00.0112, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 31/01/2013 a 31/12/2013.

SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. Antônio Carlos Teixeira, presidente da Colônia de Pescadores Z-13.

Extrato de Termo de Convênio N° 003.2013 Despertar Jovem

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 003/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o Ponto de Apoio Despertar Jovem. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.157, de 06 de fevereiro de 2013. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município ao Ponto de Apoio Despertar Jovem visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) a serem repassados pelo Município em doze parcelas, sendo a primeira e a segunda na data de assinatura do Termo e as demais em dez parcelas mensais de R\$ 600,00 (seiscentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004.3.3.50.00.00.00.00.00.0080, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 27/02/2013 a 31/12/2013.

SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sr. Luiz Belmiro Ribeiro, presidente do Ponto de Apoio Despertar Jovem.

Extrato de Termo de Convênio N° 004.2013 Lanche da Amizade

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 004/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal da Fazenda e o Lanche da Amizade de Imbituba. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.159, de 06 de fevereiro de 2013. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município ao Lanche da Amizade de Imbituba, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) a serem repassados pelo Município em doze parcelas, sendo a primeira e a segunda na data de assinatura do Termo e as demais em dez parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias da Secretaria Municipal da Fazenda, conforme funcional programática 04.123.0004.3.3.50.00.00.00.00.00.0080, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 27/02/2013 a 31/12/2013.

SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Ivone Lopes de Oliveira, presidente do Lanche da Amizade de Imbituba.

Extrato de Termo de Convênio N° 005.2013 Rede Feminina

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

Termo do Convênio nº 005/2013. PARTÍCIPIES: Município de Imbituba, através da Secretaria Municipal de Saúde e a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba. FUNDAMENTO: Lei Municipal N. 4.158, de 06 de fevereiro de 2013. OBJETO: O objeto do presente convênio consiste na concessão de auxílio financeiro do Município à Rede Feminina de Combate ao Câncer de Imbituba, visando à cobertura das despesas referentes à manutenção das atividades da respectiva entidade. VALOR DO CONVÊNIO: Total de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) a serem repassados pelo Município em doze parcelas, sendo a primeira e a segunda na data de assinatura do Termo e as demais em dez parcelas mensais de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A despesa correrá por conta de rubricas orçamentárias do Fundo Municipal de Saúde, conforme funcional programática 10.302.014.2.061.3.3.50.00.00.00.00.00.0160, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos. VIGÊNCIA: De 26/02/2013 a 31/12/2013.

SIGNATÁRIOS: Sr. Jaison Cardoso de Souza, pelo Município de Imbituba e Sra. Maria de Lurdes Jeremias de Souza, presidente da Rede Feminina de Combate ao Câncer.



www.ciga.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria CMI N° 055/2013**

PORTARIA CMI nº 055/2013

"Concede promoção funcional por antiguidade"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Promover por antiguidade, nos termos do Art. 9º, inciso XXII, do Art. 12, §2º e do Art. 13, §1º, da Lei Complementar 1.145/91, a servidora Tatianne de Bona, ocupante do cargo de Analista Legislativo, pelo período aquisitivo de 25/06/2011 à 25/06/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 25 de junho de 2013.

LUÍS ANTÔNIO DUTRA

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 25/06/2013.

Iomerê**PREFEITURA****Inexigibilidade de Licitação 12/2013**

Prefeitura Municipal de Iomerê

Inexigibilidade de Licitação nº 0012/2013

O Município de Iomerê torna pública a Inexigibilidade de Licitação para contratação de show com Trio Bravana.

Fornecedor: ESTADO CAPITAL PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Valor: R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais).

Iomerê, 27 de junho de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 021/2013

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial 0021/2013

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0021/2013 para aquisição de veículo novo. A abertura das propostas se dará no dia 11/07/2013 às 08h30m na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser solicitados através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 27 de junho de 2013

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Irineópolis**PREFEITURA****Portaria N ° 223/2013**

"DISPENSA À PEDIDO SERVIDORA CONTRATADA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n °. 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar à pedido a servidora JOSELAINE STELA PIRES GALEAZZI das atividades de Médica Pediatra (20h/sem), para o qual foi contratada em caráter temporário, através da Portaria n ° 238/2012 de 03/07/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14/06/2013.

Art. 3º Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Portaria N°. 224/2013.

CONTRATA SERVIDORA POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica e amparado no que dispõe o artigo 2º, inciso V, da LC nº 064/2013, de 26/02/2013, combinado com o parágrafo único do Art. 3º da mesma Lei Complementar,

RESOLVE:

Art 1º - CONTRATAR, JOSELAINE STELA PIRES GALEAZZI, nascida em 28/08/1976, portadora do CPF nº 022.205.169-89 RG nº 7.698.490-5 SSP/PR, para exercer as atividades de Médica Pediatra (44h/sem) no período de 17/06/2013 à 16/06/2014, visando o atendimento temporário e excepcional na área de saúde, motivado pelo fato de não haver candidato aprovado em concurso público para o referido cargo.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/06/2013.

Art 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 21 de junho 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Extrato de Homologação 01/2013- FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATORIO Nº. 01/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Lech & Cia Ltda- EPP.

Irineópolis, 19 de junho de 2013.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Homologação Processo N.º 07/2013 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 07/2013

TOMADA DE PREÇOS Nº. 02/2013

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Irineópolis, 27 de junho de 2013.

GISELI KEMPINSKI

Secretária Municipal de Saúde

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contrato N.º 18/2013 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº. 18/2013

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Contratada: Mapfre Seguros Gerais S.A.

Objeto: Contratação de empresa corretora e/ou seguradora especializada em prestação de serviços na área de seguros de veículos, para os veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde.

Valor: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais).

Vigência - 28.06.2013 a 28.06.2014

Base Legal - Processo Licitatório n.º 007/2013 - Tomada de Preços n.º 002/2013

Lei nº 8.666/93 consolidada, art. 24, inciso II

GISELI KEMPINSKI

Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis

Extrato de Contrato 01/2013- FMAS

MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 01/2013

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Irineópolis

Contratado: Lech & Cia Ltda- EPP

Objeto: Aquisição de Materiais do Gênero Alimentício para Manutenção das Atividades Desenvolvidas com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI.

Valor: R\$ 8.664,78(oito mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e setenta e oito centavos).

Vigência: 19/06/2013 à 31/12/2013

Base Legal: Processo Licitatório 01/2013 - Pregão Presencial 01/2013.

Lei 8.666/93 e 10.520/02

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itapiranga**PREFEITURA****Decreto N° 113, de 26 de Junho de 2013**

DECRETO N° 113, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Autoriza alteração de veículo para serviços de táxi e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos V e VII do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com a Lei nº 1.476, de 28.08.1992;

Decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o veículo I/CHEVROLET CLASSIC LS, ano 2013 e modelo 2014, Placa MKO8864, RENAVAN 544724224, CHASSI 8AGSU19F0ER106948, cor branca, de propriedade de PEDRO ATANÁSIO FLACH, para a prestação de serviço de táxi no ponto nº 1, na Linha Santo Antonio, município de Itapiranga - SC, em substituição ao veículo de placa MGM9244. .

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC, 26 de junho de 2012.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto N° 114, de 26 de Junho de 2013

DECRETO N° 114, DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, exercício de 2013, por conta da Previsão do "Excesso de Arrecadação" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Itapiranga - SC, exercício de 2013, por conta da previsão do "Excesso de Arrecadação" fonte de recurso 127-Convênio SUS no valor de R\$73.700,00 na seguinte dotação orçamentária:

92.01 - Fundo Municipal de Saúde

10.301.0133.2026 - Manut. e Des. das Atividades da Secretaria Municipal da Saúde

31.90.00.00.00.00.00.0127 - Aplicações Diretas

R\$ 73.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga - SC., 26 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado no DOM - Diário Oficial dos Municípios

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Decreto N° 115 de 26 de Junho de 2013

DECRETO N° 115 DE 26 DE JUNHO DE 2013.

Abre crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, por conta do "Superávit Financeiro" e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.803, de 4 de dezembro de 2012:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Itapiranga - SC, exercício de 2013, na seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Man. e Desenv. Atividades da Educação do Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

33.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

06.02 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Man. e Desenv. Atividades da Educação da Educação Infantil

33.90.00.00.00.00.00.0108 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do art. 1º deste Decreto, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

06.01 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Ensino Fundamental

12.361.0066.2029 - Man. e Desenv. Atividades da Educação do Ensino Fundamental

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

31.90.00.00.00.00.00.0120 - Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

06.02 - Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto - Educação Infantil

12.365.0070.2034 - Man. e Desenv. Atividades da Educação da Educação Infantil

31.90.00.00.00.00.00.0107 - Aplicações Diretas

R\$ 15.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 26 de junho de 2013.

MILTON SIMON

Prefeito Municipal

Publicado em data supra.

SERGIO LUIS KESSLER

Secretario Municipal de Administração.

Itapoá

PREFEITURA

Termo de Rescisão ao Contrato Administrativo N.º 09/2013.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 09/2013.

Pelo presente instrumento o Município de ITAPOÁ/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, inscrito no CNPF/MF sob o n.º 81.140.303/0001-01, neste ato representado Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do CI.RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE(LOCATÁRIO) e, de outro lado a Empresa ASSESSORIA IMOBILIARIA TOTAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.336.288/0001-23, situada na Avenida do Comércio, nº124, Balneário Brasília, Lote nº 20, Quadra nº 5, nesta cidade de Itapoá/SC, representada neste ato pelo o Sr. ANTONIO CARLOS DE SOUZA, brasileiro, portador da CI.RG nº 2/C. 3.325.106-7 e do CNPF/MF: 365.516.278-20, aqui denominada CONTRATADO (LOCADOR), têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com o ofício. nº 099/2013 e despachos constantes do processo fls. nº 265 a 268, resolvem rescindir o referido Contrato administrativo nº 09/2013 da locação do pavimento térreo com 75 m² de um imóvel em alvenaria, tipo sobrado com aproximadamente 153,02 m² localizado na Avenida do Comércio, nº 124, Balneário Brasília, Lote nº 20, Quadra nº 05, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório de DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 01/2013- PROCESSO N° 02/2013, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, com fundamento na Cláusula nona "b", e inciso II do art. 79, da Lei nº 8.666/93, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato nº 09/2013 da locação do pavimento térreo com 75 m² de um imóvel em alvenaria, tipo sobrado com aproximadamente 153,02 m² localizado na Avenida do Comércio, nº 124, Balneário Brasília, Lote nº 20, Quadra nº 05; celebrado em 02/01/2013, com início da vigência em 01/02/2013.

Descrição do objeto e finalidade	DOS VALORES	
1.1 Objeto: Constitui o objeto deste contrato à locação do pavimento térreo com 75 m² de um imóvel em alvenaria, tipo sobrado com aproximadamente 153,02 m² localizado na Avenida do Comércio, nº 124, Balneário Brasília, Lote nº 20, Quadra nº 05;	Valor total da contratação inicial	R\$ 9.643,20
	Valor pago	R\$ 4.307,30
1.2 Finalidade: utilizado para funcionamento do Projeto de Ampliação de Jornada Escolar em atendimento aos alunos das EMEF Euclides Emídio da Silva, EMEF Monteiro Lobato, EMEF Ayrton Senna e EMEF Clayton Almir Hermes.	Valor rescindido	R\$ 5.335,90

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

Por força da presente rescisão, a partir da data de 14 de junho de 2013, data da sua publicação, as partes dão por encerrado o Contrato, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de Itapoá-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acertados, firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, ante duas testemunhas presenciais, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Itapoá, 14 de junho de 2013.
LOCATÁRIO
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
 Prefeito Municipal

LOCADOR
ASSESSORIA IMOBILIARIA TOTAL LTDA
ANTONIO CARLOS DE SOUZA

TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME: _____
 CPF: _____ CPF: _____

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto N° 4.331 de 21 de Junho de 2013.

DECRETO N° 4.331 DE 21 DE JUNHO DE 2013.

CONVOCA A VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), em conjunto com a Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a VII Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no dia 01 de agosto de 2013, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 21 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE
 Prefeito de Joaçaba

DORVALINA LANGE
 Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Decreto N° 4.336 de 26 de Junho de 2013.

DECRETO N° 4.336 DE 26 DE JUNHO DE 2013.

"APROVA O REGULAMENTO DO PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 090, de 16 de dezembro de 2004 e alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento 28 do PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) - PLASS, que reger-se-á pelos seguintes dispositivos e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO I SEÇÃO I

DOS SEGURADOS, DEPENDENTES E ADESÃO

Art. 2º São considerados segurados titulares, todos os servidores referidos no art. 4º da LC 90/04.

Art. 3º Ao servidor em licença para tratamento de saúde, licença sem vencimento, os inativos e pensionistas que recebem proventos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, que eram segurados a no mínimo doze meses da concessão do benefício fica assegurada assistência na forma deste Decreto, mediante o recolhimento da contribuição mensal, bem como dos ressarcimentos das despesas médicas e odontológicas realizadas, em guia própria

PEGASO
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social

a ser fornecida pelo PLASS, perdendo o direito dos benefícios no caso de atraso no pagamento, enquanto perdurar a pendência.

Parágrafo único - Para garantia do débito de que trata o artigo 3º deste Decreto, o segurado deverá emitir respectiva Nota Promissória em favor do PLASS.

Art. 4º É indispensável a adesão do segurado e seus dependentes¹³ para a obtenção de qualquer prestação.

§ 1º Efetuar-se-á a adesão mediante requerimento, em relação aos segurados e dependentes¹³, onde fique comprovada habilmente a qualificação e condições pessoais dos mesmos.

§ 2º O PLASS promoverá todas as facilidades para a adesão dos servidores e dependentes¹³, adotando procedimentos²⁶ sumários, preferencialmente através de formulários impressos e padronizados.

§ 3º No ato da adesão o servidor apresentará a documentação dos seus dependentes¹³ exigidos no artigo 6º deste Decreto.

§ 4º Quando os cônjuges forem funcionários públicos municipais, a adesão é optativa.

Art. 5º Poderão ser inscritos como dependentes¹³ do segurado todos aqueles contemplados no art. 9º da Lei Complementar nº 90/2004 e alterações.

Parágrafo único - A diretoria solicitará comprovação de que os seus dependentes não possuem renda através de documentos expedidos pelos órgãos competentes e declaração assinada pelo segurado e seu dependente.

Art. 6º Os segurados deverão formalizar sua adesão bem como a de seus dependentes¹³ junto ao PLASS, apresentando os seguintes documentos:

- I - cédula de Identidade;
- II - último contra-cheque de pagamento;
- III - cadastro de Pessoa Física - CPF.
- IV - do cônjuge: certidão de casamento;
- V - do companheiro⁸: documento de identidade e declaração que comprove união estável³²;
- VI - dos filhos: certidão de nascimento, prova de adoção ou tutela;
- VII - da mãe ou madrasta e do pai ou padrasto: documento de identidade do participante em que conste a filiação, e certidão de casamento ou declaração de união estável³², que deu origem à condição de madrasta ou padrasto;
- VIII - dos filhos maiores de dezoito anos: Carteira de Trabalho - CTPS ou declaração do segurado titular³⁰ de que ainda não possui e não está trabalhando;
- IX - dos filhos estudantes¹⁷ maior de dezoito anos: Carteira de Trabalho - CTPS e comprovante semestral da instituição que esteja frequentando regularmente curso de graduação.

Parágrafo único - Para comprovar a situação dos beneficiários², o PLASS promoverá o acompanhamento social, mediante a realização de visitas domiciliares, através do serviço social do PLASS.

Art. 7º Cabe ao PLASS a emissão de Cartão de Identificação⁵ do Segurado Titular³⁰ e Dependente¹³, mantendo periódica atualização.

Art. 8º Os benefícios² e serviços somente vigorarão a partir da data do deferimento da adesão, observados os prazos de carência⁴ previstos no Anexo I da Lei Complementar nº 090/2004.

Art. 9º As alterações supervenientes relativas aos dependentes¹³ cadastrados ou inscritos, exceto as de idade, bem como a existência de novos dependentes¹³, devem ser imediatamente

comunicadas pelo segurado ao PLASS, que deverá exigir a comprovação mediante a apresentação de documentos.

Art. 10 A inscrição²¹ indevida será considerada insubsistente, sem prejuízo de responder o autor, administrativa, civil ou criminalmente, pelas consequências de seus atos, respondendo o segurado, pelas despesas indevidas provocadas em face da má fé ou a omissão eventual.

SEÇÃO II DAS PENALIDADES

§ 1º Em se comprovando o disposto no caput do artigo 10 deste Decreto, será o segurado penalizado em 50% (cinquenta por cento) do valor das despesas, na forma da Lei Complementar nº 090/04.

§ 2º Na reincidência, o segurado será excluído do PLASS, sem direito a carência⁴ da prestação dos serviços, previstos neste Regulamento²⁸.

§ 3º O cancelamento da inscrição²¹ efetivar-se-á de ofício, quando da verificação do inadimplemento de quaisquer das condições previstas neste Decreto.

§ 4º O dependente¹³ que na forma da Lei Complementar Nº 090/04, vier a adquirir a condição de segurado, perderá automaticamente aquela qualidade.

Art. 11º Quando da exoneração ou da rescisão de contrato, o Setor de Pessoal do Município, das Autarquias, das Fundações e da Câmara de Vereadores, deverão verificar junto ao PLASS, a existência ou não de débito na conta do respectivo segurado.

§ 1º Em se comprovando a existência de débito, o Setor de Pessoal procederá ao desconto do débito na rescisão, revertendo o respectivo valor para a conta do PLASS.

§ 2º Caso o valor da rescisão contratual não cubra os valores dos débitos do segurado, este deverá efetuar o pagamento em parcelas no valor mínimo correspondente a 20% (vinte por cento) do último vencimento, com a emissão de Nota Promissória em favor do PLASS para garantia do débito.

Art. 12º Ocorrido o falecimento do segurado, sem que tenha feito a inscrição²¹ de seus dependentes¹³, a estes caberá promovê-la, para efeito das prestações a que fizerem jus.

Parágrafo único - Ocorrendo o falecimento do segurado, e estando em débito com PLASS, após o desconto do valor do débito na rescisão contratual, os recursos sendo insuficientes, os herdeiros respondem pelos débitos pendentes até o respectivo quinhão da herança.

Art. 13º Não terá direito à prestação de benefícios² e serviços o cônjuge, quando da separação judicial, divórcio ou na dissolução de união estável³².

Parágrafo único - Quando da dissolução da união estável³², o segurado formalizará declaração ao PLASS, relativa ao fato.

Art. 14º No caso de cancelamento da adesão, em havendo saldo de despesas realizadas o segurado formalizará autorização perante o PLASS, para desconto em folha de pagamento, até a sua liquidação.

Art. 15º Os valores correspondentes a coparticipação do segurado para pagamento de despesas com procedimentos da assistência a saúde através do desconto em folha de pagamento não poderão

ultrapassar a 20%(vinte por cento) do total da remuneração mensal²⁹ do segurado, devendo o valor excedente ser parcelado, com a correção monetária mediante a aplicação do INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, para pagamento nos meses subsequentes, no mesmo percentual, até a liquidação do débito.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS E SERVIÇOS

Art. 16º Os benefícios² de assistência médica compreendem:

I - consultas¹⁰, de livre escolha, dentre os profissionais conveniados;

II - serviços complementares de exames¹⁹ para diagnósticos e terapia decorrentes de consulta¹⁰, solicitados por profissionais conveniados ou não, observadas as exigências do Plano, mediante prévia autorização.

III - internações em hospitais conveniados, por solicitação médica, compreendendo:

- a. diárias hospitalares para tratamento clínico-cirúrgico, em quarto individual, com banheiro privativo;
- b. serviços de enfermagem durante a internação;
- c. salas de cirurgia e parto;
- d. honorários médicos, inclusive do anestesista, incluindo as consultas pré-operatórias¹⁰ com anesthesiologistas;
- e. medicamentos prescritos durante a internação;
- f. exames¹⁹ e tratamentos complementares de acordo com o diagnóstico;
- g. berçário normal e patológico;
- h. unidade de terapia intensiva;
- i. nutrição parental e enteral;
- j. órtese²⁴, prótese²⁷ e sínteses necessárias à complementação de cirurgias;
- k. materiais descartáveis, exceto, stapler (grampeador), shaver, fluxor, banda e agulhas para acupuntura;
- l. lente intra-ocular (L.I.O), até o limite do menor vencimento base da administração municipal;
- m. cirurgia de gastroplastia (cirurgia bariátrica) por videolaparoscopia ou por via laparotômica aplica-se: Cobertura obrigatória para pacientes com idade entre 18 e 65 anos, com falha no tratamento clínico realizado por, pelo menos, 2 anos e obesidade mórbida instalada há mais de cinco anos, quando preenchido pelo mesmo um dos critérios listados no grupo I e nenhum critérios listados no grupo II:
 - Grupo I
 - índice de Massa Corpórea (IMC) entre 35 e 39,9 Kg/ m², com co-morbidades (diabetes, ou apneia do sono, ou hipertensão arterial, ou dislipidemia, ou doença coronariana, ou osteo-artrites, entre outras);
 - IMC igual ou maior do que 40 Kg/m², com ou sem co-morbidades;
 - Grupo II
 - pacientes psiquiátricos descompensados, especialmente aqueles com quadros psicóticos ou demenciais graves ou moderados (risco de suicídio);
 - uso de álcool ou drogas ilícitas nos últimos 5 (cinco) anos;
- n. cirurgia reparadora para retirada de excesso de pele decorrente de cirurgia de gastroplastia será liberado após um ano da data da realização da cirurgia de gastroplastia;

§ 1º Na hipótese do segurado optar por acomodação hospitalar superior à prevista, este deverá arcar com a diferença de preço e a complementação dos honorários médicos, de acordo com o sistema de livre negociação.

§ 2º O PLASS não se responsabiliza por qualquer acordo particular ajustado pelo segurado com os conveniados, correndo tais despesas por sua conta exclusiva.

Art. 17º Fica adotada para uso na execução e pagamento dos serviços realizados pelo PLASS, a Tabela de Honorários Médicos da Associação Médica Brasileira -AMB, CBHPM e/ ou outra que venha a substituí-la, que estabelece os índices mínimos quantitativos, fixados através do Coeficiente de Honorários - CH's e a Tabela de Procedimentos²⁶ Odontológicos constante do Anexo II, da Lei Complementar n° 90/2004 e alterações.

Art. 18º A assistência médica e odontológica aos segurados e dependentes¹³ do PLASS, será prestada por profissionais habilitados, de preferência especializados nos diversos ramos da medicina, odontologia, hospitais e laboratórios, mediante convênio firmado entre as partes.

§ 1º Os serviços prestados pelos conveniados serão codificados de acordo com a tabela vigente da Associação Médica Brasileira - AMB, CBHPM e/ou outra que venha a substituí-la e a Tabela de Procedimentos²⁶ Odontológicos - Anexo II da Lei complementar n° 090/2004 e alterações, e terão as características de atendimento particular.

§ 2º O atendimento aos segurados e respectivos dependentes¹³ dar-se-á de acordo com as cláusulas e condições expressas nos convênios, referentemente a consultas¹⁰, exames¹⁹, internações, cirurgias, serviços complementares e demais disposições constantes nos mesmos.

§ 3º O PLASS divulgará aos segurados extratos dos termos dos convênios celebrados, através do mural público, que tratam dos procedimentos²⁶ adotados em cada convênio.

Art. 19º O PLASS promoverá a cobertura de seus procedimentos²⁶ aos segurados no âmbito local.

Art. 20º Será assegurada a liberdade de escolha dos serviços, por parte dos segurados, dentre os profissionais ou entidades conveniadas, de acordo com o fluxograma:

Parágrafo único - No caso de o segurado necessitar de consulta¹⁰ com médico especialista não conveniado, deverá possuir encaminhamento médico para obter o ressarcimento da respectiva despesa.

Art. 21º Antes de qualquer internação, o segurado ou seu dependente¹³ deverá verificar se os profissionais que irão atendê-lo são conveniados pelo PLASS podendo dispor da intervenção deste para negociação prévia.

§ 1º Quando o segurado ou dependente¹³ for atendido por profissional não conveniado, opcionalmente, àquele será ressarcido de acordo com os valores constantes na tabela da AMB, CBHPM e/ ou outra que venha a substituí-la, excetuando-se os casos em que não haja profissional da especialidade conveniado, quando então este será ressarcido pelo valor da despesa, mediante a apresentação dos documentos constantes do artigo 26 deste Decreto.

§ 2º Os exames¹⁹ e serviços solicitados por médico não conveniado, serão realizados mediante autorização expressa emitida pelo PLASS, considerando-se cada caso isoladamente.

Art. 22º Para os casos que exigirem o deslocamento a outros centros, pela ausência de serviços credenciados ou altamente especializados, será necessário o encaminhamento médico de profissional conveniado necessitando análise e deliberação do processo pelo Conselho de Administração do PLASS.

Art. 23º Sempre que por circunstâncias relevantes e imprevisíveis, devidamente justificadas e comprovadas, o segurado for obrigado a recorrer a serviços não credenciados, sem qualquer

possibilidade de opção, não só pela urgência do atendimento útil, como também, pela ausência de serviço credenciado altamente especializado, a critério do profissional competente, de até 85% (oitenta e cinco por cento) das despesas médicas, após análise dos documentos previstos no artigo 26 deste Decreto apresentados e outros que possam ser exigidos, inclusive, se necessário, laudos técnicos.

Art. 24º Em se materializando o disposto no artigo 23 deste Decreto, poderá subsidiariamente, a Diretoria Executiva¹⁴ do PLASS, gerenciar no sentido de uma melhor negociação dos serviços, bem como providenciar o pagamento do débito junto ao prestador e posterior desconto em folha de pagamento, ou emissão de guia para o recolhimento mensal, conforme limites constantes do artigo 15 deste Decreto.

§ 1º Cabe ao segurado, apresentar à Diretoria Executiva do PLASS, para o encaminhamento, os documentos das despesas previstas no artigo 26 deste Decreto, que serão analisados pelo Conselho de Administração⁹, a fim do ressarcimento.

§ 2º Para os casos de ressarcimento das despesas realizadas fora do âmbito dos convênios, decorrente de processo inicial anteriormente aprovado pelo Conselho de Administração⁹, fica a Diretoria Executiva¹⁴ autorizada a promover o ressarcimento até o valor máximo fixado em deliberação própria, e, posteriormente, encaminhar ao mesmo para ratificação.

Art. 25º O atendimento de emergência ou urgência é aquele comprovadamente e que culmine com o internamento hospitalar.

Parágrafo único - Para os casos de consulta¹⁰ emergencial ou de urgência, ocorrida após o horário de atendimento do profissional médico ou decorrente de chamada extraordinária⁶, fica garantido o ressarcimento da despesa, condicionada ao pedido comprovado do segurado de atendimento por médico conveniado e, por conseguinte, na falta deste, dos demais.

Art. 26º Os casos que exigirem o deslocamento do paciente para outros centros, bem como o segurado ou dependente¹³ que estando em trânsito eventualmente ou residindo em outro município, venha a carecer de serviços de emergência ou urgência, gerados por circunstâncias relevantes e imprevisíveis, o PLASS reembolsará as despesas médicas e odontológicas ocorridas, observado o limite constante do artigo 23 deste Decreto, mediante a apresentação das notas fiscais e recibos de quitação contendo:

- a. identificação do Segurado Titular³⁰ e dependente, se for o caso;
- b. valor legível e sem rasuras com os serviços prestados e respectiva codificação⁷ da AMB, CBHPM e/ou outra que venha a substituí-la;
- c. identificação do prestador dos serviços, pessoa física ou jurídica, devendo constar a inscrição²¹ no CNPJ, CPF e CRM, carimbo e a respectiva assinatura de quitação, sendo dispensado no caso de nota eletrônica, carimbo e respectiva assinatura;
- d. laudo médico detalhado sobre o ocorrido.

Art. 27º O PLASS participará com 80%(oitenta por cento) das despesas de transporte rodoviário convencional com seguro, correspondente ao valor das passagens do segurado, dependente¹³ e/ou acompanhante, devidamente comprovadas, para tratamento de saúde fora do Município, quando de indicação médica, caso a mesma não seja oferecida no Município, bem como subsídio de 20% (vinte por cento) sobre este valor a fim de custear despesas diversas.

§ 1º Para o acompanhante dos menores de dezoito anos, excetua-se a indicação médica.

§ 2º Caso ocorra o deslocamento com a utilização de veículo próprio do segurado, o PLASS adotará os parâmetros definidos no caput do artigo 27 deste Decreto.

Art. 28º O segurado participará, com as despesas médicas, na ordem de 20% (vinte por cento) e nos internamentos hospitalares e procedimentos²⁶ deles decorrentes durante o internamento, com 15% (quinze por cento), do valor total dispendido, cabendo ao PLASS o pagamento e/ou reembolso do valor restante, na seguinte conformidade:

I - 80% (oitenta por cento) dos procedimentos²⁶ médicos executados nos internamentos hospitalares e procedimentos²⁶ deles decorrentes durante a internação, até o limite de 10.000 (dez mil) unidades de CH's (Coeficiente de Honorários), e com 50% (cinquenta por cento) do número de CH's excedentes ao limite fixado, para os segurados com até 40(quarenta) meses de contribuição;

II - 85% (oitenta e cinco por cento) dos procedimentos²⁶ médicos executados nos internamentos hospitalares e procedimentos²⁶ deles decorrentes durante a internação, até o limite de 40.000 (quarenta mil) CH's (Coeficiente de Honorários), e com 60% (sessenta por cento) do número de CH's excedentes ao limite fixado, para os segurados que tiverem de 41(quarenta e um) a 80 (oitenta) meses de contribuição;

III - 85% (oitenta e cinco por cento) dos procedimentos²⁶ médicos executados nos internamentos hospitalares e procedimentos²⁶ deles decorrentes durante a internação, até o limite de 70.000 (setenta mil) CH's (Coeficiente de Honorários), e com 70% (setenta por cento) do número de CH's excedentes ao limite fixado, para os segurados que tiverem de 81 (oitenta e um) a 120 (cento e vinte) meses de contribuição;

IV - 85% (oitenta e cinco por cento) dos procedimentos²⁶ médicos executados nos internamentos hospitalares e procedimentos²⁶ deles decorrentes, durante a internação até o limite de 100.000 (cem mil) CH's (Coeficiente de Honorários), e com 80% (oitenta por cento) do número de CH's excedentes ao limite fixado, para os segurados com mais de 120(cento e vinte) meses de contribuição;

V - 70% (setenta por cento) dos procedimentos²⁶ relativos a sessões de psicologia, fonoaudiologia e acupuntura;

VI - 70% (setenta por cento) dos procedimentos²⁶ relativos a sessões de fisioterapia até o 02 (duas) vezes o limite previsto no Anexo I, excedendo este limite a participação do segurado será de 50% (cinquenta por cento);

Art. 29º O procedimento²⁶ relativo à acupuntura será realizado por profissional registrado no Conselho Regional de Medicina - CRM, com especialização na área.

Parágrafo único - As despesas relativas aos materiais utilizados nas sessões de acupuntura serão ressarcidas integralmente pelo PLASS ao profissional conveniado e cobradas do segurado mediante desconto em folha de pagamento ou a emissão de guia própria.

Art. 30º O segurado e/ou dependente¹³, terão direito a até duas consultas¹⁰ no mês, com profissional da mesma especialidade, observado o interstício de quinze dias.

Art. 31º O segurado que ultrapassar os limites de uso fixados no Anexo I da Lei Complementar nº 90/2004 e alterações terá o valor integral excedente descontado em folha de pagamento ou quitação através de guia própria fornecida pelo PLASS.

Art. 32º O período para o pagamento das despesas realizadas

junto aos conveniados, para efeito deste Regulamento²⁸, será de um mês, a contar do dia dezoito do mês anterior ao dia dezoito do mês em curso, e ocorrerá até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 33º O PLASS não autoriza a realização de exames¹⁹ de DNA para efeitos de investigação de paternidade e/ou maternidade, cirurgia plástica exclusivamente estética, massagens, saunas e outros atendimentos de finalidade estética, bem como complicações e exames¹⁹ complementares decorrentes destes procedimentos²⁶.

Parágrafo único - A autorização para a realização de cirurgia plástica reparadora, ou decorrente de gastropластиa dependerá de pronunciamento favorável mediante auditoria médica e autorização do Conselho de Administração⁹ do PLASS.

Art. 34º É permitida a permanência de acompanhante na internação hospitalar²², para os segurados ou dependentes¹³ portadores de deficiência comprovada, ao idoso a partir dos sessenta e cinco anos, à gestante nos momentos que antecedem, durante e após o parto, ao menor até quatorze anos, e aos demais, quando devidamente solicitada pelo profissional habilitado.

§ 1º As despesas com acompanhante do segurado e/ou dependentes¹³, exceto para os casos previstos no caput do artigo 34 deste Decreto, serão descontados integralmente dos segurados ou recolhidas através de guia própria fornecida pelo PLASS.

§ 2º Entende-se por pediatria o período de zero a quatorze anos de idade completados na data de aniversário.

Art. 35º Os valores referentes aos procedimentos²⁶ odontológicos financiados através do anexo I da Lei nº 90/2004 e alterações pelo PLASS, terão controle separado dos demais procedimentos²⁶ de saúde.

§ 1º Sobre o valor correspondente ao saldo devedor parcelado, incidirá juros de 1,00% (um por cento) ao mês.

§ 2º Para o desconto em folha de pagamento ou recolhimento bancário, será verificado pelo PLASS, prioritariamente, o valor parcelado de que trata o "caput" do artigo 35 deste Decreto.

Art. 36º O recurso técnico do inciso "III - Complementar" do artigo 11 da Lei Complementar 90/2004 e alterações, consiste no atendimento ao segurado, com equipamentos e utensílios necessários ao tratamento médico, indicado pelo profissional habilitado, definidos e aprovados em ato próprio do Conselho de Administração do PLASS.

§ 1º O PLASS promoverá a aquisição dos equipamentos e utensílios prescritos para uso temporário, disponibilizando-os sem ônus, mediante respectivo termo de empréstimo ao segurado durante o período necessário a sua recuperação, o qual efetuará no final desse prazo a respectiva devolução.

§ 2º Nos casos em que os equipamentos e utensílios sejam de uso pessoal e contínuo, sem possibilidade de devolução ao PLASS, cabe ao segurado a co-participação para a aquisição na ordem de 30% (trinta por cento).

SEÇÃO I DO SERVIÇO SOCIAL

Art. 37º O Serviço Social contará com profissional habilitado com registro no respectivo órgão de classe a ser selecionado de acordo com as normas legais, que desenvolverá atividades junto ao PLASS.

SEÇÃO II DA ASSISTÊNCIA OFTALMOLÓGICA

Art. 38º A Assistência Oftalmológica consiste no auxílio financeiro destinado à aquisição de lentes e armações de óculos, mediante a apresentação de receita médica, na seguinte conformidade:

I LENTES - Ressarcimento de 70% (setenta por cento) do valor pago, mediante a apresentação do comprovante fiscal de aquisição, na seguinte forma:

a) monofocais - até 30% (trinta por cento) do menor vencimento base do município.

b) multifocais - até 40% (quarenta por cento) do menor vencimento base do município.

II ARMAÇÃO - Ressarcimento de 70% (setenta por cento) do valor pago, até o limite de 30% (trinta por cento) do menor vencimento base do município.

§ 1º Caso se faça necessário e para atendimento ao segurado, poderá a Diretoria Executiva do PLASS, promover diretamente os atos de negociação para a aquisição dos procedimentos de que trata o artigo 23, seu pagamento e desconto posterior do percentual correspondente ao segurado em folha de pagamento ou guia própria, de acordo com o limite descrito no parágrafo único do artigo 17 da Lei Complementar nº 90/2004 e suas alterações.

§ 2º O atendimento do benefício previsto no artigo 23 da Lei Complementar nº 90/2004 e suas alterações, compreende o limite de uma armação a cada segurado e dependente.

§ 3º Para os casos de aquisição de nova armação, o segurado deverá formalizar pedido específico ao Conselho de Administração, comprovando a necessidade da substituição.

Art. 39º Em se tratando da aquisição de lentes de contato, que será liberado somente para os casos iguais ou superior a quatro graus, o segurado deverá formalizar pedido circunstanciado e acompanhado de prescrição médica atestando a necessidade, com a análise e deliberação final do Conselho de Administração⁹ do PLASS.

Parágrafo único - O valor a ser ressarcido, de que trata o caput deste artigo, será de 40% (quarenta por cento) do menor vencimento base do município.

SEÇÃO III DA ASSISTÊNCIA AUDITIVA

Art. 40º A manutenção e limpeza do aparelho são de responsabilidade exclusiva do segurado.

SEÇÃO IV DO AUXÍLIO FUNERAL

Art. 41º Em caso de falecimento do segurado ou dependente que possua pendências para pagamento de despesas junto ao PLASS, o valor do auxílio funeral será compensado no valor da dívida.

Parágrafo único - Havendo sando devedor após abatimento previsto no caput deste artigo, o PLASS poderá tomar as medidas cabíveis para cobrança.

SEÇÃO V DA ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E LABORATORIAL QUANDO DE ACIDENTE DO TRABALHO

Art. 42º A despesa total relativa ao tratamento decorrente do

“Acidente do Trabalho”, em que seja acometido o Servidor Público Municipal, segurado contribuinte, será de responsabilidade integral do PLASS.

§ 1º A comprovação do acidente é indispensável para o pagamento das despesas e deverá ser feita em processo regular no prazo de oito dias.

§ 2º Para a comprovação do Acidente do Trabalho, o segurado deverá apresentar a Comunicação de Acidente do Trabalho - CAT, em modelo padronizados pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, a ser fornecida pelo Setor de Pessoal.

§ 3º O Conselho de Administração do PLASS, nomeará comissão composta por cinco membros conselheiros ou integrantes da diretoria executiva, para a oitiva do acidentado e testemunha se houver, análise e deliberação dos casos de acidente de trabalho, sendo que a oitiva sempre será conduzida por 2/3 dos membros da comissão.

§ 4º No caso das despesas decorrentes do acidente de trabalho serem inferior a 20% (vinte por cento) do menor piso da administração municipal, o segurado apresentará somente o constante no § 2º e o respectivo cupom fiscal anexado ao receituário médico.

SEÇÃO VI DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43º Sempre que necessário, o Conselho de Administração⁹ do PLASS, por seu Presidente, expedirá orientações para o esclarecimento aos segurados, através de Resoluções, visando o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pela autarquia.

Art. 44º Após o cumprimento das disposições pré-estabelecidas neste Regulamento²⁸, cabe à Diretoria Executiva¹⁴ do PLASS, promover a operacionalização dos serviços, observados os seguintes requisitos:

I Confecção de Cartão de Identificação do Segurado e dos Dependentes¹³, individualmente, junto ao Setor próprio do PLASS;

II Ficha de Controle de Atendimento - FCA, médico, odontológico, de laboratórios e hospitais, para manuseio dos profissionais e entidades conveniadas, em duas vias, destinadas especificamente:
a. a primeira para integrar o processo de pagamento do PLASS, e que será devolvido pelo conveniado até o dia dezoito de cada mês;
b. a segunda para CONTROLE do PLASS.

III Cadastro pessoal do Segurado e Dependentes¹³ junto ao PLASS, para controle dos serviços utilizados mensalmente e posterior desconto em folha de pagamento ou pagamento através de guia própria fornecida pela Diretoria Executiva¹⁴.

IV Fornecer ao segurado, a pedido, anualmente, a partir do mês de fevereiro, declaração descritiva das despesas médicas, odontológicas, hospitalares e laboratoriais, realizadas no exercício anterior.

CAPÍTULO III DAS CARÊNCIAS

Art. 45º Período de carência⁴ é o número mínimo de contribuições previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 90/2004 relativo a cada modalidade de procedimentos²⁶, indispensáveis para que o segurado e seus dependentes¹³ façam jus às prestações do Plano de Saúde e Assistência, contado do mês de competência da primeira contribuição, observado o art. 29 da Lei Complementar nº 90/2004 e alterações.

Art. 46º Fica vedado o adiantamento de pagamento de contribuições, por parte do segurado, para efeito do cômputo da carência⁴ exigida para a concessão dos benefícios².

CAPÍTULO IV DO CUSTEIO

Art. 47º O custeio dos benefícios² e serviços relativos a Saúde e Assistência Social, previstos neste Decreto, serão atendidos pela contribuição dos segurados titulares e sua participação na forma da Lei Complementar nº 90/2004 e alterações e pelo Município, Autarquias, Fundações e Câmara de Vereadores, através de dotações consignadas no Orçamento Anual.

Parágrafo único - Os segurados pensionistas e inativos do Município, Autarquias, Fundações e Câmara de Vereadores que perceberem proventos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, devem apresentar ao respectivo Setor de Pessoal e a Secretaria do PLASS, até o dia vinte do mês em curso, comprovante de recebimento de benefício³, a fim de que se proceda ao cálculo da contribuição mensal.

Art. 48º Os recursos do PLASS serão depositados em Conta Corrente Especial, em seu nome, junto a estabelecimentos bancários oficiais.

Art. 49º As contribuições descontadas dos servidores e incorporadas ao PLASS não serão devolvidas, salvo se forem feitas a maior ou recolhidas indevidamente pelo Servidor, Município, Autarquias, Fundações e Câmara de Vereadores.

Art. 50º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I da existência de disponibilidade em função do cumprimento das obrigações do PLASS;

II da prévia autorização do Conselho de Administração⁹ do PLASS, o qual poderá nomear comissão interna de avaliação de investimentos.

Parágrafo único - A comissão interna de avaliação de investimentos será composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva do PLASS.

Art. 51º Fica vedada a concessão de empréstimos financeiros ao Município, Autarquias, Fundações, Câmara de Vereadores e Segurados.

Art. 52º Os cheques das contas bancárias do PLASS, serão assinados por duas das seguintes autoridades: Presidente do Conselho de Administração⁹, Diretor Executivo ou Tesoureiro.

Art. 53º Constituem ativos do PLASS:

I disponibilidades monetárias em bancos, oriundas das receitas especificadas neste Decreto.

II direitos que por ventura vier a constituir;

III bens móveis e imóveis adquiridos e a adquirir.

Art. 54º Constituem passivo do PLASS, de acordo com o cálculo atuarial, os valores destinados à cobertura dos benefícios² concedidos e a conceder, bem como as obrigações de qualquer natureza para a manutenção e operacionalização do Plano de Saúde e Assistência Social - PLASS, previsto neste Decreto.

Art. 55º O PLASS para atender ao cumprimento de suas obrigações, empregará suas disponibilidades de acordo com os planos atuariais sistemáticos de aplicação de reservas, organizados pelo

Conselho de Administração⁹, segundo diretrizes técnicas gerais fixadas na legislação vigente, as quais terão em vista:

- I a segurança quanto a recuperação ou conservação do poder aquisitivo relativo ao capital aplicado;
- II a obtenção de rendimento compatível com a segurança e grau de liquidez nas aplicações;
- III garantir a rentabilidade mínima prevista pelos indicadores financeiros de mercado para o equilíbrio econômico.

Art. 56º Os planos de aplicação a que se refere o artigo 55 deste Decreto, elaborados pelo Contador e propostos pelo Diretor Executivo, deverão ser aprovados pelo Conselho de Administração⁹, podendo consistir nas seguintes operações:

- a. aquisição de títulos da dívida pública da União;
- b. construção ou compra de prédios destinados à obtenção de renda ou utilização pelo PLASS;
- c. depósitos em estabelecimentos bancários oficiais;
- d. outras operações de caráter social.

Parágrafo único - O Conselho de Administração⁹ do PLASS, examinará as condições, os limites, as formas de garantia, os prazos, as taxas e demais exigências para as operações discriminadas no artigo 56 deste Decreto, visando a segurança, a rentabilidade e a liquidez das mesmas, bem como, fixará as proporções percentuais e o regime de precedência das inversões.

Art. 57º O patrimônio do PLASS é de sua exclusiva propriedade e em caso algum terá aplicação diversa da exigida pelas suas finalidades de saúde e assistência social, sendo nulos de pleno direito os atos praticados em contrário, ficando os seus autores sujeitos às sanções legais de natureza funcional, civil ou criminal em que venham a incorrer.

CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO

Art. 58º Para efeito do artigo 47 da Lei Complementar nº 90/2004 e alterações, excetuam-se da arrecadação total, as receitas decorrentes de indenizações e restituições.

CAPÍTULO VI DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 59º A atuação do CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PLASS, será objeto de Regimento Interno próprio e específico.

Art. 60º As reuniões do Conselho serão secretariadas pelo Secretário e na sua ausência pelo segundo secretário, ambos eleitos entre os seus membros.

Art. 61º A gratificação será paga mensalmente, quando houver reunião ordinária na ordem de 25% (vinte e cinco por cento) e reunião extraordinária na ordem de 10% (dez por cento), do valor previsto no artigo 57 da LC 90/04, no período compreendido entre as reuniões ordinárias ocorridas.

Parágrafo único - Em não ocorrendo reunião extraordinária, será pago a gratificação no valor total de que trata o artigo 57 da LC 90/04.

Art. 62º O Conselho de Administração⁹, através da Diretoria Executiva¹⁴, poderá contratar serviços técnico especializados e, mediante solicitação ao Chefe do Poder Executivo Municipal, dispor de servidores municipais com ou sem ônus para exercer atividades junto ao PLASS.

CAPÍTULO VII DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 63º O PLASS contará com uma Diretoria Executiva¹⁴ indicada pelo Conselho de Administração⁹, nomeada por ato do Poder Executivo Municipal, responsável pela administração, contabilidade, controle e movimentação dos recursos financeiros, observado as disposições contidas neste Decreto e será composta:

- a. Diretor Executivo;
- b. Tesoureiro;
- c. Secretário;
- d. Contador
- e. Assistente Social;
- f. Assessor Jurídico;

§1º O Conselho de Administração do PLASS, indicará o Diretor Executivo, o Tesoureiro, o Secretário, o Contador, o Assistente Social e o Assessor Jurídico que serão designados dentre os Servidores Municipais que possuam atividade e capacitação profissional inerente às funções ou na falta, mediante a contratação da prestação de serviços especializados.

§ 2º Fica vedada a acumulação das funções exercidas, concomitantemente, na Diretoria Executiva¹⁴, no Conselho de Administração⁹ do PLASS, e nos órgãos representativos de classe do servidor municipal.

§ 3º O serviço administrativo do PLASS contará com o assessoramento dos órgãos próprios da Administração Municipal.

Art. 64º São atribuições da Diretoria Executiva¹⁴:

I elaborar e submeter à aprovação do Conselho de Administração⁹ o Plano de Aplicação dos Recursos do PLASS;

II zelar pela guarda e boa aplicação dos recursos do PLASS;

III executar todas as atividades administrativas, contábeis e financeiras, com vistas a operacionalizar as ações atinentes aos objetivos do PLASS;

IV elaborar e fazer encaminhar aos órgãos competentes, as prestações de contas relativas a recursos recebidos da União, Estado e Município, através de subvenções, auxílios, convênios e outros, observadas as normas estabelecidas por cada órgão liberador dos recursos e legislação pertinente;

V elaborar e fazer encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado e à Fazenda Municipal, na forma e prazos regulamentares, os balancetes mensais e trimestrais e o balanço anual relativo às atividades do PLASS;

VI apresentar, mensalmente ao Conselho de Administração⁹, ou sempre que por este solicitado, as origens e aplicações dos recursos captados pelo PLASS;

VII elaborar e encaminhar à Fazenda Municipal, após a aprovação do Conselho de Administração⁹, anualmente, até o dia trinta de agosto, a Proposta Orçamentária do PLASS para o exercício seguinte.

VIII firmar convênios com profissionais liberais, hospitais, laboratórios e demais entidades, através do processo de licitação previsto na Lei 8.666/93 e alterações, mediante credenciamento específico;

IX desenvolver outras atividades inerentes a Diretoria Executiva¹⁴ do PLASS.

Art. 65º São atribuições do Diretor Executivo, dentre outras:

I representar a Diretoria Executiva nas assinaturas de convênios, termos de compromisso e contratos entre o PLASS e órgãos ou entidades, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração⁹;

II prever e prover os recursos necessários ao alcance dos objetivos do PLASS;

III responsabilizar-se pela guarda e boa aplicação dos recursos do PLASS;

IV autorizar as despesas e pagamentos dentro das disponibilidades

orçamentárias e financeiras, em conformidade com o Plano de Aplicação de Recursos;

V movimentar as contas bancárias, em conjunto com o Presidente do Conselho de Administração⁹ ou o Tesoureiro do PLASS;

VI participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Administração⁹.

Art. 66º Ao Tesoureiro compete:

I receber os recursos previstos neste Regulamento²⁸ e depositá-los em conta especial do PLASS;

II registrar e controlar o saldo financeiro do PLASS, bem como os suprimentos, arrecadações e recolhimentos;

III emitir Ordens de Pagamentos;

IV assinar cheques em conjunto com o Diretor Executivo ou o Presidente do Conselho de Administração⁹ do PLASS;

V realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 67º Ao Secretário da Diretoria Executiva¹⁴ do PLASS compete:

I elaborar correspondência e organizar o arquivo do PLASS;

II proceder a elaboração, encaminhamento e controle dos convênios realizados;

III elaborar, sob a orientação do Diretor Executivo, os relatórios do PLASS;

IV organizar e manter atualizado, coletânea de toda a legislação pertinente e demais documentos do PLASS;

V efetuar o atendimento e orientação aos segurados do PLASS;

VI conferir, controlar e liberar os serviços e benefícios² a serem prestados;

VII controlar a emissão de Autorização de Atendimento Imediato - AAI, para consultas¹⁰, exames¹⁹ e outros, mantendo rigorosamente em ordem tais documentos.

VIII realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 68º Ao Contador do PLASS compete:

I contabilizar todos os documentos pertinentes à movimentação financeira do PLASS, observados os dispositivos legais;

II elaborar, sob a orientação do Diretor Executivo e do Conselho de Administração⁹, Planos de Aplicação de Recursos, Proposta Orçamentária Anual e Prestação de Contas da gestão financeira do PLASS;

III levantar e submeter à apreciação do Diretor Executivo e do Conselho de Administração⁹, para a remessa aos órgãos competentes, os balancetes mensais e demonstrativos de contas do PLASS, até o dia quinze do mês subsequente;

IV encerrar e submeter a apreciação do Diretor Executivo e do Conselho de Administração⁹, para remessa aos órgãos competentes, até o dia 31 de janeiro, o Balanço Anual do PLASS, acompanhado de mapas e documentos relativos ao exercício findo;

V realizar outras tarefas que lhe forem atribuídas.

Art. 69º Ao Assistente Social do PLASS compete:

I - atendimento e acompanhamento do segurado, ou do seu dependente na realização de procedimentos médicos e hospitalares quando necessário;

II - visitas domiciliares e hospitalares para avaliação e acompanhamento dos procedimentos realizados pelo segurado ou seu dependente;

III - apoio técnico administrativo as reuniões do Conselho Administrativo do PLASS sempre que solicitado através de pesquisas, relatórios, pareceres e laudos;

IV - realizar pesquisas para identificação das demandas e reconhecimento das situações de vida dos segurados que subsidiem a formulação e o aprimoramento dos serviços de saúde prestados;

V - organizar e coordenar seminários, eventos e reuniões para debater e formular estratégias coletivas de melhoria dos serviços de prestação de saúde;

Art. 70º Assessor Jurídico do PLASS compete:

I - Exarar pareceres em processos administrativos;

II - Analisar e exarar parecer em processos licitatórios;

III - Representar os interesses do PLASS nas ações judiciais em todas as instâncias elaborando contestações, manifestações e recursos;

IV - Responder as consultas jurídicas da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração do PLASS.

CAPÍTULO VIII

DOS CONCEITOS

Art. 71º Os conceitos mencionados, integram as condições gerais deste Regulamento²⁸ para execução das atividades do PLASS:

1. Acidente de Trabalho: é qualquer ocorrência com o segurado titular em seu ambiente de trabalho, assim como em seu trajeto de ida ou retorno.

2. Beneficiário: aquele que é favorecido pelo benefício³.

3. Benefício: é a cobertura dos procedimentos previstos na Lei e Regulamento do PLASS.

4. Carência: é o prazo ininterrupto contado a partir do início da adesão ao Plano, durante o qual os beneficiários se submetem ao previsto no Anexo I da Lei Complementar nº 90/2004.

5. Cartão de Identificação: é a cédula onde se determina a identidade do beneficiário.

6. Chamada extraordinária: consulta emergencial de atendimento do profissional médico.

7. Codificação: é o código de cada procedimento constante da Tabela da AMB ou outra que venha substituí-la e do Anexo II da Lei Complementar nº 90/2004.

8. Companheiro: é a pessoa que sem ser casada mantém união estável com o segurado.

9. Conselho de Administração: é o órgão de deliberação e orientação superior do PLASS, ao qual incumbe fixar a política de diretrizes e investimentos.

10. Consulta: é o ato realizado pelo médico que avalia as condições clínicas do segurado.

11. Co-participação: é o valor que o segurado dispense pela utilização dos procedimentos.

12. Declaração de União Estável: declaração pública ou declaração com duas testemunhas e firma reconhecida em cartório.

13. Dependente: é o beneficiário que consta do assentamento do segurado titular no PLASS.

14. Diretoria Executiva: é o órgão superior de administração do PLASS.

15. Emergência ou Urgência: é aquela comprovadamente ocorrida e que culmine com o internamento hospitalar.

16. Enfermidade: é o período decorrente entre o início e o final de uma doença.

17. Enteadado: equipara-se a filho.

18. Estudante: é o aluno que estiver freqüentando instituição de ensino em curso de graduação básica, fundamental, médio e superior.

19. Exames: são os procedimentos complementares solicitados pelo médico que possibilitem uma investigação diagnóstica, para melhor avaliar as condições clínicas do segurado.

20. Guia de Procedimento: é a autorização fornecida pelo PLASS para atendimentos a serem executados através dos conveniados.

21. Inscrição: é o ato de adesão de um servidor ao Plano.

22. Internação Hospitalar: é quando o segurado adentra o hospital, ficando sob os seus cuidados, para ser submetido a algum tipo de tratamento.

23. Menor Tutelado: equipara-se a filho.

24. Órteses: são dispositivos mecânicos aplicados sobre segmentos corporais, para oferecer apoio ou estabilidade, prevenir ou corrigir deformidades e permitir ou facilitar sua função, durante o ato cirúrgico.

25. Perda do Vínculo: caracteriza-se pela interrupção da contribuição mensal ao Plano.

26. Procedimento: são os serviços credenciados colocados à disposição do beneficiário para o atendimento médico, hospitalar, laboratorial e odontológico.

27. Próteses: são as peças artificiais empregadas em atos cirúrgicos, em substituição parcial ou total de um órgão ou membro, reproduzindo sua forma e/ou sua função, utilizada no ato cirúrgico.

28. Regulamento: é o ato expedido pelo Poder Executivo Municipal, que define com abrangência as particularidades da legislação do PLASS.

29. Remuneração mensal: é o total das verbas recebidas pelo segurado.

30. Segurado Titular: é o servidor efetivo que fez a inscrição através do Termo de Adesão e é responsável pela contribuição.

31. Termo de Adesão: é o documento validado pelo PLASS, que estabelece as condições do Plano de Saúde e Assistência Social.

32. União Estável: é aquela verificada entre homem e mulher como entidade familiar.

33. Vínculo: ser servidor público municipal efetivo, estar inscrito no PLASS e contribuindo.

34. Financiador: prover as despesas dos segurados que posteriormente serão devolvidas ao PLASS com as devidas correções.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 72º Os atos oficiais do PLASS deverão ser publicados no diário oficial do Município e/ou afixados no "Mural Público Municipal".

Art. 73º Os serviços previstos neste Decreto, terão caráter complementar aos serviços atendidos e abrangidos pelo SUS - Sistema Único de Saúde, mantido pelo Município de Joaçaba.

Art. 74º O Município autoriza o PLASS, a celebrar termos de convênios, acordos ou ajustes com órgãos credenciamento habilitados, a fim de cumprir os objetivos para o qual foi criado.

Art. 75º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2.669/2005.

JOAÇABA- SC, em 24 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Portaria N.º 1.140

PORTARIA Nº 1.140 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, o(a) Senhor(a) ANDRE LUIS BRAGNOLO BORDIN, do cargo de Médico Psiquiatra, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde - Centro de Atenção Psicossocial CAPS, pedido protocolado através do processo n.º 130.198 de 25 de junho de 2013, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º - Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34 § 1º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1132

PORTARIA Nº 1.132 DE 24 DE JUNHO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) MARIA JOSE GODOY, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 064 de 19 de setembro de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal e Lei Complementar n.º 94 de 04 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2008, reenquadrada na condição de ocupante de emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2007, Lei Federal n.º 11.350/2006 e o artigo 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional n.º 51/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 24 de junho de 2013

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1133

PORTARIA Nº 1.133 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, a contar da data deste ato, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo instaurado pela portaria n.º 1.009 a fim de que se apure possível descumprimento do dever funcional da Sra. Omilde Dacas.

2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013.

RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1134

PORTARIA Nº 1.134 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARISTELA ROSA

ABATTI SCHULER, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 129.860 de 03 de junho de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1135

PORTARIA Nº 1.135 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARIA ELISA MARTINS DA SILVA, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.778 de 07 de março de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009, 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 e 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 21 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 21 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1136

PORTARIA Nº 1.136 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOCELAINE VIERO CANALE, Professor, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.663 de 01 de março de 2013, referente ao período de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 24 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1137

PORTARIA Nº 1.137 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) NEIVA CLARICE ANTES AULER, Auxiliar de Serviços Internos, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado através do processo nº 128.725 de 05 de março de 2013, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir de 25 de junho de 2013 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1138

PORTARIA Nº 1.138 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração ao art. 133 da Lei Complementar n.º 76/2003 e alterações por parte da Sra. Sidneia Aparecida dos Anjos.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI GEMELLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzir a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 25 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE

Portaria N.º 1139

PORTARIA Nº 1.139 DE 25 DE JUNHO DE 2013

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) AROVANA CRISTINA MARCON, Técnico de Enfermagem ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência/

SAMU, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, conforme art. 2º, § 1º - I e II, e por ter sido classificada em teste seletivo edital 006/2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 19 de junho de 2013, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 25 de junho de 2013
RAFAEL LASKE

Extrato Alteração CC 2/2013/PMJ - PL 60/2013/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE ALTERAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2013/PMJ
CONCORRÊNCIA Nº 2/2013/PMJ

O Município de Joaçaba torna pública a ALTERAÇÃO efetuada no Edital de Concorrência Nº 2/2013/PMJ, cujo extrato foi publicado no DOM em 14/06/2013, tendo por objeto a "Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para as obras de complementação do prédio do Novo Terminal Rodoviário, localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município":

- 1) O horário de abertura fica alterado das 15h do dia 22/07/2013, para as 15 horas do dia 29/07/2013;
- 2) O horário para o credenciamento e entrega dos envelopes, fica alterado de até as 14h30min do dia 22/07/2013, para até as 14h30min do dia 29/07/2013.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

O Edital na íntegra encontra-se disponível junto à Secretaria de Gestão Administrativa do Município, Setor de Licitações, à Avenida XV de Novembro, 378 - Telefones 0xx49 3527- 8828, em dias úteis de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas, pelo site www.joacaba.sc.gov.br ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 12 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato Homologação PL 26/2013 PP 23/2013 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2013/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

- 1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 26/2013/FMS - PP 23/2013 FMS, nos seguintes termos:

Objeto: a contratação de empresa especializada em serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

- Empresas Vencedoras:
REALMAC MAQ. E EQUIP. PARA ESCRITORIO LTDA
VALOR R\$ 28.800,00

- 2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 26 de junho de 2013.
RAFAEL LASKE
Prefeito em Exercício

Extrato Contrato 28/2013 FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 28/2013/FMS
PL 26/2013 FMS - PP 23/2013 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.
CONTRATADA: REALMAC MAQ. E EQUIPAMENTOS P/ ESCRITORIO LTDA

OBJETO: a prestação pela CONTRATADA de serviços "outsourcing" de impressão e fotocópias, com cessão de equipamentos (multifuncionais e impressoras monocromáticas a laser) novos, conforme especificações do Anexo I do Edital, destinados à manutenção das atividades dos diversos setores e programas mantidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC.

VALOR: R\$ 28.800,00

2.015 - BLMAC - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CAPS

57 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.065.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

8 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.011 - BLVGS - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

17 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.013 - BLVGS - MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

22 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.012 - BLVGS - MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DST/HIV/AIDS

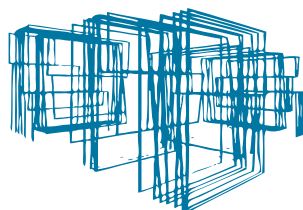
19 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.066.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

2.103 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO

45 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.064.0 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA DO CONTRATO: vigência de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura

DATA DE ASSINATURA: 26/06/2013



Programa de
Gestão de Obras



Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil

www.ciga.sc.gov.br

Balancete Financeiro
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO DE ESPORTES E EVENTOS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	371,52	Despesa Orçamentária	181.991,53
RECEITA PATRIMONIAL	371,52	Despesas exceto Intra-orçamentárias	164.997,68
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	84.072,45
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.176,55
		INVESTIMENTOS	2.748,68
		Despesas Intra-orçamentárias	16.993,85
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.374,97
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	618,88
Receita Extra - Orçamentária	368.628,12	Despesa Extra - Orçamentária	207.767,96
DEPOSITOS	20.372,61	DEPOSITOS	19.315,45
CONSIGNACOES	20.372,61	CONSIGNACOES	19.315,45
PREVIDENCIA SOCIAL	640,03	PREVIDENCIA SOCIAL	640,03
PENSAO ALIMENTICIA	268,06	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.887,22
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.985,33	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	11.332,10
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	12.160,25	EMPRESTIMOS	3.452,39
EMPRESTIMOS	3.132,56	OUTROS CONSIGNATARIOS	1.003,71
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.186,38	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	188.452,51
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	187.255,51	OBRIGACOES A PAGAR	188.452,51
OBRIGACOES A PAGAR	187.255,51	FORNECEDORES	85.366,09
FORNECEDORES	86.808,09	PESSOAL A PAGAR	100.695,60
PESSOAL A PAGAR	100.447,42	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	1.627,08
INTERFERENCIAS ATIVAS	161.000,00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	763,74
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	161.000,00		
REPASSE RECEBIDO	161.000,00		
Saldos anteriores	197.261,04	Saldos atuais	176.501,19
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	197.261,04	BANCO C/ MOVIMENTO	176.501,19
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	566.260,68	Total	566.260,68

JOACABA, 25/06/2013

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRCSC 035487/O-5

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	105.864,04	Despesa Orçamentária	226.983,05
RECEITA PATRIMONIAL	874,32	Despesas exceto Intra-orçamentárias	208.164,74
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	74.101,72	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	129.167,46
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	30.888,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	78.997,28
		Despesas Intra-orçamentárias	18.818,31
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.443,19
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.375,12
Receita Extra - Orçamentária	457.439,15	Despesa Extra - Orçamentária	255.835,94
CREDITOS EM CIRCULACAO	70,05	CREDITOS EM CIRCULACAO	70,05
CREDITOS A RECEBER	70,05	CREDITOS A RECEBER	70,05
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,05	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	70,05
DEPOSITOS	28.922,66	DEPOSITOS	27.474,82
CONSIGNACOES	28.922,66	CONSIGNACOES	27.474,82
PREVIDENCIA SOCIAL	3.193,70	PREVIDENCIA SOCIAL	3.223,39
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.521,95	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	3.093,27
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	12.202,38	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	10.787,13
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.222,58	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	8.143,74
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.782,05	OUTROS CONSIGNATARIOS	2.227,29
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	228.446,44	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	228.291,07
OBRIGACOES A PAGAR	228.446,44	OBRIGACOES A PAGAR	228.291,07
FORNECEDORES	80.243,74	FORNECEDORES	80.243,74
PESSOAL A PAGAR	137.011,09	PESSOAL A PAGAR	135.759,65
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	9.599,56	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	10.003,58
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	692,05	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	1.384,10
DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	900,00	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	900,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	200.000,00		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	200.000,00		
REPASSE RECEBIDO	200.000,00		
Saldos anteriores	352.333,74	Saldos atuais	432.817,94
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	193.330,24	BANCO C/ MOVIMENTO	216.333,29
BANCOS C/ VINCULADAS	159.003,50	BANCOS C/ VINCULADAS	216.484,65
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	915.636,93	Total	915.636,93

JOACABA, 26/06/2013

SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 035487/O-5

MARIO WOLFART
Ordenador de Despesas

**ESTADO DE SANTA CATARINA**
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESC.

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	823,28		
RECEITA PATRIMONIAL	323,79		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	499,49		
Saldos anteriores	125.007,79	Saldos atuais	125.831,07
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	0,00
BANCO C/ MOVIMENTO	125.007,79	BANCO C/ MOVIMENTO	125.831,07
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	125.831,07	Total	125.831,07

JOACABA, 26/06/2013

IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
SECRETARIO GESTAO FINANCEIRA_____
SIMONE MARTINS NISSOLA
Contadora CRC SC 35487/O-5



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE REEQUIPAMENTO BOMBEIROS DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	34.343,76	Despesa Orçamentária	26.183,26
RECEITA TRIBUTARIA	33.165,98	Despesas exceto Intra-orçamentárias	26.183,26
RECEITA PATRIMONIAL	1.177,78	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.266,18
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.644,82
		INVESTIMENTOS	6.272,26
Receita Extra - Orçamentária	30.871,97	Despesa Extra - Orçamentária	31.205,06
DEPOSITOS	261,80	DEPOSITOS	261,80
CONSIGNACOES	261,80	CONSIGNACOES	261,80
PREVIDENCIA SOCIAL	261,80	PREVIDENCIA SOCIAL	261,80
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	28.563,26	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	30.943,26
OBRIGACOES A PAGAR	28.563,26	OBRIGACOES A PAGAR	30.943,26
FORNECEDORES	22.917,08	FORNECEDORES	22.917,08
PESSOAL A PAGAR	3.266,18	PESSOAL A PAGAR	3.266,18
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	2.380,00	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	4.760,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	2.046,91		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	2.046,91		
REPASSE RECEBIDO	2.046,91		
Saldos anteriores	290.483,16	Saldos atuais	298.310,57
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	275.963,70	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	277.141,48
BANCO C/ MOVIMENTO	14.519,46	BANCO C/ MOVIMENTO	21.169,09
BANCOS C/ VINCULADAS	0,00	BANCOS C/ VINCULADAS	0,00
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	355.698,89	Total	355.698,89

JOACABA, 26/06/2013

 RAFAEL LASKE
 Prefeito Municipal

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC.035.487/0.5

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 Secretária Gestão Financeira


ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	5.371.836,17	Despesa Orçamentária	4.094.163,19
RECEITA TRIBUTARIA	1.387.249,33	Despesas exceto Intra-orçamentárias	3.752.900,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	117.412,18	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.506.515,12
RECEITA PATRIMONIAL	65.449,03	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	180.869,30
RECEITA DE SERVIÇOS	15.932,02	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.544.669,52
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.603.510,47	INVESTIMENTOS	498.874,79
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	124.637,94	AMORTIZACAO DA DIVIDA	21.971,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	35.719,56		
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	18.081,80	Despesas Intra-orçamentárias	341.262,68
RECEITA TRIBUTARIA - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	838,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	225.843,94
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INTRA-ORÇAMENTÁRIA	3.005,30	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	115.418,74
Receita Extra - Orçamentária	4.859.168,62	Despesa Extra - Orçamentária	6.879.955,18
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	3.112,22	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	3.127,79
CRÉDITOS A RECEBER	3.112,22	CRÉDITOS A RECEBER	3.127,79
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.112,22	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	3.127,79
DEPÓSITOS	382.496,03	DEPÓSITOS	364.674,36
CONSIGNAÇÕES	376.697,03	CONSIGNAÇÕES	364.674,36
PREVIDÊNCIA SOCIAL	69.120,82	PREVIDÊNCIA SOCIAL	66.024,03
PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.589,52	PENSÃO ALIMENTÍCIA	2.589,52
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	71.216,16	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	71.216,16
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	151.907,53	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA	150.587,11
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	65.492,65	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	57.718,91
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	16.370,35	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	16.538,63
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	5.799,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.779.997,72
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	5.799,00	OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.577.156,64
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	4.472.116,73	FORNECEDORES	1.961.177,55
OBRIGAÇÕES A PAGAR	4.269.275,65	PESSOAL A PAGAR	1.623.174,07
FORNECEDORES	1.983.621,27	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	107.729,50
PESSOAL A PAGAR	1.626.190,23	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	91.337,63
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	120.446,13	RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	692.115,00
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	91.337,63	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.622,89
RECURSOS ESPECIAIS A LIBERAR	346.057,50	CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	180.869,30
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	101.622,89	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	180.869,30
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	180.869,30	OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.971,78
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO	180.869,30	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.971,78
OUTRAS OBRIGAÇÕES	21.971,78	OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.971,78
OUTRAS OBRIGAÇÕES-DO EXERCÍCIO	21.971,78	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.443,64
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.443,64	RECEITAS PENDENTES	1.443,64
RECEITAS PENDENTES	1.443,64	RECEITAS A CLASSIFICAR	1.443,64
RECEITAS A CLASSIFICAR	1.443,64	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.730.711,67
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.730.711,67
		REPASSE CONCEDIDO	1.730.711,67
Saldos anteriores	11.031.069,25	Saldos atuais	10.287.955,67
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	10.357.437,27	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	9.848.324,81
BANCO C/ MOVIMENTO	2.441,93	BANCO C/ MOVIMENTO	12.258,14
BANCOS C/ VINCULADAS	320.549,40	BANCOS C/ VINCULADAS	75.281,88
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	350.640,65	POUPANÇA	352.090,84
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	21.262.074,04	Total	21.262.074,04

JOACABA, 25/06/2013

 CLAUDETE M T SILVA
 TEC ADMINISTRAÇÃO

 RAFAEL LASKE
 PREFEITO

 IRIA FLAMIA RODRIGUEZ TORRICO
 SECRETARIA GESTAO FINANCEIRA

 SIMONE MARTINS NISSOLA
 Contadora CRC SC 35487/O-5

Balancete Financeiro por Categoria Econômica - FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	321.790,19	Despesa Orçamentária	1.263.409,31
RECEITA TRIBUTARIA	15.154,21	Despesas excoeto Intra-orçamentárias	1.195.912,84
RECEITA PATRIMONIAL	5.925,86	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	530.654,31
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	297.249,09	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	504.099,76
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.461,03	INVESTIMENTOS	161.158,77
		Despesas Intra-orçamentárias	67.496,47
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.344,65
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.151,82
Receita Extra - Orçamentária	2.462.419,90	Despesa Extra - Orçamentária	1.382.671,65
CREDITOS EM CIRCULACAO	980,70	CREDITOS EM CIRCULACAO	980,70
CREDITOS A RECEBER	980,70	CREDITOS A RECEBER	980,70
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	980,70	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	980,70
DEPOSITOS	119.668,89	DEPOSITOS	117.691,34
CONSIGNACOES	119.668,89	CONSIGNACOES	117.691,34
PREVIDENCIA SOCIAL	14.468,39	PREVIDENCIA SOCIAL	13.429,77
PENSAO ALIMENTICIA	1.110,61	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	34.069,94
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	34.942,83	PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA M	42.565,30
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA ME	42.716,43	EMPRESTIMOS	19.877,06
EMPRESTIMOS	22.338,47	OUTROS CONSIGNATARIOS	7.749,27
OUTROS CONSIGNATARIOS	4.092,16	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.263.999,61
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	1.265.355,57	OBRIGACOES A PAGAR	1.263.999,61
OBRIGACOES A PAGAR	1.265.355,57	FORNECEDORES	672.475,03
FORNECEDORES	667.827,47	PESSOAL A PAGAR	549.560,36
PESSOAL A PAGAR	551.475,13	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	41.435,08
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	45.523,83	OBRIGACOES TRIBUTARIAS	529,14
OBRIGACOES TRIBUTARIAS	529,14		
INTERFERENCIAS ATIVAS	1.076.414,74		
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.076.414,74		
REPASSE RECEBIDO	1.076.414,74		
Saldos anteriores	2.910.249,34	Saldos atuais	3.048.378,47
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.485.987,15	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	147.233,82
BANCO C/ MOVIMENTO	243.551,39	BANCO C/ MOVIMENTO	544.341,28
BANCOS C/ VINCULADAS	1.180.710,80	BANCOS C/ VINCULADAS	2.356.803,37
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	5.694.459,43	Total	5.694.459,43

JOACABA , 27/06/2013

MARCOS WEISS
Ordenador da Despesa - Secretário SaúdeADONES MARCIANO
Contador CRC SC 028953/O-4

PLASS**Balancete Financeiro Maio/2013****Santa Catarina****PLANO DE SAUDE ASSIST.SOCIAL DOS SERV. PUBL.-PLASS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	226.684,84	Despesa Orçamentária	241.903,29
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.790,55	Despesas exceto Intra-orçamentárias	238.897,99
RECEITA PATRIMONIAL	65.483,54	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.095,77
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	49.410,75	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	235.802,22
		Despesas Intra-orçamentárias	3.005,30
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.005,30
Receita Extra - Orçamentária	256.879,02	Despesa Extra - Orçamentária	263.698,47
DEPÓSITOS	14.575,73	DEPÓSITOS	15.082,65
CONSIGNAÇÕES	14.575,73	CONSIGNAÇÕES	15.082,65
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.706,44	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.617,21
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	11.869,29	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	12.465,44
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	242.303,29	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	248.615,82
OBRIGAÇÕES A PAGAR	242.303,29	OBRIGAÇÕES A PAGAR	248.615,82
FORNECEDORES	231.690,59	FORNECEDORES	238.003,12
PESSOAL A PAGAR	6.101,07	PESSOAL A PAGAR	6.101,07
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.314,25	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	2.314,25
DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.197,38	DÉBITOS DIVERSOS A PAGAR	2.197,38
Saldos anteriores	11.277.623,77	Saldos atuais	11.255.585,87
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.277.297,07	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	11.255.259,17
BANCO C/ MOVIMENTO	326,70	BANCO C/ MOVIMENTO	326,70
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	11.761.187,63	Total	11.761.187,63

Joacaba, 24/06/2013

JULIANA DARTORA BESBATI
Presidente

JULIO CESAR BISSANI
Diretor Executivo

ADONES MARCIANO
Contador

SIMAE**Pregão JHL 0024/2013**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0029/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0024/2013

PROTOCOLO JHL 1487/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0024/2013 - Licitação 0029/2013, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS NA ÁREA TÉCNICA ESGOTO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 15/07/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 15/07/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 28/06/2013 a 15/07/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 28 de Junho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Pregão JHL 0026/2013

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0031/2013

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0026/2013

PROTOCOLO JHL 1630/2013

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0026/2013 - Licitação 0031/2013, TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EM PVC PARA REPOSIÇÃO DE ESTOQUE DO SIMAE NO EXERCÍCIO DE 2013.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 16/07/2013 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 16/07/2013 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 28/06/2013 a 16/07/2013.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 28 de Junho de 2013.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE

Lages**PREFEITURA****TP 08 e 09-2013 PML**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Diretoria de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: TP 08-2013 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Execução de 489,15 m³ de Muros em Pedra de Basáltica

Tipo: Menor Preço Global ote

Abertura: 16/07/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 180.007,20

Modalidade: TP 09-2013 PML

Objeto: Execução de 445,00 m³ de Muros em Pedra Ornamental Arrumada

Tipo: Menor Preço Global ote

Abertura: 17/07/2013 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 180.803,50

A retirada obter-se-á na Diretoria de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00 cada.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 26 de junho de 2013.

PEDRO MARCOS ORTIZ

Secretário de Administração

1º Adt. Cont.05/2013 - PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 05/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, através do Fundo Municipal da Assistência Social, inscrito no CNPJ sob n.º 13.668.709/0001-01, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: RANGEL COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 12.036.027/0001-13, com sede à Av. Presidente Vargas n.º 484 - Lages/SC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem como objeto o fornecimento de combustíveis para uso nos veículos e máquinas da frota do município, para o consumo no exercício de 2013, compreendendo:

a) Fica realinhado o valor da gasolina comum, no percentual de 4,1% (quatro vírgula um por cento) passando do valor atual de R\$ 2,38, para R\$ 2,473, em conformidade com a proposição da empresa protocolada sob n.º 1379/2013, e parecer favorável da Procuradoria Geral do Município.

b) Fica realinhado o valor do Óleo Diesel S-50, no percentual de 8,0% (oito por cento) passando do valor atual de R\$ 2,16, para R\$ 2,347, em conformidade com a proposição da empresa protocolada sob n.º 1584/2013, e parecer favorável da Procuradoria Geral do Município.

c) b) Fica realinhado o valor do Óleo Diesel comum, no percentual de 6,0% (seis por cento) passando do valor atual de R\$ 1,91, para R\$ 2,02, em conformidade com a proposição da empresa protocolada sob n.º 1584/2013, e parecer favorável da Procuradoria Geral do Município.

Lages, 24 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

2º Termo Adt.Cont.233/2012 - PML
O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 233/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constante n.º 13, Centro, Lages/SC - cep: 88.505-900.

CONTRATADA: TERRA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.082.450/0001-94, com sede à Rua Rui Barbosa n.º 63 - sala 04 - Lages/SC - cep: 88.501-170 - fone:32262327.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa de Engenharia para construção de uma Quadra Poliesportiva Coberta na EMEB Antonio Joaquim Henriques, com fornecimento de material, em conformidade com o projeto, memorial descritivo e planilhas quantitativo-orçamentária, copiados em CD-ROM, partes integrantes do Edital.

- DO ACRESCIMO AO OBJETO CONTRATUAL

- Ficam acrescidos ao objeto contratual os serviços complementares descritos na planilha confeccionada pela empresa contratada, em apenso, em conformidade com a solicitação da Secretária Municipal da Educação Sra. Marimilia Casa Costa Coelho, abonada pela Arquiteta Fiscal da Obras Sra. Lidiane Bremerkamp.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelos serviços deste aditivo é R\$ 56.800,82 (cinquenta e seis mil e oitocentos reais e oitenta e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS

3.1 - Para execução: fica prorrogada ate 30/08/2013;

3.2 - Do contrato: fica prorrogado ate 30/08/2013;

Lages, 24 de junho de 2013
ELIZEU MATTOS
Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Decreto N° 043/2013

DECRETO N° 043/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica a Contadora Rosana Benedet, juntamente com o Prefeito Municipal Fabrício Kusmin Alves, autorizado a realizar as seguintes movimentações da conta bancária do Fundo Municipal de Assistência Social de CNPJ nº 12.851.043/0001-60 mantida nesta instituição financeira:

- Conta Corrente
- EMITIR CHEQUES

- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERACOES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/ AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA

- Operações
- CONCEDER ABATIMENTOS
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- EFETUAR ACORDOS
- EMITIR DUPLICATAS
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- ASSINAR ORCAMENTO
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO

- Instrumento de Crédito
- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- ASSINAR INSTR DE CREDITO
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GE-RAL/SOCIOS
- ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 04 DE JANEIRO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT
SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Decreto N° 044/2013

DECRETO N° 044/2013.

ESTABELECE PROCEDIMENTOS EM TRANSAÇÕES BANCÁRIAS

FABRÍCIO KUSMIN ALVES, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Superintendente da Fundação Ambiental Municipal Murilo Luciano Bez, autorizado a realizar as seguintes movimentações da conta bancária do Fundação Ambiental Municipal de Lauro Müller de CNPJ nº 09.507.614/0001-39 mantida nesta instituição financeira:

- Conta Corrente
- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPOSITO
- AUTORIZAR COBRANCA
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS
- REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DEBITO EM CONTRA RELATIVO A OPERACOES
- RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
- ENDOSSAR CHEQUE
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICACOES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR SAQUES - CONTA CORRENTE
- EFETUAR SAQUES - POUPANCA
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO
- EFETUAR MOVIMENTACAO FINANCEIRA NO RPG
- CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECURSOS FEDER -RPG
- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER. FINANCEIRO/AASP
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- EMITIR COMPROVANTES
- EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE- MEIO ELETRONICO
- FECHAR OPERACOES DE DERIVATIVOS
- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO
- CONSULTAR OBRIGACOES DO DEBITO DIRETO AUTORIZADO
- DDA
- Operações
- CONCEDER ABATIMENTOS
- UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDICOES
- RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITACAO
- CONFESSAR, TRANSIGIR, DESISTIR
- EFETUAR ACORDOS
- EMITIR DUPLICATAS
- ASSINAR PROPOSTA DE EMPRESTIMO/FINANCIAMENTO
- ASSINAR ORCAMENTO
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO
- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERACOES DE CREDITO
- Instrumento de Crédito
- AJUSTAR VAL, CLAUS E CONDIC DE EMPRESTIMO E/OU FINANCIAMENTO
- ESTIPULAR CLAUSULAS E CONDICOES
- ASSINAR INSTR DE CREDITO
- ASSINAR INSTR CREDITO C/AUTORIZ CONS ADMIN/ASS GERAL/

SOCIOS

- ASSINAR MENCAO ADICIONAL
- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE
- ASSINAR CONTRATO DE ABERTURA DE CREDITO

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 26 DE JUNHO DE 2013.

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicado no Mural Público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

EDUARDO GONZAGA BETT

SECRETÁRIO ADM., FIN. E PLANEJAMENTO

Lebon Regis

PREFEITURA

Extrato Contratual N°

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°..: 09/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada : DANÚBIA KELLI BONFATTI

Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 24/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 1/2013

Recursos: Dotação: 2.042.3.3.90.00.00.00.00 (20)

Objeto : Prestação de serviço técnico profissional de fonoaudiologia, considerando a necessidade de formar e dar suporte técnico ao Sistema Único de Saúde Municipal, para que este, com base em suas prerrogativas, realize a Atenção Integral aos munícipes.

FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO-SECRETARIO

Lebon Régis, 27 de Junho de 2013

Contrato N°..: 10/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEBON REGIS

Contratada : COLUSSI & CIA LTDA

Valor : 24.495,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 25/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 6/2013

Recursos: Dotação: 2.041.4.4.90.00.00.00.00 (16), 2.041.4.4.90.00.00.00.00 (19), 2.048.4.4.90.00.00.00.00 (30), 2.048.4.4.90.00.00.00.00 (43)

Objeto : A presente licitação visa à aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, com as seguintes características: veículo novo, de fabricação nacional, bicombustível/flex, ano/modelo 2013/2013 ou superior, com capacidade mínima de 05 lugares, incluindo o motorista, motor mínimo de 4



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

cilindros, com quatro portas laterais, capacidade mínima do tanque de combustível de 45 litros, transmissão manual de 06 marchas, sendo 05 dianteiras e 01 ré, assentos dianteiro

Lebon Régis, 27 de Junho de 2013
FRANCISCO JUCELINO RIBEIRO
SECRETARIO

Portaria N° 289/2013 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA N°. 0289/2013 de 25 de Junho de 2013.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º parágrafo 1º, Alínea d do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

RESOLVE:

ART. 1º - DESIGNAR, os funcionários, VILMAR JOÃO PIERDONÁ E AMAURI ANTONIO GRAZZIOTIN, para responder pela movimentação e transações bancárias, do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 25 de junho de 2013.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO
Presidente

Extrato Contratual N° 11/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL
Contrato N°. 11/2013
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL DE LEBON REGIS
Contratada: COLUSSI & CIA LTDA
Valor: 24.495,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 25/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2013
Recursos: Dotação: 2.077.4.4.90.00.00.00.00.00 (24)
Saldo: 50.000,00

Objeto: A presente licitação visa à aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no edital.

Extrato Contratual N° 80/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°. 80/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON REGIS
Contratada : COLUSSI & CIA LTDA
Valor : 24.495,00 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 25/06/2013 Término: 31/12/2013
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°. 19/2013
Recursos: Dotação: 2.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (66), 2.016.4.4.90.00.00.00.00.00 (67), 2.055.4.4.90.00.00.00.00.00 (75)

Objeto : A presente licitação visa à aquisição de um veículo zero quilômetro para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, com as seguintes características: veículo novo, de fabricação nacional, bicomcombustível/flex, ano/modelo 2013/2013 ou superior, com capacidade mínima de 05 lugares, incluindo o motorista, motor mínimo de 4 cilindros, com quatro portas laterais, capacidade mínima do tanque de combustível de 45 litros, transmissão manual de 06 marchas, sendo 05 dianteiras e 01 ré, assentos diante

Luzerna

PREFEITURA

Aviso Dispensa - PML.038.13 - Senai

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
SECRETARIA DE FAZENDA e ADMINISTRAÇÃO
Aviso de Dispensa de Licitação
Processo Licitatório 038/2013
Dispensa nº 004/2013

O Poder Público Municipal torna pública a Dispensa de Licitação referente à Contratação, a preço de mercado, com a entidade SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI/SC de Luzerna (SC), para execução do projeto "CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL" que engloba Introdução a Eletrônica, destinados alunos da Escola Municipal São Francisco.
Valor homologado: R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 24, inciso XIII.

Luzerna (SC), 26 de junho de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Edita de Receita PML EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Estado de Santa Catarina:

20/05/2012 Transporte Escolar - verba estadual 8.263,22

Luzerna(SC), 26 de junho de 2013.



www.ciga.sc.gov.br

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Edital de Receita PML EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

13/05/2013	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar PNATE	3.429,99
23/05/2013	Transferência Salário Educação	19.822,54
23/05/2013	Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	5.892,16

Luzerna(SC), 26 de junho de 2013.
MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

Macieira

PREFEITURA

Publicação Resumida - Atas de Registro de Preço

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório nº 0002/2013.
Pregão Presencial 0002/2013.
Registro de Preço nº 0001/2013.

Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados a alimentação de crianças cadastradas no Programa PETI (Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil), durante o período de 1º de julho até 31 de dezembro de 2013, conforme especificações do edital.
Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente após entrega e apresentação de nota fiscal.
Vigência da Ata: 31/12/2013.

ATAS:

Ata de Registro de Preços nº 01/2013.
Contratada: ITACIR ANTONIO SERIGHELLI ME, para os itens, quantidades estimadas e valores estabelecidos na Ata.

Ata de Registro de Preços nº 02/2013.
Contratada: SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME, para os itens, quantidades estimadas e valores estabelecidos na Ata.

Macieira - SC, 26 de junho de 2013.
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

1º Conferência da Cidade

Com o intuito de debater questões importantes com participação democrática e assuntos propostos pela população, foi realizada nesta última terça-feira (25) a 1ª edição da Conferência Municipal das Cidades. Dentre os assuntos abordados estavam o regimento interno, eixos temáticos, debates entre outros assuntos pertinentes ao desenvolvimento da cidade para os próximos anos. Durante a conferência, o engenheiro agrônomo Ronivon Luiz Bridi explanou alguns assuntos que foram levados em pauta para aprovação dos presentes bem como ideias e planejamentos que serão levados a conferência estadual.

O prefeito Maninho e presidente da comissão explanou que a participação de todos é fundamental para o desenvolvimento do município: "com esta conferência estaremos buscando soluções a nível local, enaltecendo o principais aspectos que nossa cidade necessita para melhorar tanto economicamente como em sua infraestrutura". Maninho aproveitou também a oportunidade para agradecer a boa participação da população neste encontro e ressaltou que sua administração visa sempre ouvir o cidadão e seus anseios para tornar Macieira um lugar cada vez melhor para se viver. Ao final dos debates a comissão organizadora da conferência composta pela enfermeira Liliane, a Secretária de Administração Silvana, a Assistente Social Noilir e também pelo Diretor de Indústria e Comércio Rozalino divulgaram os assuntos decididos juntamente com a população:

Eixo Temático : Participação - Tratar os temas das cidades no Conselho Municipal de Habitação, se não for possível, criar o Conselho Municipal das Cidades;

Eixo Temático: Habitação:

- Rever plano diretor adequando-o;
- Melhorar a acessibilidade, passeios, pavimentação e reunir o Conselho de Habitação para regularizar os passeios;
- Regularizar os lotes do município;
- Criar lei de incentivo e padronização e conscientização quanto aos cuidados com os lotes e moradias.

Eixo Temático: Saneamento Básico

- Orientar, Fiscalizar e exigir, quanto ao tratamento individual de resíduos pois somente 30% da população possui rede de tratamento;
- Colocar saneamento básico como aplicação na área da saúde;
- Sugerir trabalho de fortalecimento de vínculo com as escolas na forma de conscientização sobre as datas comemorativas referente ao meio ambiente;
- Criar material informativo referente ao meio ambiente para conscientização da população em geral
- Colocação de lixeiras para coleta seletiva em pontos estratégicos da cidade;

Eixo Temático: Transporte e Mobilidade

- Realizar estudo para dimensionar placas, faixas de pedestres, pinturas, passeio com acessibilidade, lombadas , com vistas a ordenação do transito;
 - Aumentar o numero de faixas de pedestres, rampas de acessibilidade e lombadas;
 - Criar lei de código de trânsito municipal;
 - Instalar tartarugas no cruzamento principal que liga a rodovia;
 - Implantar câmara em via pública;
- Eixo Temático - Política Urbana
- Incentivo para instalação de novas indústrias gerando maior movimento econômico

Mafra

PREFEITURA

Decreto N° 3651/2013

DECRETO N° 3651

DATA: 16/05/2013

Institui o Diário Oficial dos Municípios.

O Prefeito do Município de Mafra, ROBERTO AGENOR SCHOLZE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 3906, de 03 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Diário Oficial dos Municípios, como órgão oficial de publicação legal e divulgação dos atos processuais e administrativos do Poder Executivo do Município de Mafra.

Parágrafo único. A partir do dia 20 de maio de 2013, o Diário Oficial dos Municípios substitui as demais formas de publicação e será veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores - Internet.

Art. 2º A publicação atenderá aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

Parágrafo único. A assinatura digital do Diário Oficial dos Municípios ficará sob responsabilidade do Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA.

Art. 3º Os atos oficiais de efeitos externos surtirão seus efeitos somente depois de publicados no Diário Oficial dos Municípios.

Parágrafo único. Os atos oficiais de efeitos internos entrarão em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Mafra, 16 de maio de 2013
ROBERTO AGENOR SCHOLZE
Prefeito Municipal

AIRTON FRANCISCO NOTARI
Secretário de Administração

Maracajá

PREFEITURA

Lei N° 407/97

LEI N° 407 de 26 de março de 1997.

Dispõe sobre a substituição do texto da Lei nº 321 de 13 de setembro de 1993, que trata da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e da outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e sobre as normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 2º O atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de Maracajá será feito por meio de políticas sociais básicas de educação, saúde, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras, assegurando-se em todas elas, o tratamento com dignidade e respeito a liberdade e a convivência familiar e comunitária.

Art. 3º O Município prestará assistência social supletiva à todos aqueles que dela necessitam e não tiverem acesso às políticas sociais básicas previstas no artigo anterior.

Parágrafo único. É vedada a criação de programas de caráter compensatório pela ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas no Município, sem a prévia manifestação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º Fica criado no Município um serviço especial de previdência e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Art. 5º Fica criado no Município um serviço de identificação e localização de pais, responsáveis, crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 6º O Município propiciará proteção jurídico-social aos que dela necessitarem, por meio de entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 7º Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir normas para a organização e funcionamento dos serviços criados nos termos dos artigos 4º, 5º e 6º da presente LEI.

TÍTULO II

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 8º A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente será garantida por meio dos seguintes órgãos:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- II - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- III - Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO II

DO CONSELHO MUNICIPAL

SEÇÃO I

Da Criação e da Natureza do Conselho Municipal

Art. 9º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis.

SEÇÃO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 10. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridade para a consecução das ações, a captação e a aplicação dos recursos;

II - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhanças e dos bairros ou da zona rural em que se localizam;

III - formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município em tudo o que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

IV - estabelecer critérios, formas e meios de fiscalização de tudo quanto se execute no Município que possa afetar as suas deliberações;

V - registrar as entidades não governamentais de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, fazendo cumprir as normas

previstas na Lei Federal nº 8.069/90, que mantenha programas de:

- a) - orientação e apoio sócio-familiar;
- b) - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- c) - colocação familiar;
- d) - abrigo;
- e) - liberdade assistida;
- f) - semi-liberdade;
- g) - internação.

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior, das entidades governamentais que operam no Município, fazendo cumprir as normas constantes da mesma Lei Federal;

VII - regularmente, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e posse dos membros do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município, nos termos desta Lei;

VIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo Regimento Interno e declarar vago, o cargo por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta Lei;

IX - elaborar e alterar o seu Regimento Interno, com aprovação de 2/3 (dois terços) do total de seus membros e editado por decreto do Governo Municipal.

SEÇÃO III DOS MEMBROS DO CONSELHO

Art. 11. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto paritariamente por 10 (dez) membros sendo: I - 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, representando a área governamental de livre indicação do Prefeito. (inciso acrescido pela Lei nº 799/2010).

- a) - um representante da Secretaria Municipal de Administração;
- b) - um representante da Diretoria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;
- c) - um representante do Departamento de Saúde (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010);
- d) - um representante do Departamento de Assistência e Bem Estar Social; (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010);
- e) - um representante do Poder Legislativo;
- f) - um representante do Departamento de Obras; (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010);
- g) - um representante do Depto. Da Agricultura. (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010).

§ 1º - Os representantes do Poder Executivo serão de livre escolha e nomeação do Prefeito Municipal.

§ 2º - O representante do Poder Legislativo será de livre escolha do Presidente da Câmara e nomeado pelo Prefeito Municipal.

II - 7 (sete) membros titulares e seus respectivos suplentes, indicados pelas organizações representativas da participação popular e nomeados pelo Prefeito indicados em Fórum Municipal. (acrescido pela Lei nº 799/2010).

- a) - um representante da Associação Feminina de Assistência Social de Maracajá;
- b) - um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maracajá;
- c) - um representante da Igreja Católica do Município;
- d) - um representante dos Clubes de Mães;
- e) - um representante do CDL;
- f) - um representante da Associação Beneficente das Mulheres de Maracajá; (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010);
- g) - um representante do Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá; (alínea acrescida pela Lei nº 799/2010);

Art.12. O mandato dos Conselheiros é de 2 (dois) anos, facultada a uma recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 13. Caberá ao Poder Público Municipal oferecer suporte

administrativo e financeiro para a manutenção do CMDCA. Parágrafo único. O CMDCA está vinculado ao Departamento de Cultura, Esporte e Educação.

SEÇÃO IV DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS

Art. 14. O Conselheiro que no exercício da titularidade faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 6 (seis) alternadas, salvo justificação por escrito aprovada por maioria simples de seus pares perderá seu mandato, vedada recondução para o mesmo período.

§ 1º - Perdendo o mandato, um Conselheiro, representante de órgão governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão ou entidade e seu suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 2º - No caso de perda do mandato o Conselho não-governamental, a entidade indicará novo titular e suplente, facultado o aproveitamento do suplente anterior.

§ 3º - Executada a posse inicial dos primeiros conselheiros, que será dada pelo Prefeito Municipal, em todos os demais casos de renovação de conselheiros, estes tomarão posse perante seus pares.

Art.15. A representação do Conselho será exercida por seu Presidente em todos os atos inerentes a seu exercício.

CAPÍTULO I I I DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA

Art. 16. Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Infância e da Adolescência FIA. Como captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho dos Direitos, ao qual é vinculado.

Art. 17. Os recursos do FIA serão constituídos de:

- I - doações de contribuintes do Imposto de Renda e outros incentivos governamentais;
- II - dotação configurada anualmente na legislação orçamentária municipal;
- III - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais, governamentais e não-governamentais;
- IV - remuneração oriunda de aplicações financeiras;
- V - produto de aplicações dos recursos disponíveis e venda de materiais, publicações e eventos realizados;
- VI - receitas provenientes de convênios, acordos, contratos realizados entre o Município e entidades governamentais, que tenham destinação específica;
- VII - outros recursos que lhe forem destinados.

SEÇÃO I DA GESTÃO DO FIA.

Art. 18. Cabe ao gestor FIA:

- I - registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferidos em benefício das Crianças e dos Adolescentes pelo Estado ou pela União;
- II - registrar os recursos captados pelo Município por meio de convênios, ou por doações ao Fundo;
- III - manter o controle escritural as aplicações financeiras levadas a efeito no Município, nos termos do Conselho de Direitos;
- IV - liberar os recursos a serem aplicados em benefício de crianças e adolescentes, nos termos das resoluções do Conselho de Direitos.

Art. 19. Decreto do Poder Executivo regulamentará a gestão contábil e financeira do FIA na esfera da Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único. O presidente do CMDCA será o ordenador de suas despesas, respeitadas as diretrizes e o plano de aplicação dos recursos, determinados pelo Plenário do Conselho.

CAPITULO IV**DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****SEÇÃO I****DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO**

Art. 20. Fica criado O Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, como órgão permanente, autonomia e não jurisdicional, a ser instalado por resolução do Conselho de Direitos.

SEÇÃO I I**DOS MEMBROS E DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 21. O Conselho Tutelar será composto por 5 (cinco) membros com mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição.

Art. 22. Para cada Conselheiro Tutelar, haverá um suplente.

Art. 23. Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, cumprindo as atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069/90.

SEÇÃO I I I**DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS**

Art. 24. São requisitos para candidatar-se e exercer as funções de membro do Conselho Tutelar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - exercer emprego público ou privado, mandato público eletivo, e se for candidato, deve descompatibilizar-se; (inciso acrescido pela Lei nº 799/2010).

IV - escolaridade mínima, ensino médio completo. (inciso acrescido pela Lei nº 799/2010).

Parágrafo único. É vedado aos Conselheiros:

I - receber, a qualquer título, honorários por serviços prestados;

II - exercer a advocacia na Vara da Infância e da Juventude;

III - exercer mandato público eletivo ou candidatar-se ao mesmo;

IV - divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar criança, o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 25. O processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob a responsabilidade do CMDCA, e a fiscalização do Ministério Público.

Parágrafo único - Para o inscrito estar apto a ser votado, deverá ser aprovado em concurso público com prova escrita, cujo conteúdo será limitado ao Estatuto da Criança e do Adolescente, cuja nota de aprovação será igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos. (acrescido pela Lei nº 799/2010).

Art. 26. Os Conselheiros serão eleitos pelo voto do colégio eleitoral formado pelos representantes titulares das Entidades inscritas no CMDCA.

Art. 27. Atendido o disposto nesta Lei, o CMDCA definirá, por resolução, todo o processo de escolha, desde o registro das candidaturas avulsas, forma e prazo para impugnações, os atos preparatórios, o ato eleitoral, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos e a posse dos mesmos.

§1º - O CMDCA elegerá, respeitada a paridade, a Comissão de Escolha dos membros do Conselho Tutelar, composto de 4 (quatro) integrantes, que fará afixar edital na portaria do prédio da Prefeitura e fará publicá-lo em pelo menos um jornal de grande circulação no município, até 30 (trinta) antes do pleito, abrindo prazo para inscrição das candidaturas, fixando a data do pleito e o local da votação.

§2º - Cabe à Comissão de Escolha organizar e coordenar todos os trabalhos, na forma desta Lei e das resoluções do CMDCA.

§ 3º - O Presidente da Comissão de Escolha comunicará ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do edital e a relação dos inscritos, para a fiscalização de que trata o art. 139 do ECA.

§ 4º - Em vista das elevadas responsabilidades do Conselho Tutelar e os prioritários interesses das crianças e dos adolescentes, a Comissão de Escolha deverá examinar a idoneidade do candidato não só em declarações, atestados ou certidões formais mas também por quaisquer outros meios de prova em direito admitidos,

como documentos, testemunhos, perícias e outros, podendo determinar as diligências necessárias para elucidar aspecto relevante.

§ 5º - Das decisões da Comissão nos casos de impugnação de candidaturas ou de votos cabe recurso ao Plenário do CMDCA.

§ 6º - O CMDCA diplomará os eleitos e dar-lhes-à posse no dia seguinte ao término do mandato de seus antecessores.

SEÇÃO IV**DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS**

Art. 28. O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar constituirá serviço relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.

Art. 29. O Conselho Tutelar elaborará o seu Regime Interno submetendo-o a aprovação do CMDCA.

Art. 30. Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão de recursos necessários ao funcionamento, do Conselho Tutelar.

Art. 31. O Chefe do Poder Executivo, ouvindo o Conselho de Direitos e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para o seu funcionamento, bem como apoio de pessoal e outros meios.

§1º - O CMDCA fixará por resolução, ouvindo o Conselho Tutelar, os dias e horários em que este dará atendimento.

§ 2º - A atuação do Conselho Tutelar, porém será permanente, ou seja, contínua e ininterrupta, atendendo aos casos urgentes em qualquer dia e horário, na forma do seu Regimento Interno.

Art. 32. Na qualidade de membros eleitos por mandato, os conselheiros serão remunerados de acordo com o valor correspondente à referência 3 do anexo V da Lei nº 427, de 07 de outubro de 1997. (Redação dada pela Lei nº 686, de 20 de março de 2007).

§ 1º - Tratando-se de agentes públicos eleitos para mandato temporário, os Conselheiros Tutelares não adquirem ao término do seu mandato, qualquer direito a indenizações, nem a efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal.

§ 2º - Elegendo-se um funcionário público municipal, considerar-se-ão justificadas as ausências de suas funções eletivas sempre que estiver a serviço do Conselho Tutelar, garantindo-se a remuneração integral.

SEÇÃO V**DA PERDA DO MANDATO E DOS IMPEDIMENTOS DOS CONSELHEIROS**

Art. 33. Perderá automaticamente o mandato o Conselheiro Tutelar que for condenado por sentença irreversível pela prática de crime ou contravenção, ou que deixar de residir no município de Maracá.

Art. 34. Poderá ainda ser cassado o mandato do Conselheiro Tutelar em caso de grave desídia no cumprimento dos deveres do seu cargo, apurando-se o fato por meio de inquérito administrativo cuja instauração dependerá do voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA e desde que haja votação favorável a cassação pela maioria qualificada de 2/3 (dois terços) do colegiado pleno.

Parágrafo Único. A perda do mandato será decretada pelo CMDCA mediante provocação do Ministério Público ou de qualquer interessado, assegurando ampla defesa, nos termos Regimento Interno.

Art. 35. Em qualquer uma das hipóteses dos artigos anteriores, bem como nos casos de morte ou renúncia, CMDCA deverá declarar vago o cargo e convocar o respectivo suplente.

§ 1º - Convocar-se-ão os suplentes de Conselheiros Tutelares nos seguintes casos:

I - Quando as licenças a que fazem jus os titulares;

II - Na hipótese de afastamento não remunerado prevista nesta Lei;

III - No caso de renúncia do Conselheiro Titular.

§ 2º - Fundando o período de convocação do suplente, com base nas hipóteses dos incisos acima, o Conselheiro Titular será imediatamente reconduzido ao respectivo cargo.

§ 3º - A convocação do suplente obedecerá estritamente a ordem

resultante da eleição.

§ 4º - Somente será convocado o suplente quando os afastamentos previstos nesta Lei exceder a 30 (trinta) dias.

Art. 36. O requerimento do Conselheiro Tutelar interessado será concedida licença não remunerada pelo período mínimo de 03 (três) no máximo 06 (seis) meses, renováveis por igual período.

Parágrafo único. O requerimento a que se refere o Art. 36, bem como nos demais casos de convocação do suplente previstas nesta Lei serão encaminhados ao Presidente do CMDCA que comunicará ao Departamento Municipal de Cultura, Esporte e Educação, ao qual o CMDCA está vinculado.

Art. 37. São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto e madrasta e enteado.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do Conselheiro, na forma de artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca, Fórum Regional ou Distrital.

TÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 38. No prazo máximo de trinta (30) dias da publicação desta Lei, por convocação do Prefeito Municipal, os órgãos e entidades a que se refere o art. 11 se reunirão para elaborar o Regimento Interno do CMDCA, bem como as normas regulamentadoras do processo eleitoral do Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Na mesma reunião, os membros do CMDCA elegerão o Presidente, o Vice Presidente, além do Secretário e seu Suplente e do Tesoureiro e seu Suplente.

Art. 39. Anualmente, o Chefe do Poder Executivo Municipal fará constar da Lei Orçamentária recursos da receita ordinária que se destinarão ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente.

Art. 40. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 41. Ficam revogados a Lei nº 321 e as demais disposições em contrário.

Decreto 37/2013

DECRETO Nº 37 DE 20 DE JUNHO DE 2013.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA INTERNA PARA APURAÇÃO DOS FATOS RELATADOS NA PORTARIA 0029/2013/02PJ/ARA, MINISTÉRIO PÚBLICO DA SANTA CATARINA, 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ARARANGUÁ, NOMEIA A COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do inciso VII, do artigo 73, da Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO, os fatos relatados na Portaria nº 0029/2013/02PJ/ARA, encaminhada pelo Ministério Público de Santa Catarina, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá;

CONSIDERANDO, que os nomes citados são funcionários estáveis e efetivos do quadro de funcionários do município de Maracajá/SC;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a instauração de Sindicância Interna para apuração dos fatos relatados na Portaria nº 0029/2013/02PJ/ARA, encaminhada pelo Ministério Público de Santa Catarina, através da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá.

Art. 2º Ficam nomeados para constituir a presente Sindicância, sob a presidência do primeiro nomeado, os servidores:

I - Vilmar Leandro;

II - Janaina Ramos;

III - Fabiano da Silva Martins.

Parágrafo Único - A presente comissão de sindicância terá validade de 30 dias, podendo ser prorrogada por solicitação do seu presidente encaminhado ao chefe do poder executivo.

Art. 3º Os membros da comissão de Sindicância deverão organizar-se internamente para reunirem-se, baixarem eventuais procedimentos e diligências, convocar funcionários e pessoas para prestarem informações, lavrarem atas e ao final da sindicância emitir e encaminhar ao chefe do poder executivo, um relatório final e detalhado e com as devidas conclusões da presente comissão de sindicância interna.

Art. 4º A assessoria jurídica do município dará o assessoramento necessário ao funcionamento da presente sindicância.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá, 20 de Junho de 2013.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração, em 20 de Junho de 2013.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

Maravilha

PREFEITURA

Extrato Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 2.781/2013 - Modalidade Pregão Presencial

Registro de Preços n. 018/2013

A Senhora Prefeita de Maravilha, SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preços de metros lineares para perfuração e detonação de rochas, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pelas Leis 10.520/02 e 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas no dia 11 de julho de 2013, às 9h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 24 de junho de 2013.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Massaranduba

PREFEITURA

Decreto 2713 de 25 de Junho de 2013

DECRETO 2713 DE 25 DE JUNHO DE 2013

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1457 de 26 de Outubro de 2012, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 2.740,00 (Dois mil setecentos e quarenta reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

0501 - GERENCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.365.0122.2054 - Manutenção da Educação Infantil

0501 - 33900000 - Aplicações Diretas

0501 - 15901 - Programa Dinheiro Direto na Escola

R\$ 2.740,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão do Excesso de arrecadação verificado no exercício de 2013.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 25 DE JUNHO DE 2013
MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

Co 29.2013 Concessão Bar Centro Esportivo - Kamer

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 29/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43.2013

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO nº. 03/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: JOSE CARLOS SEBOLD 505.490.499-91

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Seleção de proposta mais vantajosa, visando a Concessão de uso, de espaço para exploração de Bar e Lanchonete no Ginásio Poliesportivo Alfredo Jacobowski, localizado na Rua 11 de Novembro, 1559, na cidade de Massaranduba (SC), contendo os seguintes espaços: Bar 18,00 m², balcão de atendimento, área de circulação de 63,28 m² e varanda 40,18 m², totalizando uma área de 121,46 m², durante o período de 12 meses, admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço permitido, no qual a concessionária deverá explorar a atividade de lanchonete, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

Vigência: 12 meses a contar da data de assinatura do contrato.

Valor: R\$ 305,00 (trezentos e cinco reais) mensais

Massaranduba, 25 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 30.2013 Concessão Venda de Passagens - Catarinense

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 30/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43.2013

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO nº. 03/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

OBJETO: Concessão de uma área de 16 m² destinada a venda de passagens, localizada no Terminal Rodoviário de Passageiros de Massaranduba

Vigência: 12 meses a contar da data de assinatura do contrato.

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais

Massaranduba, 25 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 30.2013 Concessão Venda de Passagens - Catarinense

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 30/2013

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 43.2013

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO nº. 03/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

OBJETO: Concessão de uma área de 16 m² destinada a venda de passagens, localizada no Terminal Rodoviário de Passageiros de Massaranduba

Vigência: 12 meses a contar da data de assinatura do contrato.

Valor: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais

Massaranduba, 25 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 31.2013 - FMS - Reforma Hospital - Sifra

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 31/2013

FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório nº. 12/2013 - FMS

Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 02/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: SIFRA CONST. E INCORPORADORA LTDA

OBJETO: Contratação de empresas para execução da obra de reforma e ampliação da atual Unidade Hospitalar do município de Massaranduba, conforme projetos, FASE II.

Valor: R\$ 597.759,83 (quinhentos e noventa e sete mil, setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e três centavos)

Vigência: 25-06-2013 a 23-09-2013

Massaranduba, 25 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

ANNA KARINE REINKE FRANZ

Gestora

Co 43.2013 Ad 43.2

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 43/2012

CONTRATO ADITIVO 43/2

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO: Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 06/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Pavimentação com CBUQ, drenagem e sinalização viária de trecho da Estrada Massarandubinha, conforme memorial e projetos. A este, prorroga-se a vigência do contrato, início da vigência dia 01 de Julho de 2013, findando em 29 de Agosto de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: houve grandes chuvas no período de execução, as quais atrapalharam as conclusões dos serviços.

Massaranduba, 27 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Co 44.2012 Ad44.2 Pav. Ribeirão da Lagoa - Paviplan

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 44/2012

CONTRATO ADITIVO 44/2

MUNICIPIO DE MASSARANDUBA - SC

PROCESSO: Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 07/2012

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Pavimentação de trecho da Estrada Ribeirão da Lagoa, conforme memorial e projetos. Prorroga-se a vigência do contrato, iniciando no dia 01 de Julho de 2013, findando em 29 de Agosto de 2013, conforme a liberalidade da Cláusula Sétima do contrato original. Este aditamento de prazo se faz necessário pelas seguintes razões apresentadas pela Secretaria de Planejamento Municipal: houve grandes chuvas no período de execução e alterações no projeto geométrico.

Massaranduba, 27 de Junho de 2013.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Navegantes**PREFEITURA****Nomeação e Exoneração Em Função de Confiança**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 811 DE 19 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ROSIMERE SILVA MARIA.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 20/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 19 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 19 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 812 DE 20 DE JUNHO DE 2013

EXONERA SERVIDOR DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei 1461 de 20/11/2011 e a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por este ato, EXONERADO da função de confiança de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN - o senhor PAULO CELSO MAFRA.

Art. 2º A exoneração em questão dá-se em vista da aposentadoria do servidor, concedida pelo INSS sob o benefício n° 155.081.439-9.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE JUNHO DE 2013.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de junho de 2013.

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

CGC 83.102.855/0001-50

Rua João Emílio n° 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

Fone/Fax: (47) 3342-9500

www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N° 813 DE 20 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei 1461 de 20/11/2011 e a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeado para exercer a função de confiança de Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN - o senhor PAULO CELSO MAFRA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 21/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 20 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 816 DE 21 DE JUNHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Agente Pública Municipal II a senhora SABRINA CORRÊA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 24/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br
DECRETO N º 817 DE 21 DE JUNHO DE 2013

NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal II a senhora SABRINA CORRÊA.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 25/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N º 819 DE 21 DE JUNHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 º Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria da Educação a senhora ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 24/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N ° 820 DE 21 DE JUNHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Diretora de Políticas da Juventude a senhora TAIZ ANDREA WASCHBURGER.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 24/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N ° 821 DE 21 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Diretora de Políticas da Juventude a senhora ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 25/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N ° 822 DE 21 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Chefe do Departamento Administrativo da Secretaria da Educação a senhora TAIZ ANDREA WASCHBURGER.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 25/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

**DECRETO N ° 823 DE 21 DE JUNHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gerente de Migração a senhora DAYANE LUANA SPENA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 3/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 824 DE 21 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de Assessora Técnica III a senhora DAYANE LUANA SPENA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação com efeito retroativo a 4/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 825 DE 21 DE JUNHO DE 2013
EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora CÉLIA SAGAS FILHA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 826 DE 21 DE JUNHO DE 2013**EXONERA SERVIDORA DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, EXONERADA da função de confiança de Coordenadora Pedagógica de Anos/Séries Iniciais a senhora JULIANE BERKEMBROCH CAPELLA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 21 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 21 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 828 DE 25 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ELAINE CRISTINA JORGE.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 26/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n ° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 829 DE 25 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 75 de 8/3/2010,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Secretária de Escola CEI EJA (SESC-2) a senhora ADRIANA DA SILVA SOARES.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 26/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 25 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n ° 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 830 DE 26 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e de acordo com a lei complementar 62 de 1º/4/2009,

DECRETA:

Art. 1 ° Fica, por este ato, nomeada para exercer a função de confiança de Gestora Pública Municipal III a senhora ROSEMERI GUILHERME DE ÁVILA.

Art. 2 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 27/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeia Comitê Que Especifica

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CGC 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n ° 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO N ° 831 DE 26 DE JUNHO DE 2013
CRIA COMITÊ LOCAL DO PLANO DE METAS COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, e considerando a necessidade de estabelecer as competências dos entes responsáveis pela implementação do Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, instituído pelo Decreto n ° 6.094, de 24/04/2007,

RESOLVE:

Art. 1 ° Cria o Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação da Rede Municipal de Ensino de Navegantes.

Art. 2 ° O Comitê será constituído por representantes do sistema educacional público.

Art. 3 ° O Comitê tem por atribuições:

- elaborar e acompanhar o Plano de Ações Articuladas -PAR- constituído com a parceira do município com o governo federal para execução das ações entre 2011 e 2014;
- mobilizar a sociedade para acompanhamento do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- acompanhar as metas de evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB - no município.

Art. 4 ° Ficam nomeados os profissionais adiante relacionados, sob a coordenação da Secretária Municipal da Educação, para composição do Comitê Local do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.

REPRESENTAÇÃO	PROFISSIONAL
Secretária Municipal da Educação	Walquiria Melo de Jesus
Representante do quadro técnico da Secretaria Municipal da Educação	Fabricia Gisele Pereira
Técnica da Secretaria Municipal da Educação	Silvana Maria Mendes Francisco
Coordenadora Escolar	Luiza Ramos de Lima Couto
Diretora de Escola	Cátia Regina da Costa
Professora da área urbana	Gislene Rodrigues
Professora da área rural	Luciana Tramontin Nolli
Representante do Conselho Municipal de Educação	Magda Marçal Bagatini Medeiros

Art. 5 ° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Cede Servidor Para a Fundação Cultural de Navegantes

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2723 DE 26 DE JUNHO DE 2013
PROCEDE À CESSÃO DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,
RESOLVE:

I CEDER o servidor NIVALDO JOSÉ KLOPPEL, efetivo no cargo de Monitor de Educação Infantil, para desempenhar suas funções na Fundação Cultural de Navegantes, a partir de 1º/7/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Cede Servidora Para a Fundação Cultural de Navegantes

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

PORTARIA N° 2722 DE 26 DE JUNHO DE 2013
PROCEDE À CESSÃO DE SERVIDORA QUE ESPECIFICA PARA A FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, combinado com a lei complementar n° 7 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -,

RESOLVE:

I CEDER a servidora CARMEN DÉA GAYA, efetiva no cargo de Monitora de Educação Infantil, para desempenhar suas funções na Fundação Cultural de Navegantes, a partir de 1º/7/2013.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º/7/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nomeia Conselheira Suplente Para o Conselho de Administração do Navegantesprev

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 2724 DE 26 DE JUNHO DE 2013
NOMEIA MEMBRO SUPLENTE PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO NAVEGANTESPREV

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com as leis complementares n° 99 de 23/5/2011 e n° 152 de 25/5/2012,

RESOLVE:

I NOMEAR VANESSA FAIM como Membro Suplente no Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social de Navegantes - Navegantesprev, como representante do Poder Executivo, a partir de 30/6/2013.

II A nomeação em questão dá-se em vista do impedimento da Conselheira Titular, Sheila Maria Sagás.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 30/6/2013.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Prefeitura de Navegantes, 26 DE JUNHO DE 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 26 de junho de 2013.
BENILDE PERÃO
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Aviso de Licitação Pregão Presencial N° 25/2013 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
PREGÃO PRESENCIAL N° 025/2013 FMS

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01(UM) VEÍCULO TIPO FURGÃO ZERO QUILOMETRO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREGAS DOS MATERIAIS NOS ALMOXARIFADOS PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 10/07/2013. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 10/07/2013.

O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emilio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor.

Navegantes, 27 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Convocação Audiência Pública-Desafetação da Avenida 1ª Radial Leste-Oeste
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA
DESAFETAÇÃO DA AVENIDA 1ª RADIAL LESTE-OESTE, ESQUINA COM A AVENIDA PREFEITO JOSÉ JUVENAL MAFRA, NO BAIRRO MEIA PRAIA.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Governo, torna pública a convocação de todos os cidadãos e entidades representativas da sociedade para a AUDIÊNCIA PÚBLICA de apresentação e debate da desafetação da área reservada para ampliação de via pública, que abrigaria a 1ª Radial Leste-Oeste, que em razão da ampliação do aeroporto perderá sua função.

A Audiência ocorrerá no dia 17 de julho de 2013, com início às 19h00min horas e término até as 22h00min, na Escola Rosa Maria Xavier de Araújo, Bairro Meia Praia, neste Município, e consistirá na apresentação de projetos para pretensa utilização da área. Perguntas e outras sugestões que não forem apreciadas durante a audiência, serão respondidas no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a mesma, e ficarão disponíveis na Secretaria de Governo ou no site: www.navegantes.sc.gov.br.

NAVEGANTES, SC, 26 de junho de 2013.
ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito

Novo Horizonte

PREFEITURA

Portaria N° 091, de 26/06/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.
Rua José Fabro, 01 - Centro - CEP: 89.998-000
Fone: (49) 3362 0024 - e-mail - pmnh@novohorizonte.sc.gov.br

PORTARIA N° 091, de 26 de Junho de 2013.
ANULA PROCESSO LICITATÓRIO FMS N° 012/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI MARIOTT, Prefeito Municipal de Novo Horizonte no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica anulado o Processo Licitatório FMS 012/2013 que tinha como objeto a contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços na área de Fisioterapia de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica nº 15/2013.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC
Em 26 de Junho de 2013.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Registre-se e
Publique-se

Extrato 1º TA ao Ct Ad N° 048/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo N° 001 ao Contrato Administrativo N°...: 048/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
Contratada: POLIMEDICI ASSES. E CONSULT.EM MEDICINA DO TRAB.LT

Valor: 1.000,00 (um mil reais)

Vigência : Início: 26/06/2013 Término: 31/12/2013

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços N°.: 12/2013

Recursos: Dotação: 2.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (12) Saldo: 26.792,17

Objeto: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da quantidade do serviço de medição, com acréscimo no item 1.1. da CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, de Contratação da empresa especializada em Medicina do Trabalho para a prestação de serviço de medição da exposição das vibrações no corpo humano inteiro (acento e em pé) e de mão e braço, em servidores municipais ocupantes dos cargos de operadores de máquinas, durante a execução de serviços de infra-estrutura viária, visando a avaliação do grau de Insalubridade do município de Novo Horizonte/SC, conforme indicado na NR 15 do Ministério do Trabalho - Contrato Administrativo N° 048 de 20 de Maio de 2013, do Processo Licitatório N° 045/2013 - Dispensa de Licitação N° 012/2013, que passa a ter a seguinte redação:

Cláusula Primeira: DO OBJETO

1.1 - ()

Item	Qtidade Licitação	Qtidade Aditivo	Descrição do Serviço	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
01	06	01	Análise de Vibração de Máquinas	1.000,00	1.000,00

Fundamento: art.65, I, "b" § 1º da Lei 8.666/93 e alterações e

Novo Horizonte/SC, 27 de Junho de 2013
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

Lei N. 2.503 - Autoriza Firmar Convênio Governo do Estado

LEI N° 2.503 DE 25 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais, faz saber aos habitantes do Município de Orleans que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Município de Orleans autorizado a firmar convênio com o Governo Federal e/ou Estadual, bem como com suas Autarquias, Fundações, Ministérios e Secretarias, visando à transferência de recursos financeiros para o desenvolvimento de ações e

projetos neste município.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei n. 1.583 de 20 de fevereiro de 2001.

Orleans/SC, em 25 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Lei N. 2.504 - Autoriza o Chefe do Poder Executivo a Receber por Doação do Conselho de Rio das Furnas Área de Terras

LEI Nº 2.504 DE 25 DE JUNHO DE 2013.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECEBER POR DOAÇÃO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RIO DAS FURNAS, IMÓVEL ESPECÍFICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo art. 51, inciso I, da Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos pertinentes, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente LEI:

Art. 1.º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a receber por doação a área de terra localizada na Comunidade de Rio das Furnas, desta cidade, de propriedade do Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rio das Furnas, inscrito no CGC MF nº 04.859.253/0001-76, medindo 3.785,00m² (três mil e setecentos e oitenta e cinco metros quadrados), constante da matrícula nº 14.739, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Orleans, e a efetuar a escrituração e averbação da área doada, em nome do Município de Orleans, no Cartório de Registros de Imóveis competente.

Parágrafo Único - Passa a fazer parte integrante da presente Lei o mapa de localização da área estabelecida no presente artigo.

Art. 2.º O imóvel doado será destinado a construção de um complexo esportivo.

Art. 3.º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, em 25 de junho de 2013; 128º anos da Fundação e 99º anos da Emancipação Política.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE LEI NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto N. 3.555 Anula Processo Licitatório N. 60/2013

DECRETO Nº 3.555 DE 14 DE JUNHO DE 2013.

"ANULA PROCESSO LICITATÓRIO"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e

CONSIDERANDO o descumprimento das cláusulas contratuais e do contrato administrativo pela contratada;

CONSIDERANDO a necessidade de utilização dos materiais licitados;

CONSIDERANDO o parecer jurídico exarado pelo Setor Jurídico desta municipalidade;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Processo de Licitação nº 60/2013, na modalidade Pregão Presencial, cujo objeto é a aquisição de materiais de limpeza e higiene para as secretarias da Prefeitura de Orleans, de forma amigável, nos termos do artigo 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Orleans, 14 de junho de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Política Administrativa.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE

Secretário de Administração

Decreto N. 3.556 - Anula Dotação Orçamentaria e Abre Credito Suplementar

DECRETO N.º 3.556 DE 14 DE JUNHO DE 2013.

"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.014-- Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 03.0181- Superavit Financ. - Transf. Conv. União - Educação

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.992,00 TOTAL R\$ 9.992,00

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica anulada a seguinte dotação orçamentaria:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.014-- Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 03.0181- Superavit Financ. - Transf. Conv. União - Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.992,00

TOTAL R\$ 9.992,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de junho de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

DECRETO N.º 3.556 DE 14 DE JUNHO DE 2013.
"ANULA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR"

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito de Orleans, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei n.º 2.465 de 21 de Dezembro de 2012.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o Crédito Suplementar nas seguintes Dotações Orçamentárias:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.014-- Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 03.0181- Superavit Financ. - Transf. Conv. União - Educação

4.4.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.992,00 TOTAL R\$ 9.992,00

Art.2º. Para abertura do Crédito Suplementar no artigo anterior, fica anulada a seguinte dotação orçamentaria:

06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.01 - Departamento de Educação

2.014-- Manutenção do Ensino Infantil

F.R. - 03.0181- Superávit Financ. - Transf. Conv. União - Educação

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 9.992,00

TOTAL R\$ 9.992,00

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de junho de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

MARCELO GALVANE
Secretário de Administração

Decreto N. 3.557 de Convoca Conferência Social

DECRETO N° 3.557 DE 25 DE JUNHO DE 2013.

"CONVOCA A IX CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES, Prefeito Municipal de Orleans, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições e, considerando a necessidade de avaliar e propor diretrizes para a implementação da Política de Assistência Social no Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a IX Conferência Municipal de Assistência Social, a ser realizada no(s) dia(s) 24 de julho de 2013, às 08h e 30min, no Orleans Tênis Clube sito a Rua Aristiliano Ramos, 495 - Centro, tendo como tema central: "Gestão e Financiamento para a efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS".

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de assistência social.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 25 de junho de 2013; 128º ano da Fundação e 99º ano de Emancipação Político Administrativa.
MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES
Prefeito de Orleans

PUBLICADO O PRESENTE DECRETO NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS VINTE CINCO DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E TREZE.

CARLOS ALBERTO BUSSOLO MARCELO GALVANE
Presidente do CMAS Secretário de Administração

Palhoça

PREFEITURA

Resultado Pregão 113-2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

113/2013

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2013, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição de bica corrida para a Secretaria de Infra-estrutura da Região Sul, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA foi vencedora do item 01 totalizando R\$ 358.500,00 (trezentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais).

Palhoça, 26 de junho de 2013



Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 17/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 17/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYB7125	8784002620	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
LYM0184	8784002536	7455/0	07/10/2011	R\$ 85,12	218 * I
MER1303	8784002500	7471/0	05/10/2011	R\$ 574,61	218 * III
MHF8601	8784002195	7455/0	28/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 19/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 19/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
NBO1339	8784002134	7455/0	22/09/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 21/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 784 21/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LWY2354	8784002711	7455/0	11/10/2011	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 784 16/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 784 16/2011**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYK5981	8784005117	7463/0	18/11/2011	218 * II
MFK8569	8784005193	7471/0	24/11/2011	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 18/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 18/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJJ6093	8784005496	7455/0	27/11/2011	218 * I
AJX3728	8784005249	7455/0	25/11/2011	218 * I
AKQ4279	8784005137	7455/0	19/11/2011	218 * I
APK1274	8784005674	7455/0	03/12/2011	218 * I
BXM2790	8784003867	7455/0	12/11/2011	218 * I
CKH2186	8784005294	7463/0	29/11/2011	218 * II
FRD1900	8784003507	7455/0	10/11/2011	218 * I
HCA4710	8784005508	7455/0	27/11/2011	218 * I
HZZ2915	8784005661	7455/0	02/12/2011	218 * I
LNQ8946	8784005389	7471/0	27/11/2011	218 * III
LWR2819	8784005547	7455/0	26/11/2011	218 * I
LWR8596	8784005142	7455/0	21/11/2011	218 * I
LWZ1396	8784003545	7463/0	11/11/2011	218 * II
LXC5950	8784005681	7455/0	04/12/2011	218 * I
LXE1791	8784005463	7455/0	24/11/2011	218 * I
LXH3035	8784005096	7455/0	14/11/2011	218 * I
LXJ3421	8784005701	7463/0	29/11/2011	218 * II
LXL9430	8784005036	7455/0	14/11/2011	218 * I
LXX0205	8784005600	7455/0	24/11/2011	218 * I
LYH9032	8784003684	7463/0	12/11/2011	218 * II
LYK5981	8784005071	7463/0	19/11/2011	218 * II
LYT0386	8784005679	7455/0	04/12/2011	218 * I
LYV8633	8784004964	7455/0	19/11/2011	218 * I
LZH1992	8784005684	7455/0	04/12/2011	218 * I
LZK1041	8784003728	7455/0	13/11/2011	218 * I
MAM2992	8784005706	7455/0	29/11/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAP0502	8784005543	7455/0	25/11/2011	218 * I
MAV3766	8784005555	7455/0	27/11/2011	218 * I
MBF8792	8784005647	7455/0	29/11/2011	218 * I
MBL2634	8784005253	7455/0	25/11/2011	218 * I
MBM6532	8784005669	7455/0	03/12/2011	218 * I
MBZ4055	8784005625	7463/0	27/11/2011	218 * II
MBZ8525	8784005477	7471/0	25/11/2011	218 * III
MCK6710	8784003271	7463/0	06/11/2011	218 * II
MCQ2880	8784003569	7455/0	09/11/2011	218 * I
MCR0573	8784005692	7455/0	05/12/2011	218 * I
MCS8158	8784005214	7455/0	23/11/2011	218 * I
MCW2431	8784005607	7455/0	25/11/2011	218 * I
MCZ9872	8784005624	7463/0	27/11/2011	218 * II
MDD6856	8784005619	7455/0	26/11/2011	218 * I
MDM1737	8784003405	7463/0	07/11/2011	218 * II
MDX6183	8784005265	7463/0	26/11/2011	218 * II
MDZ1988	8784005452	7463/0	24/11/2011	218 * II
MEC0462	8784005279	7455/0	27/11/2011	218 * I
MEH9708	8784005603	7455/0	24/11/2011	218 * I
MEL9197	8784005464	7463/0	24/11/2011	218 * II
MER0881	8784005610	7463/0	25/11/2011	218 * II
MES1551	8784003457	7455/0	12/11/2011	218 * I
MFL2291	8784005271	7455/0	27/11/2011	218 * I
MGA5583	8784005378	7455/0	23/11/2011	218 * I
MGG8031	8784005380	7455/0	24/11/2011	218 * I
MGO8899	8784005561	7463/0	27/11/2011	218 * II
MGP2601	8784003688	7455/0	12/11/2011	218 * I
MGX2067	8784003527	7463/0	09/11/2011	218 * II
MHB1547	8784005473	7463/0	25/11/2011	218 * II
MHL4953	8784005212	7471/0	22/11/2011	218 * III
MHN5193	8784005606	7455/0	25/11/2011	218 * I
MHP7507	8784005690	7455/0	05/12/2011	218 * I
MHS1143	8784005478	7455/0	26/11/2011	218 * I
MII5035	8784005558	7463/0	27/11/2011	218 * II
MIJ4423	8784003463	7455/0	13/11/2011	218 * I
MIR0086	8784005642	7455/0	28/11/2011	218 * I
MIR8122	8784005103	7463/0	16/11/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIT0229	8784005470	7455/0	25/11/2011	218 * I
MJF0352	8784003541	7463/0	11/11/2011	218 * II
MMM0186	8784005468	7455/0	25/11/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO
SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 784 20/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 784 20/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADO7106	8784004603	7455/0	16/11/2011	218 * I
ADO7106	8784004694	7455/0	16/11/2011	218 * I
AEL0156	8784005005	7455/0	18/11/2011	218 * I
AEL0156	8784005069	7463/0	18/11/2011	218 * II
AOL7515	8784004143	7455/0	20/11/2011	218 * I
CAR0146	8784005721	7455/0	03/12/2011	218 * I
CCS5579	8784004677	7455/0	15/11/2011	218 * I
CMN2376	8784003529	7455/0	09/11/2011	218 * I
DMR2891	8784004971	7455/0	21/11/2011	218 * I
DYA0911	8784004148	7455/0	14/11/2011	218 * I
LWS6646	8784003609	7455/0	14/11/2011	218 * I
LXI3342	8784004735	7455/0	19/11/2011	218 * I
LXL7085	8784003787	7463/0	08/11/2011	218 * II
LXW5082	8784004671	7455/0	14/11/2011	218 * I
LXX6918	8784003450	7455/0	12/11/2011	218 * I
LXY4338	8784004831	7455/0	22/11/2011	218 * I
LYA3609	8784004621	7455/0	19/11/2011	218 * I
LZK1468	8784004672	7455/0	14/11/2011	218 * I
MAA4026	8784004963	7455/0	19/11/2011	218 * I
MAL0922	8784004957	7455/0	17/11/2011	218 * I
MAO5437	8784004703	7455/0	17/11/2011	218 * I
MAV6198	8784003590	7455/0	12/11/2011	218 * I
MBI0047	8784003732	7455/0	13/11/2011	218 * I
MBL6208	8784003909	7455/0	19/11/2011	218 * I
MBL6208	8784004041	7455/0	20/11/2011	218 * I
MBM6189	8784005122	7463/0	19/11/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBQ7818	8784003648	7455/0	12/11/2011	218 * I
MCG2038	8784004013	7463/0	18/11/2011	218 * II
MCG3847	8784005648	7455/0	29/11/2011	218 * I
MCH7682	8784003861	7455/0	11/11/2011	218 * I
MCT3302	8784003262	7455/0	05/11/2011	218 * I
MCX5677	8784003746	7455/0	13/11/2011	218 * I
MCY5921	8784005126	7463/0	19/11/2011	218 * II
MDC1317	8784003251	7455/0	05/11/2011	218 * I
MDH6192	8784004891	7455/0	20/11/2011	218 * I
MDI2527	8784005125	7463/0	19/11/2011	218 * II
MDM6739	8784004690	7455/0	16/11/2011	218 * I
MDM7263	8784003849	7455/0	09/11/2011	218 * I
MDW1588	8784005717	7463/0	03/12/2011	218 * II
MDW1588	8784005718	7455/0	03/12/2011	218 * I
MDY2536	8784004193	7471/0	18/11/2011	218 * III
MEB8404	8784003578	7455/0	10/11/2011	218 * I
MEO8792	8784003526	7455/0	09/11/2011	218 * I
MEQ1186	8784004948	7455/0	16/11/2011	218 * I
MEV1097	8784003533	7455/0	09/11/2011	218 * I
MEV3390	8784004618	7455/0	19/11/2011	218 * I
MEX5657	8784004707	7455/0	17/11/2011	218 * I
MEX9475	8784004014	7463/0	18/11/2011	218 * II
MEY2254	8784003258	7463/0	05/11/2011	218 * II
MEZ4359	8784004167	7455/0	16/11/2011	218 * I
MFD8270	8784004011	7463/0	18/11/2011	218 * II
MFE6511	8784003484	7455/0	12/11/2011	218 * I
MFE6511	8784003819	7455/0	12/11/2011	218 * I
MFM8023	8784004035	7455/0	20/11/2011	218 * I
MFV7898	8784003261	7455/0	05/11/2011	218 * I
MFY0541	8784004723	7455/0	19/11/2011	218 * I
MFY8604	8784003675	7471/0	12/11/2011	218 * III
MGA8832	8784005105	7463/0	16/11/2011	218 * II
MGO2875	8784003619	7455/0	12/11/2011	218 * I
MGS4843	8784004195	7455/0	19/11/2011	218 * I
MGT3292	8784005087	7463/0	21/11/2011	218 * II
MGT7284	8784003864	7455/0	13/11/2011	218 * I
MGV2622	8784003702	7463/0	13/11/2011	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHE5679	8784004673	7455/0	14/11/2011	218 * I
MHF4671	8784004196	7455/0	19/11/2011	218 * I
MHH8928	8784005128	7455/0	19/11/2011	218 * I
MHJ9244	8784005716	7463/0	02/12/2011	218 * II
MHV6809	8784004205	7455/0	19/11/2011	218 * I
MHX9191	8784005115	7455/0	18/11/2011	218 * I
MHZ3076	8784004199	7455/0	19/11/2011	218 * I
MIG3146	8784003711	7455/0	13/11/2011	218 * I
MIP7352	8784004607	7455/0	17/11/2011	218 * I
MIR3151	8784004017	7463/0	19/11/2011	218 * II
MIS4722	8784004538	7455/0	20/11/2011	218 * I
MIW9416	8784003689	7455/0	12/11/2011	218 * I
MJG7782	8784003611	7455/0	11/11/2011	218 * I
MJG7782	8784003866	7455/0	11/11/2011	218 * I
MJQ9849	8784004150	7463/0	14/11/2011	218 * II
MJR2200	8784004096	7455/0	19/11/2011	218 * I
MJS2319	8784004145	7455/0	20/11/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito N° 784 22/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO N° 784 22/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAT7902	8784006406	7463/0	18/12/2011	218 * II
AAV7346	8784005588	7455/0	24/11/2011	218 * I
AIQ7124	8784005676	7455/0	04/12/2011	218 * I
AQT4267	8784006233	7455/0	16/12/2011	218 * I
ARG4273	8784005055	7455/0	16/11/2011	218 * I
CDH3833	8784005699	7455/0	29/11/2011	218 * I
COG9422	8784006014	7455/0	11/12/2011	218 * I
COL1635	8784005650	7455/0	01/12/2011	218 * I
CSL3778	8784005081	7455/0	20/11/2011	218 * I
DAY1877	8784005290	7455/0	29/11/2011	218 * I
DZX6881	8784005310	7455/0	29/11/2011	218 * I
GTG0835	8784005665	7455/0	02/12/2011	218 * I
IJN6914	8784006120	7455/0	12/12/2011	218 * I
IJO7568	8784005629	7455/0	27/11/2011	218 * I
IKE1237	8784006429	7455/0	18/12/2011	218 * I
JDV4417	8784006116	7455/0	12/12/2011	218 * I
JEJ7368	8784005101	7463/0	16/11/2011	218 * II
JFV7851	8784005488	7455/0	26/11/2011	218 * I
JFV7851	8784005497	7455/0	27/11/2011	218 * I
JUJ3633	8784005704	7455/0	29/11/2011	218 * I
JUP0938	8784006024	7455/0	11/12/2011	218 * I
KDT9675	8784005476	7463/0	25/11/2011	218 * II
KNK0587	8784005595	7455/0	24/11/2011	218 * I
LBN9794	8784006262	7455/0	18/12/2011	218 * I
LNE0398	8784005218	7455/0	23/11/2011	218 * I
LNP0626	8784005030	7455/0	14/11/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LPL0777	8784006063	7455/0	10/12/2011	218 * I
LWT2892	8784004605	7455/0	16/11/2011	218 * I
LWX6534	8784005264	7455/0	26/11/2011	218 * I
LXA4456	8784005628	7463/0	27/11/2011	218 * II
LXE7673	8784005274	7455/0	27/11/2011	218 * I
LXR7409	8784006396	7455/0	17/12/2011	218 * I
LYA9265	8784006009	7455/0	10/12/2011	218 * I
LYF9800	8784005627	7463/0	27/11/2011	218 * II
LYK2482	8784005287	7455/0	28/11/2011	218 * I
LYV8834	8784006430	7455/0	18/12/2011	218 * I
LZG5069	8784006242	7455/0	16/12/2011	218 * I
LZI7867	8784006183	7463/0	18/12/2011	218 * II
LZM6612	8784005210	7471/0	22/11/2011	218 * III
LZN5818	8784004157	7463/0	15/11/2011	218 * II
LZT2192	8784005261	7455/0	26/11/2011	218 * I
MAH1970	8784005466	7455/0	25/11/2011	218 * I
MAQ9020	8784006275	7455/0	19/12/2011	218 * I
MAV0010	8784005948	7455/0	10/12/2011	218 * I
MBG5641	8784006283	7455/0	20/12/2011	218 * I
MBL4706	8784006266	7455/0	18/12/2011	218 * I
MBL6208	8784003252	7471/0	05/11/2011	218 * III
MBN1884	8784006240	7455/0	16/12/2011	218 * I
MBQ3689	8784005286	7455/0	28/11/2011	218 * I
MBS4503	8784006106	7463/0	10/12/2011	218 * II
MBX0315	8784006182	7455/0	18/12/2011	218 * I
MBY3549	8784005098	7455/0	15/11/2011	218 * I
MBZ1191	8784004885	7463/0	19/11/2011	218 * II
MBZ7577	8784005209	7455/0	22/11/2011	218 * I
MCC1567	8784005139	7455/0	20/11/2011	218 * I
MCC3095	8784005010	7455/0	19/11/2011	218 * I
MCC3095	8784005074	7463/0	19/11/2011	218 * II
MCI7682	8784005280	7455/0	27/11/2011	218 * I
MCN8735	8784006274	7455/0	19/12/2011	218 * I
MCT0389	8784006078	7455/0	12/12/2011	218 * I
MCT9079	8784004989	7455/0	15/11/2011	218 * I
MCV1806	8784006072	7455/0	11/12/2011	218 * I
MCZ4123	8784006103	7455/0	10/12/2011	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDA9131	8784004844	7455/0	16/11/2011	218 * I
MDO0384	8784004687	7455/0	16/11/2011	218 * I
MDQ5339	8784006118	7455/0	12/12/2011	218 * I
MDT8276	8784006174	7471/0	16/12/2011	218 * III
MDV9353	8784006180	7455/0	18/12/2011	218 * I
MDX1775	8784006412	7455/0	18/12/2011	218 * I
MED2284	8784006017	7455/0	11/12/2011	218 * I
MEE3486	8784006159	7455/0	12/12/2011	218 * I
MEE3486	8784006160	7471/0	12/12/2011	218 * III
MEI5141	8784005031	7455/0	14/11/2011	218 * I
MEI9097	8784006028	7455/0	11/12/2011	218 * I
MEK9879	8784005587	7455/0	24/11/2011	218 * I
MEP7400	8784006413	7463/0	18/12/2011	218 * II
MEP7400	8784006428	7463/0	18/12/2011	218 * II
MEQ5044	8784005631	7463/0	27/11/2011	218 * II
MEU4298	8784006166	7455/0	15/12/2011	218 * I
MEU7737	8784005626	7455/0	27/11/2011	218 * I
MEV5028	8784006399	7463/0	17/12/2011	218 * II
MEY9410	8784003642	7463/0	12/11/2011	218 * II
MEZ0415	8784006259	7455/0	17/12/2011	218 * I
MFE8647	8784006104	7455/0	10/12/2011	218 * I
MFI9017	8784005479	7463/0	26/11/2011	218 * II
MFL4478	8784006244	7455/0	17/12/2011	218 * I
MFL4478	8784006257	7455/0	17/12/2011	218 * I
MFM0537	8784004120	7471/0	17/11/2011	218 * III
MFQ6719	8784005016	7463/0	20/11/2011	218 * II
MFR4729	8784006241	7455/0	16/12/2011	218 * I
MFR9401	8784005495	7455/0	26/11/2011	218 * I
MFT6085	8784005247	7455/0	25/11/2011	218 * I
MFW0872	8784005134	7463/0	19/11/2011	218 * II
MFY3575	8784005461	7463/0	24/11/2011	218 * II
MGC6247	8784005967	7455/0	12/12/2011	218 * I
MGG7157	8784004174	7455/0	16/11/2011	218 * I
MGI1647	8784006111	7455/0	11/12/2011	218 * I
MGL3575	8784006258	7463/0	17/12/2011	218 * II
MGL3575	8784006263	7463/0	18/12/2011	218 * II
MGL3575	8784006264	7471/0	18/12/2011	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGQ7410	8784006023	7455/0	11/12/2011	218 * I
MGS6728	8784006152	7463/0	11/12/2011	218 * II
MGU2259	8784005855	7455/0	11/12/2011	218 * I
MHE7086	8784004962	7455/0	18/11/2011	218 * I
MHF5649	8784005207	7455/0	22/11/2011	218 * I
MHH3699	8784006267	7455/0	18/12/2011	218 * I
MHH9215	8784004691	7455/0	16/11/2011	218 * I
MHH9714	8784005691	7455/0	05/12/2011	218 * I
MHI9848	8784005291	7455/0	29/11/2011	218 * I
MHJ2629	8784005635	7455/0	27/11/2011	218 * I
MHJ6097	8784006057	7455/0	10/12/2011	218 * I
MHT0247	8784005950	7455/0	10/12/2011	218 * I
MHU6989	8784005682	7455/0	04/12/2011	218 * I
MHY3543	8784006447	7455/0	20/12/2011	218 * I
MHZ4312	8784005043	7455/0	14/11/2011	218 * I
MIC4454	8784004956	7455/0	17/11/2011	218 * I
MID3886	8784005486	7455/0	26/11/2011	218 * I
MIF7839	8784005226	7463/0	23/11/2011	218 * II
MIK6401	8784005652	7455/0	01/12/2011	218 * I
MIR9795	8784005491	7455/0	26/11/2011	218 * I
MJA7740	8784005216	7455/0	23/11/2011	218 * I
MJF5289	8784005617	7455/0	26/11/2011	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 19 DE JUNHO DE 2013

JOAO OTAVIO FURTADO NETO

SUPERINTENDENTE DE TRANSITO

Palmitos

PREFEITURA

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 432 566/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 432 566/2012

Página : 1 / 1

Placa Auto de Infração Data da Infração Valor da Infração Enquadramento

Código da Infração /

Desdobramento

ADE3408 55093837A 5010/0 27/02/2008 R\$ 574,61 162 * I

ADV8754 55445500B 6599/0 17/06/2008 R\$ 191,54 230 * V

CKQ3732 55446618B 6920/0 17/07/2008 R\$ 127,69 233

ING3448 55446605B 6920/0 02/07/2008 R\$ 127,69 233

LXU2850 55445536B 6920/0 14/03/2008 R\$ 127,69 233

LYG5303 54803359C 6920/0 12/09/2008 R\$ 127,69 233

LYS5796 55093677A 5835/0 22/06/2008 R\$ 127,69 195

LZB4960 55445486B 5010/0 07/04/2008 R\$ 574,61 162 * I

LZI8710 55446951B 6920/0 17/06/2008 R\$ 127,69 233

MCI3529 55445495B 5010/0 05/05/2008 R\$ 574,61 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 26 DE JUNHO DE 2013

RODRIGO MARTINEZ CORRÊA

DELEGADO DE POLÍCIA

Pescaria Brava

PREFEITURA

Edital - Pregão 03-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO 01/2013 - FMS

O Município de Pescaria Brava - SC, torna público, que fará realizar no dia 11 de julho de 2013, as 17:00 horas, na sede da Prefeitura, sito à Rodovia SC 437 KM 08, licitação na modalidade Pregão Presencial, para o fornecimento de medicamentos do Guia

da Farmácia, pelo critério do MAIOR DESCONTO PERCENTUAL. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital das 14:00 as 18:00 horas, pelo telefone (48) 3646.2013, ou pelo e-mail compras@pescariabrava.sc.gov.br.

Pescaria Brava, 28 de Junho de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal.

Edital Pregão 01-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO 01/2013 - ADM

O Município de Pescaria Brava - SC, torna público, que fará realizar no dia 11 de julho de 2013, as 14:00 horas, na sede da Prefeitura, sito à Rodovia SC 437 KM 08, licitação na modalidade Pregão Presencial, para a aquisição combustíveis para a frota do município, pelo critério do MENOR PREÇO POR ITEM. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital das 14:00 as 18:00 horas, pelo telefone (48) 3646.2013, ou pelo e-mail compras@pescariabrava.sc.gov.br.

Pescaria Brava, 28 de Junho de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal.

Edital Pregão 02-2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO 02/2013 - ADM

O Município de Pescaria Brava - SC, torna público, que fará realizar no dia 12 de julho de 2013, as 14:00 horas, na sede da Prefeitura, sito à Rodovia SC 437 KM 08, licitação na modalidade Pregão Presencial, para a aquisição de dois veículos automotores tipo perua ou similar, pelo critério do MENOR PREÇO GLOBAL. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital das 14:00 as 18:00 horas, pelo telefone (48) 3646.2013, ou pelo e-mail compras@pescariabrava.sc.gov.br.

Pescaria Brava, 28 de Junho de 2013.

ANTÔNIO AVELINO HONORATO FILHO

Prefeito Municipal.

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 3.845, de 27 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 3.845, DE 27 DE JUNHO DE 2013.

AUTORIZA O DESMEMBRAMENTO DE ÁREA DE TERRA URBANA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o art. 11 da Lei Municipal nº 1.131, de 15 de junho de 2004, art. 1º da Lei Municipal nº 1.667, de 09 de Abril de 2013 e a Lei Federal nº 6.766/1979,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de uma área de terra urbana medindo 592,00m² (quinhentos e noventa e dois metros

quadrados), registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, matrícula nº 0722, situado à Av. Mal. Castelo Branco, Município e cidade de Pinheiro Preto, conforme Processo Administrativo nº 08/2013, registrado à fl. 07, do livro 14, requerente Terezinha Rosa Chiarani, inscrita no CPF sob nº 032.808.979-63, situado na Av. Mal. Castelo Branco, 818, Centro, Cidade de Pinheiro Preto-SC, com as seguintes características e medidas:

Relação das Áreas:

LOTE "01" = 300,00m², área Remanescente.
LOTE "02" = 292,00m², área a Desmembrar.
Área total da matrícula 0722 = 592,00m²

LOTE "01"- 300,00m² - Área Remanescente

AO NOROESTE - confronta-se com Avenida Marechal Castelo Branco, com distância de 15,39m;
AO SUDESTE - confronta-se com Área "02" a Desmembrar, com distância de 15,23m;
AO NORDESTE - confronta-se com Gilmar Natalino De Costa, com distância de 20,03m;
AO SUDOESTE - confronta-se com Engelberto Passold, com distância de 19,90m;

LOTE "02"- 292,00m² - Área a Desmembrar

AO NOROESTE - confronta-se com Área Remanescente, com distância de 15,23m;
AO SUDESTE - confronta-se com Rua Padre Trudo Plessers, com distância de 15,08m;
AO NORDESTE - confronta-se com Bebidas Florete Ltda, com distância de 19,79m;
AO SUDOESTE - confronta-se com Ireno Zago, com distância de 19,79m;

Art. 2º Fica o Oficial do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará, autorizado a efetuar o registro das áreas fracionadas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 27 de Junho de 2013.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 3844 de 26 de Junho de 2013.

DECRETO Nº 3844 DE 26 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP
EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.630 de 06 de novembro de 2012.
DECRETA

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo do Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (Cem dois mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 07 - Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP
Unidade Orçamentária: 0701 - Sistema de assistência médico

hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Função: 08 - Assistência social

Subfunção: 244 - Assistência comunitária

Programa: 0803 - Assistência médica à segurados

Atividade: 4017 - Manutenção da Assistência médica à segurados

Modalidade de Aplicação: 3390-0000

Fonte: 0303 R\$ 100.000,00

Total Suplementado R\$ 100.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP - 2012, conforme demonstrativo do anexo 15 da lei 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, EM 26 de junho de 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº 209, de 26 de Junho de 2013

PORTARIA Nº 209, DE 26 DE JUNHO DE 2013

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO E O RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2013

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º. Homologar o resultado do processo seletivo para provimento em caráter temporário sob regime especial, função de servente, edital de processo seletivo n.º 003/2013, na forma do quadro abaixo:

Nome do Candidato
CLASSIF.

Marines Olivo Baggio	1º	APROVADO
Ketlen Maeli Jardim Fernandes	2º	APROVADO
Crislen Caroline Nunes	3º	APROVADO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 26 DE JUNHO DE 2013
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Porto Belo

PREFEITURA

Aviso de Edital de Pregão Nº 014/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO Nº 014/2013-FMS

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Preço por ITEM

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de um veículo novo, 0Km, para atender as necessidades da Vigilância Sanitária

do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 23/07/2013 às 14:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0xx47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 015/2013-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 015/2013-FMS

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Preço por ITEM

Registro de Preços

Objeto: Registro de Preço - Aquisição de pneus para manutenção dos veículos da Secretaria de Saúde do município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 24/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0xx47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 021/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 021/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de material de construção, ferramentas, materiais de segurança e afins, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 11/07/2013 às 09:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 022/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 022/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 12/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 023/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 023/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de macadame 9saibro) fino, para manutenção das vias municipais e para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 12/07/2013 às 14:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 024/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 024/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de artefatos de cimento, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 15/07/2013 às 14:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 025/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 025/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de hidrojateamento e limpeza de fossa, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 16/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 026/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 026/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa para aquisição de concreto asfáltico usinado quente, imprimação e pintura, sendo a aplicação de responsabilidade da empresa contratada, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 16/07/2013 às 15:00 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 027/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 027/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de peças para manutenção dos veículos e maquinários da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 18/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 028/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 028/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de filtros, óleos e afins, para manutenção dos veículos e maquinários da frota municipal deste município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 19/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

Aviso de Edital de Pregão N° 029/2013-PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N° 029/2013-PMPB

Registro de Preço

Modalidade de licitação: Pregão Presencial

Tipo de licitação: Menor Valor por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Aquisição de tanque com capacidade para 6.000 litros de água, para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Transportes do município de Porto Belo, pelo período de doze meses, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Data de entrega dos envelopes, credenciamento, abertura das propostas de preço e início da sessão de disputa: 23/07/2013 às 09:30 horas;

Local da Audiência Pública: Prefeitura Municipal de Porto Belo - sala de Licitações-End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500-Centro-Porto Belo- SC

Aquisição do Edital: Site: www.portobelo.sc.gov.br

Informações: Telefone: (0XX47) 3369-4111.

Porto Belo, 27 de junho de 2013.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

2º Termo de Retificação do Edital N° 002/2013 - Educação

EDITAL N° 002/2013

2º TERMO DE RETIFICAÇÃO

O MUNICIPIO DE PORTO BELO, através da Secretaria Municipal de Educação, vem RETIFICAR o seguinte item do Edital n° 002/2013, referente ao Processo Seletivo Simplificado e em caráter temporário de Profissionais da Educação:

No item 6.5, onde se lê:

6.5 A Prova escrita com questões objetivas constará de 15 (vinte e cinco) questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta, conforme o quadro abaixo:

Conhecimentos específicos 04 Questões

Matemática	03 Questões
Língua Portuguesa	03 Questões
Conhecimentos Específicos	05 Questões

Leia-se:

6.5 A Prova escrita com questões objetivas constará de 15 (quinze) questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas, das quais uma única será correta, conforme o quadro abaixo:

Conhecimentos Gerais 04 Questões

Matemática 03 Questões

Língua Portuguesa 03 Questões

Conhecimentos Específicos 05 Questões

Os demais itens do Edital 002/2013 permanecem inalterados.

Porto Belo (SC), 26 de junho de 2013.

DÓRIS HELENA SERPA FERREIRA

Secretária Municipal de Educação

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Concorrência 003/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 074/2013

Extrato de Edital de Concorrência 003/2013

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Concorrência, do tipo presencial, por menor preço por empreitada global, para

pavimentação asfáltica em C.A.U.Q - Recapeamento e Sinalização Horizontal de trecho da Rua Expedicionário Eugênio A. De Almeida (entre a Av. Santa Rosa - trevo até a Avenida dos Ferroviários) e trecho da Avenida dos Ferroviários (trecho Rua Expedicionário Eugênio A. De Almeida até o trevo com a Av. João Pessoa), bairro Santa Rosa e trecho da Avenida João Pessoa (trecho do trevo da Av. João Pessoa a Rua Industrial Miguel Francisco Forte) bairro São Pedro, com as áreas de 4.183,55 m², 19.489,87 m² e 7.920,00 m², respectivamente, perfazendo a área total de 31.593,42 m², incluindo material, mão de obra, aplicação e transporte, de acordo com o convênio 2013TR002078. O recebimento dos envelopes se dará até às 14h00min do dia 13 de Agosto de 2013, na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 14h00min, no mesmo local e dia. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 28 de Junho de 2013.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Errata do Decreto N° 238/2013

ERRATA

Na Edição do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC, n° 1267, de 26 de junho de 2013, na publicação do Decreto n° 238, de 25 de junho de 2013, onde se lê:

CONSIDERANDO que enxurradas e inundações provocadas por chuvas intensas e concentradas desde o dia 15 de junho de 2013 atingiram todo o Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas anexo a este Decreto;

Leia-se:

CONSIDERANDO que inundações (COBRADE 12100) provocadas por chuvas intensas e concentradas desde o dia 15 de junho de 2013 atingiram todo o Município, conforme Mapa das Áreas Afetadas anexo a este Decreto;

Porto União - SC, 26 de junho de 2013.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Carta Convite N° 18/2013

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 50/2013

CARTA CONVITE N° 18/2013

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei n° 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 09:45 (nove horas e quarenta e cinco minutos), do dia 05 (cinco) de julho de 2013, no Setor de Licitações, as propostas para CARTA CONVITE, que tem como objeto a contratação de serviços especializados em arquitetura para elaboração de planos e projetos, consultoria e assessoria, fiscalização e execução de obras e serviços, junto ao Município de Presidente Castello Branco/SC, a ser prestado semanalmente em oito horas na sede da contratante. O

Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 26 DE JUNHO DE 2013.
MARISA PETKOV TALINI
Prefeita Municipal em Exercício

Extrato de Contrato N° 105/2013

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 105/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO: ROSANE FATIMA BERNART ME

OBJETO: Aquisição de Cestas Básicas, para atender ao Programa "Resgatando a Cidadania", inserido no Plano Municipal Plurianual de Assistência Social do Município de Presidente Castello Branco/SC, para o quadriênio 2010 - 2013, para o exercício de 2013.
VALOR: R\$ 23.814,40 (vinte e três mil, oitocentos e quatorze reais, com quarenta centavos).
VIGÊNCIA: 19/06/2013 a 31/12/2013.

MARISA PETKOV TALINI
Secretária Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

Decreto 3464

DECRETO N° 3464, de 25 de junho de 2013.
"EXONERA GABRIEL GARCIA".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 208, de 28/10/2010,
DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado, a partir de 14/06/2013, o servidor GABRIEL GARCIA, do cargo em comissão de Diretor do Departamento de Artes Visuais da Fundação Cultural de Rio do Sul, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar n° 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
25 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

WILLIAN WALTER SIEVERDT
Superintendente da Fundação Cultural

Decreto 3465

DECRETO N° 3465, de 25 de junho de 2013.

"CONCEDE INCENTIVO ECONÔMICO A EMPRESA JE MÁQUINAS LTDA - ME"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição prevista no inciso VI do artigo 37 da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Municipal n° 4.541/2007,

DECRETA:

Art.1º - Fica concedido a empresa JE MÁQUINAS LTDA - ME, Localizada a Beco Eduardo Marchi, n° 111 no bairro Taboão neste município, Cadastro Imobiliário n° 16175, matriculado no Registro de Imóveis sob n° 45030, inserido nos autos do Protocolo n° 137454/2012, incentivo econômico na forma que segue conforme a Lei N° 4.541 de 17 de abril de 2007.

- 10 HORAS - Máquina

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
25 de junho de 2013.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

SERGIO LUIZ CENSI
Secretário Municipal de Desen

Decreto 3466

DECRETO N° 3466, de 25 de junho de 2013
"NOMEIA JOSÉ EDUARDO LOBATO D 'AGOSTINI"

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear JOSÉ EDUARDO LOBATO D' AGOSTINI, para a partir de 03/06/2013, exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Medicina (20hs), nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar n° 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar n° 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
25 de junho de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

Decreto 3467

DECRETO N° 3467, de 25 de junho de 2013
"NOMEIA GABRIEL GARCIA"

O Prefeito Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas no inciso X, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município, bem como instituída na Lei Complementar n° 207 e 208, de 28/10/2010,

DECRETA:

Art.1º - Nomear GABRIEL GARCIA, para a partir de 17/06/2013,

exercer o cargo em comissão de Diretor de Comunicação Social, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010, supracitadas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
25 de junho de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Município de Rio do Sul

Decreto 3471

DECRETO N° 3471, de 27 de junho 2013.

“DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições asseguradas pelo inciso VI do Art. 37 da Lei Orgânica do Município,

DECLARA:

Art. 1º - Fica declarado Luto Oficial no município nos dias 27,28,29 de junho de 2013, em virtude do falecimento servidor público, Senhor JOSÉ IVANDEL DA SILVA, que ocupou o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito
27 de junho de 2013
GARIBALDI ANTONIO AYROSO.
Prefeito de Rio do Sul

Portaria N°. 0789/RH

PORTARIA N°. 0789/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Cancelar, a partir de 06/05/2013, os efeitos da designação de Oficial de Justiça AD-HOC, expresso na Portaria nº 0411/RH de 25 de março de 2013, do servidor LUIZ OSVALDO MEIRELLES PAHL, matrícula nº 378601, ocupante do cargo de provimento efetivo FISCAL DE OBRAS.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 0411/RH de 25 de março de 2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos legais a partir de 06/05/2013.

Rio do Sul, 21 de junho de 2013.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Jhc

Pregão Presencial 073/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL N° 073/2013

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços e locação de solução tecnológica de apoio operacional aos agentes de trânsito no monitoramento de veículos em situação irregular, bem como aqueles que transitam na velocidade permitida nas vias do município. Departamento de Trânsito.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 11/07/2013, às 08:30h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:30h do dia 11/07/2013. , no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 24 de junho de 2013.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Pregão Presencial N° 05/2013

Extrato Pregão Presencial nº 05/2013

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC

PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2013

PROCESSO LICITATÓRIO N° 11/2013

A Câmara Municipal de Rio do Sul - SC, através de seu pregoeiro, designado pela Portaria nº 690/2013, torna público, que realizará Processo Licitatório, modalidade Pregão Presencial, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, no dia 11 de julho de 2013, às 13:30 horas, tendo como local, o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito à Pç. 25 de Julho, nº 01, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE 01 (UM) LINK DE ACESSO A INTERNET COM VELOCIDADE DE 5 Mbps DEDICADO (Full), conforme as condições e especificações constantes do presente Edital e seus Anexos, para atender ao Poder Legislativo Municipal de Rio do Sul. Demais informações diariamente, das 07:30 às 12:00 horas no Departamento de Contabilidade, no endereço acima, pelo site ou pelo telefone (470 3531-6300

Rio do Sul, em 27 de junho de 2013.

FERNANDO GUEDES

Pregoeiro

DIÓGENES DELLA GIUSTINA FORMIGA DE MOURA

Presidente

Salto Veloso

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria N. 005/2013

PORTARIA Nº 005 DE 27 DE JUNHO DE 2013

DETERMINA ABERTURA DE CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DOS CARGOS DE ADVOGADO E CONTADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E INSTITUI COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

SILVANO TINELLI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, nos uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, RESOLVE: Artigo 1º - Fica determinado que se proceda a abertura de concurso público para provimento dos cargos de advogado e contador, devendo ser contratada empresa para tal fim, lançando o edital e todos os demais procedimentos necessários.

Artigo 2º - Fica instituída, no âmbito da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Comissão de Acompanhamento de Concurso Público, designando para compô-la os seguintes membros:

I - Abel Abati Filho, inscrito no CPF sob nº 384.813.679-15, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agrônomo do município de Salto Veloso, o qual presidirá a comissão;

II - Anderson Leobert, inscrito no CPF sob nº 767.356.619-87, não efetivo trabalha como vendedor no município de Salto Veloso e região.

III - Sibeli Aparecida Matos Ganasini, inscrita no CPF sob nº 715.854.609-82, ocupante de cargo de provimento efetivo de Secretaria Executiva da Câmara de Vereadores de Salto Veloso; a qual exercerá os trabalhos de secretária da comissão

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 27 de junho de 2013.

SILVANO TINELLI

Presidente da Mesa Diretora

Contrato Administrativo N. 003/2013

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2013 DE 27 DE JUNHO DE 2013

Termo de contrato de serviços de realização de concurso público, para provimento dos cargos efetivos de Contador e Advogado do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores, que fazem entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Santa Catarina e o Instituto Acordar.

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.607.626/0001-72 na Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, Centro, Salto Veloso - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Silvano Tinelli, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF nº 767.356.059-34, RG 2.666.151-9, residente e domiciliado na Rua São João, Bairro Escolar em Salto Veloso, Santa Catarina.

CONTRATADA: Acordar Assessoria Educacional e Prestação de Serviços Ltda, nome fantasia Instituto Acordar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.220.888/0001-45 com sede a Rua Duque de Caxias, 767, apto 502, da cidade de Joaçaba,

neste ato representada pela sua sócia proprietária, Senhora Rôse Maria Makowski, CPF n.º 854.934.909-78, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado em Joaçaba, Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a contratação de Empresa para realização de Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, conforme relação anexa. A seleção dos candidatos deve ser por meio da realização de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do cargo, sendo que as provas devem ser objetivas, e nas objetivas devem abranger no mínimo as seguintes matérias: língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e a produção de textos devem abranger habilidades e competências de um profissional na área a ser estipulada. As provas objetivas devem ser realizadas em local a ser disponibilizado pela contratante a ser definido no edital de concurso, portanto no perímetro urbano da cidade de Salto Veloso, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

A entrega do objeto contratado deverá ser efetivada num prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

É obrigação da Contratada a execução dos serviços, objeto do presente certame de acordo com os procedimentos legais e as seguintes características:

Concurso Público

1. Iniciar os serviços objeto deste contrato a partir da assinatura deste, nas condições e prazos estipulados neste contrato administrativo;
2. Submeter à apreciação da Contratante planejamento preliminar e cronograma, discriminando e detalhando todos os procedimentos a serem adotados referentes à execução do objeto;
3. Apresentar ao Contratante proposição de componentes necessários ao edital de concurso, contendo regras definidas na legislação vigente e em conformidade com o presente contrato.
4. Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização;
5. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo a expensas da Contratada as correspondentes despesas no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação;
6. Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato;
7. Assegurar todas as condições para que a Contratante fiscalize a execução do contrato;
8. Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do concurso público, arcando com todos os ônus dele decorrentes, desde que comprovada a sua culpa ou dolo;
9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante;
10. Manter, durante o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
11. A Contratante fornecerá a Contratada, relação de candidatos inscritos, com os respectivos locais de provas e ensalamento;
12. Elaborar e reproduzir as provas de forma legível e sem erros

ortográficos e de formulação de questões. A prova deverá ser composta de um único caderno composto de questões objetivas de múltipla escolha, conforme publicado no Edital de abertura do concurso, com padrão técnico, acadêmico e estético, levando-se em consideração a natureza de cada cargo.

13. Elaborar e efetuar a revisão técnica, digitar e imprimir as provas, que deverão ser objetivas, com 5 (cinco) alternativas e de múltipla escolha, bem como a produção de texto (redação);

14. As questões das provas serão formuladas de acordo com o programa estipulado no edital do concurso.

15. A impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;

16. Acondicionamento das provas, imediatamente após a impressão, em envelope devidamente lacrado ou embalagens plásticas com fechos de segurança invioláveis cujos envelopes deverão conter o nome da cidade, local, número da sala e quantidade de cadernos de provas;

17. Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação, sem ônus para a Contratante;

18. Corrigir as provas objetivas, de múltipla escolha e as produções de textos, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no edital de abertura do presente concurso;

19. Fornecer todo o material necessário à aplicação das provas: sinalização, material de escritório, formulários de aplicação, folhas de respostas, boletins de ocorrências, etc;

20. Fornecer listas de presença em ordem alfabética por sala;

21. Fornecer boletim de ocorrência em número equivalente de salas;

22. Fornecer à Contratante o relatório dos presentes/ausentes nas provas e o gabarito das provas em até 2 (dois) dias após a data da aplicação das provas;

23. Providenciar o pessoal de apoio para vistoria e preparação dos locais de realização das provas.

24. Emitir e entregar relatório de todos os inscritos, aprovados, reprovados e ausentes em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, notas de cada prova, média final e classificação, situação de ausente / reprovado / aprovado, mencionando se o candidato é portador de necessidades especiais.

25. Emitir e entregar relatório de aprovados por cargo, em ordem de classificação, contendo o número de inscrição e nome do candidato, sendo que os portadores de necessidades especiais deverão constar na listagem de classificação geral e em listagem específica com classificação exclusiva.

26. Receber, julgar e responder os recursos interpostos, com emissão do Parecer da banca examinadora responsável pelo julgamento. Todas as respostas aos candidatos deverão ser fornecidas à Contratante para posterior encaminhamento aos interessados, bem como corrigir as provas e fornecer os relatórios devidos à contratante, de acordo com a correção por força de recursos interpostos, se for o caso.

27. Quando ocorrer republicação de resultados deve-se emitir/enviar à Contratante, no prazo de 03 (três) dias corridos após o recebimento dos recursos, novos relatórios e banco de dados atualizados;

28. Realizar novas provas ou refazer qualquer uma das fases, inclusive republicação no Diário Oficial, sem ônus para a Contratante na hipótese de ocorrência de fato que, por qualquer motivo originário da Contratada, resulte na nulidade de fase ou de todo o concurso.

29. Nos casos em que houver necessidade de republicações por falha ou erro da Contratada, as despesas provenientes serão de responsabilidade da Contratada.

30. É vedada a participação no concurso de familiares (marido, esposa, filhos, filhas, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas) em até terceiro grau, de qualquer funcionário da empresa contratada ou de algum dos elaboradores das provas que venham a ser utilizadas no presente concurso.

31. Entregar ao Contratante todo material utilizado no concurso, inclusive caderno de provas, atas e demais editais e legislação

utilizados no certame.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para pagamento do item contratado, correrão por conta de datação orçamentária própria da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 4.820,00 (quatro mil oitocentos e vinte reais), conforme consta na autorização de fornecimento sendo pagos conforme consta:

4.1.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) em até 05 (cinco) dias após o lançamento do edital e os demais 50% (cinquenta por cento) em até 05 (cinco) dias após a apresentação do resultado final, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Responsável designado pela Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso. Para tanto, a adjudicatária deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível o número de sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva Agência, ou em cheque nominal recebido diretamente na Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

4.2. Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que a Câmara utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

4.3. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1 - O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser alterado de acordo com a Lei de Licitações, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1 - A fiscalização dos serviços será feita pela Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, que designará comissão especial para acompanhar e fiscalizar todo o processo de execução e realização do concurso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA assume toda responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

7.2. A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, aplicar provas para os cargos definidos pela Câmara de Vereadores, conforme consta no Edital do Concurso, bem como arcar com despesas deles decorrentes.

7.3. A CONTRATADA é responsável em prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários,

até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.5. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as disposições constantes na Cláusula Segunda, deste contrato.

7.6. A CONTRATADA se responsabiliza em cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - A Contratante deverá pagar no prazo estabelecido neste certame, o valor fixado na Cláusula quarta deste Instrumento.

8.2 - À Contratante caberá fiscalizar os serviços contratados, os quais constam na cláusula primeira deste Contrato;

8.3 - A Contratante deverá esclarecer todas as dúvidas que lhes forem apresentadas;

8.4 - A Contratante se responsabiliza em disponibilizar à Contratada a relação dos cargos e vagas a serem oferecidos no processo de seleção, bem como toda a legislação municipal relacionada a atos de pessoal;

8.5 - A Contratante deve controlar os serviços e os locais nos quais deverão ser prestados os serviços;

8.6 - A Contratante se responsabiliza em determinar os locais onde serão prestados os serviços;

8.7 - A Contratante deve encaminhar à Contratada o Edital do processo de seleção após a aprovação, no prazo estipulado no cronograma;

8.8 - Após o recebimento do Edital definitivo, a Contratante deve providenciar a publicação nos órgãos competentes;

8.9 - A Contratante se reserva no direito de recusar qualquer serviço executado fora das condições estabelecidas;

8.10 - A Contratante deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.11 - A Contratante se responsabiliza em cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas neste Contrato;

8.12 - É responsabilidade da Contratante, efetuar o arquivamento e guarda de todo o material do referido concurso, inclusive editais, provas e atas, para posterior averiguação ou fiscalização prevista em lei;

8.13 - A Contratante se responsabiliza pela execução e recebimento das inscrições.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O não cumprimento por parte da Contratada com as obrigações assumidas neste contrato ou com os preceitos legais, acarretará com as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 2% sobre o valor do contrato;
- Rescisão contratual;
- Suspensão do direito de licitar junto a Câmara Municipal de Vereadores por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Câmara pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada o interesse público;
- Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.2 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial.

10.3 - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita a Contratada a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

10.4 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos da Câmara Municipal de Vereadores, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

10.6 - A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o FORO da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 55 parágrafo 2º da Lei 8.666/93, atualizada, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso, SC 27 de junho de 2013
SILVANO TINELLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

RÔSE MARIA MAKOWSKI
Acordar Assessoria Educacional e Prestação de Serviços Ltda

LEONARDO ELIAS BITTENCOURT
Assessor Jurídico - OAB/SC 9815

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 003/2013 DE 27 DE JUNHO DE 2013

Termo de contrato de serviços de realização de concurso público, para provimento dos cargos efetivos de Contador e Advogado do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores, que fazem entre si a Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Santa Catarina e o Instituto Acordar.

CONTRATANTE: A Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.607.626/0001-72 na Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, Centro, Salto Veloso - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Silvano Tinelli, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF nº 767.356.059-34, RG 2.666.151-9, residente e domiciliado na Rua São João, Bairro Escolar em Salto Veloso, Santa Catarina.

CONTRATADA: Acordar Assessoria Educacional e Prestação de Serviços Ltda, nome fantasia Instituto Acordar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.220.888/0001-45 com sede a Rua Duque de Caxias, 767, apto 502, da cidade de Joaçaba, neste ato representada pela sua sócia proprietária, Senhora Rôse Maria Makowski, CPF nº 854.934.909-78, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado em Joaçaba, Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a contratação de Empresa para realização de Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, conforme relação anexa. A seleção dos candidatos deve ser por meio da realização de provas ou de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do cargo, sendo que as provas devem ser objetivas, e nas objetivas devem abranger no mínimo as seguintes matérias: língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos e a produção de textos devem abranger habilidades e competências de um profissional na área a ser estipulada. As provas objetivas devem ser realizadas em local a ser disponibilizado pela contratante a ser definido no edital de concurso, portanto no perímetro urbano da cidade de Salto Veloso, SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

A entrega do objeto contratado deverá ser efetivada num prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a data de assinatura do contrato de prestação de serviços.

É obrigação da Contratada a execução dos serviços, objeto do presente certame de acordo com os procedimentos legais e as seguintes características:

Concurso Público

1. Iniciar os serviços objeto deste contrato a partir da assinatura deste, nas condições e prazos estipulados neste contrato administrativo;
2. Submeter à apreciação da Contratante planejamento preliminar e cronograma, discriminando e detalhando todos os procedimentos a serem adotados referentes à execução do objeto;
3. Apresentar ao Contratante proposição de componentes necessários ao edital de concurso, contendo regras definidas na legislação vigente e em conformidade com o presente contrato.
4. Manter sigilo nos assuntos relacionados ao concurso, responsabilizando-se pela divulgação, direta ou indireta, por quaisquer meios, de quaisquer informações que comprometam a sua realização;

5. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo a expensas da Contratada as correspondentes despesas no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação;
6. Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações, de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato;
7. Assegurar todas as condições para que a Contratante fiscalize a execução do contrato;
8. Responsabilizar-se por qualquer fato ou ação que leve à anulação do concurso público, arcando com todos os ônus dele decorrentes, desde que comprovada a sua culpa ou dolo;
9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da Contratante;
10. Manter, durante o período de execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
11. A Contratante fornecerá a Contratada, relação de candidatos inscritos, com os respectivos locais de provas e ensalamento;
12. Elaborar e reproduzir as provas de forma legível e sem erros ortográficos e de formulação de questões. A prova deverá ser composta de um único caderno composto de questões objetivas de múltipla escolha, conforme publicado no Edital de abertura do concurso, com padrão técnico, acadêmico e estético, levando-se em consideração a natureza de cada cargo.
13. Elaborar e efetuar a revisão técnica, digitar e imprimir as provas, que deverão ser objetivas, com 5 (cinco) alternativas e de múltipla escolha, bem como a produção de texto (redação);
14. As questões das provas serão formuladas de acordo com o programa estipulado no edital do concurso.
15. A impressão das provas deverá ser em ambiente altamente sigiloso, em quantidade suficiente, incluindo reservas;
16. Acondicionamento das provas, imediatamente após a impressão, em envelope devidamente lacrado ou embalagens plásticas com fechos de segurança invioláveis cujos envelopes deverão conter o nome da cidade, local, número da sala e quantidade de cadernos de provas;
17. Transporte e entrega das provas nos respectivos locais de aplicação, sem ônus para a Contratante;
18. Corrigir as provas objetivas, de múltipla escolha e as produções de textos, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no edital de abertura do presente concurso;
19. Fornecer todo o material necessário à aplicação das provas: sinalização, material de escritório, formulários de aplicação, folhas de respostas, boletins de ocorrências, etc;
20. Fornecer listas de presença em ordem alfabética por sala;
21. Fornecer boletim de ocorrência em número equivalente de salas;
22. Fornecer à Contratante o relatório dos presentes/ausentes nas provas e o gabarito das provas em até 2 (dois) dias após a data da aplicação das provas;
23. Providenciar o pessoal de apoio para vistoria e preparação dos locais de realização das provas.
24. Emitir e entregar relatório de todos os inscritos, aprovados, reprovados e ausentes em ordem alfabética, contendo número de inscrição, nome, notas de cada prova, média final e classificação, situação de ausente / reprovado / aprovado, mencionando se o candidato é portador de necessidades especiais.
25. Emitir e entregar relatório de aprovados por cargo, em ordem de classificação, contendo o número de inscrição e nome do candidato, sendo que os portadores de necessidades especiais deverão constar na listagem de classificação geral e em listagem específica com classificação exclusiva.

26. Receber, julgar e responder os recursos interpostos, com emissão do Parecer da banca examinadora responsável pelo julgamento. Todas as respostas aos candidatos deverão ser fornecidas à Contratante para posterior encaminhamento aos interessados, bem como recorrer as provas e fornecer os relatórios devidos à contratante, de acordo com a correção por força de recursos interpostos, se for o caso.

27. Quando ocorrer republicação de resultados deve-se emitir/enviar à Contratante, no prazo de 03 (três) dias corridos após o recebimento dos recursos, novos relatórios e banco de dados atualizados;

28. Realizar novas provas ou refazer qualquer uma das fases, inclusive republicação no Diário Oficial, sem ônus para a Contratante na hipótese de ocorrência de fato que, por qualquer motivo originário da Contratada, resulte na nulidade de fase ou de todo o concurso.

29. Nos casos em que houver necessidade de republicações por falha ou erro da Contratada, as despesas provenientes serão de responsabilidade da Contratada.

30. É vedada a participação no concurso de familiares (marido, esposa, filhos, filhas, tios, tias, sobrinhos, sobrinhas) em até terceiro grau, de qualquer funcionário da empresa contratada ou de algum dos elaboradores das provas que venham a ser utilizadas no presente concurso.

31. Entregar ao Contratante todo material utilizado no concurso, inclusive caderno de provas, atas e demais editais e legislação utilizados no certame.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros para pagamento do item contratado, correrão por conta de datação orçamentária própria da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O valor do presente Contrato é de R\$ 4.820,00 (quatro mil oitocentos e vinte reais), conforme consta na autorização de fornecimento sendo pagos conforme consta:

4.1.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento) em até 05 (cinco) dias após o lançamento do edital e os demais 50% (cinquenta por cento) em até 05 (cinco) dias após a apresentação do resultado final, mediante apresentação de nota fiscal, devidamente recebida e aceita pelo Responsável designado pela Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso. Para tanto, a adjudicatária deverá fazer constar da nota fiscal correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível o número de sua conta bancária, o nome do banco e a respectiva Agência, ou em cheque nominal recebido diretamente na Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso.

4.2. Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que a Câmara utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

4.3. Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA:

5.1 - O presente contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, podendo ser alterado de acordo com a Lei de Licitações, os saldos restantes serão desconsiderados, sem que caiba aos concorrentes, o direito a qualquer indenização ou reclamação de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA - FISCALIZAÇÃO

6.1 - A fiscalização dos serviços será feita pela Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, que designará comissão especial para acompanhar e fiscalizar todo o processo de execução e realização do concurso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A CONTRATADA assume toda responsabilidade com todas as despesas diretas e indiretas, inclusive as obrigações trabalhistas, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato;

7.2. A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, aplicar provas para os cargos definidos pela Câmara de Vereadores, conforme consta no Edital do Concurso, bem como arcar com despesas deles decorrentes.

7.3. A CONTRATADA é responsável em prestar os serviços contratados, recolher e pagar os tributos que são de sua responsabilidade.

7.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.5. A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as disposições constantes na Cláusula Segunda, deste contrato.

7.6. A CONTRATADA se responsabiliza em cumprir e fazer cumprir as exigências deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - A Contratante deverá pagar no prazo estabelecido neste certame, o valor fixado na Cláusula quarta deste Instrumento.

8.2 - À Contratante caberá fiscalizar os serviços contratados, os quais constam na cláusula primeira deste Contrato;

8.3 - A Contratante deverá esclarecer todas as dúvidas que lhes forem apresentadas;

8.4 - A Contratante se responsabiliza em disponibilizar à Contratada a relação dos cargos e vagas a serem oferecidos no processo de seleção, bem como toda a legislação municipal relacionada a atos de pessoal;

8.5 - A Contratante deve controlar os serviços e os locais nos quais deverão ser prestados os serviços;

8.6 - A Contratante se responsabiliza em determinar os locais onde serão prestados os serviços;

8.7 - A Contratante deve encaminhar à Contratada o Edital do processo de seleção após a aprovação, no prazo estipulado no cronograma;

8.8 - Após o recebimento do Edital definitivo, a Contratante deve providenciar a publicação nos órgãos competentes;

8.9 - A Contratante se reserva no direito de recusar qualquer serviço executado fora das condições estabelecidas;

8.10 - A Contratante deve prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.11 - A Contratante se responsabiliza em cumprir e fazer cumprir as demais cláusulas e condições previstas neste Contrato;

8.12 - É responsabilidade da Contratante, efetuar o arquivamento e guarda de todo o material do referido concurso, inclusive editais, provas e atas, para posterior averiguação ou fiscalização prevista em lei;

8.13 - A Contratante se responsabiliza pela execução e recebimento das inscrições.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - O não cumprimento por parte da Contratada com as obrigações assumidas neste contrato ou com os preceitos legais, acarretará com as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- a) Advertência;
- b) Multa de 2% sobre o valor do contrato;
- c) Rescisão contratual;
- d) Suspensão do direito de licitar junto a Câmara Municipal de Vereadores por até dois (02) anos;
- e) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Vereadores enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Câmara pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93 atualizada;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardada o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

10.2 - O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial ou extrajudicial.

10.3 - A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita a Contratada a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

10.4 - Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos da Câmara Municipal de Vereadores, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

10.6 - A rescisão contratual poderá ocorrer por não cumprimento do mesmo, por iniciativa da parte que se sentir prejudicada, comunicando a outra parte com 30 (trinta) dias de antecedência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada. Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da

referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o FORO da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 55 parágrafo 2º da Lei 8.666/93, atualizada, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste contrato.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Salto Veloso, SC 27 de junho de 2013
SILVANO TINELLI
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

RÔSE MARIA MAKOWSKI
Acordar Assessoria Educacional e Prestação de Serviços Ltda

LEONARDO ELIAS BITTENCOURT
Assessor Jurídico - OAB/SC 9815

Testemunhas:
Nome: Nome:
CPF: CPF:

ANEXO ÚNICO DO CONTRATO nº 003/2013
Concurso Público
Cargo
Contador
Advogado

ANEXO ÚNICO DO CONTRATO nº 003/2013
Concurso Público
Cargo
Contador
Advogado

Extrato do Edital de Concurso Público N. 001/2013 EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013

A Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 08.607.626/0001-72 na Rua Padre Agostinho Romaldi, 58, Centro, Salto Veloso - SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor Silvano Tinelli, brasileiro, casado, servidor público municipal, CPF nº 767.356.059-34, RG 2.666.151-9, residente e domiciliado na Rua São João, Bairro Escolar em Salto Veloso, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, torna pública a realização de CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas do Quadro de Pessoal Permanente do Poder Legislativo Municipal que se regerá pelas normas estabelecidas neste Edital e legislação vigente.

O Concurso será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso - SC e executado por Acordar Assessoria Educacional e Prestação de Serviços Ltda, nome fantasia Instituto Acordar, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 15.220.888/0001-45 com sede a Rua Duque de Caxias, 767, apto 502, da cidade de Joaçaba, neste ato representada pela sua sócia proprietária, Senhora Rôse Maria Makowski, CPF nº 854.934.909-78, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado em Joaçaba, Santa Catarina.

Os documentos exigidos pelas normas do presente edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições editalícias, no seguinte endereço:

Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, com endereço na Rua Padre Agostinho Rombaldi, 58, Centro, Salto Veloso - SC, horário de atendimento de segunda a quinta-feira das 7:30 às 11:30 horas e 13:00 às 17:00 horas e sexta-feira das 7:30 às 11:30. Todas as publicações serão feitas através do site www.diariomunicipal.sc.gov.br

As inscrições estarão abertas no período compreendido entre 01 de julho de 2013 a 15 de julho de 2013

O Concurso Público será realizado em uma única etapa:

Primeira etapa: PROVA ESCRITA OBJETIVA/REDAÇÃO, de caráter eliminatório e classificatório, obrigatória para todos os cargos.

As vagas destinam-se aos cargos abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Vagas	Carga Horária	Vencimento R\$	Habilitação/escolaridade
Contador	01	20hs	1.400,00	Curso Superior em Ciências Contábeis, com inscrição regular no Conselho Regional de Contabilidade.
Advogado	01	15hs	2.200,00	Curso Superior em Ciências Jurídicas, Diploma de Bacharel em Direito, com inscrição regular na OAB - Ordem dos Advogados do Brasil.

SILVANO TINELLI

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Salto Veloso

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto N° 209/2013

DECRETO N° 209/2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar n° 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar n° 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sr. Renilse Arnt Cora ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, matrícula 586/0 lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13 de Junho de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 25 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Assessor de Projetos

Matricula n° 136/8

Decreto N° 210/2013

DECRETO N° 210/2013

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar n° 10 de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Complementar n° 12 de 27 de Janeiro de 2010;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a Servidora Pública Municipal Sr.ª Silvia Alves de Farias ocupante do cargo de Coordenador de Programas Educacionais, 40 horas semanais, matrícula 1154/1 lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, 26 de Junho de 2013.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

Assessor de Projetos

Matricula n° 136/8

São Bento do Sul

PREFEITURA

Decreto N° 213/2013

DECRETO N° 0213, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei n° 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo; Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal e suplementará a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(176) 3.3.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 12.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Unidade: 01 - Planejamento, Pesquisa e Desenvolvimento Urbano
Atividade: 2.014 - Gestão da Secretaria de Planejamento e Urbanismo

(178) 3.3.90.36.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PF
R\$ 2.000,00

(183) 4.4.90.30.00.00.00.00.0100 - Material de Consumo
R\$ 5.000,00

(184) 4.4.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ
R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Decreto N° 214/2013

DECRETO N° 0214, DE 25 DE JUNHO DE 2013.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal 3.106/12 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) no orçamento vigente da Fundação Municipal de Desportos e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(9) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ R\$ 12.000,00

Atividade: 2.058 - Desporto e Iniciação do Rendimento

(18) 3.3.90.39.00.00.00.00.0100 - Outros Serv. Terc. PJ

R\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:15 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Atividade: 2.057 - Manutenção das Atividades da Fundação Municipal de Desportos

(3) 3.1.90.16.00.00.00.00.0100 - Outras Desp. Variáveis - PC
R\$ 2.000,00

(8) 3.3.90.37.00.00.00.00.0100 - Locação de Mão-de-Obra
R\$ 10.000,00

Atividade: 2.058 - Desporto e Iniciação do Rendimento

(15) 3.3.50.41.00.00.00.00.0100 - Contribuições R\$ 10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

Aviso de Licitação - Concorrência Pública N° 172/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 172/2013

MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Planejamento e Urbanismo, torna público, para quem interessar possa, conforme preceitua a Lei nº 8.666/93 de 21/06/93, alterada pela Lei 8.883 de 08/06/94 e Lei 9.648 de 27/05/98, que receberá até às 09:00 horas do dia 29 de julho de 2013, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: RECAPEAMENTO PARCIAL DA RUA BENJAMIN CONSTANT, LOCALIZADA NO BAIRRO CENTRO, EM SÃO BENTO DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E DEMAIS OBRIGAÇÕES NECESSÁRIAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ENTRE AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BADESC / PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL N° 2011008600. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 28 de junho de 2013.

CÁSSIO LUIZ ZSCHOERPER

Secretário de Planejamento e Urbanismo

Retificação Edital Pregão Presencial N° 153/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO E COMUNICADO DE ABERTURA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 153/2013

No ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DOS ITENS DA LICITAÇÃO, houve algumas alterações quanto os valores máximos unitários, totais e quanto as observações no anexo, que seguem:

Onde se lê:

Lote 01:

Item 01 - Valor unitário máximo R\$ 28,47, Valor total máximo R\$ 225.567,81 Leia-se: item 01 - valor unitário máximo R\$ 28,08, Valor total máximo R\$ 222.477,84.

Item 02 - valor unitário máximo R\$ 27,68, valor total máximo R\$ 88.991,20, Leia-se: item 02- valor unitário máximo R\$ 28,08, valor total máximo R\$ 90.277,20

Valor Total Máximo Lote 01 R\$ 314.559,01, Leia-se: Valor Total Máximo Lote 01 R\$ 312.755,04

Lote 02:

Item 01 - valor unitário máximo R\$ 17,47, valor total máximo R\$ 138.414,81, Leia-se: item 01 - valor unitário máximo R\$ 16,83, valor total máximo R\$ 133.344,09.

Item 02 - valor unitário máximo R\$ 16,19, valor total máximo R\$ 52.050,85, Leia-se: item 02 - valor unitário máximo R\$ 16,83, valor total máximo R\$ 54.108,45.

Valor Total Máximo Lote 02 R\$ 190.465,66, Leia-se: Valor Total Máximo Lote 02 R\$ 187.452,54.

Lote 03:

Item 01 - valor unitário máximo R\$ 10,73, valor total máximo R\$ 84.970,87, Leia-se: item 01 - valor unitário máximo R\$ 10,64, valor total máximo R\$ 84.258,16.

Item 02 - valor unitário máximo R\$ 10,54, valor total máximo R\$ 33.833,40, Leia-se: item 02 - valor unitário máximo R\$ 10,64, valor total máximo R\$ 34.154,40.

Valor Total Máximo Lote 03 R\$ 118.804,27, Leia-se: Valor Total Máximo Lote 03 R\$ 118.412,56

Lote 04:

Item 01 - valor unitário máximo R\$ 11,63, valor total máximo R\$ 92.097,97, Leia-se: item 01 - valor unitário máximo R\$ 11,50, valor total máximo R\$ 91.068,50.

Item 02 - valor unitário máximo R\$ 11,38, valor total máximo R\$ 36.529,80, Leia-se: item 02 - valor unitário máximo R\$ 11,50, valor total máximo R\$ 36.915,00.

Valor Total Máximo Lote 04 R\$ 128.627,77, Leia-se: Valor Total Máximo Lote 04 R\$ 127.983,50.

- Que a amostra do tecido e o laudo/especificação do fabricante (comprovando que a composição, gramatura, cor e outros detalhes necessários do produto a ser utilizado na confecção dos uniformes), cumprem as exigências do Anexo I do instrumento convocatório somente do vencedor;

- Seja conferido o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a empresa vencedora do certame apresentar as amostras dos tecidos e laudo/especificação do(s) fabricante(s), conforme especificado no item anterior, ainda antes da homologação e adjudicação; ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO NO EDITAL AS DEMAIS CONSIDERAÇÕES PERMANECEREM INALTERADAS, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, COMUNICAMOS A ABERTURA DO PREGÃO NO DIA 10/07/2013 ÀS 14:00 HORAS.

SÃO BENTO DO SUL, 28 DE JUNHO DE 2013.

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA
PREGOEIRA

MARCOS GERTLER
AUTORIDADE COMPETENTE

SAMAE

Extrato de Contratos

Contrato nº ...34/2013 - 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 19/2009. Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE Contratada :SANEBRAS SANEAMENTO LTDA. ME

Valor :R\$ 86.941,92 (oitenta e seis mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e dois centavos) total.

Vigência :Início:13/05/2013 Término:13/05/2014

Licitação :Pregão Presencial nº 18/2009 - Processo nº 45/2009

Recursos :Dotação: 61-3.3.90.39.00.00.00.00 (12)

Objeto :LOCAÇÃO DE UMA RETROESCAVADEIRA, COM POTENCIA MÍNIMA DE 75 HP, COM OPERADOR PARA EXECUTAR ABERTURA E FECHAMENTO DE VALAS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, BEM COMO NA MANUTENÇÃO DAS MESMAS.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato nº ...35/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 65/2012. Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE Contratada :NEJE SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA

Valor :R\$60.666,03 (sessenta mil seiscentos e sessenta e seis reais e três centavos) total.

Vigência :Início:03/06/2013 Término:03/09/2013.

Licitação :Pregão Presencial nº 57/2012 - Processo nº 57/2012

Recursos :Dotação:38-3.3.90.37.00.00.00.00 (03), 60-3.3.90.37.00.00.00.00 (03).

Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, VESPERTINA/NOTURNA, NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, DIARIAMENTE NOS POSTOS: - NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA; - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - CENTRO E - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - BAIRRO BRASILIA).

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato nº ...36/2013 - 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 38/2012. Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE Contratada :DRJ COMUNICAÇÃO LTDA

Valor :R\$113.438,64 (cento e treze mil quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta e quatro centavos) total.

Vigência :Início:03/06/2013 Término:03/06/2014.

Licitação :Pregão Presencial nº 26/2012 - Processo nº 26/2012

Recursos :Dotação:39 - 3.3.90.39.00.00.00.00 (95)

Objeto :PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA, VESPERTINA/NOTURNA, NO HORÁRIO DAS 20:00 ÀS 06:00 HORAS/DIARIAMENTE, OSTENSIVA E DE CARÁTER PREVENTIVO, PRESTADA PELA CONTRATADA, NAS DEPENDÊNCIAS DA CONTRATANTE, DIARIAMENTE NOS POSTOS: - NO DEPÓSITO DE MATERIAL DO BAIRRO BRASILIA; - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA - CENTRO E - NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO - BAIRRO BRASILIA).

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato nº ...37/2013 - Principal

Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE Contratada :BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Valor :1,12 (um real e doze centavos) por fatura recebida na modalidade A

Vigência :Início:03/06/2013 Término:03/06/2014

Licitação :Edital de Credenciamento nº 04/2010 - Processo nº 04/2010

Recursos :Dotação: 16-3.3.90.39.00.00.00.00 (81)

Objeto :RECEBIMENTO DE FATURAS NA MODALIDADE A: EXTRABANCO, NA BOCA DE CAIXA, AUTO-ATENDIMENTO (CAIXA ELETRÔNICO, CAIXA RÁPIDO, MALOTE), DÉBITO AUTOMÁTICO E INTERNET.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013

OSMAR TELMA
Diretor Presidente

Contrato nº ...38/2013 - 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 57/2012. Contratante...: SERVIÇO AUT.MUN. DE AGUA E ESGOTO - SAMAE Contratada :TRANSRESÍDUOS TRANSPORTES DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS LTDA

Valor :R\$4.625,00 (quatro mil seiscentos e vinte e cinco reais) total.

Vigência :Início:12/06/2013 Término:12/06/2014.

Licitação :Pregão Presencial nº 45/2012 - Processo nº 45/2012

Recursos :Dotação:61 - 3.3.90.39.00.00.00.00 (28)

Objeto :RETIRADA DE LODO DAS ETE'S: CRUZEIRO, BRASÍLIA E SERRA ALTA, COM O CARREGAMENTO E TRANSPORTE REALIZADO PELA CONTRATADA. O TRANSPORTE DEVERÁ SER EM CAÇAMBA (TIPO ENTULHO) COM CAPACIDADE DE 7M³ OU OUTRO MODELO DE CAÇAMBA

(CAMINHÃO). A EMPRESA DEVERÁ TER LICENÇA PARA TRANSPORTE DESTE MATERIAL, EMITIDA PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO ESTADO E EMISSÃO DE MANIFESTO DE CARGA PARA O LOCAL DE DESTINO DO LODO: ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL. FICA ACRESCIDA EM 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) A QUANTIA INICIAL, TAL ACRÉSCIMO SE FAZ NECESSÁRIO EM FUNÇÃO DA ATIVAÇÃO DO "SISTEMA CONTIPRESS" RESPONSÁVEL PELA COMPACTAÇÃO DO LODO, O QUAL ESTAVA DESATIVADO. O PREÇO DA TONELADA DO MATERIAL RETIRADO NÃO SOFRERÁ ALTERAÇÃO, PERMANECENDO EM R\$ 37,00 (TRINTA E SETE REAIS) A TONELADA.

São Bento do Sul, 25 de junho de 2013
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

São José

PREFEITURA

Decreto N° 1.059/2013

DECRETO N° 1.059/2013
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitido por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Angelina de Fátima Oliveira Muller	Professor-M	03/06/2013
Arlete de Souza Felipe	Auxiliar de Sala	06/06/2013
Camila Cristina Santos	Auxiliar de Sala	03/06/2013
Daniela de Almeida	Professor-H	10/06/2013
Denise Machado	Professor-M	03/06/2013
Emeli Terezinha Escorteganha Pollo	Professor-H	03/06/2013
Janaina Idelzina Batista Rocha	Professor-M	03/06/2013
Juliana Collares Laurentino	Professor-H	03/06/2013
Lizziane Goedert Faccin	Professor-M	07/06/2013
Lúcia Erondina Santos	Professor-M	03/06/2013
Suelyn Bosquetti	Auxiliar de Sala	03/06/2013
Yohana Taise Hoffmann	Professor-H	03/06/2013

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.060/2013

DECRETO N° 1.060/2013
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que

lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Evelise Garofalo Pinto	Professor-H	13/06/2013	16 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 13/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1.061/2013

DECRETO N° 1.061/2013
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Nivea Maria de Oliveira	Professor-H	12/06/2013	24 horas aulas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 12/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N° 1081/2013

DECRETO N° 1081/2013
EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe

são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado "A PEDIDO" o servidor, JORGE ELIAS DOLZAN, ocupante do cargo de Diretor Geral de Ensino - CCM 9, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 21 de junho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 25 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto N°1.062/2013

DECRETO N°1.062/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Ana Paula Crozeta da Luz	Professor-M	17/06/2013	40 horas
Bruna Caroline Ferreira	Auxiliar de Ensino	17/06/2013	30 horas
Carlos Roberto Martins	Professor-H	17/06/2013	40 horas aulas
Juliana Tereza da Rosa	Auxiliar de Ensino	17/06/2013	30 horas
Paula Mello Barcelos	Auxiliar de Ensino	17/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 17/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N°1.063/2013

DECRETO N°1.063/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei

Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguintes servidores.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Aline Regina Portelinha	Professor-H	18/06/2013	18 horas aulas
Ana Gabriela Schutz	Professor-H	18/06/2013	23 horas aulas
Luis Fernando Cardoso Martins	Professor-H	18/06/2013	38 horas aulas
Sabrina Pilar dos Santos	Auxiliar de Ensino	18/06/2013	30 horas
Sandra de Paula Sena Kovacs	Auxiliar de Sala	18/06/2013	30 horas
Valdirene Ferreira	Auxiliar de Ensino	18/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 18/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Decreto N°1.064/2013

DECRETO N°1.064/2013

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 005/2012, datado de 29/10/2012, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratado, para o ano letivo de 2013 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, o seguinte servidor.

NOME	CARGO	DATA DE ADMIS-SÃO	CARGA HORÁRIA
Silvia Lais Oliveira de Azevedo	Auxiliar de Sala	10/06/2013	30 horas

Art. II - Este Decreto entrará em vigor na data de publicação, retroagindo seus efeitos a 10/06/2013.

Art. III - Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER
Secretário Municipal de Educação

Resolução Ggg N° 003/2013

Resolução GGG N° 003/2013

DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ATINENTES À ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO E À NOMEAÇÃO EM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

O GRUPO GESTOR DE GOVERNO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 2º, §2º, do Decreto n° 113, de 14 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Esta Resolução objetiva estabelecer normas de padronização dos procedimentos atinentes à admissão em caráter temporário e à nomeação em cargos de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 2º -A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração é o órgão responsável pela coordenação de todos os atos atinentes à contratação de servidores temporários e à nomeação de servidores para ocupar cargos de provimento efetivo no que atina a todas as Secretarias, Fundações e Autarquia.

Art. 3º -Todos os editais destinados à seleção para admissão em caráter temporário ou para nomeação em cargos de provimento efetivo deverão ser previamente analisados e aprovados pela Secretaria de Administração antes de sua publicação.

Art. 4º -A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Administração administrará todo o procedimento de convocação e admissão/nomeação dos candidatos aprovados em processos seletivos ou concursos públicos para ingresso no serviço público municipal.

Parágrafo único -Os gestores públicos interessados na admissão de servidores temporários ou efetivos deverão encaminhar a devida solicitação à consideração do Secretário de Administração.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 25 de junho de 2013.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS

Secretário da Receita

PAULO GUSTAVO SALOMON

Secretário Interino de Administração

PEDRO FRANCISCO DA SILVA ROSA

Secretário Executivo de Projetos Especiais

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador Geral do Município

Portaria N° 004/2013/Assgp

PORTARIA N° 004/2013/ASSGP

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais, especificamente no artigo 62, da Lei Orgânica do Município de São José,

RESOLVE:

I - Homologar os resultados finais do Processo Seletivo Emergencial Simplificado - Edital número 001/2013 para formação de cadastro de reserva de professores, auxiliares de ensino e auxiliares de sala que serão admitidos em caráter temporário no ano letivo

de 2013, de acordo com a Lei Federal n° 9.394 de 20 de dezembro de 1996; Lei Municipal n° 4.423 de 11 de janeiro de 2006; Lei Municipal n° 4.670 de 15 de setembro de 2008; Lei Municipal n° 4.744 de 20 de fevereiro de 2009; Lei Municipal n° 4.908 de 17 de dezembro de 2009, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

BERNARDO MEYER

Secretário da Educação

Portaria N° 005/2013/Sf

PORTARIA N° 005/2013/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 30 Lei Municipal n° 5.261/2012, de 20 de dezembro de 2012 e Decreto 980/2013 de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), referente as dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0201.1.219 - Construção e Manutenção de Unidades de Saúde

7 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 100.000,00

Total deste Projeto R\$ 100.000,00

25.01.10.301.0201.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede Municipal de Saúde

74 - 3.3.90.34.00.00.0334 - Outras despesas de Pessoal Decorrentes de

Contratos de Terceirização,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 290.000,00

83 - 3.3.90.39.00.00.0334 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 40.000,00

80 - 3.3.90.39.00.00.0082 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Ordinários - Saúde R\$ 800.000,00

Total desta Atividade R\$ 1.130.000,00

Total do Órgão R\$ 1.230.000,00

Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 1.230.000,00

Página 2 da Portaria 005/2013/SF

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 1.230.000,00 (um milhão duzentos e trinta mil reais), nas dotações consignadas no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a seguir especificadas:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0201.1.227 - Construção de Policlínicas

176 - 4.4.90.51.00.00.0082 - Obras e Instalações,
Recursos Ordinários - Saúde R\$ 900.000,00
Total deste Projeto R\$ 900.000,00

25.01.10.301.0201.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede
Municipal
de Saúde
92 - 4.4.90.52.00.00.0334 - Equipamentos e Material Permanente,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 330.000,00
Total desta Atividade R\$ 330.000,00
Total do Órgão R\$ 1.230.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de junho de 2013.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Portaria N° 006/2013/Sf

PORTARIA N° 006/2013/SF
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMEN-
TO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em con-
formidade com o artigo 30 Lei Municipal nº 5.261/2012, de 20 de
dezembro de 2012 e Decreto 980/2013 de 28 de maio de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir o Crédito Adicional Suplementar, na importância de
R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), referente a dotação consi-
gnada no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de São José, a
seguir especificada:

25.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
25.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0201.2.148 - Promoção e Funcionamento da Rede
Municipal
de Saúde
74 - 3.3.90.34.00.00.0334 - Outras despesas de Pessoal Decor-
rentes de
Contratos de Terceirização,
Recursos PAB FIXO - FMS R\$ 500.000,00
Total desta Atividade R\$ 500.000,00
Total do Órgão R\$ 500.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 500.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adi-
cional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta
Portaria, correrão à conta do Superávit Financeiro dos recursos
do PAB FIXO - FMS, consignados no Orçamento vigente com o
código 334.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 14 de junho de 2013.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

Convênio N0 085/Pmsj/Semas/FMAS/2013 CONVÊNIO N0 085/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO
JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AS-
SISTÊNCIA SOCIAL E A SOCIEDADE EUNICE WEAVER DE FLORIA-
NOPOLIS - EDUCANDÁRIO SANTA CATARINA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público
interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São
José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº
82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Pre-
feita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº
536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSIS-
TÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor
LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto
nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-
34, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um
lado, e de outro lado a Sociedade Eunice Weaver de Florianópolis -
Educandário Santa Catarina, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a)
no CNPJ sob o nº 79.427.944.0001-08, estabelecido(a) à Rua João
Grumiche, s/nº, Roçado, São José/SC, representado pelo(a) Presi-
dente, Senhora Marly Ziliotto Gomes, portadora da C.I. nº 516174,
CPF nº 22066713953, ajustam o presente Convênio, mediante as
Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução 062/2013 expedida pelo Conselho
Municipal de Assistência Social de São José/SC, o presente convê-
nio destina-se à prestação de serviços de convivência e fortaleci-
mento de vínculos para crianças, com idades compreendidas entre
06 (seis) e 11 (onze) anos, objetivando conveniar 40 (quarenta)
capacidades instaladas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na estima-
tiva de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), divididos em 06 (seis)
parcelas mensais de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) com o objeti-
vo de conveniar 40 (quarenta) capacidades instaladas.

§1º - Os recursos serão repassados através do Órgão/Unidade
2801, Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a Entidade,
Elemento de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.0080.

§2º - O valor do piso mensal fixo por vaga é de R\$ 50,00 (cinqen-
ta reais) sendo composto de recursos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes
deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na
Cláusula Primeira, sendo considerado desvio de finalidade a rea-
lização de despesas incompatíveis com o objeto do presente ins-
trumento convenial.

Parágrafo-Único - O CONVENIENTE fica autorizado a utilizar os re-
cursos oriundos deste convênio para efetuar o pagamento de sa-
lário, férias, 13º salário, bem como demais encargos trabalhistas
(INSS, FGTS e PIS/PASEP) do pessoal necessário para o efetivo
atendimento dos programas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

a) Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláu-
sula Segunda, até o 1º dia útil de cada mês, preferencialmente;

- b) Proporcionar formação aos profissionais que atuam nos serviços/projetos conveniados, sendo que as organizações terão obrigação de encaminhá-los e exigir a participação;
- c) Prestar assessoria técnica periodicamente às organizações, principalmente quando solicitado;
- d) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- e) Orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio diretamente ou por meio de outro órgão delegado;
- f) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;
- h) Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) Entregar Plano de Trabalho, previsto no art. 116, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, contendo, obrigatoriamente: identificação do objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso, previsão de início e fim da execução do objeto bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- b) Entregar Plano Técnico de Atividade Anual à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) propiciar, no local de realização do objeto, os meios e as condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar supervisões;
- d) Encaminhar à CONCEDENTE, até o 1º dia útil, do mês subsequente, a planilha "Frequência Mensal" supramencionada, devidamente preenchida;
- e) Encaminhar à CONCEDENTE, juntamente com a planilha supracitada, a relação dos funcionários da entidade;
- f) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- g) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outras finalidades, senão aquelas previstas nas Cláusulas Primeira e Terceira deste instrumento;
- h) Entregar à CONCEDENTE 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na Cláusula sétima;
- i) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que, no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- k) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- l) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior à assinatura do presente convênio;
- m) Observar e cumprir as normas do Decreto nº. 6.170/2007 e da Portaria MPOG/MF/CGU 127/2008;
- n) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- o) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pelo CONVENIENTE;
- p) Ter uma conta específica para cada convênio;
- q) O CONVENIENTE deverá se manter em dia com as obrigações junto ao INSS e ao FGTS/CEF durante todo o decorrer do convênio;

- r) Entregar Relatório Mensal de Atividade à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o 1º dia útil do mês subsequente;
- s) Informar imediata e oficialmente ao Centro de Referência de Assistência Social quando houver disponibilidade de vagas;
- t) Contratar e manter equipe mínima de referência a ser definida de acordo com a especificidade de cada ação, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS);
- u) Seguir as orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovados pelo CNAS, através da Resolução Nº. 109 de 11 de novembro de 2009, sobretudo, no que se refere a sua organização por nível de complexidade;
- v) compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e os procedimentos federais, estaduais e municipais de preservação ambiental, quando for o caso;
- w) assegurar o livre acesso de servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- x) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO E FORMA DE ACESSO DOS USUÁRIOS

I - Critérios de encaminhamento:

- a) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem ser moradores do município de São José;
- b) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem estar em situação de risco ou de vulnerabilidade social, ou seja, ser público alvo da Política de Assistência Social;

II - Forma de Acesso:

- a) Para inserção de usuários neste serviço será necessário o encaminhamento técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social. Parágrafo-único: Preferencialmente deverão ser atendidas as famílias cadastradas no CAD-ÚNICO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- a) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido de acordo com o Decreto nº. 3.788/2001;
- b) A comprovação do recolhimento de tributos, contribuições, inclusive as devidas à Seguridade Social, multas e demais encargos fiscais devidos à Fazenda Pública Federal;
- c) A Certidão Negativa da Receita Federal, de acordo com o art. 6º da Lei 10.522/2002;
- d) A comprovação de regularidade no depósito das parcelas do FGTS;
- e) Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- f) Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:
 - Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;
 - Nome e endereço da Entidade;
 - Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;
 - Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;

- A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.

g) Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.

h) Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;

i) Fotocópia (xérox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE ou pelo CONVENIENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, em qualquer época.

O Convênio poderá ser rescindido, ainda, caso o CONVENIENTE não entregue, até a data do repasse da primeira parcela, a documentação listada abaixo, ou haja irregularidades na mesma:

- Ofício de Solicitação;
- Projeto Técnico;
- Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do (a) Dirigente da Entidade CONVENIENTE;
- Certificado de Regularidade Fornecido pelo INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF; se for o caso, também a de regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas a débitos negociados do FGTS e do INSS;
- Balanço Sintético do Ano de 2012;
- Declaração do Banco contendo o n°. da agência e o n°. da conta bancária, com o nome da entidade;
- Cópia da Ata de Posse da Atual Diretoria e Declaração Expressa de Responsabilidade do (a) Presidente da Entidade, sob as penas da lei, quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-único - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o

presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 24 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO

Secretário de Assistência Social

P/CONVENIENTE: _____

MARLY ZILLOTTO GOMES

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/MF: _____ CPF/MF: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Convênio Nº 086/Pmsj/Semas/FMAS/2013

CONVÊNIO Nº 086/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A AÇÃO SOCIAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Ação Social São Francisco de Assis, ora dito(a) CONVENIENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 79.886.552/0001-07, estabelecido(a) à Artur Mariano, 880, Forquilha, São José/SC, representado pelo Presidente, Senhor Pe. ROBERTO SILVA, portador da C.I. nº 23405578-9/SP, CPF nº 067.222.838/60, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Resolução 061/2013 expedida pelo Conselho Municipal de Assistência Social de São José/SC, o presente convênio destina-se à prestação de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para jovens, para atendimento de jovens e suas famílias da Região de Forquilha e adjacências, objetivando conveniar 30 (trinta) capacidades instaladas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE, recursos na estimativa de até R\$ 9.000,00 (nove mil reais), divididos em 06 (seis) parcelas mensais de até R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) com o objetivo de conveniar 30 (trinta) capacidades instaladas.

§1º - Os recursos serão repassados através do Órgão/Unidade 2801, Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a Entidade, Elemento de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.00.0080.

§2º - O valor do piso mensal fixo por vaga é de R\$ 50,00 (cinquenta reais) sendo composto de recursos municipais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na

Cláusula Primeira, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convenial.

Parágrafo-Único - O CONVENIENTE fica autorizado a utilizar os recursos oriundos deste convênio para efetuar o pagamento de salário, férias, 13º salário, bem como demais encargos trabalhistas (INSS, FGTS e PIS/PASEP) do pessoal necessário para o efetivo atendimento dos programas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- a) Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda, até o 1º dia útil de cada mês, preferencialmente;
- b) Proporcionar formação aos profissionais que atuam no serviços/projetos conveniados, sendo que as organizações terão obrigação de encaminhá-los e exigir a participação;
- c) Prestar assessoria técnica periodicamente às organizações, principalmente quando solicitado;
- d) Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- e) Orientar, coordenar, supervisionar, fiscalizar e avaliar a execução deste Convênio diretamente ou por meio de outro órgão delegado;
- f) Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- g) Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;
- h) Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- a) Entregar Plano de Trabalho, previsto no art. 116, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, contendo, obrigatoriamente: identificação do objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases de execução, plano de aplicação dos recursos financeiros, cronograma de desembolso, previsão de início e fim da execução do objeto bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;
- b) Entregar Plano Técnico de Atividade Anual à Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) propiciar, no local de realização do objeto, os meios e as condições necessárias para que a CONCEDENTE possa realizar supervisões;
- d) Encaminhar à CONCEDENTE, até o 1º dia útil, do mês subsequente, a planilha "Frequência Mensal" supramencionada, devidamente preenchida;
- e) Encaminhar à CONCEDENTE, juntamente com a planilha supracitada, a relação dos funcionários da entidade;
- f) Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- g) Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outras finalidades, senão aquelas previstas nas Cláusulas Primeira e Terceira deste instrumento;
- h) Entregar à CONCEDENTE 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na Cláusula sétima;
- i) Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que, no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- j) Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- k) Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e

reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;

- l) Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior à assinatura do presente convênio;
- m) Observar e cumprir as normas do Decreto nº. 6.170/2007 e da Portaria MPOG/MF/CGU 127/2008;
- n) Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- o) Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pelo CONVENIENTE;
- p) Ter uma conta específica para cada convênio;
- q) O CONVENIENTE deverá se manter em dia com as obrigações junto ao INSS e ao FGTS/CEF durante todo o decorrer do convênio;
- r) Entregar Relatório Mensal de Atividade à Secretaria Municipal de Assistência Social, até o 1º dia útil do mês subsequente;
- s) Informar imediata e oficialmente ao Centro de Referência de Assistência Social quando houver disponibilidade de vagas;
- t) Contratar e manter equipe mínima de referência a ser definida de acordo com a especificidade de cada ação, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS);
- u) Seguir as orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais aprovados pelo CNAS, através da Resolução Nº. 109 de 11 de novembro de 2009, sobretudo, no que se refere a sua organização por nível de complexidade;
- v) compatibilizar o objeto deste Convênio com as normas e os procedimentos federais, estaduais e municipais de preservação ambiental, quando for o caso;
- w) assegurar o livre acesso de servidores dos Sistemas de Controle Interno e Externo, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, bem como prestar a estes todas e quaisquer informações solicitadas, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
- x) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos no local onde forem contabilizados os documentos originais fiscais ou equivalentes, comprobatórios das despesas realizadas com recursos do presente Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIOS DE ENCAMINHAMENTO E FORMA DE ACESSO DOS USUÁRIOS

I - Critérios de encaminhamento:

- a) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem ser moradores do município de São José;
- b) Os usuários e as famílias a serem atendidas devem estar em situação de risco ou de vulnerabilidade social, ou seja, ser público alvo da Política de Assistência Social;

II - Forma de Acesso:

- a) Para inserção de usuários neste serviço será necessário o encaminhamento técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único: Preferencialmente deverão ser atendidas as famílias cadastradas no CAD-ÚNICO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela mensal do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- a) Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP, exigido de acordo com o Decreto nº. 3.788/2001;
- b) A comprovação do recolhimento de tributos, contribuições, inclusive as devidas à Seguridade Social, multas e demais encargos fiscais devidos à Fazenda Pública Federal;
- c) A Certidão Negativa da Receita Federal, de acordo com o art. 6º da Lei 10.522/2002;

- d) A comprovação de regularidade no depósito das parcelas do FGTS;
- e) Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando o saldo;
- f) Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;
 - Nome e endereço da Entidade;
 - Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;
 - Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;
 - A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.
- g) Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.
- h) Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;
- i) Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de 1º de julho de 2013 até 31 de dezembro de 2013.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE ou pelo CONVENENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros.

Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, em qualquer época.

O Convênio poderá ser rescindido, ainda, caso o CONVENENTE não entregue, até a data do repasse da primeira parcela, a documentação listada abaixo, ou haja irregularidades na mesma:

- Ofício de Solicitação;
- Projeto Técnico;
- Cópia da Carteira de Identidade e do CPF do (a) Dirigente da Entidade CONVENENTE;
- Certificado de Regularidade Fornecido pelo INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF; se for o caso, também a de regularidade quanto ao pagamento das parcelas mensais relativas a débitos negociados do FGTS e do INSS;
- Balanço Sintético do Ano de 2012;
- Declaração do Banco contendo o nº. da agência e o nº. da conta bancária, com o nome da entidade;
- Cópia da Ata de Posse da Atual Diretoria e Declaração Expressa de Responsabilidade do (a) Presidente da Entidade, sob as penas da lei, quanto ao recebimento, à aplicação e à prestação de contas dos recursos recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-único - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 24 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT LÉDIO COELHO
Prefeita Municipal Secretário de Assistência Social

P/CONVENENTE: _____
PE. ROBERTO SILVA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____	Nome: _____
CPF/MF: _____	CPF/MF: _____
Assinatura: _____	Assinatura: _____

Convênio Nº 087/Pmsj/Semas/FMAS/2013 CONVÊNIO Nº 087/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

CONVÊNIO QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por sua titular a Senhora Prefeita Municipal ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador da C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente CONCEDENTE de um lado, e de outro lado a Associação dos Voluntários Josefenses de Ação Social, ora dito(a) CONVENENTE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 01.270.026/0001-12, estabelecido(a) à Rua Paulino Luiz Machado, nº 87, bairro Kobrasol, São José/SC, representado(a) pelo(a) Presidente Senhora ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO, portadora da C.I. nº 1.319.407, CPF nº 007.194.729-97, ajustam o presente Convênio, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Em observância à Lei Municipal nº 5.307, de 20 de junho de 2013, o presente convênio destina-se à concessão de auxílio financeiro à CONVENENTE, a ser aplicado na obtenção de matéria prima para a confecção de fraldas, para atendimento de idosos incapacitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONVÊNIO

A CONCEDENTE repassará ao CONVENENTE, recursos na ordem total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em uma única parcela.

Os recursos serão repassados através do Órgão/Unidade 2801, Projeto/Atividade 2426 - Apoio e Assistência a Entidade, Elemento de Despesa 3.3.50.43.00.00.00.0080.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

O CONVENIENTE somente poderá usar os recursos provenientes deste convênio para o custeio dos programas estabelecidos na Cláusula Primeira, obtenção de matéria prima para a confecção de fraldas, para atendimento de idosos incapacitados, sendo considerado desvio de finalidade a realização de despesas incompatíveis com o objeto do presente instrumento convenial.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

- Efetuar os repasses dos recursos financeiros previstos na Cláusula Segunda;
- Prestar orientação técnica e supervisionar a execução dos programas que estejam relacionados com o objeto deste convênio;
- Fiscalizar a correta aplicação dos recursos repassados;
- Aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste Convênio;
- Prorrogar "de ofício" a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos a cargo da CONCEDENTE, conforme consta do Plano de Trabalho, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- Publicar o presente convênio em observância à legislação municipal aplicável;
- Indicar técnico para acompanhamento e supervisão da execução do presente convênio. Por ocasião da prestação de contas, o referido técnico emitirá parecer conclusivo acerca do atingimento do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- Aceitar a supervisão, orientação e fiscalização da CONCEDENTE, fornecendo-lhe com presteza, sempre que por esta solicitada, todas as informações relativas ao presente convênio;
- Não aplicar, sob nenhum pretexto, os recursos, objeto deste convênio, em outro fim, senão o previsto na Cláusula Terceira deste instrumento;
- Entregar à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, a prestação de contas, na forma prevista na Cláusula seguinte;
- Devolver à CONCEDENTE, juntamente com a prestação de contas, todo o recurso que no prazo citado na alínea anterior, não tenha sido utilizado;
- Responsabilizar-se pelo cumprimento do prazo estabelecido para a entrega da prestação de contas;
- Responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciário, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo a CONCEDENTE de quaisquer ônus e reivindicações perante terceiros, em juízo ou fora dele;
- Não utilizar os recursos para pagamento de despesas realizadas em data anterior ao do presente instrumento;
- Emitir cheques, da conta específica do convênio, nominais e individualizados por credor;
- Apresentar relatório mensal, físico financeiro de atendimento dos serviços de Assistência Social das atividades cumpridas, subscrito pela diretoria da CONCEDENTE;
- Ter uma conta específica para este convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A prestação de contas dos recursos financeiros recebidos deverá ser apresentada à CONCEDENTE, até sessenta (60) dias após o recebimento da parcela única do recurso, acompanhada dos seguintes documentos, sem qualquer rasura:

- Balancete demonstrando a receita e as despesas, evidenciando

o saldo;

b) - Notas/Cupons Fiscais emitidos sem rasuras e constando, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- Data de emissão, que deverá ser posterior ao depósito bancário dos recursos, conforme extrato bancário comprobatório;
 - Nome e endereço da Entidade;
 - Descrição de quantidade, tipo, modelo e demais elementos que permitam a perfeita identificação do que foi adquirido ou dos serviços prestados;
 - Valores unitários e totais por mercadoria, bem como o valor total da Nota/Cupom Fiscal;
 - A Entidade deve comprovar, através de carimbo, na própria Nota/Cupom Fiscal, o recebimento do(s) material(s) adquirido(s) ou serviços prestados.
- c) - Comprovante da devolução dos recursos recebidos e não aplicados, quando houver.
- d) - Extrato Bancário da conta específica do convênio, com toda a movimentação desde o depósito do recurso até a compensação do último cheque;
- e) - Fotocópia (xerox) de todos os cheques emitidos da conta específica do convênio, não sendo permitido cópias com carbono;
- f) - Certificado de Regularidade do FGTS fornecido pela CEF e do INSS, do mês de assinatura do convênio.
- g) - Entrega de três (03) orçamentos dos produtos utilizados na realização do projeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É assegurada à CONCEDENTE a prerrogativa de conservar a autoridade normativa e de exercer o controle e fiscalização sobre a execução do objeto deste Convênio.

Parágrafo-Único - Fica facultado à CONCEDENTE assumir a execução do Convênio, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade da consecução do objeto.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO:

O presente convênio poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer momento, pela CONCEDENTE quando comprovada qualquer irregularidade que implique em descumprimento de quaisquer das Cláusulas aqui previstas, acarretando, neste caso, a imediata suspensão de repasses futuros. Poderá haver rescisão, também, por mútuo consenso das partes, a qualquer época.

CLÁUSULA NONA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO:

O prazo estabelecido para a execução deste convênio será de trinta (30) dias após o recebimento da parcela.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São José para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Convênio, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para a completa validade do que ficou acordado, firmam o presente Convênio na presença de 02 (duas) testemunhas e em 03 (três) vias, de igual teor e forma.

São José, SC, 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO
Secretário de Assistência Social

P/ CONVENIENTE: _____

ZÉLIA GUIMARÃES FERREIRA LAURENTINO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/MF: _____ CPF/MF: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Termo Aditivo Nº 002/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO Nº 002/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 006/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS - NURREVI.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o NÚCLEO DE RECUPERAÇÃO E REABILITAÇÃO DE VIDAS - NURREVI, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 03.448.121/0001-99, estabelecido(a) à Rua Caetano José Ferreira, nº. 398, Kobrasol, São José/SC, representado pelo Presidente, Senhor ROBERTO RAMOS DA SILVA, portador da C.I. nº 29791490-X SSP/SP, CPF nº 634.646.917-72, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 006/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº. 006/2013, previsto na Cláusula oitava, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 15 (quinze) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio nº. 006/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio nº. 006/2013 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

LÉDIO COELHO

Prefeita Municipal

Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____

ROBERTO RAMOS DA SILVA

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/MF: _____ CPF/MF: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____

Termo Aditivo Nº 003/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO Nº 003/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 009/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL LIBERDADE.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL LIBERDADE, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 11.421.131/0001-69, estabelecido(a) à Rua Heriberto Hulse, nº 264, Barreiros, São José/SC, representado pelo Presidente, Senhor OZAIROS DOS SANTOS, portador da C.I. nº 1.667.607-7, CPF nº 522.952.149-04, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº. 009/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº. 009/2013, previsto na Cláusula oitava, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 20 (vinte) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio nº. 009/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio nº. 009/2013 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

LÉDIO COELHO

Prefeita Municipal

Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____

OZAIROS DOS SANTOS

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF/MF: _____ CPF/MF: _____

Assinatura: _____ Assinatura: _____

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Termo Aditivo Nº 004/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO Nº 004/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 007/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O INSTITUTO REDENÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o INSTITUTO REDENÇÃO, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.197.909/0001-35, estabelecido(a) à Rua das Torres, nº 40, Areias do Meio, Governador Celso Ramos - SC, representado pelo Presidente, Senhor ALCEU DAUD MELO, portador da C.I. nº 44.741.235, CPF nº 41849256187, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 007/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência do Convênio nº. 007/2013, previsto na Cláusula oitava, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 10 (dez) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio nº. 006/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio nº. 007/2013 não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT LÉDIO COELHO
Prefeita Municipal Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____
ALCEU DAUD MELO

TESTEMUNHAS:
Nome: _____ Nome: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

Termo Aditivo Nº 005/Pmsj/Semas/FMAS/2013

TERMO ADITIVO Nº 005/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 008/2013 QUE CELEBRAM, ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O

INSTITUTO REDENÇÃO.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Acioni Souza Filho s/n., Centro - São José/SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 82.892.274/0001-05, neste ato representado por seu titular a Prefeita Municipal Senhora ADELIANA DAL PONT, portadora da C.I. nº 536.567, CPF nº 445.313.039-20, a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, aqui representado pelo Gestor do FMAS Senhor LÉDIO COELHO, Secretário Municipal de Assistência Social, decreto nº 009/2013, portador C.I. nº 2.046.716-8, CPF nº 594.168.159-34, denominados neste ato simplesmente PREFEITURA de um lado, e de outro lado o INSTITUTO REDENÇÃO, ora dito(a) ENTIDADE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 10.197.909/0001-35, estabelecido(a) à Rua das Torres, nº 40, Areias do Meio, Governador Celso Ramos - SC, representado pelo Presidente, Senhor ALCEU DAUD MELO, portador da C.I. nº 44.741.235, CPF nº 41849256187, ajustam o presente Termo Aditivo ao Convênio nº. 008/2013, alterado pelo Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO:

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência constante na Cláusula oitava do Convênio nº. 007/2013, o qual foi alterado Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

Portanto, ficam mantidos os pagamentos do total de 50 (cinquenta) capacidades instaladas previstas e especificadas no termo de Convênio nº. 007/2013, com alteração ocorrida por intermédio do Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, até 31 de dezembro de 2013, a contar de 01 de julho de 2013.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO:

As demais cláusulas do Convênio nº. 008/2013 e do Termo Aditivo nº 001/PMSJ/SEMAS/FMAS/2013, não modificadas pelo presente instrumento, são ratificadas e permanecem em vigor.

E por estarem, assim, justas e acertadas, as partes firmam presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem, para que surta, desde logo, os efeitos nele contidos.

São José, SC, 26 de junho de 2013.

ADELIANA DAL PONT LÉDIO COELHO
Prefeita Municipal Secretário de Assistência Social

P/ENTIDADE: _____
ALCEU DAUD MELO

TESTEMUNHAS:
Nome: _____ Nome: _____
CPF/MF: _____ CPF/MF: _____
Assinatura: _____ Assinatura: _____

Convocação de 1ª Chamada - Edital 001/2013

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
CONVOCAÇÃO
EDITAL 001/2013

A Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com Edital 001/2013 – Processo Seletivo Emergencial Simplificado, torna pública a CONVOCAÇÃO para a 1ª CHAMADA de escolha de vagas para admissão em caráter temporário no Quadro do Magistério Municipal, conforme Local

e Cronograma das disciplinas a seguir:

Local: COLÉGIO MUNICIPAL MARIA LUÍZA DE MELO (MELÃO)

Rua: José Fermínio de Novaes, s/n – Bairro: Kobrasol – São José – SC - CEP: 88.102-080

DATA: 29/06/2013 (sábado)

HORÁRIO	DISCIPLINAS
08h00min	Auxiliar de Ensino – Educação Especial -Ed. Infantil e Ensino Fundamental
08h00min	Professor Anos Iniciais – 1º ao 3º ano
08h00min	Professor Anos Iniciais – 4º ao 5º ano
08h30min	Professor - Educação Especial (AEE)
09h00min	Professor Educação Infantil e Conveniadas
09h00min	Auxiliar de Ensino – LIBRAS
09h30min	Professor - Matemática
10h00min	Professor - Xadrez
10h20min	Auxiliar de Ensino – Ensino Fundamental

10h30min	Professor – Educação Física – Ed. Infantil e Ensino Fundamental
10h50min	Professor - Inglês
11h15min	Professor – Artes

Os candidatos classificados para as demais disciplinas não apresentadas neste cronograma serão chamados, posteriormente, obedecendo a ordem de classificação, através de ligação telefônica, de acordo com o item 12.5 do Edital 001/2013.

São José (SC), 24 de junho de 2013.

ADELIANA DALPONT

Prefeita Municipal

Prof. Dr. BERNARDO MEYER

Secretário Municipal de Educação

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 24 e 25/06/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE

Exercício de 2013

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 24/06/2013 até 25/06/2013

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	582.610,51
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transf. da União	236.570,44
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	140.981,38
4.1.7.2.1.33.01.00.00 Programa de Assistência Farmacêutica Básica	9.781,38
4.1.7.2.1.33.03.00.00 Serviços de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU	12.500,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00 Agentes Comunitários de Saúde - ACS	33.250,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00 Saúde Bucal - SB	9.670,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00 Saúde da Família - SF	42.780,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00 PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	33.000,00
4.1.7.2.1.34.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	4.500,00
4.1.7.2.1.34.05.00.00 Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social - PVMC	4.500,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00 Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	91.089,06
4.1.7.2.1.35.01.00.00 Transf. do Salário-Educação	91.089,06
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	131.248,41
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEF	131.248,41
4.1.7.2.4.01.01.00.00 FUNDEB - MAGISTÉRIO	78.749,05
4.1.7.2.4.01.02.00.00 FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	52.499,36
4.1.7.6.1.00.00.00.00 Transf. de Conv. da União e de suas Entidades	214.791,66
4.1.7.6.1.99.00.00.00 Outras Transf. de Conv. da União	214.791,66

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 27/06/2013

GERALDINO CARDOSO
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI ALBERTO CENTENARO
SECRETARIO ADMINISTRAÇÃO



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Complementar N°86, de 24 de Junho de 2013

LEI COMPLEMENTAR N°86, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Altera os Percentuais de Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP - Definidos aos Consumidores Atendidos pela Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Junior - CEREJ".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Aos consumidores atendidos pela Cooperativa de Prestação de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior - CEREJ os percentuais constantes do Art.2º da Lei Complementar nº31/2004 e alterados pela Lei Complementar nº35/2005 e 81/2012 passam a vigorar com os seguintes valores, cuja redação é abaixo definida:

CLASSE RESIDENCIAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	isento
31 a 50	3,50
51 a 100	4,00
101 a 200	4,79
201 a 400	5,90
Acima de 401 (inclusive)	6,50

CLASSE RURAL

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	isento
31 a 50	1,70
51 a 100	2,41
101 a 200	4,00
201 a 400	5,00
401 a 600	7,20
601 a 800	8,50
Acima de 801 (inclusive)	12,30

CLASSE COMERCIAL, INDUSTRIAL EMPRESAS DE SERVIÇOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	5,00
31 a 50	6,00
51 a 100	7,00
101 a 200	8,00
201 a 400	10,00
Acima de 401 (inclusive)	15,00

CLASSE PRIMÁRIOS

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 2.000	30,00
2.001 a 5.000	50,00
5.001 a 10.000	70,00
Acima de 10.001	100,00

CLASSE PODER PÚBLICO

FAIXA KWH	PERCENTUAL
00 a 030	12,50
31 a 50	16,50
51 a 100	25,50
101 a 200	30,00
201 a 400	50,00
Acima de 401 (inclusive)	60,00

Art.2º - O Poder Público Municipal fica isento do pagamento da contribuição de que trata o Art.2º da Lei Complementar nº31/2004.

Art.3º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Lei Complementar nº81/2012.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei N° 759, de 24 de Junho de 2013

LEI Nº 759, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Altera a Lei nº683/2012 que Autoriza o Poder Executivo Aplicar o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, Concedido pelo Ministério da Saúde no Âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - O artigo 1º, 2º e 5º da Lei nº683/2012 passa a ter a seguinte redação:

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aplicar o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB, concedido de forma variável pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ-AB, instituído pela Portaria do Ministro de Estado da Saúde nº1.654, de 19 de julho de 2011, em prol dos servidores lotados nas unidades de saúde que obtiverem classificação de desempenho certificada nos termos do Art.16 da Portaria 1.654/2011.

Art.2º - O Poder Executivo aplicará o Incentivo Financeiro do PMAQ-AB efetivamente recebido do Ministério da Saúde, em prol dos profissionais integrantes das equipes certificadas pelo Ministério da Saúde, na forma de gratificação - PMAQ-AB, em percentuais iguais, aos servidores de carga horária de 40 horas (100%) e proporcional aos servidores de carga horária de 20 horas (50% do servidor de 40 horas), a todos os servidores que desempenham funções nas Unidades de Saúde, incluídos os motoristas lotados na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Parágrafo Único - Não serão beneficiados os servidores ocupantes dos cargos de fiscal de vigilância sanitária, agente de controle de endemias, cargos em comissão, assistente social e servidores afastados que não tenham produtividade mensal.

[]

Art.5º - O valor que cada profissional receberá, dependerá do valor repassado pelo Ministério da Saúde, ficando condicionado as metas que deverão ser atingidas por cada equipe, ou seja, o valor poderá variar mensalmente.

Art.2º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente, revogadas as disposições em contrário.

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei N° 760, de 24 de Junho de 2013

LEI N° 760, DE 24 DE JUNHO DE 2013

“Institui a Nota Fiscal Eletrônica de Serviços e dá outras providências”.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

SEÇÃO I

DA DEFINIÇÃO DA NFS-E

Art. 1º - Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

Parágrafo Único - Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura do Município de São Pedro de Alcântara, Governo do Estado de Santa Catarina ou Governo Federal, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser garantida por assinatura digital do emitente e autorização de uso fornecida pela Secretaria de Administração e Finanças antes da ocorrência do fato gerador.

CAPÍTULO II

DO ACESSO AO SISTEMA DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

SEÇÃO I

DO ACESSO PELO CONTRIBUINTE

Art.2º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art.3º - Para obter acesso ao sistema de que trata essa Lei, as pessoas deverão efetuar o cadastramento diretamente no Departamento de Tributação da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, através de requerimento e apresentação conjunta da última alteração do contrato social da empresa, documento de identidade do representante legal da empresa e dos blocos de notas fiscais anteriormente autorizados.

Art. 4º - Após a solicitação de acesso, na conformidade do artigo 3º desta Lei e comprovação, pela Secretaria de Administração e Finanças, da regularidade das informações, proceder-se-á a liberação ao sistema da NFS-e.

§1º - No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessadas na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (email) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§2º - Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá que comparecer ao Departamento de Tributação para providências.

Art. 5º - A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível.

Art.6º - Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam inscritos perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo Único - A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica, será concedida ao representante legal indicado no formulário de “AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DA NFS-E”, e conterá as seguintes funções:

I - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art.7º - A pessoa física ou jurídico detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica.

SEÇÃO II

DO ACESSO PELA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Art.8º - O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterá dados fiscais de interesse da Secretaria de Administração e Finanças, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art.9º - A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao Servidor Responsável pelo Departamento de Fiscalização de Tributos, bem como aos fiscais de Tributos, a qual conterá as seguintes funções:

I - Habilitar e desabilitar usuários;

II - Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 10 - Ao gerente e fiscais de tributos da Secretaria de Administração e Finanças será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E

Art.11 - A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) Nome ou razão social;

b) Endereço;

c) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

d) Inscrição no Cadastro Imobiliário;

V - identificação do tomador de serviços com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

VI - discriminação do serviço;
VII - valor total da NFS-e;
VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;
IX - valor da base de cálculo;
X - alíquota e valor do ISS
XI - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;
b) serviço não tributável pelo Município de São Pedro de Alcântara, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a Lei Complementar Federal e Municipal.
c) Retenção de ISS na fonte;
d) Empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;
e) Existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;
f) número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§1º - A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara", "Governo do Estado de Santa Catarina" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços - NFS-e".

§2º - O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente seqüencial, iniciado pelo nº01, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§3º - A NFS-e deverá ser assinada pelo emitente, com assinatura digital certificada por entidade credenciada, contendo o CNPJ de qualquer estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 12 - A NFS-e deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico <http://www.prefeituramoderna.com.br>, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município de São Pedro de Alcântara, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo Único - A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas as fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 13 - As notas fiscais eletrônica emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 14 - Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas fiscais para todos os serviços prestados.

SEÇÃO I DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-E POR PESSOA FÍSICA

Art. 15- É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e na sede da Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Tributação, caso em que haverá a incidência do respectivo preço público.

Parágrafo Único - O ISSQN relativo às NFS-e geradas nas instalações da Secretaria de Administração e Finanças, deverá ser recolhido nos bancos credenciados mediante autenticação mecânica no Documento Arrecadatório Municipal eletrônico - DAM-e.

Art. 16 - A NFS-e na forma dos artigos anteriores será gerada por intermédio da senha específica do Gerente e dos fiscais de tributos municipais destacado para este fim.

Parágrafo Único - A liberação para impressão da NFS-e dar-se-á mediante comprovação visual da autenticação mecânica do DAM-e.

SEÇÃO II

DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇO MUNICIPAL - NFS-E POR BANCOS E DEMAIS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art.17 - Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar notas fiscais eletrônicas de serviços municipais - NFS-e.

SEÇÃO III

DO CANCELAMENTO DA NFS-E

Art.18 - A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado ("on line"), no endereço eletrônico www.prefeituramoderna.com.br, na rede mundial de computadores (internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§1º - Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§2º - Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§3º - O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 19 - Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

CAPÍTULO IV

DA PERMANÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DO BLOCO DE NOTAS FISCAIS

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE "EMISSÃO DE CUPOM FISCAL - ECF"

Art.20º - O cupom fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de vendas de mercadorias ou bens de prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, pela Legislação Estadual - RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I - a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal - ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual.

II - as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente - RICMS/SC.

III - a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

Art.21 - As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

CAPÍTULO V

DA INSUFICIÊNCIA OU NÃO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art.22 - A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de

divida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

CAPÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art.23 - Nas infrações relativas à NFS-e, aplicar-se-á multa no valor igual a:

I - R\$ 160,00 (cento e sessenta reais) para cada NFS-e não emitida ou de outro documento ou declaração exigida pela Administração;
II - R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) para cada emissão indevida de NFS-e tributáveis como isentos, imunes, ou não tributáveis;

III - R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para cada NFS-e Municipal indevidamente cancelada.

Art. 24 - Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;
II - registrar despesas ou créditos indevidos a tributos federais, estaduais ou municipais.

Parágrafo Único - A infração ao presente artigo será punida com multa igual a R\$ 690,00 (seiscentos e noventa reais).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25 - Para efeito desta Lei, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado via protocolo no Departamento de Tributação do Município pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo Único - O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 26 - No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de Ofício no Cadastro Mobiliário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

I - mudança de endereço;
II - mudança de ramo de atividade.

Art. 27 - Fica estabelecido um período de transição de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da obrigatoriedade do uso da NFS-e, para os contribuintes utilizarem o sistema sem que as operações irregulares impliquem nas penalidades previstas no Capítulo VI desta LEI.

Parágrafo Único - As irregularidades cometidas no decurso do período de transição deverão ser corrigidas pelo contribuinte em até 30 (trinta) dias após a data de sua ocorrência, sob pena de se sujeitarem às sanções previstas no Capítulo VI desta LEI.

Art.28 - Ficam sujeitos os microempreendedores individuais aos dispositivos desta LEI

Art. 29 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30 - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 761, de 24 de Junho de 2013

LEI Nº 761, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Altera a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa da Educação para Todos da LDO Lei nº711/2012".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais do Programa EDUCAÇÃO PARA TODOS da Lei 711/2012 acrescentando a Ação - Reforma da Biblioteca da Escola Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Segue em anexo a Planilha de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 762, de 24 de Junho de 2013

LEI Nº 762, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Abre Crédito Especial no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial no total de R\$19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) na dotação abaixo identificada por conta do Superávit Financeiro do Salário Educação.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

05.01.12.4.361.1068 - Reforma da Biblioteca da Escola Municipal Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho R\$ 19.800,00
4.4.90.00.00.00.00.3.0212 - Aplicações Diretas R\$ 19.800,00

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Nº 765, de 24 de Junho de 2013

LEI Nº 765, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste

Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Plétikos, a servidão de passagem, doada ao município através da Lei n.º751/2013, com extensão de 570,57m (quinhentos e setenta metros e cinquenta e sete centímetros) conforme mapa anexo a esta Lei.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões Municipais, no início da Servidão denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Lei N° 766, de 24 de Junho de 2013

LEI N° 766, DE 24 DE JUNHO DE 2013

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Servidão Vilvert, a servidão de passagem, doada ao município através da Lei n.º750/2013, com extensão de 355,93m (trezentos e cinquenta e cinco metros e noventa e três centímetros) conforme mapa anexo a esta Lei.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, nos padrões Municipais, no início da Servidão denominada no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 25 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Resolução N° 001/20013 do Conselho Municipal de Assistência Social

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Conselho Municipal de Assist. Social São Pedro de Alcântara

Pça. Leopoldo Francisco Kretzer- 01 - Centro

Cep: 88125000 - Fone: (048) 3277-0122 - R: 226/227

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS)

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

RESOLUÇÃO N° 001/20013

Dispõe aprovação e destinação dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) referente aos Benefícios Eventuais.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, proveniente do FEAS, no valor de R\$ 1.000,00 (Mil reais).

Parágrafo Único. Os Benefícios Eventuais referem-se às provisões suplementares e provisórias, prestadas ao cidadão e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de auxílio funeral e situações de vulnerabilidade temporária e/ ou calamidade pública.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Pedro de Alcântara, 26 de Junho de 2013

REGINA CÉLIA DA SILVA SUENES

Presidente do CMAS.

1º Termo Aditivo ao Edital 39.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R. 202

www.pmspa.sc.gov.br – licitacoes@pmspa.sc.gov.br

1.º TERMO ADITIVO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº 39.2013

Art. 1.º- A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA torna público que por este 1.º Termo que aditiva o Anexo I do Edital nº 39/2013 – PREGÃO PRESENCIAL –Cujo objeto é: Aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas Municipais de São Pedro de Alcântara/SC, passando a vigorar como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: ALTERAÇÃO NO ANEXO I:

Art. 1.º- Pelo presente termo aditivo fica acrescido ao Anexo I, o item 34, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	Ref.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
34	Extrato de Tomate, com alto poder de concentração, sem tempero, sem conservante acondicionado em lata de 340gr, com selo de abertura a vácuo.	250	Latas	2,45	612,50

CLÁUSULA SEGUNDA: ALTERAÇÃO DO VALOR GLOBAL DO ANEXO I:

2.1 – Passa a vigorar o valor de R\$ 37.384,25 (trinta e sete mil trezentos e oitenta e quatro reais e vinte e cinco centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: ALTERAÇÃO DA DATA DA SESSÃO PÚBLICA:



3.1- A sessão pública de licitação fica, por este ato, remarcada para a data a seguir estipulada:

3.1.1- Entrega dos Envelopes – Envelope n.º 1 (Proposta de Preços) e Envelope n.º 2 (Documentos de Habilitação):

a) Data/Hora: Dia 10 de julho, até às 09:30h.

b) Local: Setor de Licitações – Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

3.1.2- Abertura da Sessão:

a) Data/Hora: Dia 10 de julho, até às 09:30h.

b) Local: Sala de Reuniões de Licitação – Prefeitura de São Pedro de Alcântara.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES FINAIS:

4.1- Todas as demais cláusulas e ajustes constantes do Edital n.º 39.2013 continuam em vigor, revogando-se somente aquilo que for conflitante a este 1.º Termo Aditivo.

4.2- Este primeiro termo aditivo passa a vigorar na data de sua assinatura.

São Pedro de Alcântara/SC, 26 de junho de 2013

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Errata Edital 39.2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R-202

www.pmspa.sc.gov.br - licitacoes@pmspa.sc.gov.br

ERRATA DO EDITAL DE LICITAÇÃO: PROCESSO Nº 39/2013

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Edital 39/2013. Cujo objeto é: Aquisição esti-mada e parcelada de Gêneros Alimentícios para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas Municipais de São Pedro de Alcântara/SC.

Art 1º: No Item 5.1- Onde se Lia: A proposta de preço dos licitantes deverá ser entregue no original, datilografada ou impressa, devendo ser assinada e rubricada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar o valor unitário de cada item, e no final o valor global total dos produtos cotados

Leia-se: A proposta de preço dos licitantes deverá ser entregue no original, datilografada ou impressa, devendo ser assinada e rubricada em todas as folhas, sem emendas e rasuras, devendo constar o valor unitário de cada item, a MARCA DO FABRICANTE dos produtos cotados e no final o valor global total.

Art 2º: No Item 5.9 do Edital- Onde se Lia: A proposta de preço deverá obedecer ao critério do preço máximo pra cada material de enfermagem, não podendo ultrapassar aquele estipulado pela Administração na cláusula 15 abaixo, nos termos do art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993.

Leia-se: A proposta de preço deverá obedecer ao critério do preço máximo pra cada material (item), não podendo ultrapassar aquele estipulado pela Administração no Anexo I do Edital, nos termos do art. 40, X, da Lei n.º 8.666/1993

Art 3º A data de Recebimento dos envelopes das propostas, juntamente com as habilitações é a-quela estabelecida no 1º Termo Aditivo do Edital 39/2013. (10/07/2013 às 09:30h).

Art 4º - Os demais itens permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Art. 5.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 27 de junho de 2013.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Republicação - Portaria N° 5.157/2013, de 25 de Junho de 2013

PORTARIA N° 5.157/2013, de 25 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a necessidade de continuidade dos trabalhos diários da Administração Pública Municipal;

Considerando a realização do Concurso Público n°. 001/2009/GAB/PMS;

Considerando o Decreto n°. 2.078/2010, de 24/02/2010, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sra. Cristiani Feustel Hafemann, para exercer o cargo de Auxiliar de Contabilidade, percebendo o nível salarial n° 25 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar n° 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público n°. 001/2009/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei n°. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 25 de junho de 2013.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

MARCOS DELLAGIUSTINA

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Ata do Pregão Presencial Registro de Preço N° 14/2013-FMS, Sequência 01.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 14/2013 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 49/2013 Data do Processo: 12/06/2013
	Folha: 1/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 23/2013 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de medicamentos para atender à Farmácia Básica e Especial da Unidade de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforma deliberação 164/CIB/10 de 23 de abril de 2010 e Processos Judiciais, ao longo de 12 (doze) meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação. Não estando nenhum representante presente. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. As empresas DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, GESSER MEDICAL LTDA e PRODIET FARMACÊUTICA S/A enviaram pelo correio envelopes, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Apresentaram envelopes de habilitação e propostas comerciais, bem como os documentos para credenciamento as empresas MEDICAMENTOS DE AZ LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Sendo abertos os envelopes das empresas DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA e PRODIET FARMACÊUTICA S/A, constatando que possuíam envelope de habilitação e proposta comercial, bem como documentos de credenciamento, de acordo com as exigências do edital, estando devidamente credenciados. Aberto também o envelope enviado pela empresa GESSER MEDICAL LTDA, constatando que possuíam envelope de habilitação e proposta comercial, bem como documentos de credenciamento, constatando que o representante não esta credenciado pois a empresa apresentou fotocopia do documento de identificação sem autenticação exigido no item 4.1.3.1 "Os documentos descritos nos itens 4.1.1, 4.1.2 e 4.1.3, supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração da Prefeitura Municipal" e apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data de 09 de maio de 2013 superior ao exigido no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", não cumprindo com as exigências na fase do credenciamento. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Constatando que a empresa PRODIET FARMACÊUTICA S/A não enviou fotocopia do documento de identificação conforme exigido no item 4.1.1 "Procuração (pública ou particular) ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto". Constatando que o representante da empresa ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, não esta credenciado, pois apresentou alteração contratual registra na junta comercial sob nº 42204670165, em 29/04/2011, documento exigido para comprovação do item 4.1.2 "Contrato Social, Ato constitutivo, Estatuto ou Registro Comercial (no caso de empresa individual), com todas as alterações neles efetuadas", diferente do ultimo arquivamento na junta comercial sob nº 20131131419, de 29/05/2013, constante na certidão simplificada emitida pela junta comercial, documento exigido no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", não cumprindo com as exigências na fase do credenciamento. Constatando que o representante da empresa MEDICAMENTOS DE AZ LTDA, não esta credenciado, pois apresentou na certidão simplificada emitida pela junta comercial, documento exigido no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", que consta que a senhorita Kerellyn Follador não é sócia administradora, não podendo assinar documentos/declaração em nome da empresa, não cumprindo com as exigências na fase do credenciamento. Desde modo também a empresa não poderá participar do certame, pois não apresentou declaração de habilitação assinada pela senhorita Kerellyn Follador, documento exigido no item 4.1.4 Declaração de habilitação modelo em anexo" e item 6.1.7 "Mesmo que a empresa não tenha representante credenciado deverá obedecer ao item 4.6. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA,

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 14/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 49/2013
 Data do Processo: 12/06/2013

Folha: 2/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 23/2013 (Sequência: 1)

ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PRODIET FARMACÊUTICA S/A, CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. Diante de dificuldades técnicas para análise das propostas e documentação exigida o processo será paralisado de acordo com o item 1.2- E- "Etapa de lance: será marcada após parecer técnico da Secretária de Saúde e Assistência Social sobre as propostas", e item 6.2 " Dada a especificidade do objeto licitado, restando dúvidas sobre a vinculação da proposta aos objetos licitados, ou do atendimento dos subitens do 6.1.17, a pregoeira poderá suspender o processo até que o parecer técnico seja ofertado" e para análise dos itens 6.1.9 "Obrigatoriamente a empresa deverá apresentar juntamente com a Proposta os seguintes documentos: item 6.1.9.1 "Licença de funcionamento expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da sede do licitante, válida para o ano em exercício." item 6.1.9.2 "Certificado de Registro de produtos emitidos pela Agência Nacional do Ministério da Saúde, ou publicação deste no Diário Oficial da União (legível). Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Registro, o número do item a que se refere." item 6.1.9.3 "Certificado de Boas Práticas de Fabricação (PNIFF), conforme Portaria n.º 2.814 /98, com redação alterada pela Portaria GM/MS n.º 3.716/98 válido, expedido pela ANVISA, para as LINHAS DE PRODUÇÃO, passíveis do referido registro, cujos itens estejam sendo COTADOS. Este Certificado, concedido ao Fabricante, deverá ser apresentado, também, pelos distribuidores e/ou representantes, para os produtos ofertados e por linha de produção de cada item (quando o documento for originado através da Internet, o mesmo terá averiguada a sua autenticidade); Para facilitar o julgamento, é obrigatório constar em cada Certificado, o número do item a que se refere." item 6.1.9.4 "Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, em nome da licitante, juntamente com sua publicação no Diário Oficial da União, não superior a 12 meses." Após parecer técnico serão classificadas as propostas comerciais e marcada nova data para continuação do certame na etapa de lances. Diante do acima exposto a encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada cópia as empresas participantes.

Schroeder, 27 de Junho de 2013

COMISSÃO:

Ivandra de Souza - - Pregoeiro(a)
 Daniela Samulescki - - Equipe de Apoio
 Gelson Stein - - Equipe de Apoio
 Valério de Oliveira Onofre - - Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Arlei Donizete Prandi - - Representante Legal
 Justo Goya Dornelles Junior - - Representante Legal
 Jayson Silveira de Moura - - Representante Legal
 Wilson Rodrigo da Silva - - Representante Legal



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 14/2013 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 49/2013
 Data do Processo: 12/06/2013

Folha: 3/3

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 23/2013 (Sequência: 1)

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Diego Desiderio	-	Representante Legal
Jonatan Francis Salla	-	Representante Legal
Gerson Postai	-	Representante Legal
Ivan Carlos Facioli	-	Representante Legal
Cristiano Stadler Antunes	-	Representante Legal
Almir dos Reis	-	Representante Legal
Fernando de Lacerda	-	Representante Legal
André Carlos Behnke	-	Representante Legal
José de Oliveria Sampaio	-	Representante Legal

PEGASO
 Programa de Excelência na Gestão da Assistência Social



- Monitoramento e avaliação dos resultados obtidos na execução dos serviços, programas, projetos e benefícios dos municípios;
- Melhoria contínua do trabalho desenvolvido, com foco na satisfação dos usuários e suas famílias;
- Sustentabilidade e eficácia da rede de proteção de assistência social;
- Acompanhamento global de forma integrada com a rede de proteção social;
- Acesso aos dados registrados de atendimentos anteriores em qualquer unidade de atendimento social;
- Agilidade na identificação e no atendimento nos diferentes equipamentos sociais – CRAS, CREAS, Abrigos Institucionais, Casa Lar entre outros;
- Perfil fidedigno do usuário;
- Eficácia da equipe de referência de Assistência Social nos CRAS, CREAS e demais equipamentos sociais;
- Ausência de duplicidade de atendimentos e liberação de benefícios;
- Economia de tempo;
- Aprimoramento do processo de trabalho;
- Agilidade no atendimento;
- Mensuração qualitativa e quantitativa dos serviços prestados;
- Relatórios estatísticos;
- Levantamento real da demanda reprimida;
- Permite a elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar e sua atualização;
- Realização de diagnóstico social no município para definição de estratégias de intervenção.

www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Dispensa N° 50/2013-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2013 - DL****CNPJ:** 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.:** 111/2013
Data: 26/06/2013

Folha: 1/2

Fornecedor: COMERCIAL SANTO ANTÔNIO LTDA
Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 5588
Cidade: Schroeder - SC
CNPJ: 03.734.219/0001-02**Código:** 9073**Inscrição Estadual:** 254.021.964**Objeto da Compra:** Aquisição de material de construção para reforma do Stand de Tiro, anexo ao complexo esportivo, localizado na Rua Paulo Jahn, Centro, neste Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	41,60	PISO 45 X 45	M²	8,90	370,24
2	126,00	FORRO PVC	M²	12,50	1.575,00
3	108,00	ARREMATE FORRO LISO	M	2,99	322,92

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Justificamos a reforma do Stand de Tiro, pelo motivo de o prédio estar desativado por vários anos, hoje o Município tem no planejamento destinar esta área para o Corpo de Bombeiros de Schroeder. Para isso precisa de algumas mudanças na estrutura como: colocação de forro, piso e melhorias em geral. Como não havia previsão desta reforma e destinação de uso no orçamento e também nas licitações realizadas e considerando que a mão de obra é voluntária e está em andamento a execução, para que o trabalho possa continuar, justifica-se a dispensa.

Schroeder, 26 de Junho de 2013

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2013 - DL

Processo Nr.: 111/2013
Data: 26/06/2013

Folha: 2/2

25/6/2013

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 25 de Junho de 2013

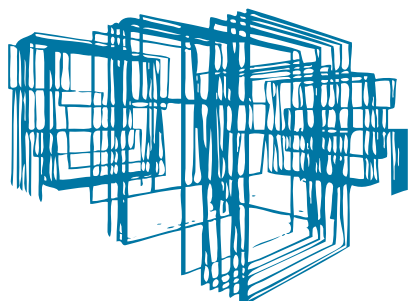
Valor da Despesa:

2.268,16 (dois mil duzentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Análise de projetos e obras em alto nível:
sistema mais inteligente, amigável e eficiente



Programa de Gestão de Obras

Programa de Gestão de Obras:
um sistema para ajudar quem constrói o Brasil



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Extrato do Contrato N°. 125/2013 - PMS
MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201
 Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
 CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
 e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato n°. 125/2013 - PMS
 Dispensa de Licitação n°. 50/2013-PMS - Processo n°. 111/2013-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o n°. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o n°. 03.734.219/0001-02, estabelecida na Rua Marechal Castelo Branco, n°. 5.588, Centro, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a aquisição de material de construção para reforma do Stand de Tiro, anexo ao complexo esportivo, localizado na Rua Paulo Jahn, Centro, neste Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PISO 45 X 45	41,6	M²	8,90	370,24
02	FORRO PVC	126	M²	12,5	1.575,00
03	ARREIMATE FORRO LISO	108	Metro	2,99	322,92
TOTAL R\$					2.268,16

Valor do contrato: R\$ 2.268,16 (dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos)

Data da Assinatura: 26/06/2013 – Vigência: 21/09/2013

OSVALDO JURCK
 Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

Decreto N° 091/2013

DECRETO N° 091/2013, DE 21 DE JUNHO DE 2013

“Constitui a função de Coordenação Municipal de Programa Cisternas”.

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município DECRETA:

Art. 1°. Fica constituída a função de Coordenação Municipal do Programa Cisternas.

Art. 2°. São atribuições da Coordenação Municipal:

- Será responsável pelo planejamento estratégico, promoção e implementação da mobilização social, articulação popular e comunitária, realização de reuniões com as comunidades e outras atividades necessária a sensibilização e informação dos munícipes;
- Levantamento e indicação a EXECUTORA dos beneficiários que

se enquadrem no perfil do programa, cuidando para não pulverizar as ações, concentrando em uma ou duas comunidade rurais, dependendo do número de famílias a serem beneficiadas;

c) Responsabilizar-se pela logística de entrega, controle e armazenamento do material de construção necessário a construção de cisternas, que será disponibilizado pela EXECUTORA em centro de distribuição regional e destinada a entrega a cada uma das famílias beneficiárias;

d) Responsabilizar-se pelo recebimento e controle de termos de responsabilidade e recebimento de material por parte de seus propositos e dos beneficiários das cisternas;

e) Articular com os setores internos específicos e pertinentes para fornecimento de informações necessários para o desenvolvimento dos trabalhos da EXECUTORA;

f) Utilizar suas prerrogativas e exercer articulação perante os órgãos, departamentos, ou demais que se faça necessário para a realização objetiva dos trabalhos de cadastramento das famílias beneficiárias;

g) Viabilizar a realização das reuniões explicativas dos termos do Programa de Cisternas do Governo Estadual;

h) Viabilizar a realização dos cursos de capacitação e pedreiros e gerenciamento de recursos hídricos, através da articulação local, organização, disponibilização de salas ou sua intermediação com os centros comunitários e outros espaços públicos ou de organizações privadas;

i) Prezar pela máxima eficiência com o mínimo de custo no projeto ora proposto, apoiando e participando de todas as ações dos participantes integrantes do Programa de Cisternas do Governo Estadual;

j) Acompanhamento dos trabalhos da EXECUTORA no município;

k) Outras atividades de articulação, mobilização, e acompanhamento e demais necessárias ao fiel e eficiente desempenho das atividades no município.

Art. 3°. Fica(m) designado(s) o(s) seguinte(s) servidor (es) para a função desta Coordenação Municipal:

- VOLNEI LUIZ FICAGNA

Art.4°. Este Decreto entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3° da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Serra Alta/SC, 21 de junho de 2013.

FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
 Secretário de Administração

Timbó

PREFEITURA

Lei N° 2646, de 28 de Junho de 2013

LEI N° 2646, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Altera a Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, que aprovou o Plano Plurianual do Município de Timbó para o quadriênio 2010/2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo I, da Lei nº 2.428, de 18 de agosto de 2009, que dispõe sobre os programas de governo – gerentes dos programas

– diagnósticos – diretrizes – objetivos ações dos programas descrição das ações dos programas, fica acrescido do Programa de Governo: 0106 – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, através do descrevo constante do anexo único da presente lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO ÚNICO

“ANEXO I

PROGRAMAS DE GOVERNO – GERENTES DOS PROGRAMAS –
DIAGNÓSTICOS – DIRETRIZES – OBJETIVOS
AÇÕES DOS PROGRAMAS
DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS...

PROGRAMA DE GOVERNO:
0106 – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

GERENTE DO PROGRAMA:
DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

DIAGNÓSTICO:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Implantação e manutenção da infra-estrutura de drenagem de águas pluviais.

OBJETIVOS:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECUR- SOS
1324	Obras e Instala- ções – Drenagem	Unidade Gestora	Metros Cúbicos	8.000	1.114.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA					1.114.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO:– 1324

OBJETIVOS: Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades.

...

Programa:					
AÇÕES	PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECUR- SOS
TOTAL GERAL PPA				516.463.717,19	

Lei Nº 2647, de 28 de Junho de 2013

LEI Nº 2647, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Altera a Lei nº 2.599, de 17 de outubro de 2012, que aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2013.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo III, Demonstrativo L, Demonstrativo de Ações – Produto _ Unidade de Medida – Meta – Valor – Fonte de Recursos, da Lei nº 2.599, de 17 de outubro de 2012, passa a vigorar com o acréscimo da redação dada pela presente Lei, constante do anexo único.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

ANEXO ÚNICO

“ANEXO III

...

DEMONSTRATIVO L

.....

DEMONSTRATIVO DE AÇÕES - PRODUTO – UNIDADE DE MEDIDA – META – VALOR – FONTE DE RECURSOS;

.....”

PROGRAMA DE GOVERNO:
0106 – DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS

GERENTE DO PROGRAMA:
DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

DIAGNÓSTICO:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

DIRETRIZES:

Implantação e manutenção da infra-estrutura de drenagem de águas pluviais.

OBJETIVOS:

A drenagem pluvial, bem como o saneamento básico, são obras de vital importância na construção de uma cidade preocupada com a qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

AÇÕES		PRODUTO	UNID. MEDIDA	META	VALOR	FONTE DE RECUR- SOS
1324	Obras e Instala- ções – Drenagem	Unidade Gestora	Metros Cúbicos	8.000	1.114.000,00	Recursos Fiscais
TOTAL DO PROGRAMA					1.114.000,00	

DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA

AÇÃO:– 1324

OBJETIVOS: Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades.

Lei N° 2648, de 28 de Junho de 2013

LEI N° 2648, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Autoriza a abertura de Crédito Especial à conta do superávit financeiro do ano anterior, da Administração Indireta do Município de Timbó.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Prefeito de Timbó, fica autorizado a abrir Crédito Especial, no valor de até R\$ 1.114.000,00 (um milhão e cento e quatorze mil reais), à conta do superávit financeiro do ano anterior, obedecendo a seguinte distribuição nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2013 da Administração Indireta do Município de Timbó (Lei nº 2.607/2012):

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - SAMAE

25.05.017.512.0106.1324	SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO	
25.05.017.512.0106.1324	DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS	
25.05.017.512.0106.1324	OBRAS E INSTALAÇÕES – DRENAGENS	
400000.00	DESPESAS DE CAPITAL	
440000.00	INVESTIMENTOS	
449000.00	APLICAÇÕES DIRETAS	
0.60000	Superávit Financeiro Ano anterior	1.114.000,00
	total	1.114.000,00

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Lei N° 2649, de 28 de Junho de 2013

LEI N° 2649, DE 28 DE JUNHO DE 2013

Reestrutura a Defesa Civil do Município de Timbó, com a criação do Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMDEC), e reestruturação do Conselho Municipal de Defesa Civil (COMDEC), da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COOMDEC) e do Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC).

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

CAPITULO I

DO SISTEMA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - SIMDEC

Art.1º Fica criado o Sistema Municipal de Defesa Civil de Timbó, mediante atuação conjunta do poder público e das entidades não governamentais, com o objetivo de implantar e manter uma política permanente de prevenção, controle e enfrentamento de situações de emergência ou calamidades públicas.

§1º O Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC atuará integrado com os demais sistemas congêneres municipais, estaduais e

federais, mantendo estrito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para ações e esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

§2º São objetivos do SIMDEC:

I - cumprir com as diretrizes e objetivos da Política Nacional de Defesa Civil - PNDEC, bem como com as competências exclusivas dos municípios e com aquelas de responsabilidade comum com os demais Entes Federados.

II - promover ações estruturantes de prevenção, treinamento e educação em defesa civil.

III - planejar e promover a defesa permanente contra desastres.

IV - prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas por desastres e recuperar áreas por eles deterioradas.

V - atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais sistemas municipais, estadual ou nacional de defesa civil.

§3º Integram o Sistema Municipal de Defesa Civil - SIMDEC:

I - com atuação permanente:

a) O Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, designado nos termos desta Lei;

b) O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC criado pela Lei nº 2.572, de 11 de abril de 2012;

c) A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COOMDEC;

d) O Grupo Integrado de Atividades Coordenadas, constituído por servidores contratados e/ou designados pela Administração Municipal, além dos membros indicados pelos responsáveis das entidades listadas nos incisos X a XV do § 2º do Art. 2º da Presente Lei.

II - com atuação especial para enfrentamento de situações de emergência ou calamidade pública:

a) As Unidades Administrativas do Poder Executivo Municipal, o Poder Legislativo Municipal, os Sindicatos e as Associações ou entidades sociais e/ou religiosas com atuação no município;

b) Os voluntários cadastrados pelo COMDEC.

CAPITULO II

DOS ÓRGÃOS DE ATUAÇÃO PERMANENTE

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

Art.2º Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Timbó, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito, com a finalidade de deliberar sobre a política municipal de defesa civil.

§1º Compete ao Conselho Municipal de Defesa Civil - COMDEC, tendo em vista sua função de órgão de assessoramento do Poder Executivo de Timbó, desenvolver as seguintes atividades:

I - Deliberar sobre a política municipal de defesa civil;

II - Promover e colaborar na execução de programas estaduais e federais de Defesa Civil, observada sua autonomia de atuação e suas instâncias de deliberação;

III - Coletar, processar e disponibilizar informações e dados históricos ou estatísticos relativos à Defesa Civil;

IV - Atuar em cooperação ou de forma integrada com os demais órgãos dos municípios da região, federais e estaduais de Defesa Civil, tanto nos períodos de normalidade como de anormalidade.

§2º O COMDEC (Conselho Municipal de Defesa Civil) será presidido pelo Prefeito de Timbó e constituído de representantes governamentais e não governamentais das seguintes unidades, órgãos ou entidades:

I - Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

II - Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional;

III - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

IV - Secretaria Municipal de Saúde;

V - Secretaria Municipal de Assistência Social;

VI - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

VII - Secretaria Municipal de Educação;

VIII - Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente;

IX - Secretaria Municipal da Fazenda e Administração;

X - Coordenadoria Regional de Defesa Civil;

- XI- Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina;
- XII- Associação dos Bombeiros Comunitários de Timbó;
- XIII - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Timbó;
- XIV - Jeep Clube Timbó;
- XV - Clubes de Serviços.

§3º O COMDEC será designado pelo Prefeito de Timbó, observando indicação pelas unidades, órgãos ou entidades relacionadas no parágrafo anterior.

§4º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá, com direito a voto, nas ausências ou impedimento do titular.

§5º Ao Presidente do conselho compete a convocação, direção e organização das atividades do mesmo, sendo que o Prefeito poderá delegar essas competências ao Coordenador Municipal da Defesa Civil.

§6º No exercício de suas atividades, poderá o COMDEC solicitar das pessoas físicas ou jurídicas colaboração no sentido de prevenir e limitar os riscos, as perdas e os danos a que estão sujeitas as populações, em decorrência da calamidade pública e fenômenos anormais.

§7º A participação no Conselho Municipal de Defesa Civil será considerada prestação de serviço público relevante e não será remunerado.

Art.3º Compete ainda ao COMDEC supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUMDEC, através das seguintes ações:

- I - Fixar as diretrizes operacionais do FUMDEC.
- II - Ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação de recursos financeiros disponíveis.
- III - Sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte.
- IV - Disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas.
- V - Decidir sobre a aplicação dos recursos.
- VI - Analisar e aprovar anualmente as contas do FUMDEC.
- VII - Promover o desenvolvimento do FUMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados.
- VIII - Apresentar, anualmente, relatório de suas atividades.
- IX - Definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Seção II

DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - FUMDEC

Art.4º O Fundo Municipal de Defesa Civil, criado pela Lei nº 2.572 de 11 de abril de 2012, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320/64, passa a ser regulado pela presente lei, estando vinculado à Secretaria Municipal de ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL e gerido pelo presidente do Conselho Municipal de Defesa Civil.

§1º O Fundo Municipal de Defesa Civil - FUMDEC é um órgão captador e aplicador dos recursos financeiros apurados com a finalidade de prover as ações preventivas, de socorro e assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

§2º O FUMDEC tem duração indeterminada, natureza contábil e gestão autônoma.

Art.5º Compete ao Órgão Gestor do FUMDEC:

- I - Administrar recursos financeiros;
- II - Cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pelo COMDEC;
- III - Preparar e encaminhar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos a serem efetuados;
- IV - Prestar contas da gestão financeira;
- V - Desenvolver outras atividades estabelecidas pelo Chefe do Executivo, compatíveis com os objetivos do FUMDEC.

Art.6º Constitui receita do FUMDEC:

- I - As dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - Verbas repassadas pela Defesa Civil da União, ou do Estado e de outros órgãos oficiais;
- III - Os recursos transferidos pela União, Estado ou Município, ou por suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedade de

economia mista e fundações;

IV - Os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistência e reconstrução;

V - Doações, auxílios, contribuições, legados e outros recursos que lhe sejam legalmente destinados por pessoal física ou jurídica;

VI - A remuneração decorrente de aplicações no mercado financeiro de recursos pertencentes ao FUMDEC;

VII - Os saldos dos créditos extraordinários e especiais, abertos em decorrência de calamidade pública, não aplicada e ainda disponível;

VIII - Outros recursos que lhe forem legalmente atribuídos.

Art. 7º A estrutura orçamentária do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil integrará o Orçamento Geral do Município, em item próprio, constituindo-se em Unidade Orçamentária deste.

§ 1º A Contabilização do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, será realizada pela Contabilidade do Município.

§ 2º A movimentação de recursos financeiros do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, serão realizadas por meio de conta corrente específica aberta junto a Banco oficial sediado no Município de Timbó, ficando tais recursos de receitas auferidas, vinculadas a realização e cobertura de despesas do próprio FUMDEC, sendo o saldo positivo do fundo apurado em balanço, transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art.8º As disposições pertinentes ao Fundo, não enfocadas nesta Lei, serão regulamentadas por Decreto do Poder Executivo.

Art.9º Em caso de dissolução ou encerramento das atividades do FUMDEC - Fundo Municipal de Defesa Civil, os recursos serão transferidos ao órgão central da administração municipal para serem aplicados em despesas inerentes à manutenção e custeio de ações de Defesa Civil.

Seção III

DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COOMDEC

Art.10 Fica criada a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COOMDEC do município de Timbó - SC, diretamente vinculado ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, que, sob a titularidade e gerência do Coordenador da Defesa Civil, tem a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art.11 Para as finalidades desta Lei denomina-se:

I - Defesa Civil: É o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos, preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social.

II - Desastre: É o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais.

III - Situação de Emergência: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

IV - Estado de Calamidade Pública: Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Art.12 A COOMDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art.13 A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COOMDEC constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Defesa Civil.

Art.14 A COOMDEC compor-se-á de:

- I - Coordenador;
- II - Secretaria;
- III - Setor Técnico;
- IV - Setor Operativo.

Art.15 Os integrantes da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil

serão indicados pelo Prefeito de Timbó.

Seção IV

DO GRUPO INTEGRADO DE ATIVIDADES COORDENADAS - GRAC

Art.16 Fica criado o Grupo Integrado de Atividades Coordenadas de Defesa Civil (GRAC), presidido pelo Prefeito de Timbó, ou seu substituto legal e constituído nos moldes da alínea "d", inciso I, §3º, art. 1º da presente lei, ao qual compete:

I - Propiciar apoio técnico e operacional a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil;

II - Colaborar na formação de banco de dados e mapa força dos recursos disponíveis em cada órgão ou entidade para as ações de socorro, assistência e recuperação;

III - Engajar-se nas ações de socorro e assistência, mobilizando recursos humanos e materiais disponíveis nas entidades representadas, quando o exigir o interesse da defesa civil;

IV - Manter-se em regime de reunião permanente, em caso de situação de emergência ou calamidade pública que atinjam o município ou a região;

V - Executar, nas áreas de competência de cada órgão, as ações determinadas pelo Conselho Municipal de Defesa Civil, visando atuação conjugada e harmônica.

Art.17 Os servidores públicos municipais convocados para colaborar nas ações de emergência ou de calamidade pública exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único. A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art.18 A decretação de estado de emergência ou estado de calamidade pública incumbe ao Prefeito de Timbó, após análise das informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil.

§1º O decreto municipal identificará os locais ou áreas afetadas e respectivamente estabelecerá quais os efeitos que sobre eles incidirão e o prazo de vigência.

§2º Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, o decreto municipal deverá ser imediatamente remetido à Diretoria Estadual de Defesa Civil e à Secretaria Nacional de Defesa Civil.

§3º Adotada a situação de emergência ou estado de calamidade pública, se necessário for, o chefe do executivo poderá decretar cessamento dos afastamentos de férias dos servidores municipais, em conformidade com o art. 89 da Lei Complementar nº 01/93.

§4º Os eventos anormais e adversos serão notificados à Diretoria Estadual de Defesa Civil e ao Coordenador Regional de Defesa Civil no prazo de até doze horas, mesmo que não caracterizem situação de emergência ou estado de calamidade pública.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.19 O Prefeito fica autorizado a firmar acordos, ajustes ou convênios de cooperação técnica, operacional ou financeira com órgãos ou entidades, governamentais ou não governamentais, bem como com os demais Entes da Federação, para implemento de ações de proteção e defesa civil no Município de Timbó.

Art. 20 Os casos omissos serão objeto de regulamentação pelo poder executivo.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.22 Ficam revogadas as Leis nº 2.572 de 11 de abril de 2012 e nº 623 de 29 de julho de 1974.

Município de Timbó, em 28 de junho de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

Portaria No SEMFA-D0213, de 31 de Maio de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0213, de 31 de Maio de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidora da Fundação Cultural de Timbó.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, à Servidora ocupante de cargo efetivo, lotada na Fundação Cultural de Timbó, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Patricia Conzatti Arndt	GA-53	GA-54	23/04/2013	RH09-0138

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Maio de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0214, de 31 de Maio de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0214, de 31 de Maio de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidor da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98, resolve:

RESOLVE

Art.1º CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO, ao Servidor ocupante de cargo efetivo, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO Nº
Osmair de Castilho	GA-92	GA-97	25/04/2013	RH02-936

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Maio de 2.013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0215, de 31 de Maio de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0215, de 31 de Maio de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadora Infantil.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO**, às Servidoras ocupantes de cargos efetivos de Educadoras Infantis, lotadas na Secretaria Municipal de Educação – Educação Infantil, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO N°
Ana Maria Dallabrida Lenzi	C-21	C-22	17/04/2013	RH09-0114
Tereza Cristina Longo Lenzi	C-29	C-30	27/03/2013	RH07-0034

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Maio de 2.013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0216, de 31 de Maio de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0216, de 31 de Maio de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para Professores do Ensino Fundamental e Pré-Escola .

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 17 a 19 da Lei Complementar no 138, de 02/07/98, alterada pelas Leis Complementares nº 162, de 17 de dezembro de 1999, e nº 266, de 28 de abril de 2004, resolve:

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER PROMOÇÃO POR QUALIFICAÇÃO**, aos Servidores ocupantes de cargo efetivo de Professor, lotados na Secretaria Municipal de Educação – Ensino Fundamental e Pré-Escola, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO N°
Camila Thaisa Alves Bona	E-11	E-12	02/04/2013	RH11-0370
Glauca Pupo Endo Prestes	C-10	C-11	04/04/2013	RH13-0061

Lenise Terezinha Moser Pasqualini	D-28	D-29	12/04/2013	RH00-131
Marizete Simeoni Slomp	D-27	D-28	29/04/2013	RH01-068
Roger Trisotto	D-16	D-17	08/04/2013	RH07-0087
Suzete Keiner Marcarini	D-18	D-19	11/04/2013	RH05-0105
Tereza Beatriz Bertoldi Floriani	D-30	D-31	25/04/2013	RH00-116

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Maio de 2.013; 143o ano de Fundação; 78o ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria No SEMFA-D0217, de 31 de Maio de 2.013

PORTARIA No SEMFA-D0217, de 31 de Maio de 2.013

Concede Promoção por Qualificação para servidores da Secretaria Municipal de Saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 20 à 25 da Lei Complementar no 137, de 02/07/98:

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU QUALIFICAÇÃO**, aos Servidores ocupantes de cargos efetivos, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, conforme demonstrativo abaixo:

NOME	REFERÊNCIA SALARIAL ANTERIOR	REFERÊNCIA SALARIAL PROMOÇÃO	A CONTAR DE	PROCESSO N°
Afonso Vitorino	GP-71	GP-76	02/04/2013	RH09-0154
Aracy Penz Koepsel	SP-31	SP-32	02/04/2013	RH04-0067
Candida Maria de Souza Fernandes	SP-28	SP-29	22/04/2013	RH09-0193
Carla Tatiana Raduenz Geisler	GA-37	GA-38	19/04/2013	RH09-0095
Cristian Frederik Gorz	GP-71	GP-76	02/04/2013	RH10-0121
Cristiane Marcela Steuck Vahldick	SP-32	SP-33	17/04/2013	RH11-0170
Edna Insaurriaga Cardozo Tomelin	GP-71	GP-76	29/04/2013	RH09-0156
Ellen Márcia Milbratz Habbeck	GA-38	GA-39	30/04/2013	RH07-0338
Fernanda Vicenzi	GP-65	GP-70	11/04/2013	RH13-0063
João Alberto Mergen	GP-84	GP-89	03/04/2013	RH13-0060

Macilde Martins da Cunha	SG-18	SG-19	25/04/2013	RH13-0064
Magali de Fátima Mergen	GP-88	GP-93	03/04/2013	RH99-147
Sandra de Sá Teixeira	SP-31	SP-36	30/04/2013	RH13-0062
Simone Gabriela Seidel	GP-70	GP-75	22/04/2013	RH08-0335
Vivien Muller Stolf	GP-73	GP-78	19/04/2013	RH10-0114

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 31 de Maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0191 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0191 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Maria Costa Furtado.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Débora Maria Costa Furtado, ocupante do cargo de Aux. de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 22 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0059.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0192 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0192 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello, ocupante do cargo de Aux. de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde,

por MEIO (1/2) dia, a contar de 29 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0044.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0193 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0193 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Dirce Lurdes Busarello, ocupante do cargo de Aux. de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por UM (01) dia, a contar de 02 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0044.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0194 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N° SEMFA-D0194 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ana Maria Reichel Ropelato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ana Maria Reichel Ropelato, ocupante do cargo de Aux. Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por QUINZE (15) dias, a contar de 24 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH07-0310.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de

Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0195 de 24 de Maio de 2013.
PORTARIA N° SEMFA-D0195 de 24 de Maio de 2013.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ana Maria Reichel Ropelato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Ana Maria Reichel Ropelato, ocupante do cargo de Aux. Operacional, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por QUINZE (15) dias, a contar de 09 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH07-0310.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0196 de 24 de Maio de 2013.
PORTARIA N° SEMFA-D0196 de 24 de Maio de 2013.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Doroteia Schroeder Willrich.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Maristela Doroteia Schroeder Willrich, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por MEIO (1/2) dia, a contar de 17 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH05-0387.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0197 de 24 de Maio de 2013.
PORTARIA N° SEMFA-D0197 de 24 de Maio de 2013.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sueli Thrun.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sueli Thrun, ocupante do cargo de Aux. de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por UM (01) dia, a contar de 02 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH11-0394.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0198 de 24 de Maio de 2013.
PORTARIA N° SEMFA-D0198 de 24 de Maio de 2013.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Müller Rozza.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar n° 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Josi Giovana Muller Rozza, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 30 de abril de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH02-0979.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N° SEMFA-D0199 de 24 de Maio de 2013.
PORTARIA N° SEMFA-D0199 de 24 de Maio de 2013.
Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Marili Michelson.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Marili Michelson, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 07 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH03-0133.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0201 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0201 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Alice Aparecida Mota, ocupante do cargo de Aux. Operacional I, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 08 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH13-0040.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de Maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria Nº SEMFA-D0202 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA Nº SEMFA-D0202 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Mayke Heidrich.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 19 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento no artigo 91 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, com redação dada pela Lei Complementar nº 139, de 02 de julho de 1998, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Mayke Heidrich, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por MEIO (1/2) dia, a contar de 19 de abril de 2013, com remuneração proporcional a

70%, conforme Processo RH08-0246.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de Maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretário Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0200 24 de Maio de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0200 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sonia Simone Sdrigotti Conti.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Sonia Simone Sdrigotti Conti, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por UM (01) dia, a contar de 08 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0048.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010

Município de Timbó, em 24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria NºSEMFA-D0203 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA NºSEMFA-D0203 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Marina Talmann Knoch Klug.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a servidora Marina Talmann Knoch Klug, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, por UM (01) dia, a contar de 07 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH12-0164.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0204 de 24 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0204 de 24 de Maio de 2013.

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Deyse Aparecida Londres

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 35 e 38 da Lei Complementar nº 136, de 02 de julho de 1.998, resolve:

RESOLVE:

Art 1º Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família à servidora Deyse Aparecida Londres, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por QUINZE (15) dias, a contar de 07 de maio de 2013, com remuneração proporcional a 70%, conforme Processo RH10-0209.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 24 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0205, de 27 de Maio de 2013

PORTARIA N°SEMFA-D0205, de 27 de maio de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço à servidora Ellen Márcia Milbratz Habeck.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço à servidora ELLEN MÁRCIA MILBRATZ HABECK, ocupante do cargo de Auxiliar de serviços Administrativos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por Trinta (30) dias, a contar de 30/05 a 28/06/2013, conforme Processo RH12-0137;

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0206 de 27 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0206 de 27 de maio de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Ingelore Andreatta.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora INGELORE ANDREATTA, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH09-00152;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/05 à 19/05/2013 (07 dias) e 20/05 à 25/05/2013 (08 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 26/05 à 11/08/2013 (78 dias).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0207, de 27 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0207, de 27 de maio de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Sílvia Fernanda Brandt Dalagnolo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora SILVIA FERNANDA BRANDT DALAGNOLO, ocupante do cargo de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 28.05.2013 a 15.08.2013, por oitenta (80) dias, conforme Processo RH12-0165;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 27 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0208 de 29 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0208 de 29 de maio de 2013.

Concede Licença para Tratamento de Saúde à servidora Filomena Bernadete Decker Zatelli.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n°411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Licença Para Tratamento de Saúde à servidora FILOMENA BERNADETE DECKER ZATELLI, ocupante do cargo de Educadora Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme Processo RH04-0269;

I - com remuneração equivalente a de contribuição, no período de 13/05 à 27/05/2013 (15 dias) e a título de auxílio-doença, sendo a remuneração também equivalente a de contribuição 28/05 à 14/07/2013 (48 dias).

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 28 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0209, de 29 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0209, de 29 de maio de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Isabel Cristina Lima.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora ISABEL CRISTINA LIMA, ocupante do cargo de Auxiliar de Recreação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 30.05.2013 a 23.06.2013, por vinte e cinco (25) dias, conforme Processo RH13-0056;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 29 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0210, de 31 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0210, de 31 de maio de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde à servidora Marlise Brehmer.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar n° 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1° Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde à servidora MARLISE BREHMER, ocupante do cargo de Professor C, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 04.06.2013 a 17.06.2013, por quatorze (14) dias, conforme Processo RH01-037;

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0211, de 31 de Maio de 2013

PORTARIA N°SEMFA-D0211, de 31 de maio de 2013

Concede prorrogação de Licença por Acidente em Serviço ao servidor Elias Dalcastagne.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 179 e 180 da Lei Complementar n° 01, de 22 de outubro de 1.993;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder Prorrogação de Licença Por Acidente em Serviço ao servidor ELIAS DALCASTAGNE, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional, lotado no Fundo Municipal de Trânsito, por sete (07) dias, a contar de 05/06 a 11/06/2013, conforme Processo RH04-0009;

Art.2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3°, do Decreto n° 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de maio de 2013; 143° ano de Fundação; 79° ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0212, de 31 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0212, de 31 de maio de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Gildo de Borba.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n° 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto n° 1478, de 02

de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor GILDO DE BORBA, ocupante do cargo de Auxiliar Operacional II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, a contar de 07.06.2013 a 10.06.2013, por quatro (04) dias, conforme Processo RH03-0115;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Portaria N°SEMFA-D0218, de 31 de Maio de 2013.

PORTARIA N°SEMFA-D0218, de 31 de maio de 2013.

Concede prorrogação de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor Osti Koehler.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 196, de 29 de Dezembro de 2.000, e Decreto nº 1478, de 02 de Janeiro de 2.009, e com fundamento nos artigos 170 e 172 da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1.993, regulamentados pelos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder prorrogação de Licença Para Tratamento de Saúde ao servidor OSTI KOEHLER, ocupante do cargo de Pedreiro, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a contar de 30.05.2013 à 03.07.2013, por trinta e cinco (35) dias, conforme Processo RH12-0076;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 31 de maio de 2013; 143º ano de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

Aviso Pregão Presencial N.º 30 2013 SAMAE - Divulgação Radiofônica

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ - SAMAE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2013

OBJETO: contratação de espaços publicitários em Rádio FM para divulgação das ações do SAMAE junto à população. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 14h30min do dia 16 de julho de 2013. ABERTURA: dia 16 de julho de 2013 as 14h45min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente do Departamento de Licitações localizado na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br/

prefeitura/licitacoes.

Timbo (SC), 27/06/2013.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

Convocação Para Assinatura - Sinalblu

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA

Através da presente publicação fica convocada a empresa Sinalblu Ind. Com. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.433.422/0001-74 e representada por Alécio Kraieski, a assinar o contrato referente ao processo licitatório de Pregão Presencial nº. 07/2013. A partir desta, fixa-se o prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos para comparecimento do representante responsável ao Setor de Licitações da Prefeitura de Timbó, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, Timbó - SC, sob pena de aplicação das penalidades citadas no processo licitatório mencionado.

Timbó, 27/06/2013

THOMAZ H. N. CAMPREGHER

Departamento de Licitações

Extrato Contrato 2013/96

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/96

CONTRATANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

CONTRATADO: D.R.J Radiocomunicação LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Automação Remota e Telemetria, incluindo manutenção de hardware, comunicação e software, plantão 24 (vinte e quatro) horas; manutenção preventiva e corretiva no Sistema de Rádio Comunicação, incluindo manutenção, instalação e transferência; manutenção preventiva e corretiva no Enlace Digital de Dados instalado entre o escritório central e a Estação de Tratamento de Água; serviços técnicos para obtenção e gerenciamento das licenças necessárias à execução dos serviços e/ou ao funcionamento do sistema perante a ANATEL. VALOR: R\$ 25.350,00 (vinte e cinco mil trezentos e cinquenta reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 01/07/2013 a 31/12/2013.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 21/06/2013.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente SAMAE

Três Barras

PREFEITURA

Decreto N° 4.257 de 26 de Junho de 2013

DECRETO N° 4.257 DE 26 DE JUNHO DE 2013

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR

TOTAL DE R\$ 294.600,00, PARA REFORÇO DE DOTAÇÕES CONSIGNADAS NO ORÇAMENTO VIGENTE.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras-SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei

Orgânica do Município e de acordo com o Art. 5º da Lei nº. 3.042 de 14 de dezembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito adicional suplementar de provável excesso de arrecadação por convênios ao orçamento da Prefeitura de Três Barras, para exercício 2013, no valor de R\$ 294.600,00 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais), como segue:

09 - SECRETARIA MUNIC. DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS

01 - Secretaria de Viação, Obras e Serviços

015.451.0021.1015 - Ampliação da Pavimentação Urbana (Rua Emilio Mell

4490.00.00 12454 Aplic. Diretas /Conv. União Min. Cidades - Pavimentações 294.600,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, será utilizado como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação por convênios como segue:

- Contratos de Repasse nº 366.419-81/2011 no valor de R\$196.400,00 e nº 372.926-46/2011 no valor de R\$98.200,00
- Convênio com a União/ Minist. das Cidades no valor total de R\$294.600,00 (duzentos e noventa e quatro mil e seiscentos reais) no vínculo 12454.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Três Barras, 26 de junho de 2013

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

*Folha 2/2 do Decreto nº 4257 de 26 de Junho de 2013.

Portaria Nº 379 de 04 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 379 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o surgimento de vagas no quadro de pessoal do magistério público municipal havido em função de vários afastamentos e aposentadorias;

CONSIDERANDO, a necessidade de manutenção dos serviços junto às Unidades Educacionais.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária das seguintes servidoras:

I - ANA JESSICA RIBEIRO BAIK, matrícula 13406.6-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

II - AURELIA TEREZINHA DAS CHAGAS WALTER, matrícula 16862.9-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

III - CATIA FRANCIELE VOIGT PRZYWITOWSKI, matrícula 16009.1-4, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

IV - CLAUDIA REGINA VIEIRA, matrícula 12224.6-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

V - EDI WILSON HEIDEN, matrícula 16155.1-4, ocupante do cargo de professor, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

VI - ELIANE CASTILHO, matrícula 16569.7-0, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

VII - GIOVANA DA ROSA GEVIESKI, matrícula 14641.2-1, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

VIII - JOSIANE GONÇALVES ZALEUSKI, matrícula 13272.1-7, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

IX - MANUELLE ANITA PIRES HEIDEN, matrícula 11285.2-15, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

X - SILVIA CRISTINA RODRIGUES, matrícula 716.1-9, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

XI - TARCILA ALVES PEREIRA, matrícula 13319.1-3, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

XII - VANIA CASTILHO, matrícula 11521.5-6, ocupante do cargo de professor, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade apenas para o ano letivo de 2013, cessando em caso de preenchimento da vaga a que estiver vinculado o servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 04 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria Nº 380 de 04 de Junho de 2013.

PORTARIA Nº 380 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o teor do requerimento autuado sob o nº 058/2013-SECE;

CONSIDERANDO, o que preconiza os arts. 73, inciso VI, e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para o trato de assuntos particulares à servidora REGINA APARECIDA DE MELO, matrícula 12696.9-0,

ocupante do cargo de auxiliar de serviços gerais, pelo prazo de 02 (dois) anos, com efeitos a contar de 03 de junho de 2013.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 04 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Portaria N° 381 de 04 de Junho de 2013.

PORTARIA N° 381 DE 04 DE JUNHO DE 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, usando da competência que lhe confere o artigo 65, incisos VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o afastamento de servidora ocupante do cargo de fisioterapeuta, em função de problema de saúde;

CONSIDERANDO, a necessidade de continuidade do serviço de fisioterapia oferecido pelo Município junto à Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar temporariamente a carga horária da servidora ALI NE MOARA LOURENÇO GOMES DE SOUZA, matrícula 12194.0-0, ocupante do cargo de fisioterapeuta, de 20 (vinte) para 30 (trinta) horas semanais, a contar de 03.06.2013;

Art. 2º. A alteração de carga horária terá validade enquanto perdurar o afastamento da servidora Cleusa Aparecida da Silveira, matrícula 13850.9-1, cessando tão logo a mesma retorne ao serviço.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras - SC, 04 de junho de 2013.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal de Três Barras

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Planejamento desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Tunápolis

PREFEITURA

Lei Complementar N° 38/2013

LEI COMPLEMENTAR N° 38/2013 DE 28 DE JUNHO DE 2013.

Dá nova redação ao Anexo II - Letra B, alterando a Lei Complementar n° 025/2010, e suas alterações posteriores, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterada a nomenclatura do cargo de Diretor Adjunto de Departamento de Transportes e Obras, para Diretor Adjunto de Departamento de Saúde e Bem Estar Social, cargo comissionado, alterando assim o Anexo II da Lei Complementar n° 025/2010 e suas alterações posteriores, passando a vigorar com a alteração dada pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, 28 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

ANEXO II

DENOMINAÇÕES E VAGAS DOS CARGOS EM COMISSÃO

B) DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - DAÍ

01 Diretor Adjunto de Departamento Agricultura e Meio Ambiente
02 Diretor Adjunto de Departamento de Administração, Planejamento e Finanças

01 Diretor Adjunto de Departamento de Saúde e Bem Estar Social
01 Diretor Adjunto Departamento de Educação, Cultura e Esporte
01 Diretor Adjunto de Compras

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Lei N° 1.126/2013

Lei nº 1.126/2013 de 28 de junho de 2013.

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CRIAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES QUE ESPECIFICA O ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um



Programa de
Gestão Tributária



www.ciga.sc.gov.br



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Crédito Adicional Especial na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ. 16.482.0010.X.XXX Programa de Auxílio Financeiro - Pró-Casa
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução parcial e/ou total da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente, a seguir especificada:

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ. 16.481.0010.1.023 Aquisição Área, Constr. e Reforma Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.093 de 05 de dezembro de 2013; da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº. 1.095 de 05 de dezembro de 2013; e, da Lei Orçamentária Anual - Lei Municipal nº. 1.097 de 12 de dezembro de 2013 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 30.0000,00 (trinta mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
em 28 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Lei Nº 1.127/2013

Lei nº 1.127/2013 de 28 de junho de 2013.

Autoriza o auxílio financeiro de até R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para a Associação Hospitalar de Tunápolis, inscrita no CNPJ nº 83.428.508.022/0001-12, sediada neste município de Tunápolis - SC., e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro de até R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) para o ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE TUNÁPOLIS, sediada na sede deste Município, inscrito no CNPJ nº. 83.428.508/0001-12, objetivando a aquisição de equipamentos para a instalação de Câmeras para sistema de monitoramento.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias, para tal fim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
Em, 28 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto 1534/2013

DECRETO 1534/2013 DE 21 DE JUNHO DE 2013.

REGULAMENTA O PROGRAMA MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS EM FORMA DE INCENTIVOS AGRÍCOLAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente,

DECRETA

Art. 1º - O programa "MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS", em forma de incentivos agrícolas, instituído pela Lei nº 1.122/2013 de 14 de junho de 2013, concederá um prêmio aos agricultores do Município com base no movimento econômico gerado a partir da venda de produtos agrícolas comprovados através da Emissão de Nota Fiscal de Produtor Rural, bem como com a comprovação das notas fiscais das compras efetuadas no Comércio do Município de Tunápolis.

Art. 2º - O Prêmio em forma de incentivo será convertido em fertilizantes químicos ou serviços conforme escolha dos produtores rurais e em conformidade com as seguintes tabelas:

PROGRAMA MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS EM FORMA DE FERTILIZANTES ADUBOS 9.33.12 E 10.30.10 E URÉIA PLUS

Valor da faixa (Mov. Econômico e Notas)	Qtde de fertilizantes (sacos)	Qtde de Produtores	Valor estimado em R\$
5.000,00	1	139	9.243,50
20.000,00	2	165	21.945,00
50.000,00	3	167	33.316,50
100.000,00	4	127	33.782,00
250.000,00	5	89	29.592,50
500.000,00	6	55	21.945,00
1.000.000,00	7	51	23.740,50
1.700.000,00	8	25	13.300,00
2.500.000,00	9	6	3.591,00
2.500.000,00 acima	10	1	665,00
Totais	2.874	825	191.121,00

PROGRAMA MAIS PRODUÇÃO E SERVIÇOS EM FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Valor da faixa (Mov. Econômico e Notas)	Valor convertido em serviços R\$	Qtde de Produtores	Valor estimado R\$
5.000,00	67,50	2	135,00
20.000,00	135,00	10	1.350,00
50.000,00	202,50	9	1.822,50
100.000,00	270,00	13	3.510,00
250.000,00	337,50	11	3.712,50
500.000,00	405,00	8	3.240,00
1.000.000,00	472,50	3	1.417,50
1.700.000,00	540,00	1	540,00

2.500.000,00	607,50	2	1.215,00	
2.500.000,00				
acima	675,00	0	0,00	
	(de R\$ 67,50 a			
Totais	R\$ 675,00)	59	16.942,50	

Art. 3º Ficam reconhecidos os saldos do Bônus Agrícola ainda existente em conformidade com os preceitos da Lei 378/1997, convertendo os mesmos em conformidade com a relação a seguir:

SalDOS de Bônus convertidos em fertilizantes (qtde de sacos)				
Nome do Beneficiado	Qtde		Nome do Beneficiado	Qtde
Ademar Back	3		saldo tabela anterior	79
Afonso Toillier	1		Ernesto Kipper (Isolde)	2
Albano Sehn	1		Evaldo Kerkhoff	1
Alcides Fabi	1		Flavio Spohr	2
Alcino Andres	1		Flavio Rohr	2
Alexandre Sehn	1		Flavio Wagner	1
Afonso Hermes	2		Flavius Grings	2
Alice Malmann	1		Francisco Alceu Heck	1
Alipio Wolfart	2		Francisco Heck	4
Alvicio Arlindo Rempel	1		Günter Rambo	2
Alvisio Spaniol	1		Hercilio Melz	2
Anastacio Anschau	1		Hermeto Bieger	1
Antonio Wassmuth	2		Hilario Ternus	1
Ari Epping	3		Honório Groth	1
Ari Francois (Elma)	2		Inacio Hammes	4
Arlindo Rhoden	1		Inacio Junges	1
Arlindo Franzen	3		Ireneu Christ	1
Arlindo Strack	2		Ireneu Preis	1
Arno Immig	4		Iricenio Weis	1
Arno Muller	3		Irmgard Strack	2
Arnoldo Rodhen	1		Ivete Schaab	1
Auri José Zoz	1		Ivo Bracht	1
Avelino Immig	1		Ivo Herschaft	3
Avelino Bourscheid	2		Ivo Hoscheid	1
Basilio Rhoden	3		Jairo Luis Flach	1
Beno Flach	3		Jandir Stulp	3
Beno Heberle	1		Joao Dionisio Hartmann	1
Beno Rechmann	2		José Joao Rechmann	2
Blasio Back	2		José Klein	3

Canisio Kist	2		José Orlando do Nascimento	1
Carlos Henrique Deters	3		Julio Klein	4
Carlos Petri	1		Julio Schneider	3
Clarice Juchem Wink	1		Lácio Laux	1
Clarimundo Kraemer	1		Lauricio Nicodem	2
Claudio Ternus	1		Leo Groth	1
Claudio Schaab	3		Lidiane Lorenz (Kiko Secco)	2
Cleno Meurer	1		Lirio Albring	3
Darci Pauli (Olmar)	3		Luis Walter	2
Darci Roque Scherer	2		Luis Cicone	1
Darcilo Weis	2		Marcio Hartmann	2
Dirceu Rhoden	2		Maria Agata Alles	1
Donato Sehn	1		Mario Gaspar Scheren	1
Edmundo Rother	1		Matilde Sehn	1
Edvino Rempel	2		Meno Kohler	1
Elmar Heck	1		Neiva Albuquerque	1
Total	79		Total	154
Saldo tabela anterior	154		Saldo tabela anterior	180
Nelson Oscar Horn	2		Roque Rudar Both	1
Otavio Dieter	2		Roque Grings	1
Otto Grings	2		Rui Schmidt	4
Paulo Elmo Hermes	3		Terezinha Mombach	3
Pedro Claudino Schmidt	1		Turibio Meurer	2
Pedro Klauck	3		Urbano Christ	3
Pedro Schaab	1		Valdir Fritzen	1
Bertilo Bonhemberger	1		Valdir Luis Back	1
Renato José Scheren	1		Valdir Specht	2
Renato Wolfart	3		Werno H. Kunh	3
Renito Kaefer	1		Vilmar Ebbing	2
Rita Baumgratz	4		Vunibaldo Heck	2
Roberto Braun	1		Werner Kichow	4
Rolando Zoz (Alzira)	1		Total	209
Total	180		TOTAL GERAL	209

Parágrafo único. Os saldos existentes abaixo do valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), poderão ser ainda descontados com serviços prestados de Máquinas do Município ao produtor rural e pelos programas de inseminação artificial, até o limite da data de 31.08.2013.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 21 de junho de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto N.º 1537/2013

DECRETO N.º 1537/2013 de 25 de junho de 2013.
DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 26 de junho de 2013, no período vespertino a partir das 16h, em virtude do jogo de futebol da Seleção Brasileira.

Art. 2º Todas as repartições públicas municipais atenderão os serviços emergenciais e de urgência neste período.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 25 de junho de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado na presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto N° 1536/2013

DECRETO N° 1536/2013, de 21 de junho de 2013.
FIXA VALORES A SEREM PAGOS PARA CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E CIRURGIAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DA SAÚDE, CREDENCIADAS PELO FMS DE TUNÁPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas e de acordo com a Lei Orgânica do Município, artigo 25, da Lei Federal nº 8666/93 e suas alterações,
D E C R E T A:

Art. 1º Ficam fixados os valores a serem pagos com recursos do Fundo Municipal de Saúde – FMS de Tunápolis - SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 12.273.240/0001-49, para credenciamento de clínicas e profissionais para realização de consultas e cirurgias especializadas na área da saúde, da seguinte forma:

ESPECIALIDADES				CUSTOS EM R\$	
Item	Qtde	Unid.	Especificação	Valr. Unit.	Valr. Total

1	200	Unid.	Consulta ginecologista	60,00	12.000,00
2	30	Unid.	Consulta otorrinolaringologista	60,00	1.800,00
3	450	Unid.	Consulta psiquiatria	70,00	31.500,00
4	05	Unid.	Cirurgia de septoplastia	900,00	4.500,00
5	05	Unid.	Cirurgia de septo Turbines	900,00	4.500,00
6	05	Unid.	Cirurgia de polipose nasal	900,00	4.500,00

Art. 2º Os preços serão reajustados anualmente, a partir da publicação do Edital de Credenciamento, conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), apurado pelo IBGE, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tunápolis - SC, 21 de junho de 2013.
ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em Controladoria Interna.

Decreto N° 1538/2013

DECRETO N° 1538/2013, DE 28 DE JUNHO DE 2013.
DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1.126/2013,

DECRETA:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal determina a abertura de Créditos Adicionais Suplementares na Lei de Meios vigente, no valor de até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o qual será onerado à conta da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ. 16.482.0010.X.XXX Programa de Auxílio Financeiro - Pró-Casa
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, a redução parcial e/ou total da dotação orçamentária constante da Lei de Meios vigente, a seguir especificada:

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL
Proj./Ativ. 16.481.0010.1.023 Aquisição Área, Constr. e Reforma Unidades Habitacionais
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 30.000,00

Art. 3º Em consequência da abertura do crédito adicional especial determinado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do Plano Plurianual para quadriênio 2010/2013 - Lei Municipal nº. 1.093 de 05 de dezembro de 2013; da Lei de Diretrizes Orçamentárias - Lei Municipal nº. 1.095 de 05 de dezembro de 2013; e, da Lei Orçamentária Anual - Lei

Municipal nº. 1.097 de 12 de dezembro de 2013 serão alterados nas importâncias correspondentes, no valor de R\$ 30.0000,00 (trinta mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis - SC,
em 28 de junho de 2013.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico em controladoria Interna.

Portaria Nº. 3.385/2013

PORTARIA Nº. 3.385/2013

Em 25 de Junho de 2.013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar 025/2010 e alterações;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear, JOEL ROQUE SPIES, para exercer o cargo de MESTRE EM EDIFICAÇÕES, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, cargo este de provimento EFETIVO, Nível TSG 6 - A-018, baseado no Decreto nº 1.521/2013 de 23 de Abril de 2013, referente à homologação da classificação do Concurso Público nº 02/2013, percebendo vencimentos e vantagens previstas na mesma Lei e sujeito ao Estágio Probatório conforme LEI.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Julho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 25 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.386/2.013

PORTARIA Nº. 3.386/2.013

Em 27 de Junho de 2.013

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, baseado na Lei Complementar nº. 025/2010 de 21 de dezembro de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, o Servidor público efetivo CELSO REIS, da função gratificada de 30% (trinta por cento), conforme artigo 9º da Lei Complementar nº. 025/2010, sobre o seu vencimento a título de CHEFE DE DIVISÃO DE URBANISMO, na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, neste Município.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em 01 de Julho de 2.013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 27 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.387/2013

PORTARIA Nº. 3.387/2013

Em 27 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", ao servidor EDISON BIEGER, Portaria de Nomeação nº. 1.109/2002, com o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO.

Período de aquisição: 10.03.08 à 09.03.13

Fruição: 01/07/2013 à 09/08/2013 (40 dias), dando como quite referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 27 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Portaria Nº. 3.388/2013

PORTARIA Nº. 3.388/2013

Em 27 de Junho de 2013

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseada na Lei Complementar 13/2006, artigo 73;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA PRÊMIO", a servidora CLEONICE DEISE YESS, Portaria de Nomeação nº. 1.950/2007, com o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL.

Período de aquisição: 01.10.07 à 30.09.12

Fruição: 18/07/2013 à 16/09/2013 (60 dias), dando como quite referido período aquisitivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.
Em 27 de Junho de 2.013.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta portaria foi publicada na Presente data

ELISABETH INÊS HEBERLE SCHERER
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Processo de Licitação N° 21/2013 Fundo

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 21/2013

Edital de Pregão Presencial n° 12/2013

O Município de Tunápolis, através do Fundo Municipal da Saúde, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma

da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a aquisição de materiais de limpeza, utensílios, copa e cozinha a serem utilizados nas Unidades de Saúde para o desenvolvimento das atividades do setor, de acordo com as especificações, quantitativos, constantes nos anexos, partes integrantes deste ato convocatório.

Entrega das propostas até às 8h45min do dia 10/07/2013.

Informações do Edital, no Setor de Compras do

Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.

Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 26 de junho de 2013.

BRUNO JOSÉ HEBERLE

Gestor do Fundo

Turvo

PREFEITURA

Contrato PMT 59/2013

CONTRATO N.º 59/2013

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TURVO/SC

CONTRATADO: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.

DO OBJETO: A contratação de empresa especializada para a construção de um espaço escolar urbano com 6 (seis) salas de aulas na Estrada Geral TVO 362 no município de Turvo/SC.

TOMADA DE PREÇO N° 46/2013

DA VIGÊNCIA: 26/06/2013 A 26/03/2014

DO VALOR: R\$ 944.670,97 (novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e setenta reais e noventa e sete centavos)

DATA DA ASSINATURA: 26/06/2013

Turvo 27 de Junho de 2013.

RONALDO CARLESSI

Prefeito de Turvo

Vargem Bonita

PREFEITURA

Retificação Processo 023/2013 Pregão 012/2013

RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 023/2013

EDITAL DE PREGÃO N° 012/2013

AQUISIÇÃO DE VEÍCULO 0 (ZERO) KM, TIPO PICKUP PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA.

O Município de Vargem Bonita, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Coronel Vitorio, n° 966, Centro, Vargem Bonita, SC, CEP 89675-000 através de sua Prefeita Exma. Senhora Melania Aparecida Roman Meneghini, TORNA PÚBLICO a presente RETIFICAÇÃO do Edital de Pregão n° 012/2013, Processo Licitatório n° 023/2013, conforme a seguir:

ART. 1º - Ficam suprimidos os requisitos dos itens onde se pede "para-choque da mesma cor do veículo" e "abertura interna do tanque de combustível".

ART. 2º - Fica alterado o requisito do item onde se pede a garantia do veículo, passando a ser de "no mínimo 1 ano, sem limite de quilometragem".

ART. 3º - Permanecem inalterados os demais artigos do Edital.

Vargem Bonita, SC, 26 de junho de 2013.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

Pregão Presencial Para Registro de Preço N°. 43.2013 - Eventual Contr. Prestação de Serviço Trator de Esteira

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO N°. 43.2013

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO N°. 43.2013

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRATOR DE ESTEIRA COM PESO OPERACIONAL DE 13.000 KG. NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2013.

OBS: O equipamento deverá ser disponibilizado em prazo imediato após emissão de requisição por parte do setor competente da prefeitura, sendo que o serviço deverá ser executado nas diversas localidades do território municipal em trabalhos de escavação e remoção de aterro na manutenção do sistema viário.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA N°. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n°. 43/2013, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei n°. 10.520, de 17/07/2002, Decreto n°. 3.555, de 08/08/2000, Decreto n°. 3.693 de 20/12/2000, Decreto n°. 3.784 de 06/04/01, Lei n°. 6.474, de 06/08/2002, Decreto n°. 0199, de 09/06/2003, Decreto n°. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal n°. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 09 DE JULHO DE 2013, às 09:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal

Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda n°. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-1122, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos 27 de junho de 2013
Prefeito
LAÉRCIO DA CRUZ

Videira

PREFEITURA

Portaria N° 0387/13

PORTARIA n° 0387/13
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar n° 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo n° 9.743/2013,

RESOLVE

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses a NEOCIR CAMARGO DE GODOI, Trabalhador Braçal, de 1° de julho de 2013 até 1° de outubro de 2013, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2005 até 02 de fevereiro de 2010.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 1° de julho de 2013.

Videira, 24 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria N° 0388/13

PORTARIA N° 0388/13

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o n° 20022080.1.00032/13-3, nos assentos funcionais do servidor JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA, detentor da matrícula funcional n° 5100, e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL INTERINO DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo n° 9.777/2013,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor JACIR ANTONIO PEREIRA DA SILVA, detentor da matrícula n° 5100 e do cargo de provimento efetivo de Trabalhador Braçal da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o n° 20022080.1.00032/13-3, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogada as disposições em contrário.

Videira, 25 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 25 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria N° 0389/13

PORTARIA n° 0389/13

Nomeia Comissão de Processo Disciplinar para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo n° 9947/2013

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município, no art. 281 e seguintes da Lei Complementar n° 130/12,

RESOLVE

Art. 1º Designar os servidores FRANCIELI DAYANA BINDER, ADRIANO ZUFFO e IZABEL APARECIDA BALBINOTT, para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Processo Disciplinar, a fim de apurarem, no prazo de 90 (noventa) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo n° 9947/2013.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei n° 2.070/08 e do Decreto n° 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 26 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 26 dias do mês de junho de 2013.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL
Secretário de Administração

Dispensa de Licitação N. 16/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 16/13 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 16/13 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2013

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA SER INSTALADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS VILSON PEDRO KLEINUBING E CRIANÇA DO FUTURO.

CONTRATADA: FORMATTO NET LTDA - ME.

Valor R\$: 1.977,60 (um mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II e IV, da Lei de Licitações.

Videira - SC, 26 de Junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Homologação Concorrência N° 01/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

CONCORRÊNCIA N° 01/2013

PROCESSO N° 80/2013

HOMOLOGAÇÃO: 06/06/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA PRESTAR SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E TRATAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS, BEM COMO, COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, ATRAVÉS DE ATERRO SANITÁRIO, EM IMÓVEL DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA, POSSUIDORA DE TODAS A LICENÇAS AMBIENTAIS NECESSÁRIAS, NOS TEMOS ESPECIFICADOS NO PROJETO BÁSICO.

CONTRATADO: VT ENGENHARIA E CONSTR. LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 2.744.044,20 (dois milhões setecentos e quarenta e quatro mil e quarenta e quatro reais e vinte centavos)

Homologação Pregão Presencial N° 32/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 06/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 32/2013

PROCESSO N° 33/2013

HOMOLOGAÇÃO: 14/06/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: SERGIO DA SILVA ORTOPEDIA-ME.

VALOR DA DESPESA: R\$ 123.800,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos reais)

CONTRATADO: SANTA VITTA IND. E COM.DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS

VALOR DA DESPESA: R\$ 52.681,00 (cinquenta e dois mil seiscientos e oitenta e um reais)

CONTRATADO: OTTOBOCK DO BRASIL TÉCNICA ORTOPÉDICA LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Homologação Pregão Presencial N° 33/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 06/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 33/2013

PROCESSO N° 34/2013

HOMOLOGAÇÃO: 24/06/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BALÕES, BROCHES DE METAL, CANETAS E PORTA MOEDAS PARA SEREM UTILIZADOS NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO INFANTIL E NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS.

CONTRATADO: ZOZ SOETHE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

VALOR DA DESPESA: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

CONTRATADO: ON LINE COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 10.940,00 (dez mil novecentos e quarenta reais)

Homologação Pregão Presencial N° 34/2013 - FMS

O Município de Videira no mês 06/2013, através do Fundo Municipal de Saúde, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 34/2013

PROCESSO N° 35/2013

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2013

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.500,00 (dezenove mil quinhentos reais)

Homologação Pregão Presencial N° 71/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 71/2013

PROCESSO N° 99/2013

HOMOLOGAÇÃO: 20/06/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE VIDEIRA.

CONTRATADO: PORTO SEGUROS CIA DE SEGUROS GERAIS

VALOR DA DESPESA: R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.316,00 (três mil trezentos e dezesseis reais))

Homologação Pregão Presencial N° 72/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 72/2013

PROCESSO N° 100/2013

HOMOLOGAÇÃO: 26/06/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

CONTRATADO: MAQ SISTEM COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais)

CONTRATADO: GRAFICA AMÉRICA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.341,43 (nove mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos)
CONTRATADO: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 61.874,34 (sessenta e um mil oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)
CONTRATADO: ESCRIMATE COMERCIAL E SERV. INF. EIRELI
VALOR DA DESPESA: R\$ 25.016,41 (vinte e cinco mil e dezesseis reais e quarenta e um centavos)
CONTRATADO: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.188,32 (quinze mil cento e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)
CONTRATADO: OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 9.205,77 (nove mil duzentos e cinco reais e setenta e sete centavos)
CONTRATADO: INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 65.112,96 (sessenta e cinco mil cento e doze reais e noventa e seis centavos)
CONTRATADO: ALEXANDRA DOS PASSOS ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 48.944,44 (quarenta e oito mil novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
CONTRATADO: DAGEAL COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.581,23 (três mil quinhentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos)

Homologação Pregão Presencial N° 73/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 73/2013
PROCESSO N° 101/2013
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE EMULSÃO ASFÁLTICA PARA USO NO RECAPEAMENTO E OPERAÇÕES TAPA BURACO DE VIAS MUNICIPAIS PAVIMENTADAS PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
CONTRATADO: CBB IND. COM. ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 172.050,00 (cento e setenta e dois mil e cinquenta reais)

Homologação Pregão Presencial N° 74/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 74/2013
PROCESSO N° 102/2013
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO A QUENTE PARA SER UTILIZADO NA OPERAÇÃO TAPA BURACOS DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA.
CONTRATADO: COMPACT PAV - TECNOLOGIA EM ASFALTO LTDA
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.800,00 (dez mil oitocentos reais)

Homologação Pregão Presencial N° 75/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 75/2013

PROCESSO N° 103/2013
HOMOLOGAÇÃO: 10/06/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR O CONCERTO DOS BRINQUEDOS DO PARQUE INFANTIL DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL GIOVANA MARIA LOCATELLI, LOCALIZADO NO BAIRRO CIBAZÉM, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA.
CONTRATADO: HIDROMONTEKX MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.299,00 (quatro mil duzentos e noventa e nove reais)

Homologação Pregão Presencial N° 76/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 76/2013
PROCESSO N° 104/2013
HOMOLOGAÇÃO: 13/06/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONCERTO DAS ENSILADEIRAS DOS TRATORES DE PNEU DAS FROTAS 90 E 93 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.
CONTRATADO: FLORKAR MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 7.145,00 (sete mil cento e quarenta e cinco reais)

Homologação Pregão Presencial N° 77/2013 - PMV

O Município de Videira no mês 06/2013, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL N° 77/2013
PROCESSO N° 105/2013
HOMOLOGAÇÃO: 14/06/2013
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE VIDEIRA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO QUE SERÃO UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.
CONTRATADO: DELCIR BOESING ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 200.550,00 (duzentos mil quinhentos e cinquenta reais)

Pregão Presencial N° 89/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL N° 89/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 89/2013 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM PARA POLICIAMENTO E DE SINALIZADORES VISUAL E ACÚSTICO PARA ADAPTAÇÃO NESTES A SEREM UTILIZADOS PELA POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 11/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 26 de junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Pregão Presencial N° 90/2013 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL N° 90/2013-PMV

O Prefeito Municipal Interino de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 90/2013 - PMV. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS ESCOLAS, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, OBSERVATÓRIO, CENTRO DE EVENTOS VITÓRIA, SEDE DA BANDA MUNICIPAL, PAÇO MUNICIPAL, DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 12/07/2013. 4. ABERTURA DA SESSÃO: às 09:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 26 de Junho de 2013.
LOURENÇO BECKER
Prefeito Municipal Interino

Aditivo N° 159/2013

Aditivo nº: 159/2013.
Contrato/Ata nº: 71/2013.
Licitação: PR 18/2010-FMS.
Contratada: RENATO PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA.

Objeto: Incluir às Clausulas 1ª e 2ª os itens 32 a 37, referente a peças e mão de obra, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Saúde, parecer jurídico e autorização do Sr. Prefeito Municipal.
Valor: R\$ 414,00.
Data: 03/06/2013.

Aditivo N° 160/2013

Aditivo nº: 160/2013.
Contrato/Ata nº: 129/2012.
Licitação: PR 113/2012.
Contratada: J.A SONORIZAÇÕES LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato com efeitos a partir de 07 de junho de 2013 até 06 de novembro de 2013.
Data: 04/06/2013.

Aditivo N° 162/2013

Aditivo nº: 162/2013.
Contrato/Ata nº: 103/2012.
Licitação: TP 13/2012.
Contratada: ADEMIR LUIZ BOGONI - FIRMA INDIVIDUAL - EPP.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2013.
Data: 14/06/2013

Aditivo N° 163/2013

Aditivo nº: 163/2013.
Contrato/Ata nº: 104/2012.
Licitação: TP 13/2012.
Contratada: CONCRETOS FARROUPILHA LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2013.
Data: 14/06/2013.

Aditivo N° 164/2013

Aditivo nº: 164/2013.
Contrato/Ata nº: 105/2012.
Licitação: TP 13/2012.
Contratada: SÉCULOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato, previsto na Cláusula 5ª, com efeitos a partir de 19 de abril de 2013 até 30 de dezembro de 2013.
Data: 17/06/2013.

Aditivo N° 165/2013

Aditivo nº: 165/2013.
Contrato/Ata nº: 71/2013.
Licitação: PR 61/2013.
Contratada: RETILÍDER RETÍFICA DE MOTORES LTDA.

Objeto: Incluir às Clausulas 1ª e 2ª as peças solicitadas pela Secretaria de Infraestrutura para conserto do Rolo Compactador Vibratório Autopropulsor Muller Vap 55, Frota 62, conforme justificativa apresentada.
Valor: R\$ 1.937,50
Data: 17/06/2013.

Extrato do Contrato N° 128/2013

Contrato nº: 128/2013
Data de Assinatura: 12/06/2013
Fornecedor : PNCQ - PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE QUALIDADE
Valor : R\$ 6.629,16 (seis mil e seiscentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos)
Licitação : Dispensa de Licitação nº 01/2013-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSCRIÇÃO EM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE DE EXAMES LABORATORIAIS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 129/2013

Contrato nº: 129/2013
Data de Assinatura: 13/06/2013
Fornecedor : FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : R\$ 7.145,00 (sete mil e cento e quarenta e cinco reais)
Licitação : Pregão Presencial nº 76/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DAS ENSILADEIRAS DOS TRATORES DE PNEU DAS FROTAS 90 E 93 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Extrato do Contrato N° 130/2013

Contrato n°: 130/2013

Data de Assinatura: 20/06/2013

Fornecedor : GENTE SEGURADORA S.A.

Valor : R\$ 3.316,00 (três mil e trezentos e dezesseis reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 71/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE VIDEIRA.

Extrato do Contrato N° 131/2013

Contrato n°: 131/2013

Data de Assinatura: 20/06/2013

Fornecedor : PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Valor : R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 71/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA DE VIDEIRA.

Extrato do Contrato N° 132/2013

Contrato n°: 132/2013

Data de Assinatura: 20/06/2013

Fornecedor : GENTE SEGURADORA S.A.

Valor : R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 34/2013-FMS

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DOS VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato do Contrato N° 133/2013

Contrato n°: 133/2013

Data de Assinatura: 20/06/2013

Fornecedor : GENTE SEGURADORA S.A.

Valor : R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 01/2013-FIA

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGUROS PARA COBERTURA DO VEÍCULO DO FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.

Extrato do Contrato N° 134/2013

Contrato n°: 134/2013

Data de Assinatura: 20/06/2013

Fornecedor : MARIANA POMERENING STEFANES ME

Valor : R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

Licitação : Inexigibilidade de Licitação n° 08/2013

Objeto : REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS MESES DE JUNHO A DEZEMBRO DE 2013, PARA O GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA, BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 240 REVISTAS.

Extrato do Contrato N° 135/2013

Contrato n°: 135/2013

Data de Assinatura: 21/06/2013

Fornecedor : COPAVIDI - COOPERATIVA DE PEQUENOS AGRICULTORES DE VIDEIRA E IOMERÊ

Valor : R\$ 287.058,30 (duzentos e oitenta e sete mil e cinquenta e

oito reais e trinta centavos)

Licitação : Chamada Pública n° 01/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA O FORNECIMENTO DA MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, MATRICULADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEMEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO, VERBA FNDE/PNAE/PNAC.

Extrato do Contrato N° 136/2013

Contrato n°: 136/2013

Data de Assinatura: 24/06/2013

Fornecedor : ZOZ SOETHE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Valor : R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 33/2013-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA USO NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO INFANTIL E NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS.

Extrato do Contrato N° 137/2013

Contrato n°: 137/2013

Data de Assinatura: 24/06/2013

Fornecedor : ONLINE COMÉRCIO DE BOLSAS LTDA

Valor : R\$ 10.940,00 (dez mil e novecentos e quarenta reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 33/2013-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA USO NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO INFANTIL E NO PROGRAMA DST/HIV/AIDS E HEPATITES VIRAIS.

Extrato do Contrato N° 138/2013

Contrato n°: 138/2013

Data de Assinatura: 25/06/2013

Fornecedor : REUNIDAS TURISMO S.A

Valor : R\$ 20.141,90 (vinte mil e cento e quarenta e um reais e noventa centavos)

Licitação : Inexigibilidade de Licitação n° 03/2013-FMS

Objeto : AQUISIÇÃO DE PASSAGENS PARA ATENDIMENTO FORA DO DOMÍLIO A PACIENTES E ACOMPANHANTES (QUANDO HOUVER INDICAÇÃO MÉDICA) COM ENCAMINHAMENTO PARA AS ESPECIALIDADES MÉDICAS NÃO EXISTENTES NO MUNICÍPIO.

Extrato do Contrato N° 139/2013

Contrato n°: 139/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : MAQ SISTEM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Valor : R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 140/2013

Contrato n°: 140/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : GRÁFICA AMÉRICA LTDA

Valor : R\$ 9.341,43 (nove mil e trezentos e quarenta e um reais e

quarenta e três centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 141/2013

Contrato nº: 141/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : ROBERTO TESSARO & CIA LTDA
Valor : R\$ 61.874,34 (sessenta e um mil e oitocentos e setenta e quatro reais e trinta e quatro centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 142/2013

Contrato nº: 142/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI
Valor : R\$ 25.016,41 (vinte e cinco mil e dezesseis reais e quarenta e um centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 143/2013

Contrato nº: 143/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Valor : R\$ 15.188,32 (quinze mil e cento e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 144/2013

Contrato nº: 144/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : R\$ 9.205,77 (nove mil e duzentos e cinco reais e setenta e sete centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 145/2013

Contrato nº: 145/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : INFOTRIZ COMERCIAL LTDA
Valor : R\$ 65.112,96 (sessenta e cinco mil e cento e doze reais e noventa e seis centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 146/2013

Contrato nº: 146/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : ALEXANDRA DOS PASSOS ME
Valor : R\$ 48.944,44 (quarenta e oito mil e novecentos e quarenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 147/2013

Contrato nº: 147/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : DAGEAL COMÉRCIO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO LTDA
Valor : R\$ 3.581,23 (três mil e quinhentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos)
Licitação : Pregão Presencial nº 72/2013

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DE AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO, INFRAESTRUTURA, TURISMO E CULTURA, EDUCAÇÃO, CHEFIA DE GABINETE, POLÍCIA CIVIL, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS.

Extrato do Contrato N° 148/2013

Contrato nº: 148/2013
Data de Assinatura: 26/06/2013
Fornecedor : FORMATO NET LTDA
Valor : R\$ 1.997,60 (um mil e novecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)
Licitação : Dispensa de Licitação nº 16/2013

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ACESSO A INTERNET VIA FIBRA OPTICA PARA SER INSTALADA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS VILSON PEDRO KLEINUBING E CRIANÇA DO FUTURO.

Extrato do Termo Aditivo N. 0148/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0148/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VERA LÚCIA FERREIRA
CPF: 585.081.209-15
VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0151/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0151/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: SOLIANA SILVA DOS SANTOS
 CPF: 029.832.939-55
 VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0152/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0152/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: CARMEM ALEXANDRA PINTO
 CPF: 047.835.349-93
 VIGÊNCIA: de 05 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0291/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0291/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: LUCIANE BALESTIERI MOURA
 CPF: 944.555.709-34
 VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 06 de agosto de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0299/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0299/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: DELIRES PIRAN
 CPF: 016.951.639-31
 VIGÊNCIA: de 14 de fevereiro de 2013 até 20 de dezembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0410/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0410/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: IARA ODILCE SOARES
 CPF: 425.589.849-68
 VIGÊNCIA: de 21 de março de 2013 até 20 de dezembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0463/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0463/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: ANGELA DIAS DOS SANTOS
 CPF: 956.862.820-72
 VIGÊNCIA: de 01 de abril de 2013 até 20 de setembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0492/2013

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0492/2013
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
 CONTRATADA: SIRLEI TEREZINHA CORDEIRO DA SILVA CAMPOS
 CPF: 584.101.809-44
 VIGÊNCIA: de 03 de abril de 2013 até 20 de dezembro de 2013
 LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Editais de Convocação N° 035/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 035/2013

PROCESSO SELETIVO N° 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADA CARGO

1 - Cristiane Souza Auxiliar de Serviços Gerais

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 24 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Editais de Convocação N° 036/13

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 036/2013

PROCESSO SELETIVO N° 11/2009

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocado o candidato abaixo relacionado para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificado no Processo Seletivo nº 11/2009:

CONVOCADO	CARGO
1 - Sinval José Dissegna	Motorista I - Veículos de Passeio, Vans e Utilitários Pequenos

O convocado deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;



- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo;

Videira, 26 de junho de 2013.

LOURENÇO BECKER

Prefeito Municipal Interino

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 100/2013

Ata de Registro de Preços n°: 100/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : COMERCIAL ATACADISTA SOL MIO LTDA

Valor: R\$ 5.869,75 (cinco mil e oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e cinco centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 101/2013

Ata de Registro de Preços n°: 101/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Valor: R\$ 5.121,72 (cinco mil e cento e vinte e um reais e setenta e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 102/2013

Ata de Registro de Preços n°: 102/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : SIMIONATO PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA

Valor: R\$ 7.173,00 (sete mil e cento e setenta e três reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 103/2013

Ata de Registro de Preços n°: 103/2013

Data de Assinatura: 27/06/2013

Fornecedor : AIRTON SILVA DA MOTTA ME

Valor: R\$ 15.049,76 (quinze mil e quarenta e nove reais e setenta e seis centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 91/2013

Ata de Registro de Preços n°: 91/2013

Data de Assinatura: 14/06/2013

Fornecedor : DELCIR BOESING ME

Valor: R\$ 200.550,00 (duzentos mil e quinhentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 77/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE TUBOS DE CONCRETO QUE SERÃO UTILIZADOS NA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS DO MUNICÍPIO PELA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 92/2013

Ata de Registro de Preços n°: 92/2013

Data de Assinatura: 14/06/2013

Fornecedor : SÉRGIO DA SILVA ORTOPEDIA ME

Valor: R\$ 123.800,00 (cento e vinte e três mil e oitocentos reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 32/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DE ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 93/2013

Ata de Registro de Preços n°: 93/2013

Data de Assinatura: 14/06/2013

Fornecedor : SANTA VITTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA

Valor: R\$ 52.681,00 (cinquenta e dois mil e seiscentos e oitenta e um reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 32/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DE ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 94/2013

Ata de Registro de Preços n°: 94/2013

Data de Assinatura: 14/06/2013

Fornecedor : OTTO BOCK DO BRASIL TÉCNICA ORTOPÉDICA LTDA

Valor: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 32/2013-FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DOS PACIENTES QUE FAZEM PARTE DO PROGRAMA DE ÓRTESES E PRÓTESES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 95/2013

Ata de Registro de Preços n°: 95/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Valor: R\$ 93.050,91 (noventa e três mil e cinquenta reais e noventa e um reais)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 96/2013

Ata de Registro de Preços n°: 96/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : MERCADO RZ LTDA

Valor: R\$ 38.535,95 (trinta e oito mil e quinhentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 97/2013

Ata de Registro de Preços n°: 97/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Valor: R\$ 25.086,20 (vinte e cinco mil e oitenta e seis reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 98/2013

Ata de Registro de Preços n°: 98/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA

Valor: R\$ 1.190,73 (um mil e cento e noventa reais e setenta e três centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Extrato da Ata de Registro de Preços N° 99/2013

Ata de Registro de Preços n°: 99/2013

Data de Assinatura: 26/06/2013

Fornecedor : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA

Valor: R\$ 13.112,23 (treze mil e cento e doze reais e vinte e três centavos)

Licitação : Pregão Presencial n° 79/2013

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA SER UTILIZADO PELOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ESCOLAS MUNICIPAIS, BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL E PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Vitor Meireles**PREFEITURA****Ata de Registro de Preços N° 23/2013**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N°. 23/2013 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES

Aos 20 de Junho de 2013, no Departamento de Compras, do município de Vitor Meireles, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n°. 23/2013, na Ata de Julgamento de Preços homologada em 20/06/2013, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o selecionar propostas objetivando Registro de Preços para aquisição de Aquisição de lubrificantes diversos para uso na frota rodoviária Municipal, para uso na Secretaria de Obras, cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

1.2 As licitantes registradas para os itens cotados são as seguintes:

6225.1 - AUTO POSTO FISTAROL LTDA

Item	Uni	Produto	Marca	Quantidade	Prç Unit.	Prç Tot.
00001	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE15W40 API-CG4 BALDE 20 LITROS		110,00000	175,0000	19.250,0000
00002	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CG4 GALAO 03 LITROS		170,00000	33,0000	5.610,0000
00003	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CG4 EMB. 01 LITRO		80,00000	11,0000	880,0000
00009	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE 5W30 API SL/CF 1L		100,00000	25,50000	2.550,0000
00011	UN	OLEO TRANSMISSAO/DIFERENCIAL API GL-5 SAE90 BALDE 20 LITROS		20,00000	190,0000	3.800,0000
00014	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE 15W40 API CI-4 BALDE 20 LITROS		15,00000	225,0000	3.375,0000
Total do Fornecedor:		35.465,0000				

6227.8 - MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

00004	UN	OLEO HIDRAULICO 150VG 68 BALDE 20 LITROS		90,00000	118,0000	10.620,0000
00005	UN	OLEO HIDRAULICO 150VG68 GALAO 05 LITROS		15,00000	35,0000	525,0000
00006	UN	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA BALDE 20LITROS		15,00000	230,0000	3.450,0000
00007	UN	OLEO TRANSMISSAO AUTOMATICA/DIRECAO HIDRAULICA TIPO ATF-TA EMBALAGEM 01 LITRO		100,00000	15,0000	1.500,0000
00008	UN	OLEO HIDRAULICO TRANSMISSAO API SAE 10W BALDE 20 LITROS		40,00000	210,0000	8.400,0000
00010	UN	OLEO MOTOR/TRANSMISSAO SAE 30APICF-CD BALDE 20 LITROS		10,00000	143,0000	1.430,0000
00012	UN	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL API GL-5 SAE 140 BALDE 20 LITROS		6,00000	190,0000	1.140,0000
00013	UN	OLEO MOTOR ETANOL/GASOLINA SAE 20W50A-PISL EMBALAGEM 01 LITRO		100,00000	14,0000	1.400,0000
00015	UN	OLEO MOTOR DIESEL SAE 50API CF-CD BALDE 20 LITROS		5,00000	170,0000	850,0000
00016	UN	OLEO TRANSMISSAO DIFERENCIAL SAE 85W140 API GL-5 BALDE 20 LITROS		5,00000	190,0000	950,0000
00017	UN	OLEO MOTOR ETANOL GASOLINA SEMI-SINTETICO SAE 5W30 API-SM EMBALAGEM 01 LITRO		150,00000	23,0000	3.450,0000
Total do Fornecedor:		33.715,0000				

Total do Fornecedor: 33.715,0000

Total de Itens: 69.180,0000

1.3 Este instrumento não obriga a PMVM a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do Artigo 15, Parágrafo 4º. da Lei nº. 8.666/93.

1.4 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1 Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.4.2 O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, nos termos do Artigo 65, Inciso II, Alínea "d" da Lei nº. 8.666/93 e, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.5 Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o FMS solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.4.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº. 23/2013 e seus anexos;
- b) Proposta das Licitantes.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, nos termos do § 3º., Inciso III do Artigo 15 da Lei nº. 8.666/93.

4 DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS

4.1 A entrega dos produtos bem como a troca de óleo dos veículos será na sede das empresas vencedoras e será parcelada sendo que o prazo de entrega será de 24 horas após o recebimento da Ordem de Compra.

5 DO PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 O Pagamento será realizado de acordo com a quantia dos produtos entregues e apresentação da nota fiscal, sendo que só será realizado o pagamento após todos os itens solicitados ter sido entregues.

5.2 Os preços serão reajustados, com base no índice de variação de preço repassada pela distribuidora, sendo de responsabilidade da empresa vencedora comprovar tal variação mediante apresentação de Notas Fiscais de compras emitidas até 10 dias anteriores a licitação e Nota de Compras com valores reajustados.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

6.1 A PMVM poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar baixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a PMVM não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificadas pela PMVM.

7 DAS PENALIDADES

7.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estará a empresa fornecedora sujeita às seguintes penalidades:

I – Advertência;

II – Multa:

1- De 1,0% (um) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor);

2- De até 40% (quarenta por cento) sobre o valor global dos objetos registrados nesta Ata (do respectivo fornecedor), no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

III – Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração não superior a 05 (cinco) anos, na modalidade Pregão, aplicada segundo a natureza e gravidade da falta cometida, com a consequente rescisão contratual;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III, com a consequente rescisão contratual.

Parágrafo Único: As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo administrativo, no

prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação.

7.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

7.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização da PMVM.

10.2. Eleggem as partes contratantes o Foro desta cidade de Presidente Getúlio - SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Vitor Meireles - SC, em 20 de Junho de 2013.

COMISSÃO:

IVANDRO ANZINI

Pregoeiro

JAIR WIPPEL

Equipe de Apoio

VALDELI JOSÉ SEBASTIÃO

Equipe de Apoio

MFB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA

MARINEUSA FOSSA BERNARDY

Contratada

AUTO POSTO FISTAROL LTDA

EDIO REGIS FISTAROL

Contratada

Xavantina

PREFEITURA

PP 33/2013

PREFEITURA MUNICIPAL DE XAVANTINA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 32/2013 - PMXV

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de peças genuínas e prestação de serviços para conserto de caminhão Ford Cargo 1722, placas MDN-5772, pertencente à frota do Departamento de Transportes, conforme relação de lote e especificações constantes no Anexo "C" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 do dia 10/07/2013.

Abertura: dia 10/07/2013, às 09:00.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às

11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 28 de junho de 2013.
MAURO JUNES POLETO
 Prefeito Municipal

Associações

EGEM

Edital N°54/2013 _Servidores S Públicos Municipais _fpolis _AMERIOS

EDITAL N° 54/2013

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS: TEMAS POLÊMICOS

1. OBJETIVO DO CURSO

Proporcionar aos agentes públicos o conhecimento ou atualização das normas legais e da jurisprudência dos Tribunais de Justiça e de Contas, aplicáveis aos servidores públicos.

2. PÚBLICO-ALVO

Agentes eletivos, Secretários Municipais, pessoal de RH, procuradores e contadores

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Florianópolis/SC (a definir, acompanhar no hot site da EGEM)
Período das inscrições	28/06 à 09/09/2013
Vencimento do boleto de cobrança	09/09/2013
Homologação das inscrições	11/09/2013
Período de realização	23 e 24/09/2013
Carga horária total	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	60 vagas

Cidade/Local	Maravilha/SC Av. Euclides da Cunha, 160 Caixa Postal: 047
Período das inscrições	28/06 à 01/10/2013
Vencimento do boleto de cobrança	01/10/2013
Homologação das inscrições	03/10/2013
Período de realização	15 e 16/10/2013
Carga horária total	15 horas/aulas
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00

Demais participantes

R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC – CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 – Dados bancários: Banco do Brasil – Agência 5255-8 – Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro Dia	
8h30 às 12h	1. Revisão do Plano de Cargos e Vencimentos: cuidados especiais 2. Alteração de carga horária e vencimento x direito adquirido e irredutibilidade de vencimentos 3. Limite de gastos com pessoal: como e quais medidas proceder?

	4. Complemento de aposentadoria: o problema do RGPS 5. Desvio de função x remuneração x responsabilidade do gestor 6. Acumulação de proventos de aposentadoria e vencimentos na ativa 7. Transformação do regime celetista para estatutário 8. Contratação temporária: possibilidades, regime jurídico e seleção
13h30 às 17h30	9. Readaptação: quando e como proceder?
Segundo Dia	
	Jornada de trabalho de profissões regulamentadas Demissão por infração funcional: principais erros cometidos Férias e 13º para os agentes eletivos: quem tem o direito?
8h30 às 12h	13. Cuidados para o não cometimento de ato de improbidade administrativa

7. PALESTRANTES

Marcos Fey Probst

Mestre pela UFSC. Bacharel em Direito pela UFSC. Palestrante na área do Direito Administrativo. Professor convidado em cursos de Pós-graduação na Unisul, Estácio de Sá, Uniplac e Unoesc. Atuou como Assessor Jurídico da FECAM, na assessoria direta aos municípios. Docente da Escola de Gestão Pública Municipal, desde 2007.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.
§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.
§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto

estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM



O Poder Legislativo Municipal Acessível ao Cidadão

O Programa de Gestão das Câmaras de Vereadores, contém aplicativos para controle da tramitação de matérias, para o gerenciamento dos portais institucionais na internet, além de prover contas de e-mail aos vereadores e servidores das câmaras municipais.

- Controle da tramitação legislativa
- Desenvolvimento de portal institucional na internet
- Autonomia no gerenciamento do conteúdo do portal
- Contas de email para vereadores e servidores
- Canal direto com o cidadão
- Cumprimento da Lei de Acesso a Informação (Lei 12.527/2011)
- Módulo especial para as publicações obrigatórias da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000) e demais regulamentações
- Economia de recursos públicos

www.ciga.sc.gov.br

Consórcios

CINCO

Balancete 05 _2013

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 1/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	7.069.263,23D	1.326.898,35	1.076.264,16	7.319.897,42D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	453.984,47D	259.677,45	272.033,01	441.628,91D
1.1.1			DISPONÍVEL	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1			DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1.2			BANCOS CONTA MOVIMENTO	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1.2.99			OUTRAS CONTAS	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1.2.99.02			BANCO DO BRASIL	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1.2.99.02.01			BANCO DO BRASIL - MOVIMENTO	122.830,90D	259.677,45	247.851,51	134.656,84D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317)	F	0	B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5	10.313,81D	2.584,16	6.212,81	6.685,16D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961)	F	0	B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9	38.202,69D	48.758,95	26.705,51	60.256,13D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962)	F	0	B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5	5.529,29D	5.016,77	7.674,63	2.871,43D
1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963)	F	0	B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7	68.785,11D	203.317,57	207.258,56	64.844,12D
1.1.2			CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	331.153,57D	0,00	24.181,50	306.972,07D
1.1.2.2			DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	331.153,57D	0,00	24.181,50	306.972,07D
1.1.2.2.1			ENTIDADES DEVEDORAS	331.153,57D	0,00	24.181,50	306.972,07D
1.1.2.2.1.02			ENTIDADES ESTADUAIS, DISTRITAIS E MUNICIPAIS	331.153,57D	0,00	24.181,50	306.972,07D
1.1.2.2.1.02.00.00.01			MIP - Fixo	4.997,62D	0,00	0,00	4.997,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0001 (16959)	P	0	MATOS COSTA	3.247,62D	0,00	0,00	3.247,62D
1.1.2.2.1.02.00.00.01.0002 (16960)	P	0	TIMBÓ GRANDE	1.750,00D	0,00	0,00	1.750,00D
1.1.2.2.1.02.00.00.02			MIP - Variável	317.149,60D	0,00	24.181,50	292.968,10D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0001 (16961)	P	0	CAÇADOR	236.023,37D	0,00	0,00	236.023,37D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0002 (16962)	P	0	LEBON RÉGIS	24.181,50D	0,00	24.181,50	0,00
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0003 (16963)	P	0	MATOS COSTA	15.499,22D	0,00	0,00	15.499,22D
1.1.2.2.1.02.00.00.02.0004 (16964)	P	0	TIMBÓ GRANDE	41.445,51D	0,00	0,00	41.445,51D
1.1.2.2.1.02.00.00.03			ADMINISTRATIVAS	9.006,35D	0,00	0,00	9.006,35D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0001 (16965)	P	0	MATOS COSTA	2.895,24D	0,00	0,00	2.895,24D
1.1.2.2.1.02.00.00.03.0002 (16966)	P	0	TIMBÓ GRANDE	6.111,11D	0,00	0,00	6.111,11D
1.4			ATIVO PERMANENTE	36.970,56D	5.767,99	0,00	42.738,55D
1.4.2			IMOBILIZADO	36.970,56D	5.767,99	0,00	42.738,55D
1.4.2.1			BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	36.970,56D	5.767,99	0,00	42.738,55D
1.4.2.1.2			BENS MÓVEIS	36.970,56D	5.767,99	0,00	42.738,55D
1.4.2.1.2.12 (357)	P	0	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	95,00D	0,00	0,00	95,00D
1.4.2.1.2.30 (368)	P	0	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	67,49D	0,00	0,00	67,49D
1.4.2.1.2.33 (370)	P	0	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	1.375,00D	0,00	0,00	1.375,00D
1.4.2.1.2.34 (371)	P	0	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	8.278,00D	0,00	0,00	8.278,00D
1.4.2.1.2.35 (372)	P	0	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	5.012,51D	0,00	0,00	5.012,51D
1.4.2.1.2.40 (376)	P	0	MAQ.EQUIP.UTENSÍLIOS AGRI/AGROP.E RODOVIARIOS	15.070,00D	0,00	0,00	15.070,00D
1.4.2.1.2.42 (377)	P	0	MOBILIÁRIO EM GERAL	7.072,56D	5.767,99	0,00	12.840,55D
1.9			ATIVO COMPENSADO	6.578.308,20D	1.061.452,91	804.231,15	6.835.529,96D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 2/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.1			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00D	514.443,52	514.443,52	2.955.000,00D
1.9.1.1			ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00D	257.221,76	257.221,76	2.955.000,00D
1.9.1.1.1 (425)	O	0	RECEITA A REALIZAR	2.613.199,19D	0,00	257.221,76	2.355.977,43D
1.9.1.1.4 (426)	O	0	RECEITA REALIZADA	341.800,81D	257.221,76	0,00	599.022,57D
1.9.1.2			ARRECADAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FONTE DE RECURSOS	0,00	257.221,76	257.221,76	0,00
1.9.1.2.1			CONTROLE POR FONTE DE RECURSOS	0,00	257.221,76	257.221,76	0,00
1.9.1.2.1.01 (429)	O	0	ARRECADAÇÃO REALIZADA POR FONTE	341.800,81D	257.221,76	0,00	599.022,57D
1.9.1.2.1.99 (431)	O	0	(R) OUTRAS ARRECADAÇÕES	341.800,81C	0,00	257.221,76	599.022,57C
1.9.2			FIXAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	3.079.508,84D	0,00	0,00	3.079.508,84D
1.9.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	3.097.508,84D	0,00	0,00	3.097.508,84D
1.9.2.1.1.01			CRÉDITO INICIAL	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.01.01 (436)	O	0	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
1.9.2.1.1.03			CRÉDITO INICIAL - SUPLEMENTAR	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.1.03.01 (441)	O	0	ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO	142.508,84D	0,00	0,00	142.508,84D
1.9.2.1.9			DOTAÇÃO CANCELADA/REMANEJADA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02			ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.2.1.9.02.09 (479)	O	0	(R) REDUÇÃO	18.000,00C	0,00	0,00	18.000,00C
1.9.3			EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	540.999,36D	547.009,39	289.787,63	798.221,12D
1.9.3.2			DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	540.999,36D	547.009,39	289.787,63	798.221,12D
1.9.3.2.9			OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	540.999,36D	547.009,39	289.787,63	798.221,12D
1.9.3.2.9.02			DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	540.999,36D	547.009,39	289.787,63	798.221,12D
1.9.3.2.9.02.01 (9338)	C	0	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	1.871.419,94C	257.658,16	43.955,41	1.657.717,19C
1.9.3.2.9.02.02 (9339)	C	0	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	1.994.250,84D	43.955,41	245.832,22	1.792.374,03D
1.9.3.2.9.02.03 (9340)	C	0	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	418.168,46D	245.395,82	0,00	663.564,28D
1.9.9			COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D
1.9.9.1			RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D
1.9.9.1.1			RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D
1.9.9.1.1.99			OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D
1.9.9.1.1.99.00.01			RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0002 (19960)	C	0	LUIZ FERNANDO RALDI	2.800,00D	0,00	0,00	2.800,00D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 3/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO	7.172.199,90C	650.922,53	794.661,14	7.315.938,51C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	421.612,98C	252.217,22	138.734,07	308.129,83C
2.1.1			DEPÓSITOS	4.989,11C	6.396,28	6.821,40	5.414,23C
2.1.1.1			CONSIGNAÇÕES	4.989,11C	6.396,28	6.821,40	5.414,23C
2.1.1.1.1			PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.859,44C	3.859,44	4.192,98	4.192,98C
2.1.1.1.1.02			INSS	3.859,44C	3.859,44	4.192,98	4.192,98C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0001 (9337)	F	0	INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.146,00C	1.146,00	1.146,00	1.146,00C
2.1.1.1.1.02.00.00.00.0003 (11365)	F	0	INSS CONDUVALE	2.713,44C	2.713,44	3.046,98	3.046,98C
2.1.1.1.4			TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	1.129,67C	2.536,84	2.628,42	1.221,25C
2.1.1.1.4.02			ISS	1.129,67C	1.129,67	1.221,25	1.221,25C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0001 (11311)	F	0	ISS A RECOLHER IOMERÊ	19,00C	19,00	69,81	69,81C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0002 (11312)	F	0	ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	144,12C	144,12	13,11	13,11C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0003 (11313)	F	0	ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	114,69C	114,69	95,58	95,58C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0004 (11314)	F	0	ISS A RECOLHER FRAIBURGO	49,89C	49,89	187,95	187,95C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0005 (11315)	F	0	ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	45,36C	45,36	62,48	62,48C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0006 (11316)	F	0	ISS A RECOLHER VIDEIRA	354,37C	354,37	262,68	262,68C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0007 (11320)	F	0	ISS A RECOLHER CAÇADOR	298,35C	298,35	322,14	322,14C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0008 (11321)	F	0	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	2,53C	2,53	25,44	25,44C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0009 (11322)	F	0	ISS A RECOLHER MATOS COSTA	60,57C	60,57	39,83	39,83C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0011 (11327)	F	0	ISS A RECOLHER IBIAM	1,87C	1,87	47,46	47,46C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0012 (11328)	F	0	ISS A RECOLHER MACIEIRA	0,00	0,00	54,62	54,62C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0013 (11329)	F	0	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	12,26C	12,26	16,11	16,11C
2.1.1.1.4.02.00.00.00.0014 (11330)	F	0	ISS A RECOLHER TANGARA	26,66C	26,66	24,04	24,04C
2.1.1.1.4.03			IRRF	0,00	1.407,17	1.407,17	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0005 (16798)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0009 (19964)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	0,00	201,03	201,03	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0010 (19965)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0019 (19966)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	0,00	201,03	201,03	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0022 (19967)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0024 (19968)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0033 (19969)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0036 (19970)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	0,00	67,00	67,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0038 (19971)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	0,00	67,00	67,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0043 (19972)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	0,00	67,00	67,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0049 (19973)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	0,00	67,00	67,00	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0050 (19974)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0054 (19975)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0055 (19976)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	0,00	67,01	67,01	0,00
2.1.1.1.4.03.00.00.00.0060 (19977)	F	0	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	0,00	201,03	201,03	0,00

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 4/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.1.2			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	416.623,87C	245.820,94	131.912,67	302.715,60C
2.1.2.1			OBRIGAÇÕES A PAGAR	416.623,87C	245.820,94	131.912,67	302.715,60C
2.1.2.1.1			FORNECEDORES	412.178,50C	226.557,59	112.649,32	298.270,23C
2.1.2.1.1.01			DO EXERCÍCIO	95.028,90C	202.376,09	112.649,32	5.302,13C
2.1.2.1.1.01.00.01			FORNECEDORES DO EXERCÍCIO	95.028,90C	202.376,09	112.649,32	5.302,13C
2.1.2.1.1.02			DO EXERCÍCIO ANTERIOR	317.149,60C	24.181,50	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02			RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - EXECUTIVO/INDIRETAS	317.149,60C	24.181,50	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.1.02.00.02.00.0002 (16834)	F	0	FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROC.-EXEC/IND - 2012	317.149,60C	24.181,50	0,00	292.968,10C
2.1.2.1.2			PESSOAL A PAGAR	0,00	14.817,98	14.817,98	0,00
2.1.2.1.2.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	14.817,98	14.817,98	0,00
2.1.2.1.3			ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.445,37C	4.445,37	4.445,37	4.445,37C
2.1.2.1.3.01			INSS	3.259,94C	3.259,94	3.259,94	3.259,94C
2.1.2.1.3.01.00.01			INSS DO EXERCÍCIO	3.259,94C	3.259,94	3.259,94	3.259,94C
2.1.2.1.3.03			FGTS	1.185,43C	1.185,43	1.185,43	1.185,43C
2.1.2.1.3.03.00.01			FGTS DO EXERCÍCIO	1.185,43C	1.185,43	1.185,43	1.185,43C
2.4			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1			PATRIMONIO/CAPITAL	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.4.1.1 (1064)	P	0	PATRIMÔNIO	172.278,72C	0,00	0,00	172.278,72C
2.9			PASSIVO COMPENSADO	6.578.308,20C	398.705,31	655.927,07	6.835.529,96C
2.9.1			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - NATUREZA DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.1.1 (1080)	O	0	PREVISÃO INICIAL DA RECEITA	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.01 (1085)	O	0	PREVISÃO INICIAL POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00C	0,00	0,00	2.955.000,00C
2.9.1.2.1.99 (1089)	O	0	(R)OUTROS CONTROLES POR FONTE DE RECURSOS	2.955.000,00D	0,00	0,00	2.955.000,00D
2.9.2			EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	3.079.508,84C	398.705,31	398.705,31	3.079.508,84C
2.9.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.731.040,98C	398.705,31	177.065,87	2.509.401,54C
2.9.2.1.1 (1092)	O	0	CRÉDITO DISPONÍVEL	1.058.487,48C	44.716,80	436,40	1.014.207,08C
2.9.2.1.2			CRÉDITO INDISPONÍVEL	441,37C	0,00	761,39	1.202,76C
2.9.2.1.2.05 (1097)	O	0	CRÉDITO PRÉ-EMPENHADO LÍQUIDO	441,37C	0,00	761,39	1.202,76C
2.9.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	1.672.112,13C	353.988,51	175.868,08	1.493.991,70C
2.9.2.1.3.01 (1100)	O	0	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.572.637,86C	132.349,07	43.955,41	1.484.244,20C
2.9.2.1.3.02			CRÉDITO LIQUIDADO	99.474,27C	221.639,44	131.912,67	9.747,50C
2.9.2.1.3.02.01 (1102)	O	0	CRÉDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	99.474,27C	221.639,44	131.912,67	9.747,50C
2.9.2.4			EXECUÇÃO DA DESPESA	348.467,86C	0,00	221.639,44	570.107,30C
2.9.2.4.1			EMISSION DE EMPENHO	348.467,86C	0,00	221.639,44	570.107,30C
2.9.2.4.1.04			EMPENHOS POR CREDOR	348.467,86C	0,00	221.639,44	570.107,30C
2.9.2.4.1.04.03 (1141)	O	0	VALORES PAGOS	348.467,86C	0,00	221.639,44	570.107,30C
2.9.3			EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	540.999,36C	0,00	257.221,76	798.221,12C
2.9.3.2			DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	540.999,36C	0,00	257.221,76	798.221,12C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 5/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.3.2.9 (9342)	C	0	Controle das disponibilidades de recursos	540.999,36C	0,00	257.221,76	798.221,12C
2.9.9			COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	2.800,00C	0,00	0,00	2.800,00C
2.9.9.1 (1217)	C	0	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	2.800,00C	0,00	0,00	2.800,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 6/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			DESPESA	447.942,13D	131.912,67	0,00	579.854,80D
3.3			DESPESAS CORRENTES	444.737,48D	126.144,68	0,00	570.882,16D
3.3.1			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	70.477,76D	19.263,35	0,00	89.741,11D
3.3.1.9			Aplicacoes Diretas	70.477,76D	19.263,35	0,00	89.741,11D
3.3.1.9.0.11			Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	54.213,71D	14.817,98	0,00	69.031,69D
3.3.1.9.0.11.01 (17014)	F		Vencimentos e Salários	54.213,71D	14.817,98	0,00	69.031,69D
3.3.1.9.0.13			Obrigações Patronais	16.264,05D	4.445,37	0,00	20.709,42D
3.3.1.9.0.13.01 (17027)	F		FGTS	4.337,08D	1.185,43	0,00	5.522,51D
3.3.1.9.0.13.02 (17028)	F		Contribuições Previdenciárias - INSS	11.926,97D	3.259,94	0,00	15.186,91D
3.3.3			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	374.259,72D	106.881,33	0,00	481.141,05D
3.3.3.9			Aplicacoes Diretas	374.259,72D	106.881,33	0,00	481.141,05D
3.3.3.9.0.30			Material de Consumo	166.371,14D	47.419,13	0,00	213.790,27D
3.3.3.9.0.30.01 (18289)	F		Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	6.357,49D	270,00	0,00	6.627,49D
3.3.3.9.0.30.16 (18304)	F		Material de Expediente	319,49D	145,35	0,00	464,84D
3.3.3.9.0.30.17 (18305)	F		Material de Processamento de Dados	1.060,40D	704,84	0,00	1.765,24D
3.3.3.9.0.30.26 (18314)	F		Material Elétrico e Eletrônico	147.219,38D	45.728,94	0,00	192.948,32D
3.3.3.9.0.30.39 (18327)	F		Material para Manutenção de Veículos	9.178,33D	570,00	0,00	9.748,33D
3.3.3.9.0.30.96 (18340)	F		Materiais de Consumo - Pagamento Antecipado	2.236,05D	0,00	0,00	2.236,05D
3.3.3.9.0.33			Passagens e Despesas com Locomoção	337,00D	236,00	0,00	573,00D
3.3.3.9.0.33.99 (18362)	F		Outras Despesas com Locomoção	337,00D	236,00	0,00	573,00D
3.3.3.9.0.36			Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	4.400,00D	0,00	0,00	4.400,00D
3.3.3.9.0.36.15 (18381)	F		Locação de Imóveis	4.400,00D	0,00	0,00	4.400,00D
3.3.3.9.0.39			Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	203.151,58D	59.226,20	0,00	262.377,78D
3.3.3.9.0.39.08 (18437)	F		Manutenção de Software	450,00D	150,00	0,00	600,00D
3.3.3.9.0.39.11 (18440)	F		Locação de Softwares	3.542,05D	472,64	0,00	4.014,69D
3.3.3.9.0.39.19 (18446)	F		Manutenção e Conservação de Veículos	10.552,20D	0,00	0,00	10.552,20D
3.3.3.9.0.39.41 (18462)	F		Fornecimento de Alimentação	256,00D	256,00	0,00	512,00D
3.3.3.9.0.39.43 (18464)	F		Serviços de Energia Elétrica	0,00	156,78	0,00	156,78D
3.3.3.9.0.39.47 (18468)	F		Serviços de Comunicação em Geral	844,30D	0,00	0,00	844,30D
3.3.3.9.0.39.48 (18469)	F		Serviços de Seleção e Treinamento	500,00D	0,00	0,00	500,00D
3.3.3.9.0.39.58 (18478)	F		Serviços de Telecomunicações	3.032,11D	820,41	0,00	3.852,52D
3.3.3.9.0.39.63 (18483)	F		Serviços Gráficos e Editoriais	6.384,00D	0,00	0,00	6.384,00D
3.3.3.9.0.39.72 (18492)	F		Vale-Transporte	0,00	225,00	0,00	225,00D
3.3.3.9.0.39.80 (18500)	F		Hospedagens	803,00D	1.533,00	0,00	2.336,00D
3.3.3.9.0.39.81 (18501)	F		Serviços Bancários	493,51D	212,84	0,00	706,35D
3.3.3.9.0.39.96 (18512)	F		Outros Serviços de Terc Pessoa Jur - Pagto Antec	1.894,45D	0,00	0,00	1.894,45D
3.3.3.9.0.39.97 (18513)	F		Despesas de Teleprocessamento	1.328,07D	0,00	0,00	1.328,07D
3.3.3.9.0.39.99 (18514)	F		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	173.071,89D	55.399,53	0,00	228.471,42D
3.4			DESPESAS DE CAPITAL	3.204,65D	5.767,99	0,00	8.972,64D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 7/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4.4			INVESTIMENTOS	3.204,65D	5.767,99	0,00	8.972,64D
3.4.4.9			Aplicacoes Diretas	3.204,65D	5.767,99	0,00	8.972,64D
3.4.4.9.0.52			Equipamentos e Material Permanente	3.204,65D	5.767,99	0,00	8.972,64D
3.4.4.9.0.52.33 (19510)	F		Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	1.375,00D	0,00	0,00	1.375,00D
3.4.4.9.0.52.42 (19518)	F		Mobiliário em Geral	1.829,65D	5.767,99	0,00	7.597,64D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 8/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			RECEITAS	341.800,81C	0,00	257.221,76	599.022,57C
4.1			RECEITAS CORRENTES	328.800,81C	0,00	251.221,76	580.022,57C
4.1.1			RECEITA TRIBUTARIA	0,00	0,00	74,40	74,40C
4.1.1.2			TAXAS	0,00	0,00	74,40	74,40C
4.1.1.2.1			Tx p/ Exercício do Poder de Policia	0,00	0,00	74,40	74,40C
4.1.1.2.1.22 (20110)	F		Tx de Serviços Administrativos	0,00	0,00	74,40	74,40C
4.1.3			RECEITA PATRIMONIAL	1.266,89C	0,00	430,27	1.697,16C
4.1.3.2			RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.266,89C	0,00	430,27	1.697,16C
4.1.3.2.5			Remuneração de Depósitos Bancários	1.266,89C	0,00	430,27	1.697,16C
4.1.3.2.5.01			Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	599,06C	0,00	0,00	599,06C
4.1.3.2.5.01.99			Remuneração de Outros Dep Banc Recursos Vinculados	599,06C	0,00	0,00	599,06C
4.1.3.2.5.01.99.01 (20495)	F		Remuneração Dep. Bancários - Municípios Consorciad	599,06C	0,00	0,00	599,06C
4.1.3.2.5.02			Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinculados	667,83C	0,00	430,27	1.098,10C
4.1.3.2.5.02.99 (20504)	F		Remuneração de Outros Dep Recursos Não Vinculados	667,83C	0,00	430,27	1.098,10C
4.1.7			TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	327.490,82C	0,00	250.694,80	578.185,62C
4.1.7.2			TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	327.490,82C	0,00	250.694,80	578.185,62C
4.1.7.2.3			TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	327.490,82C	0,00	250.694,80	578.185,62C
4.1.7.2.3.37			Transferências a Consórcios Públicos	327.490,82C	0,00	250.694,80	578.185,62C
4.1.7.2.3.37.05			ARROIO TRINTA	18.302,13C	0,00	4.310,61	22.612,74C
4.1.7.2.3.37.05.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	18.302,13C	0,00	4.310,61	22.612,74C
4.1.7.2.3.37.05.01.01			Manutenção do CINCO	8.520,00C	0,00	0,00	8.520,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3100 (20980)	F		Pessoal e Encargos Sociais	6.540,00C	0,00	0,00	6.540,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.01.3300 (20981)	F		Outras Despesas Correntes	1.980,00C	0,00	0,00	1.980,00C
4.1.7.2.3.37.05.01.03			Iluminação Pública	9.782,13C	0,00	4.310,61	14.092,74C
4.1.7.2.3.37.05.01.03.3300 (20989)	F		Outras Despesas Correntes	9.782,13C	0,00	4.310,61	14.092,74C
4.1.7.2.3.37.09			CAÇADOR	0,00	0,00	133.863,51	133.863,51C
4.1.7.2.3.37.09.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	133.863,51	133.863,51C
4.1.7.2.3.37.09.01.01			Manutenção do CINCO	0,00	0,00	21.300,00	21.300,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3100 (20994)	F		Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	16.350,00	16.350,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.01.3300 (20995)	F		Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	4.950,00	4.950,00C
4.1.7.2.3.37.09.01.03			Iluminação Pública	0,00	0,00	112.563,51	112.563,51C
4.1.7.2.3.37.09.01.03.3300 (21003)	F		Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	112.563,51	112.563,51C
4.1.7.2.3.37.19			FRAIBURGO	76.358,29C	0,00	20.088,83	96.447,12C
4.1.7.2.3.37.19.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	76.358,29C	0,00	20.088,83	96.447,12C
4.1.7.2.3.37.19.01.01			Manutenção do CINCO	17.040,00C	0,00	4.260,00	21.300,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3100 (21022)	F		Pessoal e Encargos Sociais	13.080,00C	0,00	3.270,00	16.350,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.01.3300 (21023)	F		Outras Despesas Correntes	3.960,00C	0,00	990,00	4.950,00C
4.1.7.2.3.37.19.01.03			Iluminação Pública	59.318,29C	0,00	15.828,83	75.147,12C
4.1.7.2.3.37.19.01.03.3300 (21031)	F		Outras Despesas Correntes	59.318,29C	0,00	15.828,83	75.147,12C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 9/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.22			IBIAM	10.030,56C	0,00	3.983,77	14.014,33C
4.1.7.2.3.37.22.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	10.030,56C	0,00	3.983,77	14.014,33C
4.1.7.2.3.37.22.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3100 (21036)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.01.3300 (21037)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.22.01.03			Iluminação Pública	4.350,56C	0,00	2.563,77	6.914,33C
4.1.7.2.3.37.22.01.03.3300 (21045)	F		Outras Despesas Correntes	4.350,56C	0,00	2.563,77	6.914,33C
4.1.7.2.3.37.24			IOMERÊ	13.473,24C	0,00	13.093,25	26.566,49C
4.1.7.2.3.37.24.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	13.473,24C	0,00	13.093,25	26.566,49C
4.1.7.2.3.37.24.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3100 (21050)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.01.3300 (21051)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.02			Serviços de Máquinas	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.02.3300 (21055)	F		Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00C
4.1.7.2.3.37.24.01.03			Iluminação Pública	7.793,24C	0,00	6.673,25	14.466,49C
4.1.7.2.3.37.24.01.03.3300 (21059)	F		Outras Despesas Correntes	7.793,24C	0,00	6.673,25	14.466,49C
4.1.7.2.3.37.33			LEBON RÉGIS	18.816,19C	0,00	29.757,65	48.573,84C
4.1.7.2.3.37.33.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	18.816,19C	0,00	29.757,65	48.573,84C
4.1.7.2.3.37.33.01.01			Manutenção do CINCO	5.880,00C	0,00	1.420,00	7.300,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3100 (21064)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.01.3300 (21065)	F		Outras Despesas Correntes	1.520,00C	0,00	330,00	1.850,00C
4.1.7.2.3.37.33.01.03			Iluminação Pública	12.936,19C	0,00	28.337,65	41.273,84C
4.1.7.2.3.37.33.01.03.3300 (21073)	F		Outras Despesas Correntes	12.936,19C	0,00	28.337,65	41.273,84C
4.1.7.2.3.37.36			MACIEIRA	5.680,00C	0,00	2.840,00	8.520,00C
4.1.7.2.3.37.36.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	5.680,00C	0,00	2.840,00	8.520,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	2.840,00	8.520,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3100 (21078)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	2.180,00	6.540,00C
4.1.7.2.3.37.36.01.01.3300 (21079)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	660,00	1.980,00C
4.1.7.2.3.37.38			MATOS COSTA	12.995,17C	0,00	4.149,35	17.144,52C
4.1.7.2.3.37.38.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	12.995,17C	0,00	4.149,35	17.144,52C
4.1.7.2.3.37.38.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3100 (21092)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.01.3300 (21093)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.38.01.03			Iluminação Pública	7.315,17C	0,00	2.729,35	10.044,52C
4.1.7.2.3.37.38.01.03.3300 (21101)	F		Outras Despesas Correntes	7.315,17C	0,00	2.729,35	10.044,52C
4.1.7.2.3.37.43			PINHEIRO PRETO	11.046,96C	0,00	2.779,19	13.826,15C
4.1.7.2.3.37.43.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	11.046,96C	0,00	2.779,19	13.826,15C
4.1.7.2.3.37.43.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3100 (21106)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 10/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.1.7.2.3.37.43.01.01.3300 (21107)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.43.01.03			Iluminação Pública	5.366,96C	0,00	1.359,19	6.726,15C
4.1.7.2.3.37.43.01.03.3300 (21115)	F		Outras Despesas Correntes	5.366,96C	0,00	1.359,19	6.726,15C
4.1.7.2.3.37.49			RIO DAS ANTAS	18.353,14C	0,00	2.125,63	20.478,77C
4.1.7.2.3.37.49.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	18.353,14C	0,00	2.125,63	20.478,77C
4.1.7.2.3.37.49.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3100 (21120)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.01.3300 (21121)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.49.01.03			Iluminação Pública	12.673,14C	0,00	705,63	13.378,77C
4.1.7.2.3.37.49.01.03.3300 (21129)	F		Outras Despesas Correntes	12.673,14C	0,00	705,63	13.378,77C
4.1.7.2.3.37.50			SALTO VELOSO	8.904,63C	0,00	1.925,81	10.830,44C
4.1.7.2.3.37.50.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	8.904,63C	0,00	1.925,81	10.830,44C
4.1.7.2.3.37.50.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	0,00	5.680,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3100 (21134)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	0,00	4.360,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.01.3300 (21135)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	0,00	1.320,00C
4.1.7.2.3.37.50.01.03			Iluminação Pública	3.224,63C	0,00	1.925,81	5.150,44C
4.1.7.2.3.37.50.01.03.3300 (21143)	F		Outras Despesas Correntes	3.224,63C	0,00	1.925,81	5.150,44C
4.1.7.2.3.37.54			TANGARÁ	12.507,91C	0,00	3.150,70	15.658,61C
4.1.7.2.3.37.54.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	12.507,91C	0,00	3.150,70	15.658,61C
4.1.7.2.3.37.54.01.01			Manutenção do CINCO	5.680,00C	0,00	1.420,00	7.100,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3100 (21148)	F		Pessoal e Encargos Sociais	4.360,00C	0,00	1.090,00	5.450,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.01.3300 (21149)	F		Outras Despesas Correntes	1.320,00C	0,00	330,00	1.650,00C
4.1.7.2.3.37.54.01.03			Iluminação Pública	6.827,91C	0,00	1.730,70	8.558,61C
4.1.7.2.3.37.54.01.03.3300 (21157)	F		Outras Despesas Correntes	6.827,91C	0,00	1.730,70	8.558,61C
4.1.7.2.3.37.60			VIDEIRA	121.022,60C	0,00	28.626,50	149.649,10C
4.1.7.2.3.37.60.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	121.022,60C	0,00	28.626,50	149.649,10C
4.1.7.2.3.37.60.01.01			Manutenção do CINCO	17.040,00C	0,00	4.260,00	21.300,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3100 (21176)	F		Pessoal e Encargos Sociais	13.080,00C	0,00	3.270,00	16.350,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.01.3300 (21177)	F		Outras Despesas Correntes	3.960,00C	0,00	990,00	4.950,00C
4.1.7.2.3.37.60.01.03			Iluminação Pública	103.982,60C	0,00	24.366,50	128.349,10C
4.1.7.2.3.37.60.01.03.3300 (21185)	F		Outras Despesas Correntes	103.982,60C	0,00	24.366,50	128.349,10C
4.1.9			OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43,10C	0,00	22,29	65,39C
4.1.9.2			INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	43,10C	0,00	22,29	65,39C
4.1.9.2.2			RESTITUIÇÕES	43,10C	0,00	22,29	65,39C
4.1.9.2.2.99 (21839)	F		Outras Restituições	43,10C	0,00	22,29	65,39C
4.2			RECEITAS DE CAPITAL	13.000,00C	0,00	6.000,00	19.000,00C
4.2.4			TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.000,00C	0,00	6.000,00	19.000,00C
4.2.4.2			TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	13.000,00C	0,00	6.000,00	19.000,00C
4.2.4.2.3			Transf. dos Municípios	13.000,00C	0,00	6.000,00	19.000,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 11/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.2.4.2.3.37			Transferências a Consórcios Públicos	13.000,00C	0,00	6.000,00	19.000,00C
4.2.4.2.3.37.05			ARROIO TRINTA	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01			Manutenção do Cinco	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.05.01.01.4400 (16839)	F		Investimentos	1.200,00C	0,00	0,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.09			CAÇADOR	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01			Manutenção do Cinco	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.09.01.01.4400 (16886)	F		Investimentos	0,00	0,00	3.000,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.19			FRAIBURGO	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01			Manutenção do Cinco	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.19.01.01.4400 (16888)	F		Investimentos	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.22			IBIAM	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.22.01.01.4400 (16889)	F		investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.24			IOMERÊ	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.24.01.01.4400 (16890)	F		Investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.33			LEBOM RÉGIS	600,00C	0,00	200,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	600,00C	0,00	200,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01			Manutenção do Cinco	600,00C	0,00	200,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.33.01.01.4400 (16891)	F		Investimentos	600,00C	0,00	200,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.36			MACIEIRA	800,00C	0,00	400,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.36.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	400,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	400,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.36.01.01.4400 (16892)	F		Investimentos	800,00C	0,00	400,00	1.200,00C
4.2.4.2.3.37.38			MATOS COSTA	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.38.01.01.4400 (16893)	F		Investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.43			PINHEIRO PRETO	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.43.01.01.4400 (16894)	F		Investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.49			RIO DAS ANTAS	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.49.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 12/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4.2.4.2.3.37.49.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.49.01.01.4400 (16895)	F		Investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.50			SALTO VELOSO	800,00C	0,00	0,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	0,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	0,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.50.01.01.4400 (16896)	F		Investimentos	800,00C	0,00	0,00	800,00C
4.2.4.2.3.37.54			TANGARÁ	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01			Manutenção do Cinco	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.54.01.01.4400 (16897)	F		Investimentos	800,00C	0,00	200,00	1.000,00C
4.2.4.2.3.37.60			VIDEIRA	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01			GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01			Manutenção do Cinco	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C
4.2.4.2.3.37.60.01.01.4400 (16899)	F		investimentos	2.400,00C	0,00	600,00	3.000,00C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 13/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	564.118,03D	24.181,50	0,00	588.299,53D
5.1			RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50D
5.1.3			MUTAÇÕES PASSIVAS	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50D
5.1.3.1			DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2			LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50D
5.1.3.1.2.06 (1265)	P		CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	24.181,50	0,00	24.181,50D
5.2			RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2			INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3			MOVIMENTOS DE FUNDOS A CRÉDITO	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3			MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07			AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03D	0,00	0,00	564.118,03D
5.2.2.3.3.07.03 (1286)	P		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIRO	172.278,72D	0,00	0,00	172.278,72D
5.2.2.3.3.07.04 (1287)	F		AJUSTE DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIRO	391.839,31D	0,00	0,00	391.839,31D

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 14/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	567.322,68C	0,00	5.767,99	573.090,67C
6.1			RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.1.3			MUTAÇÕES ATIVAS	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.1.3.1			INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.1.3.1.1			AQUISIÇÕES DE BENS	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.1.3.1.1.02			BENS MÓVEIS	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.1.3.1.1.02.01 (1437)	P		BENS MÓVEIS DE USO PERMANENTE	3.204,65C	0,00	5.767,99	8.972,64C
6.2			RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2			INTERFERÊNCIAS ATIVAS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3			MOVIMENTOS DE FUNDOS A DÉBITO	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3			MOVIMENTOS DE FUNDOS PRÓPRIOS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07			AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS	564.118,03C	0,00	0,00	564.118,03C
6.2.2.3.3.07.03 (1471)	P		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - NÃO FINANCEIROS	364.919,48C	0,00	0,00	364.919,48C
6.2.2.3.3.07.04 (1472)	F		AJUSTES DE SISTEMAS CONTÁBEIS - FINANCEIROS	199.198,55C	0,00	0,00	199.198,55C

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Balancete de Verificação - 2013

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Página: 15/15

Máscara	Sist. Cont.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9			DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
				TOTAL:	2.133.915,05	2.133.915,05	

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	763.316,58	10.119.292,94	1.326.898,35	11.446.191,29	7.319.897,42
	0,00	3.813.346,29	1.076.264,16	4.889.610,45	0,00
ATIVO CIRCULANTE	530.352,12	454.807,31	259.677,45	714.484,76	441.628,91
	0,00	531.174,96	272.033,01	803.207,97	0,00
ATIVO PERMANENTE	33.765,91	3.204,65	5.767,99	8.972,64	42.738,55
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVO COMPENSADO	199.198,55	9.661.280,98	1.061.452,91	10.722.733,89	6.835.529,96
	0,00	3.282.171,33	804.231,15	4.086.402,48	0,00
PASSIVO	0,00	6.739.314,37	650.922,53	7.390.236,90	0,00
	763.316,58	13.148.197,69	794.661,14	13.942.858,83	7.315.938,51
PASSIVO CIRCULANTE	0,00	834.140,20	252.217,22	1.086.357,42	0,00
	391.839,31	863.913,87	138.734,07	1.002.647,94	308.129,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	172.278,72	0,00	0,00	0,00	172.278,72
PASSIVO COMPENSADO	0,00	5.905.174,17	398.705,31	6.303.879,48	0,00
	199.198,55	12.284.283,82	655.927,07	12.940.210,89	6.835.529,96
DESPESA	0,00	448.611,63	131.912,67	580.524,30	579.854,80
	0,00	669,50	0,00	669,50	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	445.406,98	126.144,68	571.551,66	570.882,16
	0,00	669,50	0,00	669,50	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	3.204,65	5.767,99	8.972,64	8.972,64
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	341.800,81	257.221,76	599.022,57	599.022,57
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	328.800,81	251.221,76	580.022,57	580.022,57
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	13.000,00	6.000,00	19.000,00	19.000,00
RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCÍCIO	564.118,03	0,00	24.181,50	24.181,50	588.299,53
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	24.181,50	24.181,50	24.181,50
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCÍCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	3.204,65	5.767,99	8.972,64	573.090,67
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	3.204,65	5.767,99	8.972,64	8.972,64

Santa Catarina
CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO
Balancete do Razão

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	564.118,03	0,00	0,00	0,00	564.118,03
Totais	1.327.434,61	17.307.218,94	2.133.915,05	19.441.133,99	8.488.051,75
	1.327.434,61	17.307.218,94	2.133.915,05	19.441.133,99	8.488.051,75

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau

Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi

Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Maio/2013

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	257.221,76	Despesa Orçamentária	131.912,67
RECEITA TRIBUTARIA	74,40	Despesas exceto Intra-orçamentárias	131.912,67
RECEITA PATRIMONIAL	430,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.263,35
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.694,80	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.881,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	22,29	INVESTIMENTOS	5.767,99
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000,00		
Receita Extra - Orçamentária	138.734,07	Despesa Extra - Orçamentária	252.217,22
DEPÓSITOS	6.821,40	DEPÓSITOS	6.396,28
CONSIGNAÇÕES	6.821,40	CONSIGNAÇÕES	6.396,28
PREVIDÊNCIA SOCIAL	4.192,98	PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.859,44
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.628,42	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	2.536,84
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	131.912,67	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	245.820,94
OBRIGAÇÕES A PAGAR	131.912,67	OBRIGAÇÕES A PAGAR	245.820,94
FORNECEDORES	112.649,32	FORNECEDORES	226.557,59
PESSOAL A PAGAR	14.817,98	PESSOAL A PAGAR	14.817,98
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.445,37	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	4.445,37
Saldos anteriores	122.830,90	Saldos atuais	134.656,84
BANCO C/ MOVIMENTO	122.830,90	BANCO C/ MOVIMENTO	134.656,84
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	518.786,73	Total	518.786,73

Fraiburgo, 26/06/2013

 Elói Ronnau
 Diretor Executivo

 Luiz Fernando Raldi
 Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Maio

Página 1 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.04	Administração		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	6.640,00	268.299,78	194.981,48
01.01.04.122	Administração Geral		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	6.640,00	268.299,78	194.981,48
01.01.04.122.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		440.000,00	23.281,26	0,00	463.281,26	6.640,00	268.299,78	194.981,48
04.122.0001.2.001	MANUTENÇÃO DO CINCO		425.000,00	23.281,26	0,00	448.281,26	6.640,00	268.299,78	179.981,48
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	274.680,00	0,00	0,00	274.680,00	0,00	202.800,00	71.880,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	324,99	2.675,01
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	83.160,00	0,00	0,00	83.160,00	6.640,00	55.902,15	27.257,85
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.607,64	0,00	6.607,64	0,00	300,00	6.307,64
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	7.751,68	0,00	7.751,68	0,00	0,00	7.751,68
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1292	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00	0,00	0,00	1.760,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	50.400,00	0,00	0,00	50.400,00	0,00	160,00	50.240,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	6.223,60	0,00	6.223,60	0,00	6.203,29	20,31
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	2.698,34	0,00	2.698,34	0,00	2.609,35	88,99
04.122.0001.2.002	DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.13	Cultura		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392	Difusão Cultural		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
01.01.13.392.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
13.392.0001.2.003	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA		15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
01.01.15	Urbanismo		1.911.100,00	62.782,13	0,00	1.973.882,13	14.100,00	1.714.255,94	259.626,19
01.01.15.451	Infra-Estrutura Urbana		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	14.536,40	24.176,81	72.705,32
01.01.15.451.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	14.536,40	24.176,81	72.705,32
15.451.0001.2.004	DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA URBANA		34.100,00	62.782,13	0,00	96.882,13	14.536,40	24.176,81	72.705,32
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00	0,00	0,00	9.100,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	22.338,46	0,00	22.338,46	14.100,00	14.100,00	8.238,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	441,37	9.558,63
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	40.443,67	0,00	40.443,67	436,40	9.635,44	30.808,23
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.15.452	Serviços Urbanos		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
01.01.15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.870.000,00	0,00	0,00	1.870.000,00	-436,40	1.690.079,13	179.920,87
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Maio

Página 2 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.15	Urbanismo		1.911.100,00	62.782,13	0,00	1.973.882,13	14.100,00	1.714.255,94	259.626,19
01.01.15.452	Serviços Urbanos		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
01.01.15.452.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
15.452.0001.2.005	DESENVOLVIMENTO DOS SERVIÇOS URBANOS		1.877.000,00	0,00	0,00	1.877.000,00	-436,40	1.690.079,13	186.920,87
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.17	Saneamento		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512	Saneamento Básico Urbano		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
01.01.17.512.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
17.512.0001.2.006	DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO		9.000,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	0,00	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
01.01.18	Gestão Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	0,00	263.000,00
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	0,00	263.000,00
01.01.18.541.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	0,00	263.000,00
18.541.0001.2.007	DESENVOLVIMENTO DA PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL		263.000,00	0,00	0,00	263.000,00	0,00	0,00	263.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00	0,00	0,00	260.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
01.01.20	Agricultura		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	22.779,01	81.543,28	206.402,17
01.01.20.606	Extensão Rural		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	22.779,01	81.543,28	206.402,17
01.01.20.606.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		249.500,00	56.445,45	18.000,00	287.945,45	22.779,01	81.543,28	206.402,17
20.606.0001.1.006	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS		20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
20.606.0001.2.008	DESENVOLVIMENTO DA EXTENSÃO RURAL		229.500,00	56.445,45	18.000,00	267.945,45	22.779,01	81.543,28	186.402,17
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	3.500,00	18.000,00	0,00	21.500,00	3.733,48	20.933,48	566,52
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	1.515,81	4.865,75	134,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	210.000,00	0,00	18.000,00	192.000,00	17.529,72	17.729,72	174.270,28
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	770,00	4.230,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3200	0,00	15.586,20	0,00	15.586,20	0,00	15.460,00	126,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	21.798,77	0,00	21.798,77	0,00	21.784,33	14,44
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	3300	0,00	1.060,48	0,00	1.060,48	0,00	0,00	1.060,48
01.01.23	Comércio e Serviços		39.400,00	0,00	0,00	39.400,00	0,00	0,00	39.400,00
01.01.23.691	Promoção Comercial		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
01.01.23.691.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
23.691.0001.2.009	DESENVOLVIMENTO DA PROMOÇÃO COMERCIAL		16.400,00	0,00	0,00	16.400,00	0,00	0,00	16.400,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00	0,00	0,00	14.400,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Maio

Página 3 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.23	Comércio e Serviços		39.400,00	0,00	0,00	39.400,00	0,00	0,00	39.400,00
01.01.23.695	Turismo		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
01.01.23.695.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		23.000,00	0,00	0,00	23.000,00	0,00	0,00	23.000,00
23.695.0001.2.010	DESENVOLVIMENTO DO TURISMO		17.000,00	0,00	0,00	17.000,00	0,00	0,00	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
23.695.0001.2.011	DESENVOLVIMENTO DE EVENTOS FEIRAS E EXPOSIÇÕES		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.27	Desporto e Lazer		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812	Desporto Comunitário		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
01.01.27.812.0001	DESENVOLVIMENTO REGIONAL		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
27.812.0001.2.012	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER COMUNITÁRIO		6.000,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
01.01.28	Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.01.28.846	Outros Encargos Especiais		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
01.01.28.846.0000	ENCARGOS ESPECIAIS		18.000,00	0,00	0,00	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
28.846.0000.0.200	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS		1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	500,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	500,00
28.846.0000.0.300	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP		12.000,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
28.846.0000.0.400	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.000,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1200	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1300	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
01.01.99	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999.0002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1200	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Comparativo da Despesa Autorizada Com a Empenhada - Anexo TC 08

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Período: Maio

Página 4 de 4

Entidade : CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Códigos	Especificações	Fonte de Recursos	Créditos				Despesa Empenhada		Saldos
			Orçados	Suplementados	Anulados	Total	No Período	Até o Período	
01	CONSÓRCIO PÚBLICO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.0	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO		2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
01.01.99	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999	Reserva de Contingência		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
01.01.99.999.0002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
99.999.0002.9.999	RESERVA DE CONTIGÊNCIA		4.000,00	0,00	0,00	4.000,00	0,00	0,00	4.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1300	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
Total por Entidade :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84
Total Geral :			2.955.000,00	142.508,84	18.000,00	3.079.508,84	43.519,01	2.064.099,00	1.015.409,84

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Maio

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES		2.865.080,00	251.221,76	580.022,57	5.738,85	2.290.796,28
1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA		12.000,00	74,40	74,40	74,40	12.000,00
1.1.1.0.00.00.00.00.00 IMPOSTOS		11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.00.00.00.00.00 Impostos s/ o Patrimônio e a Renda		11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.00.00.00.00 Imposto s/ Renda e Proventos de Qualq		11.000,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
1.1.1.2.04.31.00.00.00 IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	1200	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.1.1.2.04.34.00.00.00 IRRF s/ Outros Rendimentos	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS		1.000,00	74,40	74,40	74,40	1.000,00
1.1.2.1.00.00.00.00.00 Tx p/ Exercício do Poder de Policia		0,00	74,40	74,40	74,40	0,00
1.1.2.1.22.00.00.00.00 Tx de Serviços Administrativos	1200	0,00	74,40	74,40	74,40	0,00
1.1.2.2.00.00.00.00.00 Tx pela Prestacao de Servicos		1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.1.2.2.99.00.00.00.00 Outras Taxas de Prestação de Serviços	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL		2.100,00	430,27	1.697,16	599,06	1.001,90
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		2.100,00	430,27	1.697,16	599,06	1.001,90
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários		2.100,00	430,27	1.697,16	599,06	1.001,90
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinc		100,00	0,00	599,06	599,06	100,00
1.3.2.5.01.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Rec		100,00	0,00	599,06	599,06	100,00
1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remuneração Dep. Bancários - Municij	1301	0,00	0,00	599,06	599,06	0,00
1.3.2.5.01.99.02.00.00 Remuneração de Dep Bancários - Alier	1200	100,00	0,00	0,00	0,00	100,00
1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Ni		2.000,00	430,27	1.098,10	0,00	901,90
1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos	1200	2.000,00	430,27	1.098,10	0,00	901,90
1.6.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA DE SERVIÇOS		264.140,00	0,00	0,00	0,00	264.140,00
1.6.0.0.13.00.00.00.00 Serv. Administrativos		51.000,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
1.6.0.0.13.02.00.00.00 Serv. de Venda de Editais	1200	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
1.6.0.0.13.99.00.00.00 Outros Serv. Administrativos	1200	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
1.6.0.0.19.00.00.00.00 Serv. Recreativos e Culturais	1200	1.140,00	0,00	0,00	0,00	1.140,00
1.6.0.0.20.00.00.00.00 Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Anal		2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.20.01.00.00.00 Serv. Consultoria, Assist.Tecnica e Ana	1200	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
1.6.0.0.99.00.00.00.00 Outros Servicos		210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
1.6.0.0.99.01.00.00.00 Outros Serviços - Horas Máquinas	1200	210.000,00	0,00	0,00	0,00	210.000,00
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		2.586.840,00	250.694,80	578.185,62	5.000,00	2.013.654,38
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM		2.586.840,00	250.694,80	578.185,62	5.000,00	2.013.654,38
1.7.2.3.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS		2.586.840,00	250.694,80	578.185,62	5.000,00	2.013.654,38
1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos		2.586.840,00	250.694,80	578.185,62	5.000,00	2.013.654,38
1.7.2.3.37.05.00.00.00 ARROIO TRINTA		47.040,00	4.310,61	22.612,74	0,00	24.427,26
1.7.2.3.37.05.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		47.040,00	4.310,61	22.612,74	0,00	24.427,26
1.7.2.3.37.05.01.01.00 Manutenção do CINCO		17.040,00	0,00	8.520,00	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	0,00	6.540,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	0,00	1.980,00	0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00 Iluminação Pública		30.000,00	4.310,61	14.092,74	0,00	15.907,26
1.7.2.3.37.05.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	30.000,00	4.310,61	14.092,74	0,00	15.907,26
1.7.2.3.37.09.00.00.00 CAÇADOR		551.120,00	133.863,51	133.863,51	0,00	417.256,49
1.7.2.3.37.09.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		551.120,00	133.863,51	133.863,51	0,00	417.256,49
1.7.2.3.37.09.01.01.00 Manutenção do CINCO		51.120,00	21.300,00	21.300,00	0,00	29.820,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	39.240,00	16.350,00	16.350,00	0,00	22.890,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	11.880,00	4.950,00	4.950,00	0,00	6.930,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00 Iluminação Pública		500.000,00	112.563,51	112.563,51	0,00	387.436,49
1.7.2.3.37.09.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	500.000,00	112.563,51	112.563,51	0,00	387.436,49
1.7.2.3.37.10.00.00.00 CALMON		47.040,00	0,00	0,00	0,00	47.040,00
1.7.2.3.37.10.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		47.040,00	0,00	0,00	0,00	47.040,00
1.7.2.3.37.10.01.01.00 Manutenção do CINCO		17.040,00	0,00	0,00	0,00	17.040,00
1.7.2.3.37.10.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	0,00	0,00	0,00	13.080,00
1.7.2.3.37.10.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00
1.7.2.3.37.10.01.03.00 Iluminação Pública		30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.10.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
1.7.2.3.37.19.00.00.00 FRAIBURGO		351.120,00	20.088,83	96.447,12	0,00	254.672,88
1.7.2.3.37.19.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		351.120,00	20.088,83	96.447,12	0,00	254.672,88
1.7.2.3.37.19.01.01.00 Manutenção do CINCO		51.120,00	4.260,00	21.300,00	0,00	29.820,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	39.240,00	3.270,00	16.350,00	0,00	22.890,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	11.880,00	990,00	4.950,00	0,00	6.930,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00 Iluminação Pública		300.000,00	15.828,83	75.147,12	0,00	224.852,88
1.7.2.3.37.19.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300	300.000,00	15.828,83	75.147,12	0,00	224.852,88
1.7.2.3.37.22.00.00.00 IBIAM		37.040,00	3.983,77	14.014,33	0,00	23.025,67
1.7.2.3.37.22.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		37.040,00	3.983,77	14.014,33	0,00	23.025,67
1.7.2.3.37.22.01.01.00 Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Maio

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
				No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.22.01.03.00	Iluminação Pública		20.000,00	2.563,77	6.914,33	0,00	13.085,67
1.7.2.3.37.22.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	20.000,00	2.563,77	6.914,33	0,00	13.085,67
1.7.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ		77.040,00	13.093,25	26.566,49	5.000,00	55.473,51
1.7.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		77.040,00	13.093,25	26.566,49	5.000,00	55.473,51
1.7.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00
1.7.2.3.37.24.01.02.00	Serviços de Máquinas		0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.02.33	Outras Despesas Correntes	1200	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00
1.7.2.3.37.24.01.03.00	Iluminação Pública		60.000,00	6.673,25	14.466,49	0,00	45.533,51
1.7.2.3.37.24.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	60.000,00	6.673,25	14.466,49	0,00	45.533,51
1.7.2.3.37.33.00.00.00	LEBON RÉGIS		87.040,00	29.757,65	48.573,84	0,00	38.466,16
1.7.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		87.040,00	29.757,65	48.573,84	0,00	38.466,16
1.7.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.300,00	0,00	9.740,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.850,00	0,00	2.110,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00	Iluminação Pública		70.000,00	28.337,65	41.273,84	0,00	28.726,16
1.7.2.3.37.33.01.03.33	Outras Despesas Corrnetes	1300	70.000,00	28.337,65	41.273,84	0,00	28.726,16
1.7.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA		37.040,00	2.840,00	8.520,00	0,00	28.520,00
1.7.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		37.040,00	2.840,00	8.520,00	0,00	28.520,00
1.7.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	2.840,00	8.520,00	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.36.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	2.180,00	6.540,00	0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.36.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	660,00	1.980,00	0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.36.01.03.00	Iluminação Pública		20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.36.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
1.7.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA		37.040,00	4.149,35	17.144,52	0,00	19.895,48
1.7.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		37.040,00	4.149,35	17.144,52	0,00	19.895,48
1.7.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.38.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.38.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00
1.7.2.3.37.38.01.03.00	Iluminação Pública		20.000,00	2.729,35	10.044,52	0,00	9.955,48
1.7.2.3.37.38.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	20.000,00	2.729,35	10.044,52	0,00	9.955,48
1.7.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO		47.040,00	2.779,19	13.826,15	0,00	33.213,85
1.7.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		47.040,00	2.779,19	13.826,15	0,00	33.213,85
1.7.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.43.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.43.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00
1.7.2.3.37.43.01.03.00	Iluminação Pública		30.000,00	1.359,19	6.726,15	0,00	23.273,85
1.7.2.3.37.43.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	30.000,00	1.359,19	6.726,15	0,00	23.273,85
1.7.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS		77.040,00	2.125,63	20.478,77	0,00	56.561,23
1.7.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		77.040,00	2.125,63	20.478,77	0,00	56.561,23
1.7.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.49.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.49.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00
1.7.2.3.37.49.01.03.00	Iluminação Publica		60.000,00	705,63	13.378,77	0,00	46.621,23
1.7.2.3.37.49.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	60.000,00	705,63	13.378,77	0,00	46.621,23
1.7.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO		47.040,00	1.925,81	10.830,44	0,00	36.209,56
1.7.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		47.040,00	1.925,81	10.830,44	0,00	36.209,56
1.7.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	0,00	5.680,00	0,00	11.360,00
1.7.2.3.37.50.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	0,00	4.360,00	0,00	8.720,00
1.7.2.3.37.50.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	0,00	1.320,00	0,00	2.640,00
1.7.2.3.37.50.01.03.00	Iluminação Pública		30.000,00	1.925,81	5.150,44	0,00	24.849,56
1.7.2.3.37.50.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	30.000,00	1.925,81	5.150,44	0,00	24.849,56
1.7.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ		77.040,00	3.150,70	15.658,61	0,00	61.381,39
1.7.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		77.040,00	3.150,70	15.658,61	0,00	61.381,39
1.7.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	1.420,00	7.100,00	0,00	9.940,00
1.7.2.3.37.54.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	1.090,00	5.450,00	0,00	7.630,00
1.7.2.3.37.54.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	330,00	1.650,00	0,00	2.310,00
1.7.2.3.37.54.01.03.00	Iluminação Pública		60.000,00	1.730,70	8.558,61	0,00	51.441,39
1.7.2.3.37.54.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	60.000,00	1.730,70	8.558,61	0,00	51.441,39
1.7.2.3.37.55.00.00.00	TIMBÓ GRANDE		57.040,00	0,00	0,00	0,00	57.040,00
1.7.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		57.040,00	0,00	0,00	0,00	57.040,00
1.7.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do CINCO		17.040,00	0,00	0,00	0,00	17.040,00
1.7.2.3.37.55.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	13.080,00	0,00	0,00	0,00	13.080,00
1.7.2.3.37.55.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.960,00	0,00	0,00	0,00	3.960,00
1.7.2.3.37.55.01.03.00	Iluminação Pública		40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
1.7.2.3.37.55.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00



Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Maio

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos		Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
				No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
1.7.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA		651.120,00	28.626,50	149.649,10	0,00	501.470,90
1.7.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		651.120,00	28.626,50	149.649,10	0,00	501.470,90
1.7.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do CINCO		51.120,00	4.260,00	21.300,00	0,00	29.820,00
1.7.2.3.37.60.01.01.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	39.240,00	3.270,00	16.350,00	0,00	22.890,00
1.7.2.3.37.60.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	11.880,00	990,00	4.950,00	0,00	6.930,00
1.7.2.3.37.60.01.03.00	Iluminação Pública		600.000,00	24.366,50	128.349,10	0,00	471.650,90
1.7.2.3.37.60.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	600.000,00	24.366,50	128.349,10	0,00	471.650,90
1.7.2.3.37.99.00.00.00	CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTI		359.000,00	0,00	0,00	0,00	359.000,00
1.7.2.3.37.99.01.00.00	ENCARGOS		8.500,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.00	Pagamento de Precatórios		500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	500,00	0,00	0,00	0,00	500,00
1.7.2.3.37.99.01.02.00	Contribuição ao PASEP		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.02.33	Outras Despesa Correntes	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.00	Indenizações e Restituições		3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.01.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
1.7.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DO PROGRAMA 99		350.500,00	0,00	0,00	0,00	350.500,00
1.7.2.3.37.99.02.01.00	Desenvolvimento da Cultura		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.01.33	Outras Despesas Correntes	1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Administração Pú		7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.02.33	Outras Despesas Correntes	1300	7.000,00	0,00	0,00	0,00	7.000,00
1.7.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infraestrutura Urt		19.100,00	0,00	0,00	0,00	19.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	9.100,00	0,00	0,00	0,00	9.100,00
1.7.2.3.37.99.02.03.33	Outras Despesas Correntes	1300	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento do Saneamento Bás		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.04.33	Outras Despesas Correntes	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento da Pres e Conserv A		260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.05.33	Outras Despesas Correntes	1300	260.000,00	0,00	0,00	0,00	260.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Extensão Rural		10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.31	Pessoal e Encargos Sociais	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.06.33	Outras Despesas Correntes	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Promoção Comei		14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.07.33	Outras Despesas Correntes	1300	14.400,00	0,00	0,00	0,00	14.400,00
1.7.2.3.37.99.02.08.00	Desenvolvimento do Turismo		15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.08.33	Outras Despesas Correntes	1300	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.00	Desenvolvimento de Eventos Feiras e		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.09.33	Outras Despesas Correntes	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.00	Desenvolvimento do Esporte e Lazer C		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.7.2.3.37.99.02.10.33	Outras Despesas Correntes	1300	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0,00	22,29	65,39	65,39	0,00
1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		0,00	22,29	65,39	65,39	0,00
1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES		0,00	22,29	65,39	65,39	0,00
1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	1300	0,00	22,29	65,39	65,39	0,00
2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		89.920,00	6.000,00	19.000,00	0,00	70.920,00
2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		89.920,00	6.000,00	19.000,00	0,00	70.920,00
2.4.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAM		89.920,00	6.000,00	19.000,00	0,00	70.920,00
2.4.2.3.00.00.00.00.00	Transf. dos Municípios		89.920,00	6.000,00	19.000,00	0,00	70.920,00
2.4.2.3.37.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		89.920,00	6.000,00	19.000,00	0,00	70.920,00
2.4.2.3.37.05.00.00.00	ARROIO TRINTA		2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.05.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.00	Manutenção do Cinco		2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.05.01.01.44	Investimentos	1300	2.400,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.09.00.00.00	CAÇADOR		7.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		7.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00	Manutenção do Cinco		7.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44	Investimentos	1300	7.200,00	3.000,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.10.00.00.00	CALMON		2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.00	Manutenção do Cinco		2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.10.01.01.44	Investimentos	1300	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00	FRAIBURGO		7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.19.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00	Manutenção do Cinco		7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44	Investimentos	1300	7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00	IBIAM		2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01		2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00	Manuntenção do Cinco		2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44	investimentos	1300	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00



Santa Catarina**Betha Sistemas****CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Exercício de 2013

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Maio

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
2.4.2.3.37.24.00.00.00	IOMERÊ	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00	LEBOM RÉGIS	2.400,00	200,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00	MACIEIRA	2.400,00	400,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	400,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	400,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	400,00	1.200,00	0,00	1.200,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00	MATOS COSTA	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00	PINHEIRO PRETO	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00	RIO DAS ANTAS	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00	SALTO VELOSO	2.400,00	0,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	0,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.50.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	0,00	800,00	0,00	1.600,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00	TANGARÁ	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	200,00	1.000,00	0,00	1.400,00
2.4.2.3.37.55.00.00.00	TIMBO GRANDE	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.55.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.55.01.01.00	Manutenção do Cinco	2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.55.01.01.44	Investimentos	1300 2.400,00	0,00	0,00	0,00	2.400,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00	VIDEIRA	7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 01	7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00	Manutenção do Cinco	7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44	investimentos	1300 7.200,00	600,00	3.000,00	0,00	4.200,00
2.4.2.3.37.99.00.00.00	CONSORCIO INTEGRADO DO CONTI	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.00.00	GRUPO DE PROGRAMA 99	39.520,00	0,00	0,00	0,00	39.520,00
2.4.2.3.37.99.02.01.00	Aquisição de Máquinas Veículos e Eq	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.01.44	investimentos	1300 20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
2.4.2.3.37.99.02.02.00	Desenvolvimento da Administração P	5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.02.44	investimentos	1300 5.520,00	0,00	0,00	0,00	5.520,00
2.4.2.3.37.99.02.03.00	Desenvolvimento da Infraestrutura Urb	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.03.44	investimentos	1300 5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.00	Desenvolvimento dos Serviços Urban	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.04.44	investimentos	1300 5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.00	Desenvolvimento do Saneamento Bás	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.05.44	investimentos	1300 2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.00	Desenvolvimento da Pres e Conserv A	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.06.44	investimentos	1300 1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.07.00	Desenvolvimento da Extensão Rural	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
2.4.2.3.37.99.02.07.44	investimentos	1300 1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00

Totais Gerais :	2.955.000,00	257.221,76	599.022,57	5.738,85	2.361.716,28
-----------------	--------------	------------	------------	----------	--------------

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Maio

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0001 (9317) - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 18.520-5

Saldo conforme extrato bancário em: 31/05/2013

R\$ 6.685,16

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/05/2013

R\$ 6.685,16

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Maio

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0002 (19961) - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.412-9

Saldo conforme extrato bancário em: 31/05/2013

R\$ 60.682,16

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
Menos (-)			
(-)Cheques e borderaux não considerados pelo banco			
28/05/2013	850018	225,00	
28/05/2013	850017	201,03	
Total:		426,03	

Saldo conforme nosso registro em: 31/05/2013

R\$ 60.256,13

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau

Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi

Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Maio

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0003 (19962) - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.414-5

Saldo conforme extrato bancário em: 31/05/2013

R\$ 2.871,43

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/05/2013

R\$ 2.871,43

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Conciliação Bancária

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Mês de Maio

1.1.1.1.2.99.02.01.00.0004 (19963) - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7

Banco: 001 - BANCO DO BRASIL SA

Agência: 1387-0 - FRAIBURGO

Conta Nº : 20.413-7

Saldo conforme extrato bancário em: 31/05/2013

R\$ 64.844,12

Data	Documento	Valor R\$	Motivo
------	-----------	-----------	--------

Saldo conforme nosso registro em: 31/05/2013

R\$ 64.844,12

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	
	257.221,76	599.022,57
1.0.0.0.00.00.00.00.00 RECEITAS CORRENTES	251.221,76	580.022,57
1.1.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA TRIBUTARIA	74,40	74,40
1.1.2.0.00.00.00.00.00 TAXAS	74,40	74,40
1.1.2.1.00.00.00.00.00 Tx p/ Exercício do Poder de Policia	74,40	74,40
1.1.2.1.22.00.00.00.00 Tx de Serviços Administrativos	1200 74,40	74,40
1.3.0.0.00.00.00.00.00 RECEITA PATRIMONIAL	430,27	1.697,16
1.3.2.0.00.00.00.00.00 RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	430,27	1.697,16
1.3.2.5.00.00.00.00.00 Remuneração de Depósitos Bancários	430,27	1.697,16
1.3.2.5.01.00.00.00.00 Remuneração de Dep Banc de Rec Vinculados	0,00	599,06
1.3.2.5.01.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Banc Recursos	0,00	599,06
1.3.2.5.01.99.01.00.00 Remuneração Dep. Bancários - Municípios	1301 0,00	599,06
1.3.2.5.02.00.00.00.00 Remuneração de Dep. Banc. de Rec. Não Vinc	430,27	1.098,10
1.3.2.5.02.99.00.00.00 Remuneração de Outros Dep Recursos Não	1200 430,27	1.098,10
1.7.0.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	250.694,80	578.185,62
1.7.2.0.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	250.694,80	578.185,62
1.7.2.3.00.00.00.00.00 TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS	250.694,80	578.185,62
1.7.2.3.37.00.00.00.00 Transferências a Consórcios Públicos	250.694,80	578.185,62
1.7.2.3.37.05.00.00.00 ARROIO TRINTA	4.310,61	22.612,74
1.7.2.3.37.05.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	4.310,61	22.612,74
1.7.2.3.37.05.01.01.00 Manutenção do CINCO	0,00	8.520,00
1.7.2.3.37.05.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 0,00	6.540,00
1.7.2.3.37.05.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 0,00	1.980,00
1.7.2.3.37.05.01.03.00 Iluminação Pública	4.310,61	14.092,74
1.7.2.3.37.05.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300 4.310,61	14.092,74
1.7.2.3.37.09.00.00.00 CAÇADOR	133.863,51	133.863,51
1.7.2.3.37.09.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	133.863,51	133.863,51
1.7.2.3.37.09.01.01.00 Manutenção do CINCO	21.300,00	21.300,00
1.7.2.3.37.09.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 16.350,00	16.350,00
1.7.2.3.37.09.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 4.950,00	4.950,00
1.7.2.3.37.09.01.03.00 Iluminação Pública	112.563,51	112.563,51
1.7.2.3.37.09.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300 112.563,51	112.563,51
1.7.2.3.37.19.00.00.00 FRAIBURGO	20.088,83	96.447,12
1.7.2.3.37.19.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	20.088,83	96.447,12
1.7.2.3.37.19.01.01.00 Manutenção do CINCO	4.260,00	21.300,00
1.7.2.3.37.19.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 3.270,00	16.350,00
1.7.2.3.37.19.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 990,00	4.950,00
1.7.2.3.37.19.01.03.00 Iluminação Pública	15.828,83	75.147,12
1.7.2.3.37.19.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300 15.828,83	75.147,12
1.7.2.3.37.22.00.00.00 IBIAM	3.983,77	14.014,33
1.7.2.3.37.22.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	3.983,77	14.014,33
1.7.2.3.37.22.01.01.00 Manutenção do CINCO	1.420,00	7.100,00
1.7.2.3.37.22.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	5.450,00
1.7.2.3.37.22.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 330,00	1.650,00
1.7.2.3.37.22.01.03.00 Iluminação Pública	2.563,77	6.914,33
1.7.2.3.37.22.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300 2.563,77	6.914,33
1.7.2.3.37.24.00.00.00 IOMERÊ	13.093,25	26.566,49
1.7.2.3.37.24.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	13.093,25	26.566,49
1.7.2.3.37.24.01.01.00 Manutenção do CINCO	1.420,00	7.100,00
1.7.2.3.37.24.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	5.450,00
1.7.2.3.37.24.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 330,00	1.650,00
1.7.2.3.37.24.01.02.00 Serviços de Máquinas	5.000,00	5.000,00
1.7.2.3.37.24.01.02.33 Outras Despesas Correntes	1200 5.000,00	5.000,00
1.7.2.3.37.24.01.03.00 Iluminação Pública	6.673,25	14.466,49
1.7.2.3.37.24.01.03.33 Outras Despesas Correntes	1300 6.673,25	14.466,49
1.7.2.3.37.33.00.00.00 LEBON RÉGIS	29.757,65	48.573,84
1.7.2.3.37.33.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01	29.757,65	48.573,84
1.7.2.3.37.33.01.01.00 Manutenção do CINCO	1.420,00	7.300,00
1.7.2.3.37.33.01.01.31 Pessoal e Encargos Sociais	1300 1.090,00	5.450,00
1.7.2.3.37.33.01.01.33 Outras Despesas Correntes	1300 330,00	1.850,00
1.7.2.3.37.33.01.03.00 Iluminação Pública	28.337,65	41.273,84



Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido	
	No Mês	Até o Mês
Receitas Orçamentárias	Recurso	257.221,76
1.7.2.3.37.33.01.03.33		599.022,57
1.7.2.3.37.36.00.00.00		
1.7.2.3.37.36.01.00.00		
1.7.2.3.37.36.01.01.00		
1.7.2.3.37.36.01.01.31		
1.7.2.3.37.36.01.01.33		
1.7.2.3.37.38.00.00.00		
1.7.2.3.37.38.01.00.00		
1.7.2.3.37.38.01.01.00		
1.7.2.3.37.38.01.01.31		
1.7.2.3.37.38.01.01.33		
1.7.2.3.37.38.01.03.00		
1.7.2.3.37.38.01.03.33		
1.7.2.3.37.43.00.00.00		
1.7.2.3.37.43.01.00.00		
1.7.2.3.37.43.01.01.00		
1.7.2.3.37.43.01.01.31		
1.7.2.3.37.43.01.01.33		
1.7.2.3.37.43.01.03.00		
1.7.2.3.37.43.01.03.33		
1.7.2.3.37.49.00.00.00		
1.7.2.3.37.49.01.00.00		
1.7.2.3.37.49.01.01.00		
1.7.2.3.37.49.01.01.31		
1.7.2.3.37.49.01.01.33		
1.7.2.3.37.49.01.03.00		
1.7.2.3.37.49.01.03.33		
1.7.2.3.37.50.00.00.00		
1.7.2.3.37.50.01.00.00		
1.7.2.3.37.50.01.01.00		
1.7.2.3.37.50.01.01.31		
1.7.2.3.37.50.01.01.33		
1.7.2.3.37.50.01.03.00		
1.7.2.3.37.50.01.03.33		
1.7.2.3.37.54.00.00.00		
1.7.2.3.37.54.01.00.00		
1.7.2.3.37.54.01.01.00		
1.7.2.3.37.54.01.01.31		
1.7.2.3.37.54.01.01.33		
1.7.2.3.37.54.01.03.00		
1.7.2.3.37.54.01.03.33		
1.7.2.3.37.60.00.00.00		
1.7.2.3.37.60.01.00.00		
1.7.2.3.37.60.01.01.00		
1.7.2.3.37.60.01.01.31		
1.7.2.3.37.60.01.01.33		
1.7.2.3.37.60.01.03.00		
1.7.2.3.37.60.01.03.33		
1.9.0.0.00.00.00.00		
1.9.2.0.00.00.00.00		
1.9.2.2.00.00.00.00		
1.9.2.2.99.00.00.00		
2.0.0.0.00.00.00.00		
2.4.0.0.00.00.00.00		
2.4.2.0.00.00.00.00		
2.4.2.3.00.00.00.00		
2.4.2.3.37.00.00.00.00		
2.4.2.3.37.05.00.00.00		
2.4.2.3.37.05.01.00.00		
2.4.2.3.37.05.01.01.00		
2.4.2.3.37.05.01.01.44		

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie	Recebido		
	No Mês	Até o Mês	
Receitas Orçamentárias	Recurso	257.221,76	599.022,57
2.4.2.3.37.09.00.00.00 CAÇADOR		3.000,00	3.000,00
2.4.2.3.37.09.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		3.000,00	3.000,00
2.4.2.3.37.09.01.01.00 Manutenção do Cinco		3.000,00	3.000,00
2.4.2.3.37.09.01.01.44 Investimentos	1300	3.000,00	3.000,00
2.4.2.3.37.19.00.00.00 FRAIBURGO		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.19.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.00 Manutenção do Cinco		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.19.01.01.44 Investimentos	1300	600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.22.00.00.00 IBIAM		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.22.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.22.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.22.01.01.44 investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.24.00.00.00 IOMERÊ		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.24.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.24.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.24.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.33.00.00.00 LEBOM RÉGIS		200,00	800,00
2.4.2.3.37.33.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	800,00
2.4.2.3.37.33.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	800,00
2.4.2.3.37.33.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	800,00
2.4.2.3.37.36.00.00.00 MACIEIRA		400,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		400,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.00 Manutenção do Cinco		400,00	1.200,00
2.4.2.3.37.36.01.01.44 Investimentos	1300	400,00	1.200,00
2.4.2.3.37.38.00.00.00 MATOS COSTA		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.38.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.38.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.38.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.43.00.00.00 PINHEIRO PRETO		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.43.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.43.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.43.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.49.00.00.00 RIO DAS ANTAS		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.49.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.49.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.49.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.50.00.00.00 SALTO VELOSO		0,00	800,00
2.4.2.3.37.50.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		0,00	800,00
2.4.2.3.37.50.01.01.00 Manutenção do Cinco		0,00	800,00
2.4.2.3.37.50.01.01.44 Investimentos	1300	0,00	800,00
2.4.2.3.37.54.00.00.00 TANGARÁ		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.54.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.54.01.01.00 Manutenção do Cinco		200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.54.01.01.44 Investimentos	1300	200,00	1.000,00
2.4.2.3.37.60.00.00.00 VIDEIRA		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.60.01.00.00 GRUPO DE PROGRAMA 01		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.60.01.01.00 Manutenção do Cinco		600,00	3.000,00
2.4.2.3.37.60.01.01.44 investimentos	1300	600,00	3.000,00
Receita Extra Orçamentária	Recurso	6.821,40	29.647,83
9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1200	1.146,00	5.311,73
11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	1300	69,81	150,62
11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS		13,11	221,05
11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS		95,58	341,12
11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO		187,95	780,94
11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA		62,48	220,59
11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA		262,68	1.465,28
11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR		322,14	1.148,99

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Maio

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Demonstrativo dos Recursos Recebidos a Qualquer Título - Anexo TC 06 - Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Espécie		Recebido	
		No Mês	Até o Mês
Receita Extra Orçamentária		Recurso	
11320	ISS A RECOLHER CAÇADOR		6.821,40 29.647,83
11321	ISS A RECOLHER SALTO VELOSO		322,14 1.148,99
11322	ISS A RECOLHER MATOS COSTA		25,44 72,32
11327	ISS A RECOLHER IBIAM	1300	39,83 150,03
11328	ISS A RECOLHER MACIEIRA	1300	47,46 108,91
11329	ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	1300	54,62 54,62
11330	ISS A RECOLHER TANGARA	1300	16,11 70,95
11365	INSS CONDUVALE	1300	24,04 145,04
16795	SINSER		3.046,98 12.303,30
16798	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TRINTA		0,00 232,51
19964	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	1300	67,01 327,13
19965	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	1300	201,03 981,41
19966	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURGO	1300	67,01 327,13
19967	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	1300	67,01 327,13
19968	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	1300	67,01 327,13
19969	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉGIS	1300	67,01 327,13
19970	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	1300	67,00 327,13
19971	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS COSTA	1300	67,00 327,13
19972	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO PRETO	1300	67,00 327,13
19973	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS ANTAS	1300	67,00 327,13
19974	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VELOSO	1300	67,01 327,14
19975	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	1300	67,01 327,14
19976	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRANDE	1300	67,01 327,14
19977	IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	1300	201,03 981,42

Total Geral : **264.043,16** **628.670,40**

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 1/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 9317 - B. BRASIL SA CINCO MOVIMENTO 18.520-5			Conta banco: 18.520-5	
30/04/13		SALDO ANTERIOR		10.313,81 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:13		1.330,50 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:11		477,98 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:12		669,50 +
13/05/13	55	Pelo pagamento da O.P. 132, OB BOLETO, NE 55	16810 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME	435,30 -
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 236		31,78 +
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 229		74,40 +
31/05/13	53	Pelo pagamento da O.P. 155, OB TED, NE 53	22379 IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇ	5.767,99 -
31/05/13	24	Pelo pagamento da O.P. 161, OB TARIFA, NE 24	9336 BANCO DO BRASIL SA	9,52 -
Total de Débitos:				2.584,16
Total de Créditos:				6.212,81
Saldo Atual:				6.685,16

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 2/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
30/04/13		SALDO ANTERIOR		38.202,69 +
02/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 180		200,00 +
02/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 178		1.090,00 +
02/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 179		330,00 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:11		477,98 -
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 185		13.080,00 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:12		669,50 -
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 187		2.400,00 +
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 186		3.960,00 +
03/05/13		DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO RECURSO 1300 NA CONTA 9317, Transf. nº:13		1.330,50 -
03/05/13	18	Pelo pagamento da O.P. 113, OB BOLETO, NE 18	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	1.064,17 -
03/05/13	2	Pelo pagamento da O.P. 116, OB TRANSFERENCIA, NE 2	16802 IVETE REGINA ODORIZZI	1.100,00 -
03/05/13	29	Pelo pagamento da O.P. 117, OB TRANSFERENCIA, NE 29	11301 HBINFOPROVEDOR LTDA ME	337,60 -
03/05/13	9	Pelo pagamento da O.P. 118, OB BOLETO, NE 9	11293 BETHA SISTEMAS LTDA	538,85 -
03/05/13	1	Pelo pagamento da O.P. 123, CH: 850015, empenho 1	11302 REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA	150,00 -
03/05/13	12	Pelo pagamento da O.P. 124, CH: 850016, empenho 12	16803 MG FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA ME	306,15 -
08/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 196		200,00 +
08/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 195		330,00 +
08/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 194		1.090,00 +
09/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 200		3.270,00 +
09/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 202		600,00 +
09/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 201		990,00 +
10/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 198		330,00 +
10/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 197		1.090,00 +
10/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 199		200,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 204		990,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 203		3.270,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 205		600,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 208		200,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 206		1.090,00 +
11/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 207		330,00 +
13/05/13	4	Pelo pagamento da O.P. 127, OB FATURA, NE 4	16832 OI SA	594,75 -
13/05/13	54	Pelo pagamento da O.P. 131, OB DOC, NE 54	16801 POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	1.375,00 -
13/05/13	56	Pelo pagamento da O.P. 133, OB BOLETO, NE 56	16810 SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME	1.234,35 -
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 213		1.090,00 +
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 210		1.090,00 +
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 215		200,00 +
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 214		330,00 +
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 211		330,00 +
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 212		200,00 +
15/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 217		330,00 +
15/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 216		1.090,00 +
15/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 218		200,00 +
16/05/13		Pelo pgto da despesa extra 107	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	1.009,58 -
16/05/13	19	Pelo pagamento da O.P. 140, OB BOLETO, NE 19	9312 INSS	2.926,46 -
16/05/13	62	Pelo pagamento da O.P. 142, OB DOC, NE 62	16801 POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	1.060,40 -
16/05/13	67	Pelo pagamento da O.P. 143, OB DOC, NE 67	22382 3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA	99,49 -
16/05/13	66	Pelo pagamento da O.P. 144, OB TRANSFERENCIA, NE 66	22381 LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME	29,00 -
16/05/13	65	Pelo pagamento da O.P. 145, OB TRANSFERENCIA, NE 65	22381 LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME	220,00 -
20/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 224		200,00 +
20/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 222		1.090,00 +
20/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 223		330,00 +
27/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 227		990,00 +
27/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 228		600,00 +
27/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 226		3.270,00 +
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 110	16798 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO ARROIO TR	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 111, CH: 850017	19964 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CAÇADOR	201,03 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 112	19965 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO CALMON	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 113	19966 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO FRAIBURG	201,03 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 114	19967 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IBIAM	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 115	19968 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO IOMERE	67,01 -

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 3/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19961 - B. BRASIL CINCO - CTP01/CTR1 - 20.412-9			Conta banco: 20.412-9	
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 116	19969 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO LEBON RÉC	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 117	19970 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MACIEIRA	67,00 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 118	19971 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO MATOS CO	67,00 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 119	19972 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO PINHEIRO F	67,00 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 120	19973 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO RIO DAS AN	67,00 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 121	19974 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO SALTO VEL	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 122	19975 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TANGARA	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 123	19976 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO TIMBÓ GRA	67,01 -
28/05/13		Pelo pgto da despesa extra 124	19977 IRRF SOBRE FOLHA DE PGTO VIDEIRA	201,03 -
28/05/13	80	Pelo pagamento da O.P. 157, CH: 850018, empenho 80	22385 SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S	225,00 -
29/05/13	17	Pelo pagamento da O.P. 150, OB TED, NE 17	16796 ELOI RONNAU E OUTROS	9.719,12 -
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 232		200,00 +
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 230		1.090,00 +
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 231		330,00 +
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 234		158,95 +
31/05/13	62	Pelo pagamento da O.P. 154, OB DOC, NE 62	16801 POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME	675,84 -
31/05/13	22	Pelo pagamento da O.P. 159, OB TARIFAS, NE 22	9336 BANCO DO BRASIL SA	154,60 -
Total de Débitos:				48.758,95
Total de Créditos:				26.705,51
Saldo Atual:				60.256,13

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 4/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19962 - B. BRASIL CINCO - CPS/MAQ. - 20.414-5			Conta banco: 20.414-5	
30/04/13		SALDO ANTERIOR		5.529,29 +
02/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 177		5.000,00 +
03/05/13	43	Pelo pagamento da O.P. 114, OB BOLETO, NE 43	9313 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	121,26 -
03/05/13	39	Pelo pagamento da O.P. 120, OB DOC, NE 39	22376 SITIO SAN GERMANN LTDA ME	1.533,00 -
03/05/13	40	Pelo pagamento da O.P. 121, OB TED, NE 40	16785 VOLMIR JOSE PAGLIARI	256,00 -
03/05/13	41	Pelo pagamento da O.P. 122, OB DOC, NE 41	22377 ANSILIERO & NAVA LTDA	2.629,56 -
13/05/13	64	Pelo pagamento da O.P. 130, OB TRANSFERENCIA, NE 64	11377 LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇO	270,00 -
15/05/13	46	Pelo pagamento da O.P. 138, OB TRANSFERENCIA, NE 46	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	51,20 -
15/05/13	79	Pelo pagamento da O.P. 139, OB TRANSFERENCIA, NE 79	22378 DIEGO PIRES DA SILVA	184,80 -
16/05/13		Pelo pgto da despesa extra 108	9337 INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	136,42 -
16/05/13	44	Pelo pagamento da O.P. 141, OB BOLETO, NE 44	9312 INSS	333,48 -
16/05/13	69	Pelo pagamento da O.P. 146, OB TRANSFERENCIA, NE 69	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO L	200,00 -
29/05/13	87	Pelo pagamento da O.P. 152, OB TRANSFERENCIA, NE 87	11307 DIEGO PIRES DA SILVA	1.379,39 -
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 233		16,77 +
31/05/13	77	Pelo pagamento da O.P. 156, OB DOC, NE 77	9343 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO L	570,00 -
31/05/13	23	Pelo pagamento da O.P. 160, OB TARIFAS, NE 23	9336 BANCO DO BRASIL SA	9,52 -
Total de Débitos:				5.016,77
Total de Créditos:				7.674,63
Saldo Atual:				2.871,43

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Razão Analítico para Conciliação Bancária - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 5/5

Data	Empenho	Histórico	Contrapartida	Valor
Conta: 19963 - B. BRASIL CINCO - CTP1/CTR3 - 20.413-7			Conta banco: 20.413-7	
30/04/13		SALDO ANTERIOR		68.785,11 +
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 183		28.258,13 +
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 184		30.618,01 +
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 181		29.902,74 +
03/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 182		23.784,63 +
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 95	11315 ISS A RECOLHER ARROIO TRINTA	45,36 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 96, CH: 850003	11320 ISS A RECOLHER CAÇADOR	298,35 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 97	11314 ISS A RECOLHER FRAIBURGO	49,89 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 98	11327 ISS A RECOLHER IBIAM	1,87 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 99	11311 ISS A RECOLHER IOMERÊ	19,00 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 100	11313 ISS A RECOLHER LEBON RÉGIS	114,69 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 101	11322 ISS A RECOLHER MATOS COSTA	60,57 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 102	11329 ISS A RECOLHER PINHEIRO PRETO	12,26 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 103	11312 ISS A RECOLHER RIO DAS ANTAS	144,12 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 104	11321 ISS A RECOLHER SALTO VELOSO	2,53 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 105	11330 ISS A RECOLHER TANGARA	26,66 -
03/05/13		Pelo pgto da despesa extra 106	11316 ISS A RECOLHER VIDEIRA	354,37 -
03/05/13	35	Pelo pagamento da O.P. 115, OB TRANSFERENCIA, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	40.000,00 -
03/05/13	71	Pelo pagamento da O.P. 119, OB BOLETO, NE 71	11296 GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO L	472,64 -
06/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 188		4.310,61 +
06/05/13	36	Pelo pagamento da O.P. 125, OB TRANSFERENCIA, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	45.492,20 -
07/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 189		2.563,77 +
08/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 191		1.359,19 +
08/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 190		6.673,25 +
09/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 192		15.828,83 +
09/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 193		705,63 +
13/05/13	28	Pelo pagamento da O.P. 128, OB FATURA, NE 28	16832 OI SA	46,55 -
13/05/13	35	Pelo pagamento da O.P. 135, OB TRANSFERENCIA, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	34.728,94 -
13/05/13	36	Pelo pagamento da O.P. 136, OB TRANSFERENCIA, NE 36	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	51.131,30 -
13/05/13	35	Pelo pagamento da O.P. 137, OB TED, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	425,12 -
14/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 209		1.730,70 +
14/05/13	28	Pelo pagamento da O.P. 129, OB TARIFA, NE 28	16832 OI SA	179,11 -
15/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 220		2.729,35 +
15/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 219		4.156,15 +
16/05/13		Pelo pgto da despesa extra 109	11365 INSS CONDUVALE	2.713,44 -
20/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 221		24.181,50 +
20/05/13		Pelo pgto de resto proc. 4, NE:37/12	16834 FORNECEDORES-RESTOS A PAGAR PROI	24.181,50 -
21/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 225		1.925,81 +
28/05/13	35	Pelo pagamento da O.P. 153, OB TRANSFERENCIA, NE 35	11331 CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA	5.574,88 -
29/05/13	81	Pelo pagamento da O.P. 151, OB DOC, NE 81	22386 NÁDIA DE LORENZI	1.144,01 -
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 237		24.366,50 +
31/05/13		Pela arrecadação nesta data, lote número 235		222,77 +
31/05/13	76	Pelo pagamento da O.P. 158, OB TARIFAS, NE 76	9336 BANCO DO BRASIL SA	39,20 -
Total de Débitos:				203.317,57
Total de Créditos:				207.258,56
Saldo Atual:				64.844,12

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 1/4

Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.	
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																	
76			02/05	436,40	0,00	39,20	39,20	397,20	19963	15.451.000	3300		2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA	122
TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCICIO DE 2013 CONTA 20413-7 MIP.																	
77			02/05	570,00	0,00	570,00	570,00	0,00	19962	20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE FILTRO DIESEL PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAÚLICA 01 CHASSI N8TA13200.																	
78			02/05	5.840,00	0,00	0,00	0,00	5.840,00		04.122.000	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME	122
LICENÇA DE USO DO SOFTWARE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO, MANUTENÇÃO LEGAL, CORRETIVA, EVOLUTIVA, SUPORTE TÉCNICO E PELA HOSPEDAGEM DO SOFTWARE.																	
79			02/05	400,00	0,00	184,80	184,80	215,20	19962	20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA	122
COMPLEMENTO AO EMPENHO 46 REFERENTE INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA ARROIO TRINTA COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NA CIDADE DE ARROIO TRINTA, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO.																	
80			02/05	800,00	0,00	225,00	225,00	575,00	19961	04.122.000	1300		2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL	122
DESPESA COM VALES TRANSPORTE PARA USO DA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, PARA PERÍODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																	
81			02/05	11.000,00	0,00	1.243,48	1.243,48	9.756,52	19963	15.451.000	3300		2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	NÁDIA DE LORENZI	124
FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERIODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																	

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 2/4

Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
82			02/05	850,00	0,00	99,47	0,00	850,00		15.451.000	3300		2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	122
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE NADIA DE LORENZI RELATIVO AO PERIODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																
83			02/05	2.250,00	0,00	273,55	0,00	2.250,00		15.451.000	3300		2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00 INSS	122
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE NADIA DE LORENZI REFERENTE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																
84			22/05	3.900,42	0,00	0,00	0,00	3.900,42		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE ELEMENTO DE FILTRO DE COMBUSTIVEL, ELEMENTO FILTRO DE AR, TAMPA DE AÇO, FILTRO DE AR, CORREIA DE TRANSMISSÃO E CORREIA DE BORRACHA DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200 REFERENTE REVISÃO DE 2000 HORAS.																
85			22/05	1.702,40	0,00	0,00	0,00	1.702,40		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE ÓLEO PARA MOTOR 15W40, HIDRAULICO S2 M46 E 80W90 PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200 REFERENTE REVISÃO DE 2000 HORAS.																
86			22/05	1.410,00	0,00	0,00	0,00	1.410,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
REFERENTE MÃO DE OBRA MECANICA REFERENTE REVISÃO DE 2000 DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200.																
87			22/05	1.515,81	0,00	1.515,81	1.515,81	0,00	19962	20.606.000	1300		2.008	35	3.1.90.00.00.00.00.00 DIEGO PIRES DA SILVA	124
FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE MAIO DE 2013.																
88			22/05	1.000,00	0,00	121,26	0,00	1.000,00		20.606.000	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	122
FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA RELATIVO AO PERIODO DE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																

Santa Catarina**CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO**

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 3/4

Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
89			22/05	2.733,48	0,00	333,50	0,00	2.733,48		20.606.000	1200		2.008	32	3.1.90.00.00.00.00.00 INSS	122
INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE MAIO A DEZEMBRO DE 2013.																
90			29/05	985,40	0,00	0,00	0,00	985,40		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
REFERENTE VALVULA DE ALIVIO DE AÇO PARA SUBSTITUIÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 CHASSI N8TA13200.																
91			29/05	2.263,00	0,00	0,00	0,00	2.263,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE DENTE PARA CAÇAMBA, PINO DE TRAVA E ANEL ELASTICO DE AÇO PARA SUBSTITUIÇÃO NA MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 02 CHASSI N8TA13202.																
92			29/05	202,00	0,00	0,00	0,00	202,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE ÓLEO MOTOR 15W40 PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 02 CHASSI N8TA13202.																
93			29/05	1.584,00	0,00	0,00	0,00	1.584,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA	122
AQUISIÇÃO DE FILTROS DIESEL PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA 01 E 02 DO CONSORCIO CINCO.																
94			29/05	3.145,50	0,00	0,00	0,00	3.145,50		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 ANSILIERO & NAVA LTDA	122
COMPLEMENTO AO EMPENHO 41 REFERENTE AQUISIÇÃO DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.																

Santa Catarina

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Relação de Empenhos Emitidos

Betha Sistemas

Exercício de 2013

Página: 4/4

Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Empenho	Processo	Nº da AF/Ano	Data	Vlr. Empenho	Anulado	Liquidado	Pago	A pagar	Conta	Funcional	Recurso	Pro/At	Dot.	Elemento	Credor/Contrato de Dívida	Hist.
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																
95			29/05	1.095,00	0,00	0,00	0,00	1.095,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 SITIO SAN GERMANN LTDA ME	122
COMPLEMENTO AO EMPENHO REFERENTE DESPESA COM HOSPEDAGEM,CAFE DA MANHA E JANTA EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO: DIEGO PIRES DA SILVA ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.																
96			29/05	272,00	0,00	0,00	0,00	272,00		20.606.000	1200		2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00 VOLMIR JOSE PAGLIARI	122
COMPLEENTO AO EMPENHO 40 REFERENTE DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO: DIEGO PIRES DA SILVA ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA.																
Total da Entidade:				43.955,41	0,00	4.606,07	3.778,29	40.177,12								
Total do Período:				43.955,41	0,00	4.606,07	3.778,29	40.177,12								

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 1/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
113		03/05/13	1.064,17	0,00	1.064,17	03/05/13	0,00	1.064,17	1300	19961			18	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
		FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO A ABRIL DE 2013.																
114		03/05/13	121,26	0,00	121,26	03/05/13	0,00	121,26	1300	19962			43	20.606.000	2.008	35	3.1.90.00.00.00.00.00	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
		FGTS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA RELATIVO AO PERÍODO DE ABRIL DE 2013.																
115		03/05/13	40.000,00	0,00	40.000,00	03/05/13	0,00	40.000,00	1300	19963			35	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE MARÇO DE 2013.																
116		03/05/13	1.100,00	0,00	1.100,00	03/05/13	0,00	1.100,00	1300	19961			2	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	IVETE REGINA ODORIZZI
		LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 200M2, NO PAVIMENTO SUPERIOR (SEGUNDO PISO) LOCALIZADO NA RUA NEREU RAMOS, 761 CENTRO DE FRAIBURGO PARA A SEDE ADMINISTRATIVA DO CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
117		03/05/13	337,60	0,00	337,60	03/05/13	0,00	337,60	1300	19961			29	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	HBINFOPROVEDOR LTDA ME
		DESPESAS COM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SERVIDOR DE DADOS PARA HOSPEDAGEM DE ARQUIVOS DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013																
118		03/05/13	538,85	0,00	538,85	03/05/13	0,00	538,85	1300	19961			9	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BETHA SISTEMAS LTDA
		LOCAÇÃO DOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, FOLHA DE PAGAMENTO E COMPRAS E LICITAÇÕES EM AMBIENTE WINDOWS REFERENTE ABRIL DE 2013.																
119		03/05/13	472,64	0,00	472,64	03/05/13	0,00	472,64	3300	19963			71	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	GEINFO TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA ME
		FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO COM ACESSOS SIMULTANEOS PARA DOIS ATENDENTES E USUARIOS ILIMITADOS, MEDIANTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE AQUILA HELP DESK, COM APLICAÇÕES EM HELP DESK, SERVICE DESK, CALL CENTER, 0800 E SAC, REFERENTE ABRIL DE 2013.																
120		03/05/13	1.533,00	0,00	1.533,00	03/05/13	0,00	1.533,00	3200	19962			39	20.606.000	2.008	63	3.3.90.00.00.00.00.00	SITIO SAN GERMANN LTDA ME
		DESPESAS DE HOSPEDAGEM COM CAFE DA MANHA E JANTA EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO: DIEGO PIRES DA SILVA ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA REFERENTE ABRIL DE 2013.																
121		03/05/13	256,00	0,00	256,00	03/05/13	0,00	256,00	3300	19962			40	20.606.000	2.008	57	3.3.90.00.00.00.00.00	VOLMIR JOSE PAGLIARI
		DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO (ALMOÇO) EM ESTABELECIMENTO DE PROPRIEDADE DO CONTRATADO AO EMPREGADO PUBLICO: DIEGO PIRES DA SILVA ENQUANTO PRESTANDO SERVIÇO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA REFERENTE ABRIL DE 2013.																
122		03/05/13	2.629,56	0,00	2.629,56	03/05/13	0,00	2.629,56	3200	19962			41	20.606.000	2.008	63	3.3.90.00.00.00.00.00	ANSILIERO & NAVA LTDA
		AQUISIÇÃO DE 2.000 LITROS DE OLEO DIESEL PARA ABASTECIMENTO DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DO CONSORCIO DURANTE ATUAÇÃO NO MUNICIPIO DE ARROIO TRINTA REFERENTE ABRIL DE 2013.																
123		03/05/13	150,00	0,00	150,00	03/05/13	0,00	150,00	1300	19961	850015		1	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME
		SERVIÇOS REFERENTE MANUTENÇÃO DO SITE DO CONSORCIO CINCO, REFERENTE ABRIL DE 2013.																
124		03/05/13	306,15	0,00	306,15	03/05/13	0,00	306,15	1300	19961	850016		12	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	MG FRANQUIA EMPRESARIAL LTDA ME
		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS E TELEMATICOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CORRESPONDENCIAS E OUTROS SERVIÇOS PARA O CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013																
125		06/05/13	45.492,20	0,00	45.492,20	06/05/13	0,00	45.492,20	1300	19963			36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE MARÇO DE 2013.																

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 2/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
127		13/05/13	594,75	0,00	594,75	13/05/13	0,00	594,75	1300 19961				4	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
		SERVIÇOS TELEFONICOS E DE INTERNET ADSL, REFERENTE NUMERO 49 3246-1206 PARA USO DO CONSÓRCIO REFERENTE MAIO DE 2013, PERÍODO 26/03/2013 A 25/04/2013.																
128		13/05/13	46,55	0,00	46,55	13/05/13	0,00	46,55	3300 19963				28	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
		SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE MAIO DE 2013 PERÍODO 26/03/2013 A 25/04/2013.																
129		13/05/13	179,11	0,00	179,11	14/05/13	0,00	179,11	3300 19963				28	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	OI SA
		SERVIÇOS TELEFONICOS DO CONSÓRCIO Nº 3246-6426 REFERENTE MAIO DE 2013 PERÍODO 26/03/2013 A 25/04/2013.																
130		13/05/13	270,00	0,00	270,00	13/05/13	0,00	270,00	1300 19962				64	20.606.000	2.008	36	3.3.90.00.00.00.00.00	LUPEA IND. E COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
		AQUISIÇÃO DE 1 GALÃO DE OLEO HIDRAULICO S2 M46 PARA COMPLEMENTO NA ESCAVADEIRA HIDRAULICA Nº01.																
131		13/05/13	1.375,00	0,00	1.375,00	13/05/13	0,00	1.375,00	3300 19961				54	04.122.000	2.001	60	4.4.90.00.00.00.00.00	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE PROJETO E CÂMERA DIGITAL PARA USO NO CONSÓRCIO CINCO SOLICITAÇÃO 0003/2013, PAL. 0003/2013 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2013 REGISTRO DE PREÇOS 003/2013 CINCO.																
132		13/05/13	435,30	0,00	435,30	13/05/13	0,00	435,30	3200 9317				55	04.122.000	2.001	62	4.4.90.00.00.00.00.00	SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO NO CONSÓRCIO CINCO SOLICITAÇÃO 0002/2013, PAL. 0003/2013 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2013 REGISTRO DE PREÇOS 003/2013 CINCO.																
133		13/05/13	1.234,35	0,00	1.234,35	13/05/13	0,00	1.234,35	3300 19961				56	04.122.000	2.001	60	4.4.90.00.00.00.00.00	SLS COM. DE EQUIP. DE INF. LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA USO NO CONSÓRCIO CINCO SOLICITAÇÃO 002/2013 PAL. 0003/2013 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2013 REGISTRO DE PREÇOS 003/2013 CINCO.																
134		08/05/13	4.268,23	0,00	4.268,23	08/05/13	4.268,23	0,00	1300				36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		Retenções referentes a liquidação 122 do empenho 36: DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
135		13/05/13	34.728,94	0,00	34.728,94	13/05/13	0,00	34.728,94	1300 19963				35	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
136		13/05/13	51.131,30	0,00	51.131,30	13/05/13	0,00	51.131,30	1300 19963				36	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		DESPESAS COM A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
137		13/05/13	425,12	0,00	425,12	13/05/13	0,00	425,12	1300 19963				35	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
138		15/05/13	51,20	0,00	51,20	15/05/13	0,00	51,20	3300 19962				46	20.606.000	2.008	57	3.3.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
		INDENIZAÇÃO POR DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA ARROIO TRINTA COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NA CIDADE DE ARROIO TRINTA, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO REFERENTE 15/04/2013 A 10/05/2013.																

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 3/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
139		15/05/13	184,80	0,00	184,80	15/05/13		0,00	184,80	1200 19962			79	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
		COMPLEMENTO A LIQUIDAÇÃO 126 POR INDENIZAÇÃO DE DESLOCAMENTO DE FRAIBURGO PARA ARROIO TRINTA COM VEÍCULO PRÓPRIO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA NA CIDADE DE ARROIO TRINTA, SC. PERMANECENDO DURANTE A SEMANA HOSPEDADO EM LOCAL CONTRATADO PELO CONSÓRCIO REFERENTE 15/04/2013 A 10/05/2013																
140		16/05/13	2.926,46	0,00	2.926,46	16/05/13		0,00	2.926,46	1300 19961			19	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
		INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
141		16/05/13	333,48	0,00	333,48	16/05/13		0,00	333,48	1300 19962			44	20.606.000	2.008	35	3.1.90.00.00.00.00.00	INSS
		INSS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE ABRIL DE 2013.																
142		16/05/13	1.060,40	0,00	1.060,40	16/05/13		0,00	1.060,40	1300 19961			62	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE TONER PARA USO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO: CINCO UNID DE CARTUCHO DE TONER PRETO E DUAS UNID DE CARTUCHO DE CILINDRO PARA IMPRESSORA LASER BROTHER SOL. FORNECIMENTO 0004/2013, PAL 0003/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0002/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0003/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
143		16/05/13	99,49	0,00	99,49	16/05/13		0,00	99,49	1300 19961			67	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	3S MATERIAL PARA ESCRITÓRIO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO: 5,00 CX DE GRAMPO ENCADERNADOR PARA PASTAS, TIPO TRILHO 80MM, FABRICADO COM CHAPA DE AÇO REVESTIDA, CAIXA COM 50 UNIDADES.; 5,00 CX DE GRAMPO 26/6, GRAMPO DE ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE À OXIDAÇÃO, COBREADO, CAIXA CONTENDO 24 PENTES COM 210 GRAMPOS.; 1,00 PCTE DE ELÁSTICO SUPER AMARELO, Nº 18, PACOTE COM 1KG.; 5,00 UNID DE RECADO AUTO-ADESIVO, TAMANHO 76X102MM, BLOCO COM 100 FOLHAS.; 1,00 PCTE DE ESPIRAL PARA ENCADERNAÇÃO, PRETA - Nº 9, PACOTE COM 100 UNIDADES.; E OUTROS. SOL. FORNECIMENTO 0006/2013, PAL 0006/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0006/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO																
144		16/05/13	29,00	0,00	29,00	16/05/13		0,00	29,00	1300 19961			66	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE UM PENDRIVE 4096 MB, CONFORME SOLIC DE FORNECIMENTO 0005/2013, PAL 0006/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0006/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
145		16/05/13	220,00	0,00	220,00	16/05/13		0,00	220,00	1300 19961			65	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	LINK TELE INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA USO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO: 2,00 CX DE PAPEL A4, ALCALINO SOLIC DE FORNECIMENTO 0005/2013, PAL 0006/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0005/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0006/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
146		16/05/13	200,00	0,00	200,00	16/05/13		0,00	200,00	1200 19962			69	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE FILTRO ÓLEO MOTOR, ELEMENTO FILTRO DE COMBUSTIVEL E ELEMENTO FILTRO SENDIMENTA PARA TROCA DE ÓLEO RETROESCAVADEIRA.																
147		27/05/13	2.339,57	0,00	2.339,57	27/05/13		2.339,57	0,00	1300			17	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU E OUTROS
		Retenções referentes a liquidação 132 do empenho 17: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE MAIO DE 2013.																
148		27/05/13	99,47	0,00	99,47	27/05/13		99,47	0,00	3300			81	15.451.000	2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	NÁDIA DE LORENZI
		Retenções referentes a liquidação 135 do empenho 81: FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE MAIO DE 2013.																
149		27/05/13	136,42	0,00	136,42	27/05/13		136,42	0,00	1300			87	20.606.000	2.008	35	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
		Retenções referentes a liquidação 138 do empenho 87: FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE MAIO DE 2013.																
150		27/05/13	9.719,12	0,00	9.719,12	29/05/13		0,00	319,53	1300 19961			17	04.122.000	2.001	5	3.1.90.00.00.00.00.00	ELOI RONNAU E OUTROS
		FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE MAIO DE 2013.																
									3.254,84	1300 19961					04.122.000	2.001		

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Exercício de 2013

Relação de Ordens de Pagamentos Emitidas - Período de 01/05/2013 até 31/05/2013

Página: 4/4

Administração Indireta - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emis.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque/Docto	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Dívida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO																		
									6.144,75		1300 19961			04.122.000	2.001			
151		27/05/13	1.144,01	0,00	1.144,01	29/05/13		0,00	1.144,01		3300 19963		81	15.451.000	2.004	55	3.1.90.00.00.00.00.00	NÁDIA DE LORENZI
		FOLHA DE PAGAMENTO RELATIVO AO PERÍODO DE MAIO DE 2013.																
152		27/05/13	1.379,39	0,00	1.379,39	29/05/13		0,00	1.379,39		1300 19962		87	20.606.000	2.008	35	3.1.90.00.00.00.00.00	DIEGO PIRES DA SILVA
		FOLHA DE PAGAMENTO DE DIEGO PIRES DA SILVA REFERENTE MAIO DE 2013.																
153		28/05/13	5.574,88	0,00	5.574,88	28/05/13		0,00	5.574,88		1300 19963		35	15.452.000	2.005	22	3.3.90.00.00.00.00.00	CONDUVALE ELETRIFICAÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS AO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO REFERENTE ABRIL DE 2013.																
154		28/05/13	675,84	0,00	675,84	31/05/13		0,00	675,84		1300 19961		62	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	POVOCOM INFORMÁTICA LTDA ME
		AQUISIÇÃO DE CILINDRO PARA USO DO CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO: CINCO UNID DE CARTUCHO DE TONER PRETO E DUAS UNID DE CARTUCHO DE CILINDRO PARA IMPRESSORA LASER BROTHER SOL. FORNECIMENTO 0004/2013, PAL 0003/2013 - CINCO, PREGÃO ELETRÔNICO 0002/2013 - CINCO, REGISTRO DE PREÇO 0003/2013, CONSORCIO INTEGRADO DO CONTESTADO.																
155		28/05/13	5.767,99	0,00	5.767,99	31/05/13		0,00	5.767,99		3200 9317		53	04.122.000	2.001	62	4.4.90.00.00.00.00.00	IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA - ME
		AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS, BALCÕES, ESCRIVANINHAS, GAVETEIROS E CONEXÕES PARA USO NO CONSÓRCIO CINCO. SOLICITAÇÃO 001/2013, PAL. 0003/2013 PREGÃO ELETRÔNICO 002/2013 REGISTRO DE PREÇOS 003/2013 CINCO.																
156		28/05/13	570,00	0,00	570,00	31/05/13		0,00	570,00		1200 19962		77	20.606.000	2.008	33	3.3.90.00.00.00.00.00	SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA
		AQUISIÇÃO DE FILTRO DIESEL PARA SUBSTITUIÇÃO NA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA 01 CHASSI N8TA13200.																
157		28/05/13	225,00	0,00	225,00	28/05/13		0,00	225,00		1300 19961	850018	80	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. - FILIAL
		DESPESA COM 100 VALES TRANSPORTE PARA USO DA AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, PARA PERÍODO DE MAIO, JUNHO E JULHO DE 2013..																
158		31/05/13	39,20	0,00	39,20	31/05/13		0,00	39,20		3300 19963		76	15.451.000	2.004	56	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
		TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 CONTA 20413-7 MIP REFERENTE MAIO DE 2013.																
159		31/05/13	154,60	0,00	154,60	31/05/13		0,00	154,60		1300 19961		22	04.122.000	2.001	6	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
		TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 CONTA 20412-9 REFERENTE MAIO DE 2013																
160		31/05/13	9,52	0,00	9,52	31/05/13		0,00	9,52		3300 19962		23	20.606.000	2.008	57	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
		TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 CONTA 20414-5 MÁQUINAS REFERENTE MAIO DE 2013																
161		31/05/13	9,52	0,00	9,52	31/05/13		0,00	9,52		3200 9317		24	04.122.000	2.001	61	3.3.90.00.00.00.00.00	BANCO DO BRASIL SA
		TARIFAS BANCARIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2013 CONTA 18520-5.																
Total da Entidade:				221.639,44	0,00	221.639,44		6.843,69	214.795,75									
Total do Período:				221.639,44	0,00	221.639,44		6.843,69	214.795,75									

Fraiburgo, 26/06/2013

Elói Ronnau
Diretor Executivo

Luiz Fernando Raldi
Contador CRC/SC nº 029.696/O-0